

Thèse de doctorat en cotutelle pour obtenir le grade de docteur en
Géographie délivré par

L'UNIVERSITÉ PARIS 1 PANTHÉON-SORBONNE

et le grade de docteur en Aménagement Urbain et Regional délivré par
L'UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Présentée et soutenue publiquement

Le 19 décembre 2025 par

Gustavo SCHIAVINATTO VITTI

**LA POLITIQUE DE LA BOUE : STRATÉGIES ENTREPRENEURIALES
DE GESTION DE LA CRITIQUE DANS LE CONTEXTE DES
CATASTROPHES MINIÈRES AU MINAS GERAIS (BRÉSIL)**

**A POLÍTICA DA LAMA: ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS DE GESTÃO
DA CRÍTICA EM CONTEXTO DE DESASTRES DE MINERAÇÃO EM
MINAS GERAIS**

Sous la direction de :

M. Pierre Gautreau, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne

M. Henri Acselrad, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Devant un jury composé de :

M. François Laurent, président du jury, Le Mans Université

M. Erick Silva Omena de Melo, examinateur, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Mme. Raquel Giffoni Pinto, examinatrice, Universidade Federal Fluminense

M. Haroldo de Souza, examinateur, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Mme. Tatiana Ribeiro de Souza, examinatrice, Universidade Federal de Ouro Preto

Rio de Janeiro
2025

GUSTAVO SCHIAVINATTO VITTI

**A POLÍTICA DA LAMA: ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS DE
GESTÃO DA CRÍTICA EM CONTEXTO DE DESASTRES DE
MINERAÇÃO EM MINAS GERAIS**

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, em cotutela com a Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Henri Acselrad (UFRJ)

Coorientador: Prof. Dr. Pierre Gautreau (Paris 1)

Rio de Janeiro
2025

V852p

Vitti, Gustavo Schiavinatto.

A política da lama: estratégias empresariais de gestão da crítica em contexto de desastres de mineração em Minas Gerais / Gustavo Schiavinatto Vitti. -- Rio de Janeiro, 2025.
310 f.

Orientador: Henri Acselrad.

Coorientador: Pierre Gautreau.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, em cotutela com Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 2025.

1. Desastres ambientais – Minas Gerais (MG). 2. Conflitos socioambientais. 3. Crítica. 4. Minas Gerais (MG) – Minas e mineração. I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Kátia Marina da Cunha e Silva (CRB7/6098)

GUSTAVO SCHIAVINATTO VITTI

**A POLÍTICA DA LAMA: ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS DE GESTÃO
DA CRÍTICA EM CONTEXTO DE DESASTRES DE MINERAÇÃO EM
MINAS GERAIS**

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, em cotutela com a Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovada em: 19/12/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Henri Acselrad
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Pierre Gautreau
Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne

Prof. Dr. Erick Silva Omena de Melo
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Profa. Dra. Tatiana Ribeiro de Souza
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Prof. Dr. Haroldo de Souza
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

Prof. Dr. François Laurent
Le Mans Université

Profa. Dra. Raquel Giffoni Pinto
Universidade Federal Fluminense (UFF)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ).

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001, the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq) and the Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Dedico essa tese à Gabi
que estava lá no início de tudo
que nos deixou tão cedo
que me ensinou que “escrever é peleja”.

AGRADECIMENTOS

O texto que abre esta tese de doutorado é o último a ser escrito. Penso que, talvez, esse seja o padrão nos trabalhos acadêmicos: por um lado, para poder agradecer àqueles que estiveram presentes no fim desse ciclo; por outro, por ser um texto “difícil” de escrever, ao permitir rememorar a trajetória do pesquisador escondida nas linhas que apresentam e defendem seu argumento.

Escrevo este texto exatamente na data que marca quatro anos de minha mudança para Minas Gerais, especialmente de minha chegada a Belo Horizonte, e quase oito anos desde que iniciei essa aventura chamada doutorado. Uma tese, duas universidades, dois países, diversas cidades, muitas pessoas. Este trabalho é fruto das contribuições de diversos professores, amigos, interlocutores e militantes. Permito-me aqui, nos agradecimentos, resgatar um pouco desse caminho e agradecer aos que tornaram este texto possível.

Do lado de cá do oceano, agradeço à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em especial ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), que desde 2016 me abriu as portas para um mundo novo não só no campo acadêmico, mas na produção de um pensamento científico engajado. A troca com professores, funcionários e colegas permitiu reflexões que, sem dúvida, atravessam este trabalho. Agradeço especialmente ao Professor Henri Acselrad, não apenas pela orientação ao longo desses anos, mas por toda a aprendizagem, reflexões e generosidade. Sem dúvida, foi um privilégio acompanhar de perto seus projetos, utopias, textos e aulas, além dos diálogos centrais para a construção deste trabalho.

Do outro lado do Atlântico, agradeço à Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, especialmente à *École de Géographie de Paris* e ao *Pôle de Recherche pour l'Organisation et la Diffusion de l'Information Géographique* (PRODIG), que possibilitou minha estada em Paris ao longo de 2021, ampliando as questões, referências e possibilidades desta pesquisa. Agradeço aos professores e colegas de doutorado do laboratório PRODIG por terem tornado mais fácil a chegada à França e pelos diversos diálogos. Meu muito obrigado ao Professor Pierre Gautreau, primeiro pelo aceite na orientação desta tese em cotutela, e depois por toda a contribuição teórica e metodológica a partir da Geografia e da Ecologia Política, além da imensa ajuda no enfrentamento da burocracia que acompanhou essa dupla titulação.

Agradeço imensamente aos professores que compuseram as bancas de qualificação e defesa e contribuíram, de diversas maneiras, para o texto tal como está hoje: Raquel Giffoni, pela contribuição teórica inspiradora; Tatiana Souza, pelo compromisso teórico e prático com os atingidos por esses desastres; Haroldo Souza, pela contribuição desde quando eu era apenas um graduando chegando ao Pará; Erick Omena, pelas indagações que possibilitaram pensar trabalhos futuros; e François, pela leitura atenta e cuidadosa deste trabalho.

Diversas outras pessoas cruzaram minha vida e meu trabalho ao longo desse período, a quem devo agradecimentos.

Aos amigos do Rio: Fernando, Luiza, Gabriel, Daniel, Richard, Juliana, Júlia, Ivan, Luciana, Beatriz, Rafael, Stephanie, Rita, Dani, aos doces bárbaros, aos amigos do amor de quarentena e tantos outros que compartilharam textos, conversas, eventos, praias, sambas e carnavais. Às amigas que me possibilitaram uma vida na roça no auge da pandemia, Paula e Van. Especialmente à Muriel, companheira de casa, da vida e da luta por um outro Brasil.

Aos amigos da França: àqueles que me acolheram naquele cantinho especial na *rue de l’Avenir*; aos gerânios, pelas aventuras; Víctor, por tanto ter compartilhado; Rita, por ter se tornado essa grande amiga; Thais, Rafael e diversos outros que me permitiram conhecer cada dia uma Paris diferente. Agradeço especialmente à minha dupla – com quem formei um trio –, Vitória e Elder. É impossível escrever tudo o que vivemos.

As amizades e companheiros de Minas: agradeço os amigos e afetos feitos nesta cidade com um tão belo horizonte. Especialmente Abner e João, por mais dias de sol no quintal. Meu obrigado infinito à Carol, que conheci no Rio, mas virou uma irmã em terras mineiras e que me permitiu também chamar aqui de casa.

Agradeço a cada militante, trabalhador e atingido que dialogou comigo ao longo deste trabalho.

Agradeço a todos os companheiros e companheiras do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), que me acolheram desde o início e ajudaram a fazer deste trabalho um compromisso político. Agradeço especialmente a Sara e Marcelo, por serem quem são e por tudo; nada disso teria sido possível sem essa amizade.

Ao Kaio, que chegou nos anos finais desse caminho, obrigado por tanto, pela paciência com este momento e com este trabalho, e pela partilha de uma vida juntos.

Por fim, e jamais por último, agradeço à minha família – Adriana, Roberto e Guilherme – que, mesmo de longe, acompanha e vibra por cada etapa.

Porque o diabo não há. Existe é ruindade humana.

Travessia.

E a Lama trespassou o vale no meio do redemunho, mastigando, banguela, com
suas gengivas de terra, o tão frágil e breve corpo.

João Luiz Guimarães em "Sagatrissuinorana"

RESUMO

Na segunda década do século XXI, o Brasil enfrentou dois grandes desastres de mineração no estado de Minas Gerais: o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (2015), de propriedade da Samarco, joint venture entre as empresas Vale e BHP Billiton, e o rompimento da barragem de rejeitos I (2019), da Vale. Ambos os rompimentos produziram impactos sociais, econômicos e ambientais profundos, além de mortes e transformações territoriais. Os desastres envolveram processos complexos de reparação que incluem empresas, estruturas do Estado, instituições de justiça, movimentos sociais e comunidades atingidas. Esta pesquisa analisa as estratégias empresariais de gestão da crítica nesses dois desastres, buscando identificar como as empresas atuaram de forma a influenciar o debate público, silenciar e capturar vozes críticas e gerir conflitos nos territórios atingidos. Como recorte temporal, a pesquisa adota o período entre 2015 e 2023 e tem como uma das premissas o fato de que desastres não são uma ruptura da ordem, mas uma expressão estrutural do modelo extrativo mineral. A investigação mobiliza a noção de “aprendizagem” no intuito de observar como as práticas empresariais se reconfiguram no curso dos dois desastres. A metodologia da pesquisa foi realizada por meio da combinação de análise documental, revisão bibliográfica e observação participante em atividades vinculadas aos dois desastres, além de entrevistas semiestruturadas com sujeitos atingidos, organizações sociais e assessorias técnicas. Como resultados indicamos que as estratégias empresariais de gestão da crítica se organizam em três dimensões: uma mais voltada à construção dos acordos e estruturas de governança; práticas que buscam contornar aspectos críticos não abarcados pelos acordos, que mobilizam argumentos jurídicos e científicos; práticas direcionadas à gestão das comunidades, que envolvem ações de mapeamento dos sujeitos críticos, investimento social privado, além de mecanismos de cooptação, fragmentação de comunidades, vigilância, repressão e controle territorial. Conclui-se que estas estratégias são adaptativas e situadas e se orientam pela lógica de redução de custos, manutenção de ativos e busca de segurança jurídica. Tais práticas revelam um regime híbrido de gestão da crítica que combina práticas vinculadas à legitimação e práticas de coerção. Ao evidenciar essas estratégias, a tese contribui para a compreensão das dinâmicas de poder em contextos de desastres de mineração no Brasil.

Palavras-chave: desastres; mineração; conflitos socioambientais; crítica; Minas Gerais.

ABSTRACT

In the second decade of the 21st century, Brazil faced two major mining disasters in the state of Minas Gerais: the collapse of the Fundão tailings dam (2015), owned by Samarco, a joint venture between Vale and BHP Billiton, and the collapse of tailings dam I (2019), owned by Vale. Both failures caused profound social, economic, and environmental impacts, as well as loss of life and territorial transformations. These disasters triggered complex reparation processes involving companies, state structures, judicial institutions, social movements, and affected communities. This research analyzes corporate strategies for managing criticism in these two disasters, seeking to identify how companies acted to influence public debate, silence, capture, and manage critical voices, and manage conflicts in the affected territories. The study adopts the period between 2015 and 2023 as its temporal scope and is based on the premise that disasters are not ruptures of order but rather structural expressions of the extractive model. The investigation mobilizes the notion of “learning” to observe how corporate practices are reconfigured throughout the course of the two disasters. The research methodology combined document analysis, literature review, and participant observation in activities related to both disasters, as well as semi-structured interviews with affected individuals, social organizations, and technical advisory bodies. The results indicate that corporate strategies for managing criticism are organized into three dimensions: one focused on building agreements and governance structures; practices aimed at circumventing critical aspects not covered by agreements, mobilizing legal and scientific arguments; and practices directed at community management, involving actions such as mapping critical actors, private social investment, and mechanisms of co-optation, community fragmentation, surveillance, repression, and territorial control. It is concluded that these strategies are adaptive and context-specific, guided by the logic of cost reduction, asset maintenance, and the pursuit of legal security. Such practices reveal a hybrid regime of criticism management that combines mechanisms of legitimation and coercion. By shedding light on these strategies, the thesis contributes to understanding power dynamics in the context of mining disasters in Brazil.

Keywords: disasters; mining; socio-environmental conflicts; criticism; Minas Gerais.

RÉSUMÉ

Au cours de la deuxième décennie du XXI^e siècle, le Brésil a été confronté à deux grandes catastrophes minières dans l'État de Minas Gerais : la rupture du barrage de résidus de Fundão (2015), propriété de Samarco, coentreprise entre Vale et BHP Billiton, et la rupture du barrage de résidus I (2019), appartenant à Vale. Ces ruptures ont entraîné des impacts sociaux, économiques et environnementaux profonds, ainsi que des pertes humaines et des transformations territoriales. Les catastrophes ont impliqué des processus complexes de réparation, incluant des entreprises, des structures étatiques, des institutions judiciaires, des mouvements sociaux et des communautés affectées. Cette recherche analyse les stratégies entrepreneuriales de gestion de la critique dans ces deux catastrophes, en cherchant à identifier comment les entreprises ont agi pour influencer le débat public, neutraliser et capter les voix critiques, et gérer les conflits dans les territoires affectés. Le cadre temporel adopté couvre la période de 2015 à 2023 et repose sur la prémisse que les catastrophes ne constituent pas une rupture de l'ordre, mais l'expression structurelle du modèle extractif minier. L'enquête mobilise la notion d'« apprentissage » afin d'observer comment les pratiques des entreprises se reconfigurent au cours des deux catastrophes. La méthodologie de la recherche s'est appuyée sur une combinaison d'analyse documentaire, de revue bibliographique et d'observation participante lors d'activités liées aux deux catastrophes, ainsi que sur des entretiens semi-directifs avec des personnes affectées, des organisations sociales et des services d'assistance technique. Les résultats indiquent que les stratégies entrepreneuriales de gestion de la critique s'organisent en trois dimensions : l'une axée sur la construction des accords et des structures de gouvernance ; des pratiques visant à contourner les aspects critiques non couverts par les accords, mobilisant des arguments juridiques et scientifiques ; et des pratiques orientées vers la gestion des communautés, impliquant des actions de cartographie des acteurs critiques, des investissements sociaux privés, ainsi que des mécanismes de cooptation, de fragmentation communautaire, de surveillance, de répression et de contrôle territorial. Il en ressort que ces stratégies sont adaptatives et situées, guidées par la logique de réduction des coûts, de maintien des actifs et de garantie de la sécurité juridique. Ces pratiques révèlent un régime hybride de gestion de la critique, combinant des mécanismes de légitimation et de coercition. En mettant en évidence ces stratégies, la thèse contribue à la compréhension des dynamiques de pouvoir dans les contextes des catastrophes minières au Brésil.

Mots-clés : catastrophes ; exploitation minière ; conflits socio-environnementaux ; critique ; Minas Gerais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa dos municípios atingidos pelos desastres da Samarco/Vale/BHP (2015) e Vale (2019).	21
Figura 2 - A mina de Carajás à esquerda e o centro urbano de Parauapebas à direita, separados pela Floresta Nacional (Flona) de Carajás.....	26
Figura 3 – Mapa dos processos minerários em Minas Gerais (10/11/2025).	31
Figura 4 – Mapa do trajeto percorrido pelo rejeito entre a Barragem de Fundão e a UHE Risoleta Neves.	107
Figura 5 – Mapa dos municípios atingidos pelo desastre da Samarco/Vale/BHP (2015).....	108
Figura 6 – Mapa das localidades de Brumadinho e São Joaquim de Bicas (MG)..	111
Figura 7 – Mapa dos municípios atingidos pelo desastre da Vale (2019).	112
Figura 8 – Mapa das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) escolhidas pelos atingidos do desastre da Vale na bacia do Rio Paraopeba.	147
Figura 9 - Sistema de Gestão de Stakeholders (SGS) - Fundação Renova.	199
Figura 10 - Mapeamento de ambiência social – municípios do Rio Doce – 2023..	208
Figura 11 - Mapeamento de ambiência social – Mariana (MG) – junho/2023.	208
Figura 12 - Planos de relacionamento com comunidades – Vale.....	215
Figura 13 - Sistema de Stakeholders, Demands and Issues (SDI) – Vale.	217
Figura 14 - Ações Preventivas – Vale.	219
Figura 15 - Projeto do Território-Parque no Córrego do Feijão – Brumadinho (MG).	250

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Área atingida pela lama de rejeitos no Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG).	28
Fotografia 2 - Mineração no bairro Tejuco, em Brumadinho (MG).....	30
Fotografia 3 - Casa atingida pela lama de rejeitos no Parque da Cachoeira.	117
Fotografia 4 - Comunidade indígena Naô Xohã em protesto na estrada de ferro da empresa MRS, em São Joaquim de Bicas (MG).	177
Fotografia 5 - III Romaria pela Ecologia Integral em Brumadinho (MG).....	178
Fotografia 6 - Propriedade da Vale no Córrego do Feijão – Brumadinho (MG).....	249
Fotografia 7 - Propriedade da Vale no Córrego do Feijão – Brumadinho (MG).....	249
Fotografia 8 - Campo e Igreja de Nossa Senhora das Dores no Córrego do Feijão – Brumadinho (MG).	253

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Desastres por ano no mundo (1950 – 2022).	93
Gráfico 2 - Falha das instalações de rejeito no mundo (1940-2015).	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP – Ações Cíveis Públicas

ADR – *Alternative Dispute Resolution* (Resolução Alternativa de Conflitos)

AEDAS – Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social

AJRI – Acordo Judicial de Reparação Integral

ATI – Assessoria Técnica Independente

B1 – Barragem 1

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CDC – *Centers for Disease Control and Prevention*

CIF – Comitê Interfederativo

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CTC – Comitê Técnico-Científico

CT-OS – Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial

CT-PDCS – Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social

DPMG – Defensoria Pública de Minas Gerais

EFC – Estrada de Ferro Carajás

EFVM – Estrada de Ferro Vitória Minas

EM-DAT – *The International Disaster Database*

ERM – *Environmental Resources Management Brasil* LTDA

ERSHRE – Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico

ES – Espírito Santo

FBDH – Fundo Brasil de Direitos Humanos

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIP – Fundação Israel Pinheiro

FLONA – Floresta Nacional

GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais

H&P – Herkenhoff & Prates

IAS – Índice de Ambiência Social

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMM – International Council on Mining and Metals

IEDS – Instituto de Estudos do Desenvolvimento Sustentável

IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas

IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração

INSEA – Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável

LATACI – *LATACI Research Institute*

LOC – Licença de Operação Corretiva

LRI – *LATACI Research Institute*

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MG – Minas Gerais

MPF – Ministério Público Federal

MPMG – Ministério Público de Minas Gerais

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NACAB – Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens

ONU – Organização das Nações Unidas

PAB – Populações Atingidas por Barragens

PAT – Plano de Ação Territorial

PEAB – Política Estadual dos Atingidos por Barragens

PEM-MG – Plano Estadual de Mineração de Minas Gerais

PESB – Política Estadual de Segurança de Barragens

PDPAB – Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens

PIM – Programa de Indenização Mediada

PIM-DA – Programa de Indenização Mediada – Dano Água

PLCI – Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados

PNAB – Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens

PRDES – Plano de Recuperação e Desenvolvimento Econômico e Social

PRI – Postos de Registro para Indenização

PSL – Partido Social Liberal

PTR – Programa de Transferência de Renda

PUC Minas – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

RSE – Responsabilidade Social Empresarial

SDI – *Stakeholders, Demands and Issues*

SEDEC – Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil

SGS – Sistema de Gestão de Stakeholders

SINDSEMA – Sindicato dos Servidores do Meio Ambiente

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

TAP – Termo de Ajuste Preliminar

TAP-E – Termo de Ajuste Preliminar Emergencial

TC – Termo de Compromisso

TJ – Tribunal de Justiça

TJMG – Tribunal de Justiça de Minas Gerais

TR – Termo de Referência

TRF1 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região

TRF6 – Tribunal Regional Federal da 6ª Região

TTAC – Termo de Transação e Ajustamento de Conduta

TKS – *ThyssenKrupp Stahl AG*

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UHE – Usina Hidrelétrica

WMTF – *World Mine Tailings Failures*

SUMÁRIO

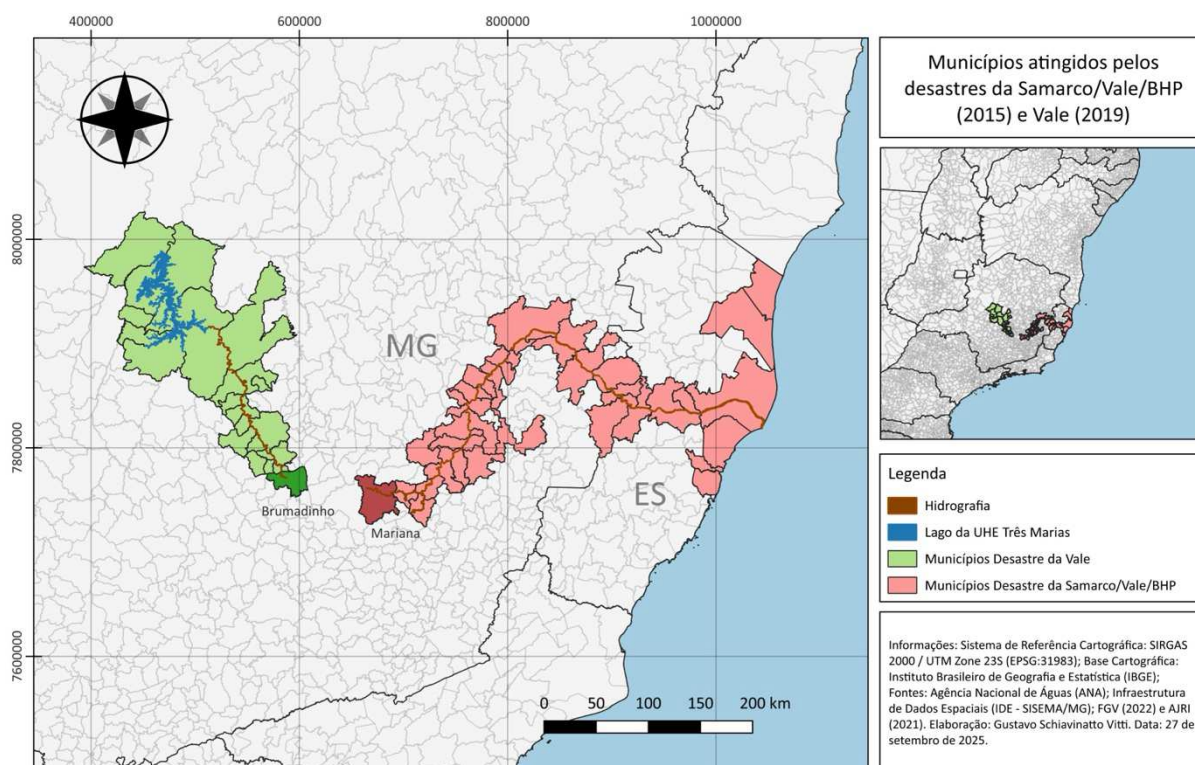
INTRODUÇÃO.....	21
O BRASIL NASCEU, TAMBÉM, MINEIRO: EXTRATIVISMO MINERAL EM MINAS GERAIS	23
A CONFORMAÇÃO DE UM CAMPO DE CRÍTICA À ATIVIDADE MINERÁRIA NO BRASIL	36
O ponto de virada dos estudos sobre mineração no Brasil a partir dos desastres envolvendo barragens de rejeitos.....	41
CRÍTICA, ESTRATÉGIAS E CONFLITOS EM CONTEXTO DE DESASTRE DE MINERAÇÃO NO BRASIL: OS PASSOS DA PESQUISA	48
ESTRUTURA DA TESE	56
CAPÍTULO 1 - QUANDO A EMPRESA ENCONTRA A SOCIEDADE, OU QUANDO NÃO É MAIS POSSÍVEL IGNORÁ-LA	59
1.1. O CONTEXTO DA CRÍTICA E SUAS FORMAS DE RESPOSTA NO CAPITALISMO	59
1.2. DO CERCO AO GOVERNO PRIVADO A UMA PRÁTICA PARA ALÉM DOS MUROS.....	67
1.2.1. Conhecer para agir: quem são as partes interessadas?	77
1.2.2. A responsabilidade social como estratégia política dúplice	80
1.3. ESCAVAR LEGITIMIDADE, BARRAR OS CRÍTICOS: O SOCIAL NA INDÚSTRIA EXTRATIVA.....	85
CAPÍTULO 2 - DA LAMA DE REJEITOS À “LAMA INSTITUCIONAL”: OS DESASTRES DE MINERAÇÃO EM MINAS GERAIS	92
2.1. DO QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS DE DESASTRES?	92
2.2. GOVERNAR “NOS E OS” DESASTRES: UMA POLÍTICA.....	102
2.3. OS DESASTRES EM MINAS GERAIS: UMA HISTÓRIA CONTADA A PARTIR DE CINCO DE NOVEMBRO DE 2015	105
2.3.1. A rota da indiferença discriminatória: os rompimentos de barragem	105

2.3.2. Redistribuição discriminatória: os acordos entre Estado e empresa	118
2.3.2.1. O primeiro acordo do desastre da Samarco/Vale/BHP	118
2.3.2.1.1. A Fundação Renova: um “cinturão corporativo” voltado ao desastre	125
2.3.2.2. O Acordo de Brumadinho.....	130
2.3.2.3. A repactuação do Rio Doce	138
2.4. ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS: A DIMENSÃO DO PLANO	141
CAPÍTULO 3 - ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS QUE BUSCAM CONTORNAR A CRÍTICA QUE ESCAPA	143
3.1. ASSESSORIAS TÉCNICAS INDEPENDENTES E AS FORMAS DE CERCEAMENTO DE SUAS AÇÕES.....	144
3.2. A GEOGRAFIA DO CONTROLE E DO ACESSO À ÁGUA: IMPLICAÇÕES DOS DESASTRES E DA REPARAÇÃO.....	170
3.3. ESTRATÉGIA EMPRESARIAIS: A DIMENSÃO DAS LINHAS	189
CAPÍTULO 4 - DE QUANDO O “ENTORNO” DESCE O RIO: REGIME HÍBRIDO DE GESTÃO DA CRÍTICA NOS DESASTRES DE MINERAÇÃO	193
4.1. MAPEAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS CRÍTICOS.....	194
4.2. A GESTÃO DOS CRÍTICOS: ENTRE INVESTIMENTOS SOCIAIS PRIVADOS E PRÁTICAS VOLTADAS AO CONTROLE DE COMUNIDADES E TERRITÓRIOS .	223
4.2.1. Práticas de gestão da crítica por meio de legitimação	225
4.2.2. Práticas de controle das relações comunitárias	233
4.2.3. Práticas de coerção e controle territorial	241
4.3. ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS: A DIMENSÃO DOS “PONTOS”	254
À GUISA DE UMA CONCLUSÃO	256
REFERÊNCIAS	262
RÉSUMÉ.....	286

INTRODUÇÃO

Na segunda década do século XXI, o Brasil presenciou dois grandes desastres causados por empresas de mineração no estado de Minas Gerais: o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, do Complexo de Germano, que atingiu a bacia do Rio Doce e o rompimento da barragem de rejeitos 1 (B1) da mina do Córrego do Feijão, do complexo Paraopeba, que afetou a bacia do Rio Paraopeba. Esses dois desastres apresentaram dimensões e impactos diversos e ocorreram em momentos políticos distintos na conjuntura nacional e estadual, o que implicou em dinâmicas de mobilização de sujeitos sociais também distintas nos processos pós-rompimentos.

Figura 1 – Mapa dos municípios atingidos pelos desastres da Samarco/Vale/BHP (2015) e Vale (2019).



O primeiro rompimento ocorreu em 05 de novembro de 2015, no município de Mariana (MG), em um empreendimento de propriedade da empresa Samarco S.A, *joint venture* entre a empresa brasileira Vale S.A. e a empresa anglo-australiana BHP Billiton. O desastre atingiu um conjunto de comunidades em, ao menos, 45 municípios

em Minas Gerais e no Espírito Santo e causou diretamente a morte de 19 pessoas e um aborto.

O rompimento da barragem despejou cerca 34 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro que percorreram 663 quilômetros através do Rio Gualaxo do Norte, do Rio do Carmo e do Rio Doce, até atingir o mar no distrito de Regência, no município de Linhares (ES). Os rejeitos espalharam-se pelo litoral do estado do Espírito Santo e avançaram pelo mar do litoral sul do estado da Bahia.

O segundo desastre ocorreu no dia 25 de janeiro de 2019, três anos após o primeiro, quando do rompimento da barragem 1 da mina Córrego do Feijão, do Complexo Paraopeba, pertencente a Vale S.A, no município de Brumadinho (MG). Foram liberados cerca de 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos para o ribeirão Ferro-Carvão e sobre a estrutura de trabalho do complexo (escritórios e refeitório), atingindo duas barragens de contenção de sedimentos B 4 e B 4-A, que também se romperam. A B1 era classificada como de baixo risco. No entanto, apresentava alto potencial de danos e não dispunha de um plano emergencial, que poderia ter auxiliado na redução desses danos e nas ações após o rompimento.

A lama de rejeitos percorreu o Rio Paraopeba, atravessando 18 municípios, até atingir a Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada na represa de Três Marias, ainda em Minas Gerais, ponto em que esse curso d'água conflui com o Rio São Francisco, o mais importante da região Nordeste do país. Esse rompimento é considerado um dos acidentes de trabalho com maior número de mortes do país, uma vez que grande parte dos 272 mortos eram trabalhadores terceirizados e funcionários da empresa Vale, que se encontravam na região logo abaixo da barragem no momento da ruptura. Além dos municípios atingidos ao longo do curso do Rio Paraopeba, a lama de rejeitos afetou os municípios no entorno do lago da Represa de Três Marias, conformando, ao menos, um total de 26 municípios.

Os dois desastres implicaram em um conjunto de transformações ambientais, econômicas e sociais nos territórios atingidos, que ainda hoje – dez anos após o primeiro rompimento – não foram completamente conhecidas e mensuradas. Como resposta aos dois rompimentos, foi estabelecido um conjunto de processos e arranjos políticos e institucionais que envolveram diferentes instâncias governamentais, instituições da sociedade civil, estruturas empresariais, movimentos sociais e comunidades.

A presente pesquisa centra-se nesses desastres, considerando os diferentes processos articulados após os dois rompimentos. Entre as diversas organizações e instituições envolvidas, privilegia-se a análise das empresas, com o objetivo de examinar as estratégias empresariais engendradas nesse “contexto de desastre”, buscando compreender as formas de ação e resposta adotadas na gestão desses eventos. Mais especificamente, busca-se observar como as empresas atuaram para incidir e pautar o debate público sobre os desastres e seus desdobramentos. Quais mecanismos foram empregados na tentativa de silenciar vozes dissonantes e retirar a agência dos sujeitos críticos envolvidos nesses contextos? Quais argumentos e estratégias empregaram a respeito dos danos provocados pelos desastres? Quais instrumentos e práticas foram utilizados para gerir a conflitividade produzida nos territórios afetados? É com o intuito de analisar e debater essas questões que esta tese se desenvolve.

Este texto introdutório foi dividido em três partes. Na primeira, busca-se contextualizar espacialmente a pesquisa, trazendo elementos histórico-geográficos sobre a região onde ocorreram os dois desastres e neles situando o debate sobre extrativismo. Na segunda parte, é apresentada a conformação do que é denominado “um campo crítico à mineração”, identificando e descrevendo a constituição das organizações que compõem esse campo, bem como o modo que se estabelece no âmbito das Ciências Humanas e Sociais brasileiras. Por fim, na terceira parte, apresenta-se a problemática, as premissas, os objetivos e a metodologia da pesquisa.

O BRASIL NASCEU, TAMBÉM, MINEIRO: EXTRATIVISMO MINERAL EM MINAS GERAIS

O adjetivo pátrio “brasileiro” se impôs, e não nos reconhecemos como brasilienses ou brasileiros, ainda que o dicionário assim reconheça quem nasce no Brasil. Sobreveio o “brasileiro”, ou seja, aquele que vive de explorar o Brasil, assim como o madeireiro vive de explorar a madeira e o mineiro, de explorar o minério. Assim, mais que adjetivo pátrio, “brasileiro” é uma caracterização substantiva de nossas oligarquias (Porto-Gonçalves, 2020a, p. 9).

O que a ocorrência de dois grandes desastres em menos de cinco anos permite dizer acerca de uma formação social e econômica? A ruptura das barragens de rejeitos de mineração em Minas Gerais demonstrou para o país um aspecto da realidade mineira perceptível em diversos municípios do estado, especialmente em

sua região central: a materialidade e a desmedida da mineração, atividade fundante do seu processo de ocupação e “desenvolvimento”.

O título desse tópico busca se relacionar com uma frase de Carlos Walter Porto-Gonçalves (2020b, p.9) que sinaliza que “[...] diferente de outros países da América Latina, como o Peru, a Bolívia, México ou o Chile, o Brasil não é um país que se tem a si mesmo como mineiro”. Essa constatação, contudo, não impede reconhecer que o histórico de ocupação do país e seu processo de formação tem como marca o extrativismo, relacionado ao latifúndio e a busca incessante por recursos naturais, dentre eles os minerais. Se o Brasil não se entende como um país mineiro, o mesmo não ocorre com o estado de Minas Gerais, que porta em seu nome a tentativa de imposição de uma certa vocação produtiva. Minas Gerais, que teve papel central na formação territorial do país, no contexto da descoberta do ouro, com a própria transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro e na industrialização nacionalista do século XX a partir do ciclo do minério de ferro. A expressão que dá nome a esta seção, “O Brasil nasceu, também, mineiro”, busca demonstrar o papel da mineração na formação e apropriação do território que se constituiu como Brasil e da própria região de Minas Gerais em todo esse processo.

Até 2013, essa dimensão “mineira” do Brasil não era um elemento presente no meu horizonte¹. Eu ainda não havia visto ou me aproximado, por exemplo, de uma mina ou lavra de minério. Nascido e criado no interior do estado de São Paulo, convivi no meu dia a dia com outra atividade econômica, já que, durante anos, fui vizinho de uma fazenda de cultivo de cana-de-açúcar. A mineração era, assim, algo longínquo, uma atividade relacionada a um ciclo da economia e a um produto importante em nossa balança comercial.

Em outubro de 2013, dois anos antes do rompimento da barragem em Mariana no Sudeste do Brasil, eu entrava, pela primeira vez, na Floresta Nacional (FLONA) de Carajás, em Parauapebas, Pará (PA), na região Norte do país, para uma visita ao mirante da mina N4, de propriedade da Vale. A mina N4 foi a primeira em operação em Carajás, ainda em 1985, projeto que ficaria conhecido com um dos maiores do mundo voltados à extração de minério de ferro. Recordo de uma primeira sensação

¹ A adoção da primeira pessoa do singular neste momento justifica-se pela necessidade de situar a posição a partir da qual esta tese é elaborada, com o objetivo de explicitar aspectos do percurso formativo e experiencial que incidiram diretamente sobre a delimitação do objeto e sobre a perspectiva analítica adotada nesta pesquisa.

de espanto, dado o gigantismo da cava aberta; perceptível pela comparação com os caminhões fora de estrada, quase não visíveis na imensidão da mina. Eu havia ido ao Pará para a realização da pesquisa de campo de um projeto que iniciei em 2012, durante a graduação em Geografia, intitulado “Territorialização da empresa Vale S.A.: conflitos socioespaciais e populações atingidas” (Vitti, 2014). Ele tinha por objetivo a análise dos conflitos envolvendo a mineração, observando, de um lado, as práticas territoriais e de expansão dos empreendimentos minerais e, de outro, as ações de mobilização e organização social das populações atingidas, sobretudo nos estados do Pará e Maranhão (MA).

Logo posteriormente, eu viria a morar, durante o ano de 2014, no município de Parauapebas (PA), em um assentamento de reforma agrária, cortado pela Estrada de Ferro Carajás – que transporta o minério de Carajás até o Porto de Itaqui, no Maranhão. Nesse período, ainda que de forma breve, pude começar a compreender as implicações sociais e materiais da vida em uma cidade com uma suposta “vocação mineradora”, ou uma “cidade minerada”² (Carvalho; Jácome, 2025), profundamente transformada e constituída pela lógica do extrativismo (Castriota, 2021). A “região de Carajás”, que contempla diversos municípios do Pará, como Parauapebas, Marabá, Can  a dos Carajás e Eldorado dos Carajás, tem sua história atrelada    mineração a partir da década de 1960, com a descoberta dos depósitos minerais e, principalmente, a partir da década de 1980 com a instala  o dos empreendimentos minero-met  licos. A mineração induziu processos de urbaniza  o na região, promovendo a reconfigura  o espacial e social e implicando um histórico de conflitos fundiários, violências e determina  es territoriais³.

² O termo “cidade minerada”    bastante utilizado pelos movimentos sociais e popula  es em conflito com a minera  o, que buscam dar ênfase    aço direta das empresas nos territórios. O uso desse termo, para Carvalho e Jácome (2025, n.p) segue na mesma perspectiva e objetiva destacar que “   o próprio espaço urbano que tem seu território diretamente explorado pelas opera  es minerárias, o que se d   de modo verticalizado, a partir de decisões tomadas longe destas cidades e de suas popula  es. São, portanto, espaços urbanos em certa medida sujeitos a megaempreendimentos que condicionam a realidade política e econ  mica local, limitando sobremaneira seu desenvolvimento”.

³ Para a rela  o entre minera  o e urbaniza  o na Amazônia, ver Castriota (2021); para a rela  o entre minera  o e conflitos fundiários na região de Carajás, ver Barros (2024).

Figura 2 - A mina de Carajás à esquerda e o centro urbano de Parauapebas à direita, separados pela Floresta Nacional (Flona) de Carajás⁴.



Fonte: Google Earth (2025).

No entanto, mesmo que a “região de Carajás” seja um símbolo do projeto minerador contemporâneo – com cidades dependentes e completamente vinculadas à atividade extrativa e aos setores a ela associados – a extração em si, as áreas de cava, estão ocultadas e protegidas por um mosaico de áreas de proteção ambiental, que funcionam como uma “barreira verde” (Ribeiro dos Santos, 2018), ou um “cinturão verde” (Barros, 2024), à ocupação por garimpeiros, posseiros, movimentos sociais ou outras mineradoras. Como aponta Castriota (2021, p.74), “a natureza faz o trabalho do muro. Uma espécie de escudo cerca os 411 mil hectares da FLONA, de onde não se pode simplesmente entrar ou sair furtiva ou sorrateiramente”.

Quadro muito diferente apresentam as “cidades mineradas” em Minas Gerais, seja por seu processo histórico de ocupação, seja por suas características espaciais atuais – ainda que conectadas pela economia política da mineração e pela imposição das condições sociais de um “enclave extrativo” (Araoz, 2020). No referido estado, a extração de minérios, além de ser um fator determinante na conformação social,

⁴ As duas outras pequenas “manchas” no interior da Flona são o aeroporto de Carajás – feito para atender as demandas da mineração – e o núcleo urbano de Carajás, onde moram alguns dos funcionários, uma típica *company town*, com um contraste gritante com a cidade de Parauapebas.

espacial e econômica da região, é elemento presente na paisagem de forma quase que inexorável, ou melhor, assim se pretende ser.

Em 12 fevereiro de 2019 cheguei a Brumadinho pela primeira vez. Havia se passado apenas 17 dias desde o rompimento das barragens da Vale no Córrego do Feijão. O objetivo da viagem era buscar observar como estavam se dando – no início de uma situação de desastre – as práticas que eu vinha estudando até então a partir do caso do desastre da Samarco/Vale/BHP⁵. A situação no município era bastante conturbada, como era de se esperar. Um sem-número de organizações sociais, movimentos, pesquisadores, órgãos do Governo e jornalistas estavam na cidade, o que tornava mais difícil a entrada em campo. Foi nesse contexto que entrei em contato com algumas pessoas que conhecia em Minas Gerais e descobri que o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) – que eu já havia tido um contato próximo durante o meu período de pesquisa no Pará – estava com uma brigada de solidariedade em Brumadinho⁶. Me pareceu uma forma interessante para me aproximar do campo a partir de um interlocutor e não adentrar nesse “território em desastre” sem nenhum tipo de vínculo.

A partir desse momento pude acompanhar algumas reuniões com participação das pessoas atingidas promovidas pelo poder público, por organizações da sociedade civil, movimentos sociais e pela Vale, que demonstravam que o foco nesse primeiro mês eram as questões emergenciais: quem está sem água? Como transportar as pessoas que estão do outro lado da margem do Paraopeba? A água pode ser usada para irrigação e dessedentação animal? O que fazer? No entanto, mais do que essas preocupações emergenciais, a grande tônica e elemento que pautava o desastre era a perda das vidas humanas. Com pouco menos de 40 mil habitantes à época, era impossível conversar com alguém que não conhecesse algum amigo ou familiar que tivesse morrido no rompimento das barragens da Vale.

⁵ É adotado no texto “desastre da Samarco/Vale/BHP” para se referir ao rompimento da barragem de rejeitos no Rio Doce e “desastre da Vale” para o rompimento no Rio Paraopeba, de forma a sempre dar destaque ao papel das empresas tanto na situação que deflagrou o desastre, como nos mecanismos posteriores aos rompimentos.

⁶ O movimento desenvolve a lógica de brigadas de solidariedade em casos envolvendo diversos conflitos com a mineração. A chamada Brigada “Carlos Drummond de Andrade” já havia atuado no caso do desastre da Samarco/Vale/BHP, além de outros casos, como da mineração de ferro em Conceição do Mato Dentro (MG), de propriedade da empresa inglesa Anglo American e no desastre envolvendo diversos bairros urbanos em Maceió (AL), provocado pela mineração de sal gema pela empresa Braskem.

Fotografia 1 - Área atingida pela lama de rejeitos no Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG).



Fonte: acervo pessoal do autor, 15 de fevereiro de 2019.

A partir do acompanhamento das ações do MAM no território pude ter um primeiro contato com algumas das comunidades⁷, como o Parque da Cachoeira e o Córrego do Feijão, que foram diretamente afetados. É impossível esquecer a sensação ao olhar pela primeira vez aquele “mar de lama” a partir de uma das casas do Córrego do Feijão que ficava em um terreno elevado. A comunidade do Córrego do Feijão, surgida antes mesmo da criação da cidade de Brumadinho, tem sua relação com a mineração originada na década de 1945, com a primeira concessão de lavra para a empresa Companhia de Mineração Ferro-Carvão que, posteriormente, na

⁷ No texto da tese muitas vezes uma localidade será referida com seu referencial geográfico – bairro ou distrito, por exemplo – ou como comunidades. Ainda que seja utilizada de maneira intercambiável, a perspectiva do uso de comunidade busca dar ênfase ao caráter de proximidade e experiência comum da população determinado território. O termo também é bastante utilizado pela própria população atingida ao se referir aos seus locais.

década de 1970, passaria para a empresa Ferteco, controlada pelo grupo alemão ThyssenKrupp Stahl AG (TKS).

Em 1976 é construída a barragem B1 para conter os rejeitos produzidos no beneficiamento do minério de Ferro⁸. Apenas em 2001, no contexto da expansão de suas aquisições, a mina do Córrego do Feijão passou a ser operada pela Vale, após a compra da empresa Ferteco por R\$ 700 milhões. Além da mina, a Ferteco era a proprietária de um terminal portuário em Sepetiba (RJ) e 10% do capital da MRS Logística, empresa responsável pela ferrovia que liga Minas Gerais ao Rio de Janeiro e a São Paulo. Em janeiro de 2019, momento do rompimento da barragem, a Vale mantinha na unidade de Córrego do Feijão mais de 600 funcionários e havia produzido, no ano anterior, 8,5 milhões de toneladas de minério de ferro, o equivalente a 2% da produção da Vale naquele ano (Quintão, 2023).

Ainda que a paisagem produzida pelo rompimento fosse avassaladora, não menos impactante era a materialidade da mineração na cidade de Brumadinho. Muito diferente do que descrevi a respeito da mineração no sudeste do Pará, a mineração está entranhada na paisagem urbana das cidades mineiras. A casa em que a brigada do MAM estava localizada ficava no bairro Monte Cristo, no meio do caminho entre a sede do município e o bairro Tejuco⁹. O Tejuco, logo no início do rompimento, teve uma grande importância logística. Com a destruição da ponte de Alberto Flores, que ligava as áreas rurais de Brumadinho à sede do município, os dois principais caminhos disponíveis entre esses dois locais eram pela Serra do Rola Moça, o que implicava em deslocamento de mais de duas horas em alguns casos, ou por dentro da mina da Jangada, que era de propriedade da Vale e foi liberada para viabilizar a comunicação com os distritos da zona rural.

O Tejuco estava na passagem desse trajeto, o que me fez conhecer a comunidade logo na minha chegada em Brumadinho, em 2019. A paisagem é bastante impactante, pois as áreas de cava estão muito próximas às casas, o que produz uma série de danos e incômodos à comunidade que convive diariamente com a mineração como vizinha. Na fotografia a seguir, capturada em uma das visitas a Brumadinho, a

⁸ A barragem seguiu o método de alteamento a montante, no qual os próprios rejeitos são utilizados na formação de diques que vão sendo elevados. Esse mesmo método foi utilizado na barragem de Fundão, em Mariana (MG). A B1 passou por dez alteamentos até 2013, e deixou de receber rejeitos apenas em 2016.

⁹ Um mapa das comunidades e localizações de Brumadinho pode ser consultado na página 111.

partir da praça é possível observar um pouco dessa dimensão “minerada” a que algumas comunidades e cidades estão sujeitas.

Fotografia 2 - Mineração no bairro Tejuco, em Brumadinho (MG).



Fonte: acervo pessoal do autor, agosto de 2025.

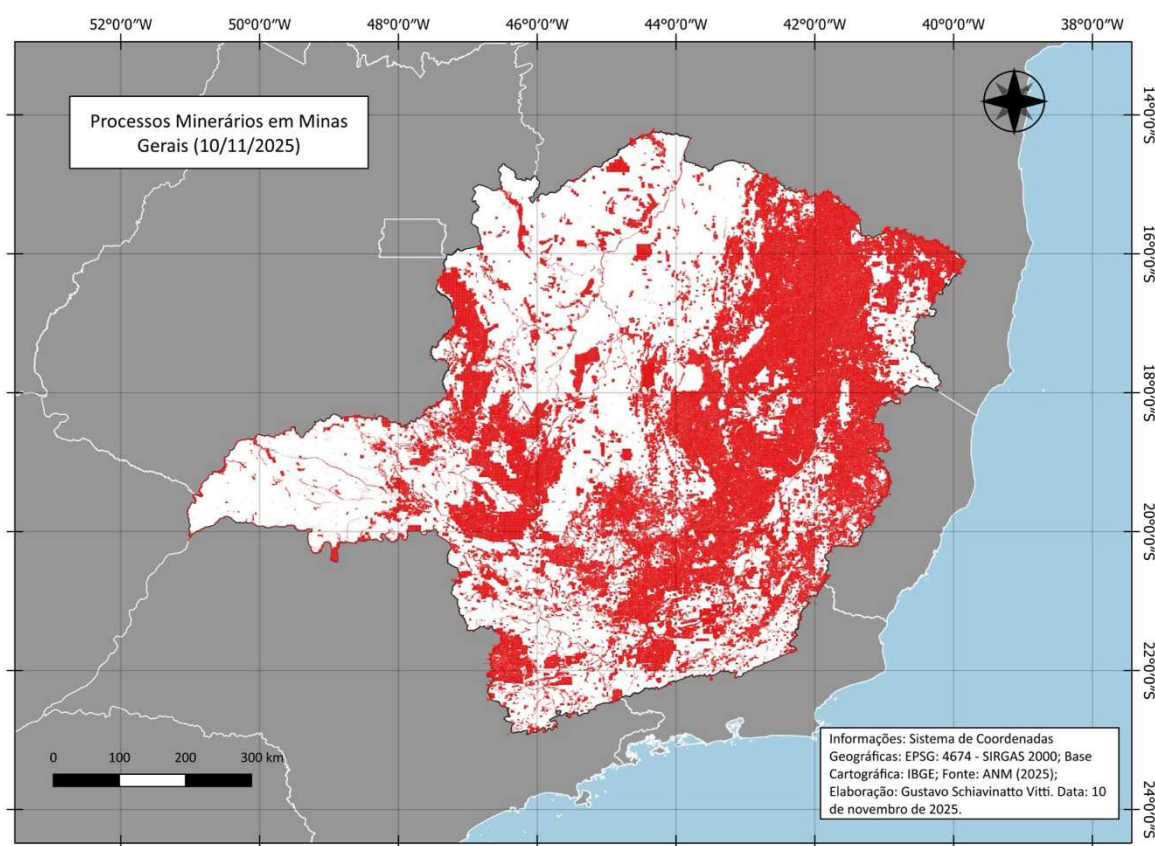
Essa não é uma realidade apenas do Tejuco¹⁰ – que se encontra cercado por três mineradoras: Mineral do Brasil, Tejucana e Vale – mas de diversas outras comunidades e cidades do estado de Minas Gerais, como Nova Lima¹¹, Conceição do Mato Dentro, Santa Bárbara, Catas Altas, Mariana e Itabira, com o Pico do Cauê, símbolo do processo de destruição da paisagem pela mineração, tão bem apresentado pelo poeta Carlos Drummond de Andrade em diferentes momentos de suas obras.

¹⁰ Além dessas três mineradoras, há outras três com atividades de extração no município de Brumadinho: Mineração Ipê, Mineração Ibirité e Ferrous (que foi adquirida pela Vale em 2019).

¹¹ A partir da expressão “a gente está no centro deles” e “a gente morava dentro da mineração” Rocha e Baltazar (2024), trazem um relato que expressa os elementos que aqui buscamos destacar, a partir da influência da mineração – desde o século XIX, com a Mina de Morro Velho – na vida da população do bairro Mingu, em Nova Lima.

A mineração, no entanto, não se impõe às comunidades e cidades apenas como uma paisagem no horizonte, mas busca também se estabelecer como um fato, abarcando a economia, a política, a cultura e a sociedade. A paisagem das “cidades mineradas”, seja a partir de suas cavas ou da lama de rejeitos que atravessa comunidades, é um reflexo da constituição histórica do modo como a mineração tem se espacializado e operado no Brasil. No mapa a seguir, é possível observar esse interesse extrativo sobre o território de Minas Gerais a partir dos processos minerários no estado¹².

Figura 3 – Mapa dos processos minerários em Minas Gerais (10/11/2025).



Mesmo com uma história distinta dos territórios colonizados pela Espanha, a mineração teve um papel importante no processo de ocupação do país, sobretudo do território que hoje conforma Minas Gerais, envolvendo dois grandes ciclos temporais:

¹² O mapa traz os processos minerários sem identificá-los por tipos, incluindo, assim, requerimento de pesquisa, autorização de pesquisa, requerimento de lavra, concessão de lavra, requerimento e registro de licenciamento etc. dos quais se destaca que cerca de metade do total de processos minerários é de autorização de pesquisa.

um associado à mineração no período da Colônia e do Império, concentrado na exploração de ouro e de pedras preciosas; e um segundo, a partir de meados do século XX, mais diversificado, vinculado, principalmente, ao minério de ferro.

Como sinaliza João de Paula (2007, p. 279), em Minas Gerais a mineração foi “uma atividade nuclear, decisiva, responsável pela especificidade do processo de constituição histórica da região”. Impossível, assim, dissociar o histórico de ocupação da região das práticas empresariais extrativas da mineração e os desastres por elas produzidos. A “tradição mineradora” da região central de Minas Gerais remete ao século XVII, com a descoberta do ouro de aluvião pelos bandeirantes paulistas. A partir desse momento, vão se formando os primeiros núcleos, situados ao longo dos cursos d’água, que posteriormente viriam a constituir as primeiras vilas da região.

Esse primeiro ciclo de exploração, que marca a origem do estado de Minas Gerais, vai até meados do século XVIII, com o esgotamento das reservas de ouro que estavam na superfície (Machado, 2009; Ferrari et al., 2020). Já nesse primeiro período, a mineração passa a ter um papel importante na economia e na vida política do futuro território brasileiro, ainda que concentrada apenas na região de Minas Gerais. Isso configurou uma alteração na sociedade colonial portuguesa, sustentando a tríade entre acumulação primitiva, mercantilismo e empresa colonial, além de impulsionar a implementação de formas capitalistas de produção no país.

No século XIX, o minério de ferro de Minas Gerais, até então secundário em relação ao ouro, passa a atrair investidores internacionais em razão da crescente industrialização inglesa e da demanda por recursos naturais (Machado, 2009). Já no século XX, a região passa a ter um papel central na perspectiva de desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse período, grupos estrangeiros, principalmente de capital inglês e estadunidense, passam a adquirir áreas de jazidas de ferro no país, dentre as quais a *Brazilian Hematite Syndicate*, que em 1911 viria constituir a *Itabira Iron Ore*. O pensamento político-econômico nacionalista que guiava o debate sobre desenvolvimento no Brasil à época se vinculava a uma oposição pelo governo brasileiro à exploração mineral por capital estrangeiro, o que fez com que as operações em Itabira só fossem iniciadas na década de 1930, com a associação entre a *Itabira Iron Ore* e empresários brasileiros, consolidando a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia (CBSM).

Uma das mudanças que possibilitaram a reconfiguração da mineração no Brasil ao longo do século XX está relacionada aos processos políticos estabelecidos entre as décadas de 1930 e 1940, entre os quais se destaca a assinatura dos Acordos de Washington entre Brasil, Estados Unidos e Inglaterra. Esses acordos contribuíram para reforçar o caráter estratégico da mineração na economia nacional, em um contexto marcado pela crise econômica que se seguiu a 1929.

Nesse contexto, foram criadas a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atual Vale, empresa responsável pelos dois desastres aqui analisados. A Vale foi formada a partir do patrimônio da antiga CBMS e da Companhia Itabira Mineração e passou a ser a responsável pela exploração de minério de ferro na região do vale do Rio Doce e pela operação da Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM) e do porto em Vitória (ES), centrais para garantir a exportação para o mercado internacional do minério de Minas Gerais. Nesse cenário, a Vale foi criada com o objetivo de assegurar ao mercado internacional o acesso às jazidas de mineração de ferro localizadas no estado de Minas Gerais, e ao mesmo tempo, possibilitar as bases materiais para o processo de industrialização brasileiro (Milanez et al., 2019). A empresa, entre 1952 e 1997, esteve sob controle do governo federal, desempenhando um importante papel nas decisões do Estado brasileiro no que diz respeito à mineração. Sua privatização, em 1997, envolveu uma série de críticas e demarcou, em alguma medida, uma mudança da postura do Estado brasileiro em relação ao setor mineral, imbricada a introjeção da lógica liberalizante na relação Estado-mercado.

Nas décadas seguintes, após a criação da Vale, a região central de Minas Gerais, conhecida como Quadrilátero-Ferrífero, passou a experienciar uma crescente abertura de novas minas e estruturas voltadas à extração e consolidou, a partir de uma ação estatal e corporativa, a sua “vocação mineral”. Carvalho e Jácome (2025) falam de uma “invenção” do Quadrilátero-Ferrífero, província mineral que corresponderia    região mineradora central-oeste do século XIX.

Machado (2009), ao tentar identificar as origens do termo, sinaliza que apesar de ser difícil apontar seu primeiro uso, a sua adoção, por estudos oficiais do Estado brasileiro, data da década de 1950, justamente no contexto de expansão da exploração de minério de ferro na região.   , inclusive, nesse cenário, que se inserem os dois projetos de mineração que culminaram nos desastres analisados nesta tese.

Como já foi destaque nessa introdução, a mina do Córrego do Feijão em Brumadinho passou a ser explorada na década de 1970 pela empresa Ferteco. Foi também na década de 1970 que a Samarco iniciou as operações na mina Alegria, que compõem o complexo de Germano em Mariana.

Em 1973, foi criada a empresa Samarco Mineração S.A., como uma *joint venture* entre a empresa brasileira S.A. Mineração da Trindade (Samitri), detentora de 51% do capital, e a empresa estadunidense *Marcona Corporation*, com 49%. A companhia iniciou suas operações em 1977, contando com uma mina de minério de ferro, um mineroduto, uma unidade pelotizadora e um porto. Em 1984, a então empresa australiana *Broken Hill Proprietary Company Limited* (que em 2001 se fundiu com a empresa inglesa *Billiton Mining Company* formando a BHP Billiton) adquiriu a *Marcona Corporation*, passando a controlar 49% das ações da Samarco. Em 2001, ocorreu a compra da Samitri pela empresa Vale, no valor de R\$ 971 milhões, absorvendo, portanto, as ações da Samarco. Esse processo se deu no mesmo contexto de expansão em que adquiriu a empresa Ferteco que operava no Córrego do Feijão. Por meio de um acordo entre Vale e BHP, as duas empresas passam a deter 50% da Samarco. Desde o início, centrou sua produção na concentração de itabiritos (minérios com menor teor de ferro) por flotação (uso de água), no objetivo de formar pelotas para a venda no mercado internacional, sendo esse seu principal produto de exportação, seguido dos minérios finos. A exploração de minérios com menor teor passou a exigir a implantação de grandes estruturas para a contenção dos rejeitos produzidos no processo de beneficiamento, entre as quais se destaca a barragem de Fundão, criada em 2006.

Esse quadro de expansão dos processos de exploração mineral em Minas Gerais permeou todo o restante do século XX, e se intensificou no início do século XXI, com o cenário de avanço dos preços das *commodities* minerais. A mineração foi se consolidando não apenas como uma atividade associada ao processo histórico de formação e ocupação da região, mas estabeleceu também um papel central na economia e na política do estado, o que influenciou o rumo de muitas decisões relacionadas ao desenvolvimento econômico, a realocação de projetos e a pauta ambiental, em detrimento de outras atividades. O espraiamento da influência da mineração no Estado também se materializa no investimento privado direto das empresas em uma diversidade de projetos sociais e culturais, além do financiamento

às múltiplas iniciativas de organizações públicas e da sociedade civil. A Vale, em especial, mesmo após a sua privatização tem um papel significativo na definição dos rumos do setor da mineração no país e na configuração da economia do estado de Minas Gerais, conformando um “poder particularmente elevado na relação com os agentes públicos, tanto na esfera federal, quanto na estadual. Isso pode ser percebido a partir do financiamento de campanha, do acesso privilegiado a esferas de decisão e do uso da ‘porta giratória’”¹³ (Milanez et al., 2019, p. 271).

A intensificação do processo de exploração mineral no início do século XXI se insere em um processo mais amplo de avanço do extrativismo capitalista em grande escala, que levou alguns autores a nomear esse período como de um novo extrativismo ou neoextrativismo (Gudynas, 2009; Acosta, 2012; Svampa, 2012; 2019). O extrativismo seria essa modalidade de acumulação histórica, determinada pelas demandas dos centros econômicos do capitalismo nascente (Acosta, 2012; Svampa, 2019), um dispositivo-chave de reprodução da integração subalterna dos países latino-americanos – mas também asiáticos e africanos – ao sistema-mundo (Araoz, 2020). Para Svampa (2019), o uso de neoextrativismo busca dar ênfase ao caráter de superexploração de bens que inclui “mais que as atividades tradicionalmente consideradas extrativista”, englobando, por exemplo, as grandes obras de infraestrutura e todas as formas de monoprodução. O neoextrativismo envolveria um modelo político, sociopolítico e territorial pautado na larga escala dos empreendimentos e na tendência de ocupação intensiva dos territórios. Seria, por consequência, uma certa exacerbação das lógicas centrais do extrativismo.

Acseirad (2022) acrescenta que, além dessa subordinação pautada na especialização produtiva – própria do extrativismo – haveria uma subordinação financeira, tendo em vista a apropriação de rendas extraordinárias pelas empresas extrativas (Paulani, 2012) e uma submissão ecológica. Essa submissão ecológica estaria vinculada ao novo formato de inserção internacional da economia latino-americana, em que ocorreria a transferência de atividades com elevados impactos socioambientais para os países do Sul. Pode-se falar, inclusive, em uma certa especialização produtiva “para o risco” nos territórios dos países periféricos,

¹³ Desde 2015, no Brasil é proibido o financiamento de campanhas eleitorais por empresas, a partir de um entendimento de que isso desequilibrava o processo eleitoral no país. O mecanismo de porta-giratória trata da circulação de profissionais – sobretudo de alto escalão – entre empresas e órgãos do Estado, o que sinaliza a influência do setor corporativo mineral nas decisões voltadas a regulação do setor.

decorrente dessa “divisão internacional ecológica do trabalho”, que sinaliza Acseirad (2022). Nessa divisão,

as periferias passaram, [...] a ser não só provedoras de matérias primas e bases para a acumulação primitiva continuada, tal como no papel por elas desempenhado no período colonial e protoindustrial, mas tornaram-se também fornecedoras de espaços para a realocação de atividades ambientalmente predatórias” em um movimento de constituição dos “espaços não-mercantis das águas, da atmosfera e dos sistemas vivos em local de destino dos resíduos invendáveis da extração intensiva de matéria e energia (Acseirad, 2022, n.p.).

No caso da mineração no Brasil, especialmente em Minas Gerais, essa tripla dependência articulada, portanto: i) uma certa postura do Estado em priorizar as atividades mineradoras frente a outras atividades produtivas, tanto no que diz respeito ao aspecto mais territorial, marcado pela “primazia do subsolo”, como pelo investimentos em estruturas produtivas totalmente voltadas à exportação – vide o uso quase monofuncional das ferrovias que atendem o setor mineral; ii) um arcabouço legal que garante essa apropriação de rendas extraordinárias, que perpassa pela própria dimensão fiscal e de impostos do setor, como pelo uso de instrumentos e processos não propriamente legais voltados a garantia da instalação de projetos – vide a Operação Rejeito, deflagrada pela Polícia Federal em 18 de setembro de 2025, que colocou luz ao esquema de corrupção entranhado no sistema ambiental de Minas Gerais; iii) a permissividade de instalação e expansão (quase) sem limites de estruturas voltadas à extração, como as próprias barragens de rejeitos, com capacidade de produção de danos massivos a comunidades, como os dois desastres aqui analisados demonstraram.

A CONFORMAÇÃO DE UM CAMPO DE CRÍTICA À ATIVIDADE MINERÁRIA NO BRASIL

Após essa contextualização mais geral do contexto geográfico no qual a tese se situa, julgou-se pertinente indicar o caminho desta pesquisa, ou melhor, o caminho traçado pelo pesquisador no campo das análises sobre a mineração e mais especificamente das estratégias e práticas empresariais em contexto de desastre, tendo em vista como esse processo se dá em relação com as críticas às atividades minerais no Brasil. Esse esclarecimento permitirá indicar as bases dos objetivos que mobilizam a pesquisa de tese aqui apresentada. Pretende-se realizar essa articulação

entre as etapas da trajetória acadêmica que culminam nesta pesquisa e o contexto nacional, no que diz respeito às conjunturas política e econômica do setor mineral, conjuntamente com as questões relacionadas ao debate acadêmico nas Ciências Humanas e Sociais e às suas articulações com a sociedade civil organizada.

Como já destacado, em 2012, iniciei uma análise dos conflitos envolvendo a mineração, observando, de um lado, as práticas territoriais e de expansão dos empreendimentos minerais e, de outro, as ações de mobilização e organização social das populações atingidas. Até esse período, sobretudo até o começo dos anos 2000, pesquisas e trabalhos sobre o setor mineral no país, no campo das Ciências Humanas e Sociais, ainda eram esparsos, como aponta Lamoso (2001), para a Geografia, e Zhouri (2018), para a Antropologia. As exceções eram algumas pesquisas que se debruçavam sobre alguns casos em Minas Gerais – estado, como demonstrado, historicamente afetado pelos empreendimentos minerais – e no Pará, estado que se consolidou como grande fronteira para o projeto extrativo a partir dos anos 1980¹⁴ (Coelho, 2015). Trabalhos abordando os conflitos sociais na mineração eram ainda menos presentes, diferentemente, por exemplo, dos conflitos agrários envolvendo o agronegócio, já largamente trabalhados no Brasil por estudos da Geografia e Sociologia, como aponta Gonçalves (2021)¹⁵.

Essa certa “invisibilização” da temática na pesquisa científica das Ciências Humanas e Sociais nesse período se associa também ao fato de haver pouca expressividade em âmbito nacional de organizações e movimentos sociais atuantes frente aos conflitos relacionados à mineração (Wanderley, 2009, 2012; Vitti, 2014). No entanto, alguns pesquisadores e algumas teses e dissertações passaram a se

¹⁴ Sinalizar que os trabalhos eram mais esparsos não significa falar de uma inexistência de estudos sobre a questão da mineração, que foi objeto de um conjunto de trabalhos, sobretudo a respeito da questão do desenvolvimento e do impacto regional desses empreendimentos. Dentre as pesquisas desse período anterior, pode-se destacar, por exemplo, os estudos de Maria Cecília Minayo, relacionados à questão dos trabalhadores da indústria extrativa desde a década de 1980 e as mudanças na relação desses trabalhadores com a empresa Vale a partir da privatização da na década de 1990; bem como os estudos de Maria Celia Nunes Coelho e Maurílio de Abreu Monteiro, realizados entre as décadas de 1980 e 1990, sobre o caso os projetos de mineração em Carajás e seus desdobramentos a partir da logística e da siderurgia na região.

¹⁵ Zhouri (2018, p.13) tratando da antropologia aponta que “a mineração figura em estudos pontuais e tangencialmente à interface antropologia e desenvolvimento”, indicando que esse hiato “pode também remeter a uma agenda de pesquisa mais convencionalmente vinculada ao campo da etnologia indígena e da Floresta Amazônica no país, em que as forças destrutivas são geralmente identificadas pela conexão entre madeireiras, fazendeiros e hidrelétricas. De todo modo, essa situação não deixa de ser surpreendente ao considerarmos séculos de atividades minerárias em Minas Gerais, bem como as explorações de minério de ferro e outros minerais na Amazônia desde meados do século XX, sobretudo durante a ditadura civil-militar que coincide com o boom mineral dos anos 1970 e 1980”.

debruçar sobre a questão da articulação entre desenvolvimento econômico e a atividade mineral e sobre os conflitos, impactos e determinações territoriais relacionadas diretamente à mineração¹⁶. É nesse momento de passagem da primeira para a segunda década dos anos 2000 que surge um interesse mais amplo nas Ciências Humanas e Sociais brasileiras acerca da problemática da mineração, reflexo, de um lado, da expansão dos projetos minerais nessa década e, de outro, do avanço do debate e das ações no seio da sociedade civil organizada.

Ainda que desde a década de 1990 existissem algumas experiências de enfrentamento aos projetos extrativos¹⁷, não se configuravam ações de caráter regional ou nacional que equacionassem a mineração como uma questão ou uma problemática (Wanderley, 2012; Vitti, 2014; 2017). Ao longo dos anos 2000, com o crescente investimento e ampliação das atividades do setor mineral em todo o território nacional, diversas organizações e comunidades passaram a vivenciar conflitos com empreendimentos de mineração em seus territórios.

O ano de 2007 foi bastante emblemático em decorrência da ocupação, por cerca de seis mil pessoas durante 40 dias da Estrada de Ferro Carajás (EFC), de propriedade da empresa Vale S.A. em Parauapebas (PA), em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra¹⁸ (MST). Essa ocupação foi reflexo do processo de ampliação dos conflitos envolvendo a mineração, que estava afetando diversas áreas de atuação do MST, levando ao aprofundamento do debate acerca da necessidade tanto de uma ação mais organizada frente ao setor extrativo mineral como de estudos embasando essa ação. O aprofundamento desse debate a nível nacional consolidou duas importantes iniciativas que demarcam uma mudança no quadro de crítica ao projeto extrativo mineral no Brasil, o Comitê em Defesa dos Territórios Frente à Mineração e o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

O Comitê em Defesa dos Territórios Frente à Mineração foi criado em maio de 2013 em Brasília (DF), a partir da ação de diversas organizações, entre movimentos

¹⁶ Sem buscar demonstrar o conjunto dos estudos desse período pode-se destacar alguns dos trabalhos produzidos nesse momento na Geografia (Lamoso, 2001; Wanderley, 2009; Golçalves, 2012) e na Sociologia (Coelho, 2012).

¹⁷ Algumas dessas iniciativas e elementos desse processo podem ser encontrados em Pastor (2010), Wanderley (2012) e Vitti (2016; 2021).

¹⁸ O MST é um movimento social brasileiro, surgido na década de 1990, que tem como principal pauta a luta pela reforma agrária no país.

sociais, ambientalistas, Organizações Não-Governamentais (ONGs), sindicatos e grupos de pesquisa. Já o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) foi criado oficialmente em 2013¹⁹, com a participação de lideranças de processos organizativos em conflito com a mineração situados em dezessete estados brasileiros.

A criação de um movimento nacional voltado à questão mineral tinha muitos objetivos. O principal deles era o de promover uma mobilização frente ao atual modelo mineral no país, que é pautado nos interesses das empresas e das organizações representativas do setor empresarial mineral. Nesse sentido, o movimento tem buscado defender os direitos das populações atingidas por toda a cadeia de processamento e transporte de minério, além de propor a construção de um novo modelo de exploração dos bens minerais. Esses objetivos foram desenvolvidos em várias frentes de atuação que incluem garantir o direito das populações aos seus territórios, incluindo a construção de áreas livres de mineração e de garimpo; mudar os critérios tributários e de alocação das rendas originárias da atividade mineradora; questionar a prevalência do capital estrangeiro sobre o setor; entre outras pautas.

Para atingir esses objetivos, desde sua criação o movimento veio construindo diversas estratégias e táticas de atuação em diferentes níveis: local, regional, nacional e internacional. No nível local, o movimento tem criado e fortalecido núcleos de base, formados por pessoas afetadas pela mineração para permitir espaços de discussão, articulação, representação e pressão em diversos contextos, promovendo processos de formação e construção de identidade, os quais decorrem do trabalho de base e das formas populares de comunicação. No nível regional, tem realizado processos de intercâmbio de experiências entre os grupos afetados, com a definição de estratégias de atuação frente às diversas empresas e projetos, bem como frente aos órgãos públicos competentes. Nos níveis nacionais e internacionais, o movimento se articulou com diversas outras organizações e passou a atuar em diversas frentes, principalmente no debate sobre a legislação do setor, seja no diz respeito ao código mineral, impostos ou mineração em terras indígenas.

O movimento, conforme indicado em seus documentos (Trocate; Andrade; Vieira, 2015), considera estar em processo de formação, ou seja, vem se constituindo como resultado de muitas articulações e experiências em torno da temática mineral.

¹⁹ Apesar da criação oficial do MAM ser em 2013 em Brasília (DF), foi em Parauapebas (PA), em 2012, que foi realizada uma reunião com trinta e seis lideranças de oitos estados brasileiros, que vai definir e consolidar as bases para conformação do movimento a nível nacional (Zonta, 2013).

Como etapas desse processo de formação pode-se destacar os cursos de formação de militantes que ocorrem anualmente desde 2014 na Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema (SP), e a realização do I Encontro Nacional do movimento, em maio de 2018, na cidade de Parauapebas (PA), na região de Carajás – principal área de exploração de minério de ferro do Brasil – e do II Encontro Nacional, em Fortaleza (CE), em agosto de 2025. Esses encontros contaram com a presença de militantes, pesquisadores, lideranças e populações afetadas de diversos estados brasileiros onde há presença de projetos de mineração, além de representantes de movimentos sociais de outros países. Tais ações buscaram, ainda, consolidar o programa e as bases políticas do movimento²⁰, que já vinham sendo construídas ao longo dos anos por meio do trabalho cotidiano do movimento.

A conjuntura política e econômica nacional em que ocorre a criação dessas duas organizações é marcada pela expansão dos projetos de mineração – processo que teve início nos anos 2000 – alavancados por um contexto de preços elevados das *commodities* minerais e fortalecimento do setor, por meio de iniciativas, como o Plano Nacional de Mineração (2010-2030) e o debate do novo marco legal da mineração, discutido pelo Ministério de Minas e Energia e pela Casa Civil entre 2009 e 2012, lançado pela então presidenta Dilma Rousseff em 2013, no escopo do Projeto de Lei nº 5807/2013. Essas medidas encontraram resistência por parte de diversos setores, tanto da sociedade civil organizada²¹, como de órgãos do Estado e das empresas mineradoras e de suas organizações, tendo sua redação modificada por meio de um substitutivo preliminar de nº. 37/2011 na Câmara dos Deputados, apresentando duas versões: uma de novembro de 2013 e uma de abril de 2014 (Santos; Milanez, 2014).

A questão relativa às mudanças na regulamentação das atividades minerais no Brasil foi, até esse momento, um dos principais aspectos da atuação dos movimentos sociais e da pauta das pesquisas e debates acadêmicos. No que diz respeito à ação estatal, diversas medidas e alterações regulatórias incidentes sobre o setor foram

²⁰ Em junho de 2023, no estado de Minas Gerais, ocorreu o primeiro encontro estadual do movimento, reunindo cerca de 300 pessoas envolvidas com o debate da mineração ou em situação de conflito com algum projeto minerador, de diversas regiões do estado. Esse encontro definiu também um dos marcos na atuação crítica frente ao extrativismo mineral no estado onde ocorreram os dois desastres trabalhados nessa pesquisa.

²¹ A questão do novo marco legal para a mineração foi um dos principais temas de atuação do Comitê em Defesa dos Territórios frente à mineração, que buscava analisar e debater os interesses por trás das propostas de regulamentação para o setor, levantando e analisando inclusive os dados relativos às doações de empresas mineradoras para as campanhas eleitorais (Oliveira, 2014).

realizadas nos últimos anos durante os governos dos ex-presidentes Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022)²².

O ponto de virada dos estudos sobre mineração no Brasil a partir dos desastres envolvendo barragens de rejeitos

O mês de novembro de 2015 marca um novo momento da crítica à atividade minerária no Brasil. O rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana, demonstrou para o conjunto da sociedade brasileira o potencial de impactos e danos decorrentes da exploração mineral, expresso então no maior desastre do gênero no mundo (Bowker; Chambers, 2016; 2017). A dimensão e extensão dos danos e as questões relativas à fiscalização, risco, licenciamento, financiamento e responsabilização passaram a pautar o campo midiático, a ação do Estado, o debate acadêmico e a atuação dos movimentos e organizações sociais no país nesse período.

Bowker e Chambers (2017) apontam, inclusive, que conjuntamente ao desastre de Mount-Poley no Canadá, em 2014, o rompimento da barragem de Fundão colocou em debate internacionalmente a questão do risco de rompimento de barragens de mineração.

Embora precedidos por 40 eventos de falhas catastróficas em todo o mundo, duas falhas catastróficas altamente visíveis — Mt Polley no Canadá (2014) e Fundão no Brasil (2015) — trouxeram à tona a primeira reavaliação global desse pressuposto antiquado de que os impactos da mineração são inevitáveis e compensados por uma necessidade e benefício público maiores (Bowker; Chambers, 2017, p.1, tradução nossa).

No Brasil, o desastre da Samarco/Vale/BHP inaugurou um campo de estudos sobre conflitos e impactos relativos à mineração e barragens de rejeitos na academia brasileira. Inúmeras pesquisas passaram a ser realizadas, desde áreas como Engenharia e Geologia até todo o campo das Ciências Humanas e Sociais. A temática passou a integrar, em grande medida, os estudos sobre conflitos socioambientais no Brasil, refletindo-se no aumento de dissertações e teses voltadas especificamente aos desastres, mas também a outros conflitos envolvendo empreendimentos minerários. Esse movimento implicou na criação de Grupos de Trabalho e proposição de textos e

²² Foi realizado em um capítulo de livro uma análise dessas medidas e uma abordagem histórica das mudanças regulatórias do setor a partir de uma leitura dos processos de neoliberalização (Vitti, 2021).

artigos em eventos e revistas²³, sobretudo nas disciplinas de Sociologia, Geografia e Antropologia. Esse momento também contribuiu para um salto de escala na atuação das organizações sociais e no debate sobre a atividade da mineração no país, processo que ganhou destaque ainda maior com o rompimento das barragens em Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019.

A partir de 2015, diversas organizações e coletivos passaram a atuar e promover debates sobre os riscos e impactos relacionados à indústria extrativa mineral, como é o caso Comissão Pastoral da Terra (CPT), que passou a incorporar dados de conflitos relacionados à mineração em seus relatórios de Conflitos no Campo. Um sujeito político bastante importante na pauta dos impactos relacionados a barragens de mineração é o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)²⁴, que, até esse momento, atuava sobretudo com barragens criadas em projetos relacionados a usinas hidrelétricas, mas começou a promover ações nos territórios atingidos pelos rompimentos de barragens de rejeitos.

Desde o ano de 2015, o MAB passa a atuar e contribuir com o processo de mobilização das comunidades atingidas tanto na bacia do Rio Doce quanto na bacia do Rio Paraopeba. O movimento também vai ter importante papel no pressionamento dos agentes públicos e instituições de justiça na defesa da pauta da reparação integral, contribuindo, a partir da mobilização social, na construção de elementos importantes relacionados aos dois desastres, como o auxílio emergencial às pessoas atingidas e o direito à Assessoria Técnica Independente (ATI).

As Assessorias Técnicas são entidades de auxílio, consulta e apoio às comunidades afetadas por diferentes tipos de conflitos ambientais, bem como a diversos grupos e movimentos sociais. No caso dos atingidos por barragens ou nos desastres de mineração, as assessorias teriam, *a priori*, a função de garantir informação às pessoas atingidas sobre seus direitos e sobre o processo, assim como produzir estudos técnicos independentes para melhor compreender, mensurar e

²³ Apenas como indicativo desse aumento é possível fazer referência ao estudo de Felipe et al. (2021) que, por meio de uma revisão bibliográfica sistemática entre os anos de 2015 e 2020, identificaram 326 publicações científicas sobre “desastre tecnológico” abordando os dois rompimentos, dando destaque as áreas de Geociências e Direito. Os autores ainda destacam um aumento dos estudos a partir dos anos de 2018, o que atribuem ao tempo da pesquisa e da publicação dos resultados, sobretudo levando em consideração teses e dissertações. Importante destacar que o estudo apresenta apenas uma parcela do total de trabalhos produzidos sobre a temática.

²⁴ O MAB é um movimento social brasileiro surgido na década de 1980 que, historicamente, buscava articular a luta entorno das populações atingidas pela instalação de barragens voltadas à geração de energia.

valorar os danos sofridos. As assessorias técnicas são um importante sujeito no que diz respeito aos dois desastres analisados na tese, se configurando como um importante sujeito crítico no que diz respeito às práticas empresariais²⁵.

Esse processo de construção social e política mais geral relacionado à questão dos desastres de mineração implicou na aprovação de diversos dispositivos legais relacionados ao trato do tema. No dia 25 de fevereiro de 2019 foi aprovada a Lei Estadual nº 23291²⁶, mais conhecida como “Lei Mar de Lama Nunca Mais”, que instituiu a Política Estadual de Segurança de Barragens (PESB) em Minas Gerais, aprovada apenas após o rompimento das barragens de Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG)²⁷, ainda que a proposta fosse de 2017. Também pode-se destacar a Lei Estadual nº 23795 que institui em 15 de janeiro de 2021 a Política Estadual dos Atingidos por Barragens (PEAB)²⁸, que determina que o Estado preste assistência social às pessoas atingidas por barragens em Minas Gerais, bem como sinaliza a garantia do direito das comunidades atingidas à ATI e institui o Plano de Recuperação e Desenvolvimento Econômico e Social (PRDES). Além disso, no nível federal, destaca-se a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), lei nº 14.755 sancionada em dezembro de 2023²⁹, que define direitos relacionados às populações, sinalizando orientações para garantir a reparação dos danos provocados.

No campo acadêmico, embora se observe a partir de 2015 uma profusão de estudos, não é o objetivo desta introdução realizar um levantamento exaustivo dos trabalhos relacionados aos desastres de mineração no Brasil. As leituras realizadas

²⁵ As assessorias técnicas serão trabalhadas com destaque no capítulo três desta tese.

²⁶ Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/23291/2019/>. Acesso em: 10 set. 2025.

²⁷ O projeto de lei foi protocolado em julho de 2016, a partir da campanha “Mar de lama nunca mais” que contou com 56 mil assinaturas e ficou em tramitação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais até 2019, quando foi votado devido à pressão em razão do segundo desastre. Um dos aspectos indicados na lei tratava da vedação de concessão de licença ambiental para barragens que utilizassem o método a montante e a obrigação de descaracterização de barragens nesse método até 2022. Quando a lei foi sancionada haviam 54 barragens nesse método construtivo em Minas Gerais, em novembro de 2025 ainda restavam 12 barragens, sendo que 13 estavam sob operação da Vale, segundo dados do Sistema de Gestão de Segurança de Barragem de Mineração da Agência Nacional de Mineração (ANM).

²⁸ Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/23795/2021/>. Acesso em: 10 set. 2025.

²⁹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14755.htm. Acesso em: 10 set. 2025.

no escopo da tese permitem identificar quatro grandes abordagens³⁰ que orientam a compreensão desses desastres no país: i) uma primeira, realizada sobretudo no primeiro momento do desastre, era relativo a compreender seu caráter estrutural, inserido em uma conjuntura político-econômica nacional e internacional; ii) uma segunda, que também tem origem logo após aos rompimentos e que compreende um conjunto considerável dos estudos, diz respeito ao levantamento dos danos e impactos, de ordem ambiental, econômica e social, ao longo de toda a região afetada pelos rejeitos, buscando dimensionar, assim, o território atingido; iii) uma terceira perspectiva se relaciona ao processo judicial e extrajudicial, compreendendo o conjunto de acordos e termos assinados, bem como a estrutura voltada ao processo de reparação dos desastres; iv) por fim, uma quarta perspectiva compreende estudos que se debruçam sobre o processo de gestão dos desastres, tendo em vistas os diversos mecanismos e formas de ação implementados pelo Estado e pelas empresas causadoras dos desastres e pela estrutura de reparação. Essas quatro abordagens possuem elementos comuns e convergentes, e muitos dos estudos perpassam mais de uma dessas perspectivas. No entanto, acredita-se que essas linhas possibilitam compreender inicialmente de que forma se inicia e se conforma um campo de estudos dos desastres de mineração no Brasil no campo da Ciências Humanas e Sociais.

Os estudos que se enquadram na primeira abordagem apontam perspectivas próximas às considerações de Davies e Martin (2009) e Bowker e Chambers (2017), que consideram aspectos econômicos e políticos ao analisar os processos de rompimentos de barragens de rejeitos de mineração. Esses estudos identificam fatores estruturais e sistêmicos tanto nas ações das empresas quanto nas ações do Estado, tais como: intensificação da produção (em um cenário de alta de preços) e redução dos custos de produção (em um cenário de baixa de preços), o que implica em diminuição dos gastos com segurança de barragens e gestão de riscos (Mansur et al., 2016; Xavier; Vieira, 2016; Wanderley; Mansur; Giffoni Pinto, 2016), ampliação da exploração de minas com baixo teor de minério, o que acarreta em ampliação das estruturas de armazenamento de rejeitos (Milanez et al., 2019; Wanderley; Milanez, 2021), busca de celeridade em obtenção de licenciamento ambiental, culminando em

³⁰ A definição dessas grandes abordagens foi realizada a partir da leitura do conjunto de trabalhos identificados na área das Ciências Humanas e Sociais brasileiras. No entanto, não pretende esgotar a totalidade das possibilidades de abordagens dos desastres de mineração, mas dar indícios das principais linhas e perspectivas relacionada a compreensão dos casos analisados.

escolhas tecnológicas, gerenciais e locacionais que provocam maiores riscos (Milanez; Santos; Mansur, 2016; Laschefski, 2020; Polignano; Lemos, 2020); pressão sobre as agências estatais, seja para maior celeridade no licenciamento ou menor fiscalização (Zhour et al., 2017) e; sucateamento, flexibilidade e redução do papel Estado em setores centrais para fiscalização e monitoramento, nos níveis federal e estadual (Santos; Wanderley, 2016; Milanez; Santos, 2017; Zhour et al., 2017). É nesse campo que se situam também análises que buscam discutir as modificações regulatórias no setor e na legislação sobre segurança de barragens, decorrentes dos dois desastres. De forma geral, os estudos dessa abordagem articulam três perspectivas estruturais e sistêmicas: implicações da flutuação dos preços das *commodities* minerais nas decisões gerenciais e operacionais das empresas mineradoras³¹; o avanço e intensificação da exploração mineral em áreas com baixo teor de minério, o que implica em maior produção de rejeitos e, conseqüentemente, estruturas maiores para contenção desses rejeitos; e uma “regulação” fraca por parte do Estado em relação aos processos de fiscalização e monitoramento das operações empresariais.

No que diz respeito aos estudos que buscam apontar e dimensionar os danos e impactos provocados pelos desastres, podemos diferenciar os que pautam-se em questões relativas à saúde, sejam relacionadas à contaminação e problemas respiratórios (Lopes, 2018; Freitas et al., 2020; Neves-Silva; Heller, 2020; Polignano; Lemos, 2020; Souza et al., 2021) ou de ordem psicossocial, relativas a impactos sociais, sejam relacionados à sociabilidade, ao deslocamento, à perda de aspectos simbólicos (Fiorotti; Zanetti, 2017; Urquiza; Rocha, 2019) e relações de vizinhança (Santos, 2018; Calazans, 2019; Souza; Carneiro, 2019), e afetações de ordem econômica, como perda de casas e deslocamentos compulsórios (Conceição, 2019; Souza; Carneiro, 2019; Ferreira, 2020), desabastecimento de água nos municípios que utilizavam a água dos dois rios (Neves-Silva; Heller, 2020; Ibrahin, 2021; Trovão et al., 2023), perda da fonte de renda pelas comunidades que viviam da pesca e outras formas de sustento ou utilizavam a água dos rios para irrigação ou dessedentação animal (Viana, 2016; Carvalho, 2019; Duarte et al., 2020; Silva et al., 2020; Ibrahin,

³¹ Kirsch já abordava essa perspectiva ao tratar de um caso de conflito de mineração na Papua Nova Guiné, “[a]s minas que continuam a operar quando os preços dos metais caem, são as que produzem a menor custo, um status que só pode ser alcançado limitando os gastos em controles ambientais, independentemente das conseqüências a longo prazo dessa estratégia (Kirsch, 2014, p. 135, tradução nossa).

2021). Nesse campo, também é possível situar os estudos que abordam de forma mais ampla a questão dos desastres e da conformação e identificação da noção de atingidos, isto é, estudos que buscam abordar os desastres como acontecimentos coletivos trágicos que desorganizam os modos de vida, rotinas e territorialidades de uma coletividade (Valêncio, 2016; Zhouri et al., 2016; Carneiro; Souza, 2023).

A terceira forma e perspectiva de estudo dos casos de rompimento de barragem de mineração no Brasil se debruça sobre os aspectos institucionais-jurídicos e sobre a estrutura de governança relacionada aos dois casos. Esses estudos contemplam, primeiramente, a análise dos diversos acordos e termos firmados entre as empresas causadoras do dano e os diversos órgãos de Estado, nos níveis federal e estadual (Dornellas et al., 2016). Parte desses trabalhos busca observar esse conjunto de acordos a partir dos debates relacionados à resolução negociada de conflitos no Brasil e na América Latina (Acseirad; Bezerra; Gaviria, 2010; Viégas, 2017). Nessa perspectiva, esses trabalhos objetivam também compreender de que maneira cada sujeito ou instituição se coloca frente ao processo de negociação, tendo em vista a definição do processo de reparação nos dois desastres (Calazans, 2019; Carvalho, 2019; Losekann; Milanez, 2018; Milanez; Ali; Oliveira, 2021; Ferreira, 2022). Dentro dessa abordagem situam-se também estudos que se debruçam sobre o modo como se estabelecem os processos de reparação em si, sobretudo a partir das estruturas de governança estabelecidas, observando as relações entre Estado, empresa e outras organizações na definição, formulação e implementação dos projetos e programas voltados à reparação. Os estudos nessa abordagem buscam observar o nível e os mecanismos de participação social das populações atingidas, seja na construção e implementação dos acordos, seja nas estruturas e instituições criadas para o processo de reparação (Losekann; Milanez, 2019; Souza; Carneiro, 2019; Milanez; Ali; Oliveira, 2021; Julião, 2023). Esse terceiro campo concentra parte importante dos estudos realizados no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, sobretudo no caso do desastre na bacia do Rio Doce, devido aos processos específicos constituídos no que diz respeito à governança para a reparação dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.

Por fim, a quarta abordagem consiste em uma perspectiva que se debruça sobre a análise das práticas, estratégias e táticas de atuação das estruturas empresariais. Esses estudos trazem análises das práticas do campo mais institucional

e discursivo da relação das empresas com seus acionistas e com as organizações representativas das empresas mineradoras; observações das formas de relação das empresas com o Estado, por meio dos acordos com o executivo ou das ações frente às instituições de justiça; das ações frente à sociedade em geral, por meio de comunicados, publicidade e propaganda; e territoriais, seja por meio da ação das empresas nos territórios atingidos, seja através de suas estruturas de relações comunitárias, cadastramento de atingidos, realização de estudos técnicos e científicos e realização de obras de reparação (Zucarelli, 2018; Oliveira, 2018; Laschefski, 2020; Melendi; Lopo, 2021; Maher, 2021; Zhouri, 2023; Melendi, 2023; Maso, 2024).

É sobretudo nessa quarta abordagem que tenho situado minhas pesquisas desde o ano de 2017, com a dissertação de mestrado *“Um dano que se Renova”: F(f)undação de processos de neoliberalização da bacia do Rio Doce*. A dissertação buscou situar o caso do desastre na bacia do Rio Doce em um quadro mais geral das atividades minerárias no país e de suas formas de regulação, a partir da chave de leitura dos processos de neoliberalização (Brenner; Peck; Theodore, 2012; Peck, 2016). Dessa forma, analisou-se a estrutura de governança do desastre a partir da perspectiva de intrusão de uma lógica neoliberal nas estruturas do Estado, garantindo mecanismos de captura regulatória (Edelman; Stryker, 2005) e de autorregulação ou regulação privada por parte das empresas (Milanez; Santos, 2017; St-Laurent; Le Billon, 2015), em uma perspectiva próxima à apontada por Benson e Kirsch (2010), expressa na proposição transcrita a seguir:

As políticas neoliberais de desregulamentação geralmente transferem para as empresas a responsabilidade de monitorar seus próprios impactos, levantando questões sobre como os setores apresentam e usam a ciência, contornam a experiência e a experimentação e comprometem o debate público (Benson; Kirsch, 2010, p. 465, tradução nossa).

A perspectiva deste trabalho foi a de analisar o modo como, no caso do Rio Doce, para além do monitoramento dos impactos pela própria empresa, se transferiu também a ela o controle sobre as formas de “resolução” e reparação do dano provocado, uma vez que a estrutura de governança criada pressupunha uma entidade privada, a Fundação Renova, responsável pelo processo de reparação sob controle das empresas causadoras do desastre, a saber: Samarco, Vale e BHP Billiton. Ao adentrar no doutorado, a perspectiva era de dar continuidade aos estudos sobre as práticas empresariais na bacia do Rio Doce, aprofundando elementos e discussões

iniciadas na dissertação. No entanto, em 25 de janeiro de 2019, ocorreu o rompimento das barragens em Brumadinho e, ao longo desse período, iniciou-se uma reflexão voltada à ampliação da problemática e objeto da tese, buscando analisar esses dois casos conjuntamente, de forma a aportar elementos sobre as práticas e estratégias empresariais relacionadas à gestão de conflitos, da crise e da crítica social em cenários de desastre de mineração no Brasil.

Antes de seguir para as questões teórico-metodológicas desta tese, é importante definir que todo esse processo de constituição do que se chamou aqui de um campo crítico à atividade mineral no Brasil encontra-se imbricado a um crescimento dos conflitos provocados por empreendimento minerais nas últimas décadas. Esses conflitos, além de implicarem em processos de organização social, provocam uma necessidade de análise sobre as materialidades, territorialidades e o curso desses conflitos. Questões que vão se refletir na ampliação do conjunto de novos estudos, na criação de novos grupos de pesquisa e de novas linhas de trabalho, conformando a mineração como uma problemática cada vez mais central na compreensão dos conflitos socioambientais no país.

CRÍTICA, ESTRATÉGIAS E CONFLITOS EM CONTEXTO DE DESASTRE DE MINERAÇÃO NO BRASIL: OS PASSOS DA PESQUISA

Os processos deflagrados após os dois rompimentos (Mariana e Brumadinho) relacionados à reparação são bastante complexos, pois envolvem inúmeros acordos, tratativas, decisões judiciais e posicionamento de distintos agentes públicos e empresariais. Seria difícil a realização de um trabalho que contemplasse as inúmeras dimensões vinculadas a esse processo. Mesmo o objeto (ou recorte) indicados no início dessa introdução – de observar as estratégias empresariais de gestão da crítica – possui seus desafios, uma vez que as empresas mobilizaram diversas práticas ao longo desses dez anos. O objetivo aqui é contribuir com o deslindamento de algumas dessas estratégias a partir da demonstração de práticas que foi possível identificar ao longo da pesquisa, sem a pretensão de demonstrar a totalidade das formas de gestão da crítica que as empresas engendraram a partir de 2015.

Importante destacar que como recorte temporal indicou-se que as questões analisadas nesta tese tratam do período entre 2015 – data do primeiro rompimento – até o ano de 2023. A escolha do ano 2023 se justifica por três razões: i) a primeira

envolve o próprio processo de reparação do Rio Doce, que se inicia em 2015 e passa por crescentes transformações ao longo dos anos. Em 2024, consolida-se uma nova etapa no caso, denominada “repactuação”, que alterou diversos acordos e redesenhou a estrutura e o processo de reparação. Será abordado o Acordo de repactuação de forma bastante breve no capítulo dois, para fins de contextualização. Contudo, esse processo relacionado à repactuação não se constituiu objeto de análise para a identificação das práticas empresariais, que se concentrou no processo anterior; ii) a segunda razão diz respeito à própria viabilização da pesquisa, uma vez que os processos de gestão dos desastres aqui analisados estão em andamento, com constantes modificações e reestruturações. Assim, diversos aspectos aqui identificados ou apontados, sobretudo no que diz respeito aos processos judiciais, podem ter tido avanços ou modificações que não são indicadas ou abarcadas no texto da tese, em razão de terem se efetivado após ou durante sua redação³². No entanto, acredita-se que isso não traz prejuízos à pesquisa, uma vez que o objetivo está centrado na observação das estratégias operadas pelas empresas; iii) as entrevistas, e participação do autor desta tese em atividades vinculadas aos dois desastres, que foram realizadas majoritariamente no período de 2022 e 2023 e, por essa razão, retratam sobremaneira as práticas empresariais até esse período.

Após essa demarcação temporal, é importante apresentar algumas premissas que guiaram esta pesquisa. A primeira é que se compreende – como será demonstrado posteriormente – que os desastres de mineração não conformam momentos isolados, nem eventos situados no tempo, mas apresentam um caráter estrutural e sistêmico, decorrentes de escolhas tecnológicas e gerenciais por parte das estruturas empresariais que buscam garantir a manutenção dos lucros e remuneração aos acionistas.

Outra premissa aqui adotada é que, apesar de os dois casos de desastre evocados apresentarem diferenças e similitudes, não se objetivou realizar na tese uma análise de dois casos distintos, ou seja, efetivar um estudo comparativo dos dois desastres. Optou-se por compreender os dois desastres e seus respectivos processos de reparação como um *continuum*, analisando-os no interior de uma mesma dinâmica processual. Assim, a tese objetiva observar também de que forma os dois processos

³² Ainda que a respeito das práticas empresariais foi indica-se o período até 2023. Quando possível ou necessário, serão sinalizadas algumas questões – sobretudo relacionadas aos processos judiciais – que ocorreram em 2024 e 2025.

de reparação (estrutura de governança, ações e práticas dos agentes) se influenciam reciprocamente, tendo implicado em modificações e transformações na forma com que cada processo de gestão do desastre vem sendo implementado. Acredita-se que essa abordagem permite compreender de forma mais substantiva a questão das estratégias empresariais em contexto de desastres de mineração em Minas Gerais. É com a finalidade de compreender esse processo e as práticas situados no tempo, nessa sucessão de dois desastres, que será mobilizada a noção de *aprendizagem*. Isto significa ter em vista a forma como os diferentes agentes envolvidos nos dois processos de reparação adotam diferentes práticas ao longo do tempo nos dois casos, visando estabelecer um desenho do processo de reparação que estivesse relacionado a seus objetivos.

Compreende-se, aqui, que as decisões e escolhas que guiam as práticas das empresas após um rompimento de barragem, seja na constituição de acordos, seja na realização de estudos, nos processos de indenização, nas ações judiciais ou na atuação territorial, estão guiadas pela lógica de manutenção dos ativos, de garantia da segurança jurídica e da remuneração aos acionistas, bem como na redução dos custos operacionais. No caso de desastres, o quadro é um pouco distinto das estratégias vinculadas ao processo operativo da própria extração. A empresa não tem garantida, *a priori*, a mesma capacidade decisória e gerencial sobre os custos relativos aos processos de reparação que possui em suas decisões sobre os seus processos operacionais correntes. Isto se deve à toda estrutura estatal de fiscalização e controle, ao aparato jurídico-legal que determina a responsabilização no caso de danos ambientais, bem como à ação das instituições de justiça e as decisões judiciais que buscam definir os caminhos no que diz a responsabilidade das empresas causadoras dos desastres frente aos danos.

No entanto, como já indicado, as empresas mineradoras possuem um histórico de atuação frente ao Estado e às comunidades, buscando assegurar, desde o processo de licenciamento, a realização de seus empreendimentos de forma célere e com baixos custos. Essas estratégias se materializam tanto em processos oficiais, por meio de mecanismos de captura regulatória, quanto em ações direcionadas às comunidades, visando garantir o que a literatura empresarial denomina de “licença social para operar” – isto é, o consentimento das comunidades potencialmente atingidas para instalação ou expansão de um empreendimento (Gaviria, 2015; Giffoni

Pinto, 2019). Esse processo tem por objetivo também a diminuição dos possíveis custos que poderiam estar relacionados aos conflitos com uma coletividade ou comunidade, como naqueles casos de perda de produtividade, paralisação de atividades ou impedimento na implementação ou realização de um projeto.

Dessa forma, parte-se da premissa de que as empresas mineradoras em situações de desastre – em que há uma responsabilização sobre o dano e sobre os processos após os rompimentos – buscam mobilizar estratégias e práticas de gestão que garantam a previsibilidade e a redução dos custos dos processos de compensação, reparação, mitigação e indenização do conjunto dos danos. Nesse sentido, a principal pergunta e objetivo que motivou esta pesquisa foi: quais são as diferentes estratégias empresariais voltadas à gestão da crítica em contextos de desastres de mineração no Brasil, considerando os dois desastres analisados?

Para deslindar o objetivo principal e buscar dar conta da problemática da tese, alguns objetivos específicos foram estabelecidos para guiar a pesquisa dos dois casos em questão: i) compreender o processo histórico e conceitual de apropriação da crítica pelo capitalismo e a criação de formas empresariais de gestão da crítica e dos críticos; ii) identificar as relações entre os desastres de mineração no Brasil – entendidos como produtos de uma ordem social e econômica – e suas formas de gestão; iii) prescrutar quais têm sido os acordos e arranjos de governança estabelecidas nos dois desastres analisados e quais são as estratégias e argumentos utilizados pelas empresas no processo de construção desses acordos; iv) compreender as formas e técnicas como as empresas buscam gerenciar os sujeitos críticos e as comunidades nos territórios atingidos nos dois desastres.

Antes de apontar a hipótese que guia essa pesquisa, é importante salientar o que significa dizer quando é utilizada a noção de estratégia empresarial. Assim como apontam Milanez et al. (2019), a estratégia pode ser compreendida como:

repertório de ações coordenadas desempenhadas por um ou mais agentes – em grande medida, coletivos, que envolve o exercício do poder com o objetivo de: (1) aumentar sua capacidade de ampliar ou capturar valor; (2) ampliar seu poder ou reduzir o poder de outros agentes; ou (3) modificar condições de enraizamento, próprias e as de outros agentes (Milanez et al., 2019, p. 267).

É nesse sentido que, como hipótese, indicou-se que as empresas relacionadas aos dois desastres – a partir de um arcabouço técnico-social construído historicamente pelo setor corporativo extrativo – por meio de estratégias voltadas à

gestão da crítica, mobilizam práticas adaptativas e situadas, direcionadas aos diferentes campos de atuação e sujeitos críticos com quem estabelecem relação. É possível situar essas estratégias em três dimensões. A primeira está relacionada, principalmente, ao estabelecimento mais estrutural do processo de gestão de desastre, que se dá na construção dos acordos que guiam a reparação, na relação direta com o Estado. A segunda estabelece um campo de atuação mais “institucional” que, por meio de argumentos jurídicos e científicos, busca gerir a crítica e os enunciados críticos não completamente abarcados pelos acordos. Por fim, a terceira dimensão diz respeito às estratégias sociais e às práticas territoriais das empresas na gestão direta das comunidades atingidas e das organizações sociais atuantes nos territórios atingidos. Ao longo desta tese, busca-se demonstrar que as estratégias de gestão da crítica têm relação com essas três dimensões citadas. A partir de uma alusão geométrica e imagética, é pertinente indicar essas dimensões divididas em plano, linhas e pontos.

A perspectiva do “plano” envolve ações e estratégias voltadas à consolidação de uma estrutura, de um campo. Tome-se como referência um jogo: as práticas empresariais voltadas à gestão na dimensão do “plano” estariam centradas na construção do tabuleiro, seus limites, seus campos, suas peças, suas formas e volumes. Nos dois casos aqui trabalhados compreende-se que as ações das empresas refletem o que Zucarelli (2024) denomina de uma “concertação corporativo-governamental”, e centram-se nas negociações e pactuações para a construção dos acordos que definem a estrutura, a governança e o cerne do processo de reparação. Essas ações estão alinhadas também com a própria estrutura organizativa das corporações, uma vez que essas não seriam apenas um jogador nesse tabuleiro, mas também parte constitutiva dele.

As estratégias empresariais que se centram na dimensão das “linhas”, por sua vez, buscam definir as regras desse jogo: como caminhar por ele, o que poderia ser feito e de que forma. Essas práticas procuram definir quais ações podem ou não ser realizadas, além de estruturar a dinâmica e os mecanismos de como navegar nesse plano, nesse tabuleiro. Em outras palavras, objetivam delimitar, em seus termos, os contornos de ação que não estão previstos no “plano”, estabelecendo, inclusive, formas que tangenciam as estruturas do “plano”. Seria uma maneira de configurar o campo de possibilidade dos enunciados críticos. Nos desastres analisados, essas

práticas centram-se nas questões não definidas, ou não plenamente abarcadas pelos acordos e estruturas de governança criadas. Esforçam-se, como será indicado no capítulo três, a contornar e confrontar aquilo que lhes escapa.

Se o “plano” define o que é o jogo, e as linhas as formas e regras de jogá-lo, as estratégias na dimensão dos “pontos” buscam determinar quem pode jogar e em que termos. No escopo desta pesquisa, essas práticas envolvem a gestão dos ditos *stakeholders*, o controle territorial, as ações de responsabilidade social empresarial e outros mecanismos voltados a definição de quem é que pode dizer e, também, influenciar o que será dito. Esse desmembramento em plano, linhas e pontos, longe de buscar criar uma tipologia de estratégias empresariais de mineração em contexto de desastre, pretende contribuir na identificação das dimensões e esferas nos quais as diferentes práticas se articulam para influenciar o curso dos desastres.

Após a identificação da problemática e das questões centrais da tese, acredita-se ser importante situar o lugar a partir do qual falo enquanto pesquisador. Como indicado no início dessa introdução, eu já havia tido alguma aproximação com grupos e organizações sociais vinculadas à questão da mineração, com destaque para o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), que conheci em 2013 no Pará. Essa aproximação também se deu a partir da participação na brigada em Brumadinho em fevereiro de 2019 – quando cheguei ao município pela primeira vez – e em outros espaços e debates promovidos pelo MAM ao longo dos anos.

Em janeiro de 2022, após o período mais intenso da pandemia, viajei a Brumadinho pela segunda vez, agora para um período mais longo de atividade de campo em Minas Gerais. A chegada em Brumadinho foi bastante conturbada, pois, em janeiro de 2022, fortes chuvas atingiram a região, o que provocou diversos desabamentos no município e no entorno, dificultando o próprio deslocamento. Além disso, as chuvas provocaram cheias no Rio Paraopeba, o que fez com que os rejeitos depositados no rio atingissem novas áreas ao longo de toda a bacia. Outra vez minha chegada em Brumadinho se dava a partir de um diálogo com o MAM, sendo recebido por duas pessoas que atuavam no movimento e moravam ao lado de um espaço da igreja católica, onde estavam abrigadas as pessoas que tiveram que deixar suas casas em razão da enchente no Rio Paraopeba. A chegada nesse espaço e nesse momento permitiu a observação de diversas questões e o diálogo com pessoas que de alguma forma atravessam o texto desta tese.

Após esse período de cerca de um mês em Brumadinho, me mudei para Belo Horizonte, também no escopo da realização da pesquisa de tese. Nesse período, sobretudo nos anos de 2022 e 2023, passo a acompanhar mais de perto diversas atividades relacionadas aos desastres de mineração, mas especialmente relacionadas ao caso do desastre da Vale na bacia do Rio Paraopeba. Esse acompanhamento permitiu uma aproximação ainda maior com o MAM, no qual passei a contribuir em outras atividades e pautas relacionadas à mineração em Minas Gerais. Em 2023, a partir dessa aproximação, passo a compor a coordenação estadual do MAM no estado, o que, de alguma maneira, contribuiu para o aprofundamento das minhas investigações e inquietações teórico-práticas a respeito do setor extrativo e das práticas das empresas mineradoras.

O maior acompanhamento do caso do desastre da Vale no Rio Paraopeba durante a pesquisa reflete-se também nas questões e estratégias empresariais apresentadas nos capítulos desta tese. Embora, ao longo do texto, busca-se mobilizar processos e práticas relacionadas aos dois desastres – entendidos como um *continuum* –, são trabalhados aspectos mais aprofundados relacionados ao caso do Paraopeba, devido à maior aproximação com as pessoas atingidas e organizações atuantes neste caso, por meio do trabalho realizado junto ao MAM.

Sinalizado esse posicionamento, a seguir será apresentada uma síntese dos procedimentos metodológicos e atividades realizadas no escopo da pesquisa:

- a) Levantamento, organização e leituras sobretudo das teses, dissertações e publicações que tratam dos dois rompimentos e de seus processos de reparação, de forma a identificar as formas de abordagem do debate na academia;
- b) Levantamento e análise de documentos e materiais elaborados pelas organizações atuantes nos dois desastres, como: estudos, vídeos, podcasts, notícias e artigos produzidos pelas ATIs; documentos oficiais disponibilizados instituições de justiça em suas páginas na web e documentos jurídicos relacionados ao processo; estudos e notícias realizadas e disponibilizadas pela Vale e consultorias contratadas pela Vale; estudos, termos e notícias produzidos pela Fundação Renova; estudos e notas técnicas produzidas pelas câmaras técnicas e deliberações do Comitê

Interfederativo; notícias e documentos produzidos pelos movimentos sociais e organizações nas duas bacias;

- c) Acompanhamento de diversas atividades virtuais, especialmente no período da pandemia, entre 2020 e 2021, como audiências públicas, seminários e reuniões abertas, tendo em vista os dois casos;
- d) Observação participante e diálogos com diferentes sujeitos em diversas atividades presenciais relacionadas aos dois casos. Algumas são sinalizadas, a saber: Seminário de Balanço de Dois anos do Rompimento da Barragem de Fundão, realizado na UFES, em Vitória (ES), em 2017; acompanhamento por três semanas de atividades de ações do MAM no município de Brumadinho no primeiro mês após o rompimento, com chegada no dia 12 de fevereiro de 2019, com participação em diversas reuniões, na preparação e no ato de um mês de desastre realizado no dia 25 de fevereiro de 2019; Seminário Na contramão do discurso ideológico da mineração: tragédias e insustentabilidade, realizado pela UFMG e articulava atingidos e movimentos sociais dos dois desastre em 2019; Seminário de Balanço de Quatro anos do Rompimento da Barragem de Rejeitos de Fundão, realizado em Governador Valadares (MG), em 2019; a III e a IV Romaria pela Ecologia Integral (2022 e 2023), que reúne diversos atingidos de toda a Bacia, bem como outros atores atuantes no caso; Roda de conversa entre assessorias técnicas independentes, realizada em maio de 2022, com o objetivo de aprofundar sobre a situação da mineração em Minas Gerais, avaliar o papel e escopo das ATIs, assim como debater sobre sua segurança jurídica e sobre a regulamentação da Política Estadual dos Atingidos por Barragens (PEAB); II Encontro dos atingidos da Bacia do Rio Paraopeba, organizado e mobilizado pelas ATIs em junho de 2022, que tinha por objetivo discutir a governança popular e o sistema de participação dos atingidos; Balanço de 07 anos do rompimento da barragem de Fundão, realizado na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto (MG), em 2022; lançamento de livro sobre o acordo relacionado ao desastre na bacia do Rio Paraopeba, com articulação de cerca de 400 atingidos e entidades vinculadas ao caso em 2023; participação em atividades mais pontuais realizadas em Belo Horizonte e em Brumadinho, como audiências públicas realizadas na Assembleia Legislativa de MG, sobre os dois casos;

atos e manifestações em Belo Horizonte e em Brumadinho, vinculado aos dois casos; atividades e reuniões promovidas por organizações em Brumadinho; mesas e debates na UFMG; acompanhamento de reuniões das assessorias técnicas e movimentos com Instituições de Justiça e Judiciário; participação em defesas de teses/dissertações sobre os dois casos.

- e) Realização de 14 entrevistas³³ com roteiro semiestruturado com: lideranças de atingidos do município de Brumadinho e membros de organizações sociais e assessorias técnicas. Além dessas entrevistas, foram realizados diálogos pontuais e informais com diferentes sujeitos acerca dos elementos relacionados aos dois desastres nos diversos espaços de discussão nos quais houve participação ao longo da pesquisa, com destaque para os anos de 2022 e 2023³⁴.

ESTRUTURA DA TESE

Com a finalidade de atender e responder a problemática e os objetivos específico da pesquisa, além desse texto introdutório, o texto da tese está organizado em quatro capítulos. No primeiro, denominado “Quando a empresa encontra a sociedade, ou quando não é mais possível ignorá-la”, situa-se o que tem definido enquanto crítica, a partir da discussão com a literatura, tratando de como, no capitalismo, foram se estabelecendo formas de resposta e apropriação dessa crítica. É aprofundado, principalmente, como as formas de apropriação da crítica adentraram o campo das corporações, a partir da década de 1960, situando especificamente a questão das práticas de gestão do social realizadas pelas empresas. Por fim, foi realizada uma abordagem histórica das formas como o debate sobre crítica e as ações empresariais foram buscando criar estratégias e formas de se apropriar, silenciar e incorporar as críticas em suas ações, dando destaque para a questão da indústria extrativa.

³³ Destaca-se aqui que ao utilizar as entrevistas durante o texto, os nomes serão fictícios de forma a preservar a privacidade e a identidade dos interlocutores.

³⁴ Cabe aqui uma sinalização que diz respeito ao fato de não ter entrevistado nenhum representante das empresas. Foram enviados diversos e-mails, em diferentes momentos da tese, na tentativa de contato com alguns funcionários da Vale, sem resposta. Isso em alguma medida pode estar relacionado com a aproximação direta com os movimentos sociais e o histórico de produção crítica que tem-se realizado em relação às práticas da empresa desde 2012.

No segundo capítulo, intitulado “Da lama de rejeitos à ‘lama institucional’: os desastres de mineração em Minas Gerais”, busca-se apresentar o que é compreendido por desastres, em diálogo com a literatura, apresentando-os não como uma ruptura, mas reflexo e produto de uma ordem. A partir dessa perspectiva, retomase a discussão sobre como as próprias formas de resposta aos desastres também dimensionam e se articulam com essa ordem, bem como com os aspectos econômicos, sociais e políticos que contribuíram para a ocorrência dos desastres. É nesse capítulo também que são apresentados, de forma mais detalhada, os dois desastres trabalhados na tese e toda a estrutura voltada ao processo de reparação. Destaca-se, sobretudo, aos acordos e mecanismos de resolução negociada, que envolvem Estado e empresa e que se inserem nas estratégias empresariais de gestão da crítica e dos desastres, conformando o que chamamos de uma espécie de “lama institucional” que atravessa o processo de reparação. Tais acordos e as práticas empresariais a eles relacionadas são analisados como parte das estratégias de gestão da crítica na dimensão do “plano”, isto é, nos aspectos mais estruturais associados aos desastres.

O terceiro capítulo, nomeado “Estratégias empresariais que buscam contornar a crítica que escapa”, trata de algumas práticas das empresas que buscam incidir sobre aspectos que não foram contemplados plenamente nos acordos, conformando o que é chamado de estratégias na dimensão das “linhas”. É demonstrado como essas estratégias empresariais operam a partir da discussão do papel das assessorias técnicas independentes às pessoas atingidas, abordando os mecanismos e argumentos jurídicos e científicos mobilizados pelas empresas de forma a cercear o potencial críticos dessas organizações. Também é analisada as práticas das empresas voltadas ao debate sobre os danos sociais e ambientais, tendo como foco a questão do controle e do acesso aos recursos hídricos. Examina-se, sobretudo, como a empresa tem mobilizado estratégias de desmonte e de deslegitimação da crítica por meio de uma série de práticas. Dentre as práticas apresentadas estão: a produção de incertezas e inseguranças nas comunidades atingidas, o uso de estudos que busquem demonstrar que não houve danos a algumas comunidades ou que não há mais contaminação, devido às ações de reparação, bem como formas de reparação que não reconheçam as especificidades e as realidades sociais das comunidades.

O último capítulo, “De quando o ‘entorno’ desce o rio: regime híbrido de gestão da crítica nos desastres de mineração”, aborda as estratégias mais diretas realizadas pelas empresas na gestão dos conflitos e do risco “social”. São analisadas as estratégias voltadas ao que se denomina dimensão dos “pontos”, abordando os mecanismos de mapeamento, de gestão e controle das comunidades e dos sujeitos críticos presentes nos territórios atingidos. Por meio da análise de documentos das empresas e das organizações vinculadas ao processo de reparação e das entrevistas e atividades de campo realizadas, busca-se demonstrar como as empresas têm efetivado nos territórios um regime híbrido de gestão da crítica que perpassa por práticas de mapeamento, de investimento social direto, de legitimação, de controle de relações comunitárias e formas mais coercitivas. Essas práticas são relacionadas às estratégias que buscam gerir a crítica de forma a produzir uma narrativa empresarial própria do processo de reparação dos desastres, que se estabelece por meio de mecanismos de cooptação, divisão de comunidades, produção de insegurança jurídica, expulsão de sujeitos críticos e controle territorial.

CAPÍTULO 1 - QUANDO A EMPRESA ENCONTRA A SOCIEDADE, OU QUANDO NÃO É MAIS POSSÍVEL IGNORÁ-LA

1.1. O CONTEXTO DA CRÍTICA E SUAS FORMAS DE RESPOSTA NO CAPITALISMO

Desde o fim do século XX, mais especificamente a partir dos anos 2000, é possível observar uma profusão de trabalhos, relatórios e estudos voltados à abordagem de distintos aspectos da relação entre empresas e sociedade, ou melhor, entre empresas e o social. Essas publicações têm sido realizadas por empresas, instituições internacionais multilaterais, organizações “de classe” empresariais, empresas de consultoria e universidades, e buscam direcionar a adoção da abordagem do “social” nos discursos e práticas das empresas (Acquier; Aggeri, 2007, Orozco, 2018; Giffoni Pinto, 2019).

A produção ideológica-empresarial desse período se dá, em paralelo, também com um conjunto de pesquisas que buscam observar criticamente a adoção dessas práticas – que aqui são chamadas de *gestão da crítica social* – e seus efeitos sobre a sociedade em geral e nas conflitividades no entorno dos empreendimentos empresariais. É sobretudo nos projetos extrativos intensivos no uso de recursos naturais que esses discursos e práticas têm sido operados. Por um lado, isso se deve à menor mobilidade locacional dos projetos empresariais, em razão da rigidez espacial dos recursos e das altas somas de capital fixo empregado. Por outro, se expressa no grau de determinações territoriais e conflitos que são engendrados por esses projetos. Esses estudos apresentam diversas abordagens e envolvem diferentes campos das Ciências Humanas e Sociais, “apresentando uma agenda comum aos diversos empreendimentos extrativistas das grandes corporações internacionais” (Carneiro, Duarte, 2022, p.114). No Brasil, esse debate, assim como abordado na introdução desta tese, é recente e centra-se, principalmente, em casos no setor mineral e no agronegócio, mas ainda é pouco trabalhado na perspectiva dos desastres.

Este capítulo busca definir algumas bases teóricas e históricas para compreender esse quadro das práticas empresariais no relacionamento com a crítica e com os críticos. Pretende-se, aqui, apontar também algumas abordagens dessas práticas, especificamente no campo do extrativismo capitalista de grande escala. A perspectiva desta pesquisa vai ao encontro do que aponta Topçu (2013, n.p., tradução nossa) de que é necessário o interesse “não apenas pela capacidade na

argumentação e na ação crítica, mas também nos mecanismos através dos quais ela é estudada, enquadrada, controlada, valorizada ou, pelo contrário, invisibilizada pelas instituições tecnocientíficas” e, poderíamos adicionar, empresariais.

É importante indicar aqui a perspectiva que foi adotada ao utilizar a noção de *crítica* como balizadora da análise. Diversos termos e conceitos são utilizados para fazer referência a essas ações envolvendo o social, desde “risco”, passando por “partes interessadas”, “conflito” ou “crise”. A opção nesse trabalho pelo uso de *crítica* se dá não necessariamente por um distanciamento das perspectivas que utilizam os demais termos, mas por um entendimento de que esse conceito permite um olhar mais amplo sobre as formas como as estruturas empresariais e de poder se colocam frente aos “outros”. Isto é, as táticas e estratégias que as empresas utilizam para “responder aos seus críticos” (Benson, Kirsch, 2010). O uso de crítica busca trazer luz às diversas oposições e enfrentamentos aos quais uma empresa ou uma corporação³⁵ está sujeita. Esses enfrentamentos podem ser de distintos níveis, escalas, conteúdos e formas, seja com o Estado (em suas diversas escalas e entidades), com a sociedade em geral, ou com outras entidades empresariais, trabalhadores, instituições multilaterais e do terceiro setor, comunidades do entorno dos empreendimentos, movimentos sociais e mesmo acionistas.

Por crítica, esta tese entende, então, como toda a comunicação ou enunciação de um descontentamento com alguma situação presente no real (Boltanski; Thévenot, 1999; Werneck; Loretti, 2019). O ponto de partida de uma crítica

é algo como: as pessoas envolvidas em relações cotidianas, que juntas estão fazendo coisas – digamos, na política, no trabalho, no sindicato – e que precisam coordenar suas ações entre si, se dão conta de que **algo está errado**, de que elas não podem mais avançar, de que **algo tem que mudar** (Boltanski; Thévenot, 1999, p.359 apud Werneck; Loretti, 2019, p. 352-353, grifos nossos).

³⁵ Como indica Welker (2016), alguns pesquisadores diferenciam corporação (*corporation*) e empresa (*firm*), a primeira sendo a entidade legal autorizada a operar no âmbito jurídico e a segunda relacionada às práticas econômicas e gerenciais. Nesta tese serão utilizados os dois termos como sinônimos, como são tratados na literatura em que esta pesquisa está apoiada, modificando-os a depender do diálogo realizado com os diferentes trabalhos e contextos.

Dessa forma, a crítica empreenderia necessariamente uma observação da realidade ou de uma situação³⁶, e uma enunciação de uma problemática³⁷ a partir de uma ação de julgamento de uma ação e/ou estrutura (Werneck, Loretti, 2019).

Michael Foucault, em uma conferência realizada em 1978, estabeleceu algumas reflexões sobre “o que é a crítica?”. A partir do conceito de *Aufklärung*, de Kant, que trata do processo relacionado ao “esclarecimento” e ao “Iluminismo”, Foucault elabora o que chama de “atitude crítica” e sua relação com os processos de governamentalização.

E se a governamentalização é bem esse movimento pelo qual se tratava, na realidade mesma de uma prática social, de sujeitar os indivíduos pelos mecanismos de poder que reclamam para si uma verdade, bem, eu diria que **a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade; pois bem! a crítica seria a arte da insubordinação voluntária, da indocilidade refletida.** A crítica teria essencialmente por função o desassujeitamento no jogo disso que se poderia chamar, em uma palavra, política da verdade (Foucault, 1990, p. 47, tradução e grifos nossos).

Dessa forma, a crítica se estabeleceria como uma certa atitude dos sujeitos ao se interrogarem e insubordinarem aos mecanismos de poder e de produção da verdade. Os sujeitos estariam imbricados ao que Foucault chama de uma “perpétua questão”, que seria: “como não ser governado assim, por isso, em nome desses princípios, em vista de tais objetivos e por meio de tais procedimentos, não dessa forma, não para isso, não por eles” (Foucault, 1990, p. 38, tradução nossa). A *atitude crítica* seria uma espécie de contrapartida da arte de governar – seu par – uma espécie de agenciamento entre governo/gestão e crítica, “uma maneira de desconfiar delas, de recusá-las, de limitá-las, de encontrar-lhes uma justa medida, de transformá-las, de buscar escapar a essas artes de governar ou, em todo caso, deslocá-las” (Foucault, 1990, p. 38, tradução nossa).

A crítica, ou essa atitude crítica, foi também abordada em sua relação com a dinâmica própria do capitalismo, ou de seu “espírito”, a partir dos estudos da

³⁶ Essa realidade deve ser “entendida no sentido da realidade socialmente construída por uma rede de formatos de provas, regras, rotinas, formas simbólicas e objetos. Mas essa realidade, que é o resultado de uma seleção e uma representação, não inclui o mundo, isto é, ‘tudo o que acontece’” (BOLTANSKI, 2013, p. 444).

³⁷ Como apontam Boltanski e Chiapello (2009, p. 62,) “a ideia de crítica só ganha sentido num diferencial entre um estado de coisas desejável e um estado de coisas real”.

Sociologia pragmática francesa³⁸ dos anos 1990, sobretudo a partir dos trabalhos de Luc Boltanski³⁹. É a partir dessa perspectiva que se propõe a observação das formas de resposta à crítica operadas pelas empresas.

O conceito de espírito do capitalismo, trabalhado originalmente por Weber (2014), designa um modo de condução da vida, uma racionalidade de *ação instrumental*, tipicamente ocidental, que se dá a partir da internalização de uma ética racional. Weber apontava que “[p]ara saber quais as forças motrizes da expansão do capitalismo [moderno] não se precisa pôr em primeiro lugar a questão da origem das reservas monetárias valorizáveis como capital, e sim [antes de mais nada] a questão do desenvolvimento do espírito capitalista” (Weber, 2014, p. 61). O estudo do espírito do capitalismo para a compreensão da dinâmica do capitalismo se justificaria a partir da ideia de que os sujeitos inseridos na sociedade capitalista, sejam proletários ou capitalistas, precisam de *justificações* para se manterem envolvidos nesse processo de reprodução, pois a *coerção* não seria um mecanismo suficiente (Boltanski; Chiapello, 2009). O espírito do capitalismo seria, assim, o elemento que justificaria o engajamento dos sujeitos no capitalismo e, conseqüentemente, garantiria sua legitimação. Para Weber (2014), o espírito do capitalismo conformaria uma crosta cristalizada na sociedade capitalista, uma espécie de “jaula de aço”⁴⁰. Com essa ideia, Weber (2014) buscava apontar o capitalismo como ele próprio um sistema de natureza totalizadora⁴¹, que aprisionava a todos nessa lógica impessoal racional que determina a conduta dos indivíduos.

Boltanski e Chiapello (2009), partindo da discussão weberiana, buscam entender esse espírito não enquanto uma crosta cristalizada, mas questionando o que faz com que os sujeitos continuem se engajando, permitindo a reprodução e a

³⁸ Barthe et al. (2016) sistematizam pontos centrais da sociologia pragmática apontando seus posicionamentos metodológicos e consequências para o trabalho investigativo. Aqui nos interessa sobretudo as contribuições desse campo relacionadas a investigação das práticas e das “lógicas contraditórias da prática que originam a atividade crítica dos atores” e “uma exploração dos efeitos que a crítica pode ter sobre a remodelação dos coletivos, a transformação dos dispositivos sociotécnicos e a reforma das instituições” (Barthe et al., 2016, p. 98).

³⁹ A crítica e seu papel são abordados em diversos trabalhos do autor. Podemos, por exemplo, destacar seus estudos com Thévenot (1991; 1999). No entanto a relação entre crítica e capitalismo estão presentes sobretudo em Boltanski e Chiapello (2009), Boltanski (2009) e Boltanski (2013).

⁴⁰ Michael Löwy (2014) indica que a tradução em si é aproximativa e que a correspondência correta do termo alemão seria algo como “habitação dura como aço”.

⁴¹ Ainda que a partir de outra perspectiva ontológica, essa natureza totalizadora do capitalismo já se encontrava presente em Marx, principalmente a partir da perspectiva da compreensão da reprodução ampliada do Capital.

continuidade desse modo de produção. Para os autores, mesmo onde o capitalismo está mais estabelecido, as pessoas estabelecem um distanciamento e um respaldo em uma “vida exterior” às relações de mercado.

Sob o efeito dessa resistência o capitalismo, para continuar a ser desejável, é levado a dotar-se de uma ideologia que age no mínimo oferecendo justificações, apontando para critérios de justiça e possibilitando resposta às críticas levantadas (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 483).

Para compreender esse processo, os autores analisam as justificações estabelecidas ao longo do período de existência do capitalismo, que se alteram no próprio processo de reprodução desse sistema. Partindo desse entendimento, os autores buscam observar esse espírito a partir de sua variabilidade histórica, isto é, como esse foi preenchido e constituído “de maneiras diversas em diferentes momentos da evolução dos **modos de organização das empresas** e dos **processos de obtenção de lucro capitalista**” (Boltanski; Chiapello, 2009, p.43, grifos nossos).

Assim, a crítica teria o papel de um *elemento impulsionador das mudanças do espírito do capitalismo*⁴². Em outras palavras, seria a partir da enunciação dos críticos que o capitalismo – mais especificamente seu espírito – encontraria pontos de apoio morais e incorporaria dispositivos que permitiram o engajamento dos sujeitos nesse modo de produção⁴³. A retomada nesse texto dessa perspectiva da Sociologia da crítica visa, sobretudo, discutir de que forma a crítica pode produzir modificações nas dinâmicas capitalistas e como, nesta pesquisa, trata-se especificamente de corporações, entender que modificações e ações a crítica – nesse entendimento amplo que foi apontado anteriormente – pode estabelecer nas práticas empresariais. Kirsch (2014), ao trabalhar as relações entre as corporações e a crítica, indica que os

⁴² Os autores, no entanto, apontam que a crítica não seria o principal agente da mudança do capitalismo, mas sim teria um papel importante na construção de seu espírito. Ainda que reflitam que “[e]m certas condições, a própria crítica [a depender de fatores como virulência, multiplicidade ou capacidade de limitação do capitalismo] pode ser um dos fatores de mudança do capitalismo (e não só de seu espírito)” (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 487).

⁴³ Boltanski e Chiapello (2009) objetivam analisar especialmente o período a partir dos anos 1960, até o fim do século XX, buscando compreender como a crítica do capitalismo, bastante intensa no período entre 1965-1975, foi silenciada nos anos 1985-1995. É nesse contexto que os autores elaboram suas reflexões. No entanto, em trabalho posterior, Boltanski (2013) destaca que após esse período há um processo de retorno e renovação da crítica, no qual se está inserido hoje. Mais adiante neste capítulo, será realizada uma retomada do processo histórico de conformação das formas que é denominado *gestão da crítica* e das elaborações dos intelectuais orgânicos do capitalismo que dialoga com essa periodização da crítica apontada por Boltanski.

dilemas associados ao modo de produção capitalista não podem nunca ser completamente resolvidos; eles poderiam apenas ser renegociados em novas formas.

A partir desse mesmo sentido, Boltanski e Chiapello (2009, p. 62-63) indicam que o impacto da crítica sobre o capitalismo pode ser de pelo menos três ordens: i) a crítica teria condições de “deslegitimar os espíritos anteriores e subtrair-lhes a eficácia”; ii) ela coagiria os porta-vozes do capitalismo a justificá-lo e nesse processo o capitalismo incorporaria parte dos valores dos quais foi criticado, “sem pôr em xeque o próprio princípio de acumulação e a exigência de lucro, dá parcialmente satisfação à crítica e integra ao capitalismo injunções correspondentes às questões que mais preocupavam seus detratores”; iii) por meio de deslocamentos o capitalismo “pode escapar à exigência de reforço dos dispositivos de justiça social tornando-se mais dificilmente decifrável” dos modos de, dessa forma “a resposta dada à crítica não leva à instauração de dispositivos mais justos, mas sim à transformação dos modos de realização do lucro, de tal maneira que o mundo passa a ficar momentaneamente desorganizado em relação aos referenciais anteriores e num estado de grande ilegibilidade”, desarmando, por algum tempo, a crítica.

O foco recai, aqui, nesses dois últimos papéis da crítica em relação ao capitalismo, por tratarem especificamente de diferentes formas de resposta aos enunciados críticos⁴⁴: i) a incorporação de elementos da crítica pelo capitalismo; ii) e os deslocamentos, que teriam o efeito de desarmar a crítica “apresentando-lhe um mundo que ela já não sabe interpretar” (Boltanski, Chiapello, 2009, p. 70). A incorporação de elementos de justiça, ou melhor, a adoção de valores da crítica pelo capitalismo, conformam mecanismos que põem a serviço da acumulação capitalista

⁴⁴ Ainda que em um campo teórico e metodológico distinto, essa perspectiva das “formas de resposta” do capitalismo à crítica dialoga com as abordagens do capitalismo realizadas por Deleuze e Guattari (2010). Essas modificações na dinâmica capitalista e em suas formas de engajamento – e nas práticas empresariais – seriam para os autores consequência e parte das crises intrínsecas ao capitalismo – um dos seus elementos imanentes – que constantemente ultrapassa e amplia seus próprios limites, reproduzindo-se sempre em uma escala mais ampliada. O capitalismo busca se constituir, assim, como limite exterior de toda a sociedade, e isto ocorre devido a ele não ter “limite exterior, mas tão somente limite interior que é o próprio capital, limite que ele não encontra, mas que reproduz, deslocando-o sempre” (Deleuze, Guattari, 2010, p. 307). Esse deslocamento de seu limite é possibilidade por um caráter próprio do funcionamento do capitalismo que se trata de um processo constante de **descodificação e axiomatização**. Para os autores o capitalismo funcionaria, de um lado, por meio da descodificação generalizada dos fluxos, segmentação e decomposição dos códigos, e pela conjunção desses fluxos descodificados. De outro lado, por meio de uma axiomática que “substitui as antigas codificações, e que organiza todos os fluxos descodificados [...] em proveito do sistema capitalista e a serviço dos seus fins” (Deleuze; Guattari, 2010, p. 310).

esses mesmos valores, em alguns casos de forma distanciada de como foram enunciados⁴⁵. Os deslocamentos, por sua vez, não são entendidos como fenômenos articulados e calculados, mas como práticas contextuais e situadas⁴⁶. Para os autores, os deslocamentos seriam mecanismos do capitalismo para não confrontar diretamente a crítica e não absorver e incorporar seu conteúdo.

Em vez de questionar frontalmente as provas regulamentadas – o que seria custoso demais, especialmente em termos de legitimidade⁴⁷ –, eles são então levados a buscar novos caminhos para os lucros, realizando deslocamentos, locais, múltiplos, de pequena amplitude e pouco visíveis. Esses deslocamentos podem ser geográficos (transferência para regiões em que a mão de obra seja barata e o direito do trabalho esteja pouco desenvolvido ou seja pouco respeitado), se, por exemplo, as empresas não quiserem melhorar a distribuição salários-lucro no sentido exigido pela crítica (**mas poderíamos fazer as mesmas observações em relação às novas exigências em matéria de meio ambiente**). Também pode tratar-se de modificação dos critérios de sucesso na empresa, para escapar aos procedimentos associados ao gerenciamento das carreiras, ou de eliminação das provas formais nos recrutamentos (resoluções de casos por escrito, testes psicotécnicos), consideradas excessivamente custosas (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 69, grifos nossos).

Dessa forma, o modelo de mudança, ou a dinâmica própria do capitalismo⁴⁸, se daria em um “jogo de três termos”. O primeiro termo seria definido propriamente

⁴⁵ Essa dinâmica contribui, por exemplo, para a observação da apropriação do debate ambiental por setores do capital a partir dos anos 1970, como no paradigma da modernização ecológica.

⁴⁶ Perspectiva que dialoga com a abordagem de Deleuze e Guattari (1997, p.142) acerca da política no capitalismo que atuaria “por meio de experimentação, tateamento, injeção, retirada, avanços, recuos. Os fatores de decisão e de previsão são limitados. Absurdo supor um sobregoverno mundial que decidiria em última instância”. Essa compreensão pode contribuir quando esta pesquisa abordar, especificamente, as práticas empresariais voltadas à sociedade, como a responsabilidade social empresarial, não entendida como um “deslocamento” único das estratégias de não-mercado, mas como um conjunto de reposicionamentos, respostas, dos setores empresariais.

⁴⁷ No entanto, é importante dizer que também a “situação de crítica é de potencial conflito. Afinal, o que está em jogo nela é uma (muitas vezes forte) diferença de posições” (Werneck; Loretti, 2019) e que em muitos casos, a resposta do capitalismo e de seus agentes se dá de forma conflituosa, violenta ou mesmo autoritária, como diversos exemplos ao longo da história, por meio da ação policial ou das forças armadas, golpes, constrangimento ao debate pública e a liberdade acadêmica, remoções e deslocamentos involuntários de populações. Essas ações, quando observados os projetos extrativistas, ganham ainda mais relevância.

⁴⁸ Em um quadro teórico-metodológico distintos, acredita-se que a noção de movimento e contramovimento polanyianas (duplo movimento) auxilia na compreensão da dinâmica de liberalização da economia e as pressões (crítica) para uma “autoproteção social”. Para Polanyi (2000), o movimento se daria em um processo de mercantilização, inserção da sociedade na economia de mercado autorregulada, já o contramovimento se daria por processos defensivos que freassem a autorregulação da economia. Esse processo de contramovimento se dá como forma de salvaguardar a sociedade, por meio da defesa das mercadorias fictícias (terra, trabalho e dinheiro), de forma com que essas não fossem esmagadas no “moinho satânico” do mercado autorregulável. Ainda que tenham diferenças significativas entre as duas proposições teóricas, uma vez que Polanyi (2000) está observando o processo de acumulação em si, e Boltanski e Chiapello (2009), apontando o papel da crítica na

pela crítica, pelo que ela denuncia e por sua virulência, isto é, sua capacidade de multiplicação e reverberação. O segundo termo é definido pelo capitalismo e seus dispositivos de organização da acumulação em determinada época, que podem ser de variadas ordens. O terceiro corresponderia à forma com que o capitalismo mantém uma distância entre esses dispositivos de geração de lucro e as exigências de justiça.

Cada um dos polos dessa oposição de três termos pode evoluir: a crítica pode mudar de objeto, perder ou ganhar virulência; o capitalismo pode conservar ou mudar seus dispositivos de acumulação; também pode melhorá-los no sentido de maior justiça, ou dismantelar as garantias oferecidas até então (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 64).

Abordados como dois conjuntos macros, crítica e capitalismo se materializam na ação concreta dos “responsáveis empresariais” e dos que enunciam a crítica, produzindo “uma espécie de cartografia do mundo em certo estado do capitalismo” (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 486). Nessa perspectiva, essas questões mais gerais da relação entre crítica e capitalismo possibilitam ferramentas analíticas para compreender práticas mais específicas relacionadas ao processo de acumulação capitalista, em especial neste texto: as práticas engendradas pelas empresas capitalistas para responder a seus críticos (Benson; Kirsch, 2010). A ideia de “responsividade” é central nesse contexto, em que estaria em pauta “a ‘responsividade’ empresarial às críticas – a saber a capacidade de resposta que as corporações buscam demonstrar frente às denúncias dos efeitos sociais e ambientais danosos de suas práticas” (Acseirad, 2018, p.37).

Essa passagem de uma perspectiva macroconceitual do funcionamento da crítica do capitalismo para sua particularidade na observação da responsividade nas estruturas empresariais pode ser associada de forma análoga aos conceitos de “capital em geral” e a “pluralidade de capitais” (Brandão, 2018) em que Marx (2013; 2017) no livro *O Capital* vai demonstrar como um penetra o outro e determina o processo de realização e produção do valor na sociedade capitalista. Os mecanismos e as formas de respostas das empresas às denúncias de suas práticas estão no centro das preocupações desta pesquisa. Fazendo, então, uma passagem dessa perspectiva mais macro do papel da crítica no capitalismo, esta tese se deterá a seguir em como essa questão pode ser observada no estudo da ação própria das corporações.

promoção desses contramovimentos de defesa, parece interessante trazer essas duas perspectivas para pensar a dinâmica do capitalismo contemporâneo e seu modo de produção do engajamento

1.2. DO CERCO AO GOVERNO PRIVADO A UMA PRÁTICA PARA ALÉM DOS MUROS

O cientista político Arthur Bentley indicava no começo do século XX: “uma corporação é governo de ponta a ponta” (Bentley, 1908, p. 268). À época, essa frase já demonstrava a capacidade de ramificação das empresas nesse período, tanto no exercício do poder quanto nos modos de governo. No entanto, as transformações do capitalismo e dos modos de acumulação e organização da produção, ao longo da segunda metade do século XX e do início do século XXI, foram acompanhadas de modificações nas próprias estruturas empresariais e nos seus modos e suas formas de governo. A mundialização do capital⁴⁹ e as dinâmicas geopolíticas decorrentes desse processo, conjuntamente aos novos sistemas industriais pós-fordistas, se conformaram em paralelo a constituição de um forma-empresa, que se estabeleceu como uma espécie de governo privado (Laval; Dardot, 2018; Chamayou, 2020), uma nova forma de poder soberano (Deneault, 2018; 2020).

Esse processo, sobretudo a partir dos anos 1960, insere-se em um contexto mais amplo em que a dinâmica capitalista, pautada pela ampliação dos processos de acumulação, atuou por expansão territorial, cuja principal expressão foi a mundialização. Configurou-se, assim, não só um quadro de expansão interna, mas também de impregnação social que, por meio da lógica de uma acumulação primitiva permanente do capital (Brandão, 2010), implicou na introjeção de uma série de esferas, dimensões e escalas espaciais no interior do motor de acumulação.

É possível destacar três processos político-econômicos importantes⁵⁰: por um lado, há a acumulação de capital pelos países desenvolvidos durante o que se chamou de “trinta anos gloriosos” (1945-1975) – que conheceu sua crise nos anos 1970 – e possibilitou a centralização e concentração de capitais (Possas, 1989), implicando na formação de *grandes conglomerados industriais-financeiros*. Por outro

⁴⁹ A mundialização, ou globalização, seria efetivada “*não* pela mundialização das *trocas*, mas pela mundialização das **operações do capital**, em suas formas tanto industrial quanto financeira” (CHESNAIS, 1995, p. 4, grifos nossos). Essa compreensão é importante no entendimento das empresas nesse período como a materialização dessas operações do capital.

⁵⁰ Esse processo foi largamente trabalhado por diversos autores, do ponto de vista econômico e das transformações relacionadas no processo de acumulação, e a partir de um viés sociológico, tratando das formas de organização do trabalho e da sociedade. É interessante aqui contextualizar esse período para compreender em que quadro se constitui essa forma-empresa que aqui será abordada e sobre a qual as práticas busca-se observar.

lado, como a literatura ressalta, há a constituição de um conjunto de *mudanças tecnológicas* (informacionais, logísticas e produtivas) e *organizacionais* (passagem do fordismo para acumulação flexível), de forma a reduzir o tempo de giro do processo de acumulação. Além disso, como denomina Harvey (1996), há a “compressão tempo-espaço”, o que implica, assim, em modificações estruturais na relação entre capital e trabalho. Por fim, no escopo desse processo e como um dos resultados mais diretos da crise de acumulação de 1970, observou-se um conjunto de *rupturas e reestruturações das regulações dos aparelhos dos Estados* com ajustes estruturais em nível nacional e regional (e com surgimento de regulações em nível internacional), que tinham como norte processos de “liberalização” da economia.

Dentre os processos que apontam para uma ramificação espalhada dessas reestruturações, é possível apontar: privatizações dos equipamentos estatais, reconfiguração do papel do Estado, desregulamentação em diversos setores, flexibilização da legislação e das estruturas produtivas, mercantilização, garantia férrea da segurança jurídica de direitos de propriedade, políticas de austeridade, mercantilização dos serviços públicos, financeirização da economia, entre outros. Tal expansão se realiza por meio de projetos políticos e econômicos que promovem a incorporação contínua de diferentes dimensões da vida social à lógica da concorrência. Todo esse quadro de transformações se deu permeado por uma conformação discursiva neoliberal, por um tipo de racionalidade⁵¹, que buscou justificar e legitimar tais processos de liberalização, apoiando-se nas virtudes do livre-mercado⁵².

Ao se conformarem como grandes conglomerados industriais, e agora também financeiros, as corporações com atuação no espaço mundializado – empresas multinacionais ou transnacionais – se configuram como um dos principais agentes

⁵¹ Não serão aprofundadas aqui as questões próprias da elaboração e discussão sobre as características do neoliberalismo, mas é importante indicar que se compreende, à guisa de diversos autores (Fourcade-Gourinchas, 2002; Peck; Theodore; Brenner, 2012; 2018; Wacquant, 2012; Laval; Dardot, 2016), este como um tipo de racionalidade que implementa uma forma específica de funcionamento e estruturação da política, da economia e dos processos de subjetivação, ancorada na busca da generalização do princípio universal da concorrência. É, assim, crucial entendê-lo como a transformação da lógica do mercado em uma lógica tendencial normativa.

⁵² Como apontam Arrighi e Zhang (2011, p. 26), a partir desse momento houve “um renascimento das crenças, do início do século XX, na magia dos mercados supostamente autorregulados”. Esse renascimento, longe de ser espontâneo e natural, como apontavam os defensores da economia de mercado, se consolidava por meio de uma engenharia política, “construir por arquitetura institucional, mundos artificiais”, como sinaliza Chamayou (2020, p. 115), que realiza um resgate importante das diversas produções e discursos dos “intelectuais orgânicos do mundo dos negócios” desse período.

desse tipo de racionalidade liberalizante. Nesse contexto, como um forma de governo privado, as corporação não estariam mais associadas a figura de “um capitalista”, de “um” proprietário, mas sim seriam refratárias, fragmentadas (Deneault, 2018), seja em relação a sua *propriedade* – tendo em vista a abertura de capitais da empresa ou a conformação dessas em *true corporations*⁵³, sem um controlador definido – em sua *materialidade*, com o estabelecimento de ações, projetos e infraestruturas em diversas localidades, como na sua *forma*, por meio de filiais, subsidiárias, escritórios, *joint ventures*, fundações, bancos, e por meio de suas *práticas* (jurídicas, discursivas e sociais), adaptadas aos contextos específicos de cada localidade, território e país. Essa constituição ontológica e fragmentária implica também em dificuldades no estudo das corporações, tendo em vista a questão dos possíveis limites em compreendê-la como uma “entidade” única (Golub, 2014; Welker, 2016; Deneault, 2020).

A empresa é um governo privado não só no sentido óbvio, porém bem restrito, de que a administração exerce um poder sobre os trabalhadores – ela seria um governo *interno*. A gestão, como lugar de poder, governa muito mais que apenas os trabalhadores. Ela governa também para **além de seus muros**. Governa os indivíduos em quase todos os seus papéis sociais e dimensões; tanto é verdade que cada um se encontra preso a planejamento fixados pela autoridade privada de diferentes gestores. Em suma, a empresa começa a parecer um imenso e proliferativo *governo privado da vida*, muito mais hábil e invasivo que o poder de Estado (Chamayou, 2020, p. 121, grifos nossos).

O que significa dizer que uma empresa governa para além dos muros? Essa perspectiva parte do entendimento de que a atuação das empresas adota não apenas uma perspectiva intramuros, isto é, circunscrita apenas à dinâmica e ao espaço de produção *stricto sensu*, perpetrada pela lógica das relações de produção e trabalho, mas se estende aos outros setores e esferas da sociedade. Essa dinâmica se efetiva no

paradoxo expresso no fato que no momento onde a ‘mão invisível’ do mercado efetua o retorno ideológico e político florescente que conhecemos, a multiplicação de redes onde se entrelaçam intimamente o espaço administrado não mercantil da produção com os espaços de mercado

⁵³ Essa questão é particularmente interessante ao observar as questões de governança corporativa (uma ferramenta de disciplinamento corporativo ao mundo financeiro) a partir do caso da empresa Vale, que passou por um processo de reestruturação societária, a partir de 2017, concluído em 2020. Dessa forma, a empresa se tornou uma corporação, com controle acionário pulverizado e sem acordo de acionistas. Para Santos (2017) e Mansur (2022), a adoção dessas formas de governança corporativa teriam por objetivo uma blindagem da interferência política (estatal) por meio da pulverização do capital e redução do poder de voto dos fundos de pensão e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), convertendo a empresa em um agente econômico “ideal” ou verdadeiro.

parecem abrir uma etapa qualitativamente nova do reino da ‘mão visível’ (Veltz, 1988, p.36 *apud* Acselrad, 2018, p.33).

Nesse contexto, as formas e práticas de mercado passam a adentrar e a incorporar em alguma medida os espaços, ao menos *a priori*, não mercantis⁵⁴. Boltanski e Chiapello (2009, p. 109), por exemplo, consideram a história da gestão empresarial “como a história da sofisticação permanente dos meios de dominar aquilo que ocorre na empresa e em seu ambiente”. Os autores apontam que se em Taylor e Ford os seres humanos eram o foco das ações de controle, as ações da gestão empresarial hoje se estendem:

[para] além das máquinas e do pessoal. Com a estratégia empresarial, desenvolveu-se o domínio dos mercados e da concorrência; com o *marketing*, o domínio do circuito de distribuição, dos clientes e de seus comportamentos aquisitivos; com a gestão de compras, o controle dos fornecedores; com as relações públicas, o da imprensa e dos poderes políticos (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 109).

A isso é possível acrescentar as estratégias das empresas frente a seus críticos ou como Acselrad (2018, p. 34-35) sinaliza: “faltou, no entanto, a estes autores mencionar as estratégias que buscam o controle sobre as condições sociopolíticas do “entorno” espacial dos empreendimentos quando estes dependem de recursos territorialmente situados⁵⁵”. Nas práticas intramuros ocorreriam, então, as formas de organização e disciplinamento do trabalho próprias do processo produtivo que, além de organizar a produção⁵⁶, buscavam lidar com os eventuais riscos que a reunião dos trabalhadores em coletivos politicamente organizados – como em sindicatos – poderia

⁵⁴ Como aponta Polanyi (2012, p. 52): “desse ponto de vista, não é difícil discernir que aquilo que chamamos de falácia economicista foi, antes de tudo, um erro teórico. Na prática, a economia passou a consistir em mercados, e o mercado envolveu a sociedade”.

⁵⁵ Nesse momento do texto, ainda são abordadas as práticas empresariais de um ponto de vista mais geral. Mais adiante, serão situados, especificamente, o quadro dessas ações e dos estudos a partir do que Acselrad (2018) chama aqui de recursos territorialmente situados, particularmente dos recursos minerais.

⁵⁶ Como elemento do desenvolvimento histórico das forças produtivas no capitalismo, tem-se a reunião dos trabalhadores em um espaço de produção sobre o controle da representação do capital, o capitalista. Momento que se reafirma no que vai se constituir como momento de manufatura em que por meio da busca do aumento da produtividade se estabelecem processos de divisão social do trabalho no espaço da produção. Essa divisão social do trabalho, ou reorganização do trabalho, vai encontrar formas específicas ao longo do desenvolvimento do capitalismo, que se relacionam com as dinâmicas gerais do modo de produção, que articulam produção e consumo. Essa divisão social do trabalho imposta pelo controle capitalista vai de sobremaneira apartar os trabalhadores de suas condições de controle não só sobre o fruto de seu trabalho, mas também a forma de realização deste, perdem sua individualidade e se constituem como mero capital variável. Essa forma de ampliação do mais-valor relativo, por meio da maquinaria e de processos organizacionais, vai perdurar até os dias atuais, por exemplo, com a acumulação flexível e o Toyotismo.

implicar para o processo de acumulação e reprodução do capital. A noção de risco é central nessa perspectiva, pois está intrinsicamente associada à empresa capitalista – que tem como uma de suas características centrais o cálculo racional. É possível traduzir, assim, como as perdas econômicas, vulnerabilidades ou ganhos de rentabilidade. O cálculo de riscos é um dos motivadores das adoções de práticas ou táticas pelas empresas em suas decisões (Chaskiel, Suraud, 2009).

Giffoni Pinto (2019) destaca, por exemplo o surgimento das práticas de relações públicas de empresas ferroviárias e petroleiras relacionadas ao enfrentamento das lutas sindicais e greves e sua publicização crítica em jornais, principalmente nos Estados Unidos.

É com o fim de prevenir tais riscos – ao lado da adoção de expedientes diversos de motivação para o trabalho – que foram sendo desenvolvidas, no interior dos espaços produtivos, diferentes tecnologias de obtenção do consentimento junto aos assalariados (Acsehrad, 2018, p. 39).

As práticas extramuros estariam voltadas não apenas às condições de garantia da produção *latu sensu*, isto é, relações com empresas e consumidores, mas aos “riscos políticos” e “sociais” – que poderiam trazer implicações para a acumulação de capital – e às áreas localizadas no entorno dos empreendimentos empresariais. Giffoni Pinto (2019, p. 18) indica que os “riscos políticos podem ser definidos enquanto ações de um poder político que “ameaçam” o valor da empresa”. Em outras palavras, os riscos políticos estão associados a efeitos de agentes externos ao espaço fabril que poderiam trazer implicações (crítica) para o processo de produção de valor, seja de ordem administrativa, jurídica, fiscal, logística, conflitual etc. Essas situações de risco político poderiam ser intervenções de aparelhos do Estado, mudanças regulatórias mais restritivas, cenários de conflito nos territórios onde se localizam as empresas, ação de grupos de ativistas e movimentos sociais ou de comunidades localizadas no entorno dos empreendimentos empresariais, paralisação da produção ou ocupação de fábricas, vias de transporte de mercadorias, por exemplo. A noção de risco “social” desdobra-se da ideia de risco político e se “relaciona com a decadência do Estado Providência e com a emergência das políticas neoliberais aliadas a um esforço de produção de justificação pelas agências multilaterais” (Giffoni Pinto, 2019, p. 24).

As ações extramuros das empresas não são propriamente novas, podendo ser observadas técnicas de disciplinamento dos trabalhadores fora dos espaços fabris, como: no paternalismo, exercido pelos patrões, observado nas *cités ouvrières* (*company towns*) construídas na Europa e nos Estados Unidos no século XIX e na primeira metade do século XX; ou, como demonstra Hönke (2018), nos assentamentos de trabalhadores da indústria mineral nos territórios coloniais na África, na passagem do século XIX para o XX, em que eram observadas práticas de ordenamento e disciplinamento coercitivas e paternalistas⁵⁷.

Hönke (2018), nesse mesmo trabalho, busca identificar em que essas práticas do período colonial diferem das formas atuais de governo empresarial, especificamente voltadas às comunidades localizadas no entorno dos empreendimentos minerais. Para a autora, na ausência de um forte regime autoritário e coercitivo – presente no cenário colonial – as empresas estariam mais expostas a conflitos e riscos de ordem política e social que poderiam emergir nos territórios em que atuam. Nesse contexto, a preocupação com o estabelecimento de mecanismos que visassem o tratamento desses riscos e eventuais conflitos de ordem política e social, de forma a garantir a manutenção dos negócios das empresas, vai passar a ocupar o setor empresarial, já a partir dos anos 1950 (Chamayou, 2020).

No mesmo período das transformações no capitalismo discutidos anteriormente, os anos 1960-1970 são emblemáticos e engendram, além de uma crise econômica, uma crise de “governamentalidade”⁵⁸, que perpassou também pela ação de grupos sociais, em um processo de “politização” das estruturas empresariais, a partir da atribuição de responsabilidades às estruturas empresariais por sua expansão territorial e social. A emergência desse campo crítico – esse cerco ao governo privado – produziu uma mobilização nas empresas e em seus intelectuais orgânicos que, frente a esse cenário, se colocam a pergunta “como reagir?” (Chamayou, 2020) e passam a definir linhas de ação.

⁵⁷ Hönke (2018) analisa as ações que buscavam formar uma força de trabalho industrial para o trabalho na atividade mineral a partir do empreendimento colonial no Estado Independente do Congo (Congo Belga a partir de 1960) sobretudo observando as práticas da empresa *Union Minière du Haut Katanga*.

⁵⁸ Essas crises, que são na verdade uma crise colocada ao capitalismo e ao liberalismo é decorrente, como indica Assis (2022, p.17), do contexto das “lutas dos anos 1960 e 1970 por liberdade, por direitos civis, pelo respeito ao corpo e a mente, pelo exercício de uma sexualidade livre, somados aos levantes anticoloniais na África e Ásia, ao ideário da desobediência civil, às tentativas de ruptura revolucionária na América Latina e à organização indisciplinada de estudantes e trabalhadores ao redor do mundo, [...] acontecimentos históricos que demarcam uma tentativa de ampliação e/ou conquista democrática”.

Talvez pudéssemos prever que o sucesso dos movimentos ecológicos e de consumidores desencadearia alguma espécie de reação por parte do mundo dos negócios [*big business*, no original], mas a escala da mobilização política corporativa se mostrou sem precedentes (Nace, 2003, p. 138, tradução nossa).

Ainda nos anos 1960, mas sobretudo a partir da década de 1970, há uma profusão de textos e pronunciamentos que destacavam a importância de uma contraofensiva à ampliação das críticas à empresa, discursos de reação em um duplo sentido reativo (que formula contra) e reacionário (que busca conservar uma ordem) (Chamayou, 2020). Essa elaboração ideológica de consultores, teóricos e empresários vai acompanhar e se adaptar às dinâmicas políticas, econômicas e sociais ao longo das décadas, conformando um conjunto de termos e conceitos que objetivam orientar as práticas e estabelecer formas de ação, como investimentos sociais privados, “responsabilidade social empresarial”, “engajamento de partes interessadas (*stakeholders*)” e “gestão do risco social”.

Ainda que as transformações a nível macro na segunda metade do século XX e início dos anos 2000 tenham implicado em modificações crescentes nas práticas empresariais de respostas à crítica, com a adoção de “inovações discursivas” pelos representantes do capital, elas se tratariam de inovações bem mais adaptativas que do que radicais, visto estarem basicamente inscritas na ordem liberal, e se inserirem “na continuidade e distintividade históricas pelas quais se constituíram os diferentes modos empresariais de construção de consentimento” (Acsehrad, 2018, p. 37).

Isto porque se há, por certo, novidade neste esforço de resposta empresarial às críticas sobre os efeitos sociais e ambientais de um capitalismo que se tornou global e financeirizado, de marketing social destinado aos acionistas e de busca de legitimação pública de projetos econômicos nos planos nacional e global, não se deveria perder de vista, por outro lado, a continuidade observável no que diz respeito ao modo pelo qual o capitalismo sempre buscou estabelecer consentimento e prevenção de riscos quando estes deram mostras de poder ameaçar a segurança de seus empreendimentos (Acsehrad, 2018, p. 36).

Julga-se pertinente realizar esses parênteses aqui, em diálogo com Acsehrad (2018) – antes de observar as questões próprias de como os discursos e práticas empresariais atuam sobre os seus críticos – para indicar o entendimento que essas ações estão inseridas dentro da dinâmica da acumulação capitalista, que constantemente busca avançar sob “espaços” ainda não mercantilizados.

Chamayou (2020) realiza uma espécie de trabalho genealógico a respeito das reações empreendidas nesse contra movimento – terceiro movimento, em analogia ao duplo movimento polaniyano – ao cenário de tensionamento social dos anos 1960-1970, contra movimento do qual ainda não se logrou sair. Nesse mesmo campo de estudo, é possível incluir os trabalhos de Acquier e Aggeri (2007) e de Chaskiel e Suraud (2009), que abordam a Responsabilidade Social Empresarial como uma resposta ao processo de politização da produção, resgatando a construção desse debate pelas perspectivas gerencialistas, pelo *management*, e os trabalhos de Giffoni Pinto (2019) a respeito da construção da noção de “risco” dentro das práticas empresariais. Esses estudos, que buscam reconstituir a elaboração teórico-prática dessas formas de reação e resposta, indicam que elas assumem diversas feições nas décadas que se sucederam. São recuperados, neste ponto, alguns de seus elementos e manifestações, a fim de subsidiar as discussões conduzidas ao longo da tese a partir dos casos analisados.

Benson e Kirsch (2010), a partir de estudos sobre a indústria do tabaco e a indústria mineral, estabelecem três conjuntos de respostas empresarial às críticas sociais, que comporiam a conformação de um sentimento mais geral da sociedade contemporânea que denominam de “políticas de resignação”⁵⁹. A primeira forma de ação seria a falta de envolvimento com o enunciado da crítica, ou mesmo a negação de que esta é válida. Para isso seriam utilizados diferentes mecanismos. Os autores apontam o uso de uma contra-ciência, suportada pelas empresas, largamente utilizada pela indústria do tabaco ou nos casos de danos ambientais e à saúde⁶⁰. Também indicam a manipulação do que Kirsch (2014) denomina de *políticas do tempo*, como forma de protelar o reconhecimento dos danos causados. Esse processo buscaria tornar mais fácil “para estas empresas emitirem mensagens tranquilizadoras às suas partes interessadas [acionistas], fazerem avaliações otimistas sobre o futuro, ou argumentarem que questões problemáticas foram estabilizadas ou revertidas” (Kirsch, 2014, p. 191, tradução nossa) e teria como fundamento a produção de dúvidas e incertezas na percepção dos riscos, visando desmobilizar e desacreditar a crítica.

⁵⁹ Assim como Boltanski e Chiapello (2009), Benson e Kirsch (2010) apontam que acontecimentos podem incitar o debate pública à crítica, mas que nem sempre ameaçam “totalmente as empresas, que recuam, proliferando a dúvida e respondendo de modo que promovam um sentimento de resignação política” (p. 465). Seriam os deslocamentos para Boltanski e Chiapello (2009).

⁶⁰ Giffoni Pinto e Viegas (2022) indicam a partir de um caso na indústria do tabaco a constatação desde 1950 que para desafiar as evidências científicas o setor deveria contratar suas próprias pesquisas.

No entanto, como expressava já em 1971 o presidente de um banco americano em um discurso para publicitários: “desacreditar integralmente as críticas que nos são endereçadas seria ‘arriscar comprometer nossa credibilidade, no momento em que mais precisamos dela’” (Chamayou, 2020, p. 143). Nesse sentido, a capacidade de produção e desarmamento da crítica por meio da “negação” pode ser limitada, pois poderia trazer implicações de ordem prática e social, como maior mobilização social, maior regulamentação social e ambiental ou adentrada de outras entidades nessa relação, como forma de avaliação e julgamento sobre a pertinência da crítica. Tanto as correntes gerencialistas quanto neoliberais dos anos 1970 concordavam com um objetivo fundamental: “evitar tanto quanto possível a regulação pública em matéria social e ambiental” (Chamayou, 2020, p. 151).

É no intuito de evitar os custos aumentados decorrentes da intervenção pública, ou evitar os gastos integrais relacionados aos custos da resolução dos problemas causados pelas empresas, que se inserem as ações que Benson e Kirsch (2010) situam como segundo tipo de resposta. Essas ações pressupõem o reconhecimento parcial dos elementos da crítica, a partir da incorporação de alguns de seus elementos por meio de “gestos simbólicos”, como as práticas de publicidade e *marketing* das empresas e as ações de compensação ou mitigação de danos ambientais. É possível inserir aqui também ações sociais comunitárias realizadas, por exemplo, nas comunidades no entorno das empresas, em uma espécie de “filantropia corporativa” (Ballard; Banks, 2003). Essa resposta estabelece diálogo com Boltanski e Chiapello (2009), a partir do segundo efeito da crítica sobre o capitalismo, em que ocorre incorporação de parte da crítica sem provocar mudanças ao modo de acumulação em si.

Entretanto, Benson e Kirsch (2010) apontam que essa fase e forma de resposta é mobilizada em um contexto em que a capacidade crítica ainda é limitada. Em um cenário de crise, seria necessário operar um conjunto de habilidades e táticas de forma que as empresas se envolvessem diretamente na regulação, na formulação de políticas e na gestão dos problemas relacionados à indústria. Essa fase de reação incluiria, segundo os autores, um conjunto amplo de medidas: desde a apropriação de discursos e estratégias dos movimentos contestatórios, a captura ou cooptação dos críticos para dentro das estruturas empresariais (como em departamentos de relações comunitárias ou fundações), a busca de soluções baseadas no consenso, até a

promoção de uma ideologia da “harmonia” (Nader, 1994), o desenvolvimento de programas e políticas de certificação (largamente utilizadas nas indústrias extrativas) e mecanismos de auditoria e monitoramento de forma a eximir a empresa de possíveis riscos. A essas medidas, situadas principalmente no campo organizacional das empresas, podem ser incluídas práticas empresariais territoriais voltadas à atuação direta nos territórios afetados e mecanismos de “captura regulatória”⁶¹ (Edelman; Stryker, 2005), realizados como forma de direcionar a ação do poder público.

Importante destacar que Benson e Kirsch (2010) não abordam essas três formas de resposta como etapas de um processo, mas indicam que essas podem ocorrer simultaneamente e serem operadas a depender do contexto e dos sujeitos críticos envolvidos. É possível destacar que essas formas responsivas encontram também ressonância com formulações próprias do *management*. Alpaslan et al. (2009) sistematizam contribuições de autores desde a década de 1970 – o primeiro trabalho data de 1973 – que dividem em quatro comportamentos as possíveis formas de resposta das empresas a uma situação de crise: negação da responsabilidade, ou comportamento reativo; comportamento defensivo, que implicaria na aceitação da responsabilidade, mas combatendo-a e só realizando ações obrigatórias; comportamento acomodativo, que implicaria um compromisso voluntário com a questão, atendendo as demandas das vítimas e; por fim, um comportamento proativo, antecipando as críticas e as responsabilidades, buscando estabelecer esforços a frente do setor e das regulações. Coombs (2006), por exemplo, aponta que três opções básicas de resposta a uma situação de crise são: negar, diminuir e negociar. Dessa forma,

(1) estabelecer que não existe crise, (2) alterar as atribuições sobre o evento de crise para fazê-lo parecer menos negativo para as partes interessadas, ou (3) alterar a forma como as partes interessadas percebem a organização – trabalhar para proteger/reparar a reputação (Coombs, 2006, p. 247, tradução nossa).

Desde a década de 1970, as empresas e seus consultores têm estabelecido mecanismos de resposta e analisado a eficiência deles no tratamento das críticas e

⁶¹ A “captura” regulatória ocorre quando o poder organizacional leva os reguladores a ignorar ou mesmo facilitar práticas legalmente questionáveis das organizações regulamentadas” (EDELMAN; STRYKER, 2005, p. 537). Os autores apontam como principais justificativas desse poder de captura das empresas os financiamentos destas para candidatos políticos e a suposta “confiança” das agências públicas na capacidade e a *expertise* das empresas. Chamayou (2020) também constata esse movimento das empresas, de captura do legislador, como forma de impor uma agenda própria, influenciando as políticas públicas.

na resolução de crises, em uma espécie de “contra-ativismo corporativo”, como nomeou Chamayou (2020). Nesse contexto, “a crítica pode ser uma oportunidade. É preciso saber tirar proveito dela, como tudo, aliás. Princípio de valorização da crítica” (Chamayou, 2020, p. 143) ou, como apontam Benson e Kirsch (2010, p.466), “[a]s empresas também podem vislumbrar a possibilidade de ganho competitivo e a conquista de um novo tipo de legitimidade através da sua participação em processos regulatórios”. Dessa forma, a mobilização frente às críticas ou às situações de crise poderiam ser vistas como situações de oportunidade. Isso é especialmente válido nas questões associadas a desastres, como será abordado nos próximos capítulos.

O contra-ativismo corporativo dos anos 1970, portanto, está na origem de diversas das práticas empresariais empregadas ainda hoje na abordagem das questões sociais e ambientais das empresas. Chamayou (2020), no processo de reconstituição genealógica dos discursos e práticas desse período, identifica três concepções de governo privado corporativo. A primeira seria a dos gerencialistas, nos anos 1950 e 1960. A segunda seria dos economistas neoclássicos nos anos 1970, que negava toda relação de poder, reduzindo a governança a um problema de agência. Uma passagem da ética gerencial à governança neoliberal financeira. O terceiro momento, tratado aqui, se daria por meio da inclusão à governança econômica de um caráter prático, de formas de gerenciamento estratégico, que estabeleceriam uma “manipulação do ambiente externo – físico, social e político –, destinada a torná-lo mais receptivo às atividades corporativas” (Sethi, 1975, p. 60 apud Chamayou, 2020, p. 217). O governo privado, sob cerco do contexto crítico, precisou se expandir para além de seus muros⁶².

1.2.1. Conhecer para agir: quem são as partes interessadas?

Nesse período, a partir de 1970, passa a se conformar uma *expertise* empresarial de gerenciamento de crises, com origens diversas: uma hibridização de conhecimentos e técnicas próprias do meio militar, de estratégias de partidos políticos e da estratégia do mercado. O direcionamento do olhar das empresas para essas

⁶² Welker (2014, p. 58, tradução nossa) aponta que “a questão das fronteiras está bem no coração do problema; partes interessadas de diversos tipos alteram efetivamente a fronteira entre empresa e sociedade”. Essa “reconfiguração das fronteiras implica, ao mesmo tempo, uma internalização do que é externo (as demandas dos clientes, o benchmarking do concorrente) e uma externalização do que é interno (imposição de valor, de prioridades e de padrões nas cadeias de fornecedores inteiras)”.

outras práticas fundamenta-se na constatação de que “[a]s teorias neoliberais da empresa, totalmente ocupadas em negar as relações de poder, eram incapazes de lhes fornecer qualquer noção. Eles precisavam, por conseguinte, voltar para outros provedores de conceitos” (Chamayou, 2020, p. 185).

Essa afinidade – ou confluência autoritária, como apontam Acselrad, Giffoni Pinto e Barros (2015) – entre práticas militares e empresariais se dá em diversos contextos⁶³, como no caso destacado por Chamayou (2020) e Giffoni Pinto (2019), sobre a empresa de relações públicas *Pagan International*, criada na década de 1980 por membros dos setores de defesa e inteligência dos EUA. A empresa foi extinta, mas muitos de seus principais executivos fundaram a Mongoven, Biscoe & Duchin, em 1988, que, posteriormente, foi comprada pela Stratford, uma empresa de inteligência privada voltada a fornecer informações ao setor empresarial.

As operações e ações de inteligência pautadas em um “conhecer para dominar” são centrais nas práticas de gestão empresarial da crítica. Chamayou (2020) indica que já na década de 1970 foram desenvolvidas tipologias de abordagem dos “ativistas”, que buscavam identificar as motivações desses e, a partir delas, estabelecer formas de ação e condutas a serem adotadas. Em uma publicação de 1991 – resultado de uma exposição na Associação de Pecuaristas do Estados Unidos – Duchin, ex-assistente de secretário de defesa estadunidense, indica que os “ativistas” se dividem invariavelmente em quatro grupos: os radicais, os oportunistas, os idealistas e os realistas⁶⁴. A conduta em casos de contestação após a identificação dos grupos deveria ser: cooperar e negociar com os realistas, dialogar e educar os

⁶³ Acselrad (2022, p. 9), por exemplo, destaca um “singular movimento de circulação de formas autoritárias entre Estado e corporações, entre ações e esquemas já experimentados pelo Estado brasileiro durante a Ditadura e formas assemelhadas que vieram sendo empreendidas pelas próprias grandes corporações extrativas, desde o fim daquele regime, com vistas a controlar os territórios de interesse para seus negócios”. Reginatto (2019), por sua vez, aborda as relações entre as empresas mineradoras e o Estado brasileiro no período da ditadura civil-militar no Brasil.

⁶⁴ Interessante notar que cerca de vinte anos depois essa mesma classificação inspira as análises dos setores críticos em casos de conflitos. Em uma apresentação da Stratford para uma empresa petroleira (Suncor) em conflito com movimentos contestatórios, no caso de areias betuminosas (*oil sand*), as diversas organizações e agentes envolvidos com a temática são classificados nesses quatro grandes grupos por meio de diagramas. Nessa mesma apresentação, são indicadas possíveis formas de engajamento, em que são destacados a formação de ação, os pontos positivos e negativos, o melhor e o pior cenário: negociações rápidas, atraso intencional, diálogo estruturado, voando em formação, contatos limitados, trabalho apenas por meio de coalizão estabelecer uma coligação confiável fora do quadro da CEI (organização voltada a campanhas de incentivo a adoção de prática éticas empresariais), por fim, não responder. A apresentação pode ser encontrada em: https://wikileaks.org/gifiles/attach/33/33714_Suncor%20Presentation-1210.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

idealistas para transformá-los em realistas, isolar os radicais e engolir os oportunistas (Chamayou, 2020, p. 199).

A identificação, reconhecimento e classificação dos possíveis críticos de uma empresa – que podem variar desde as comunidades vizinhas até organizações que buscam estabelecer normas, regulamentos e códigos de conduta – constituem uma das etapas centrais do processo gerencial de antecipação e tratamento da crítica. É preciso conhecer para agir. Essas práticas conformam um “mapeamento” de riscos sociais, identificando pontos, nós e conexões, forças e fraquezas de cada um dos “críticos”, um “mapa das relações de força”, que orienta a ação (Acselrad; Assis, 2022). Esses mapas, sociogramas, diagramas ou esquemas imagéticos⁶⁵ são produzidos a partir de um conjunto de informações que, a princípio, visam estabelecer os interesses, conexões, legitimidade, urgência e graus de influência e poder⁶⁶ de determinado agente crítico. Em outras palavras, no jargão da literatura empresarial, parte interessada (*stakeholder*).

“Identificar não é reconhecer” (Chamayou, 2020, p. 233). O autor realiza essa diferenciação a partir do fato que a identificação de uma parte interessada como perigosa ou de potencial conflito pode se tornar um mecanismo de “recusa do reconhecimento” dessa parte como legítima. Essa recusa, por exemplo, pode justificar o emprego de mecanismos de coerção ou mesmo o uso da força, configurando um elemento central na identificação de situações de conflito. Nessa prática de gestão da crítica, admite-se a possibilidade de recorrer a formas de intervenção que não se orientam pela busca de legitimação, mas pelo uso do poder policial como meio de contenção da crítica considerada potencialmente perigosa. “Tomemos um ‘grupo perigoso’. O que fazer? Antes de mais nada, identificá-lo, mas sem reconhecê-lo, ou

⁶⁵ Acselrad e Assis (2022, p. 17) apontam dois papéis principais desses dispositivos imagéticos: um primeiro seria retórico, que objetivaria comunicar e exaltar a “transparência” das atividades empresariais e suas conexões com seu entorno, com as comunidades, “intento de fazer valer uma representação do campo social que se quer esvaziada da variável força”. Esses esquemas são especialmente utilizados no setor extrativo, buscando demonstrar o “transbordamento” do desenvolvimento advindo das atividades empresariais. O segundo seria prático, como tem-se aqui tratado, voltado para dentro da empresa pretendendo “captar e revelar as relações de forças no terreno social”. Essa questão de mapeamentos e uso desses diagramas será retomada no capítulo quatro desta tese, a partir de alguns dos seus usos nos cenários de desastre analisados.

⁶⁶ As estratégias das empresas se adaptariam a depender das classificações dos agentes críticos. Giffoni Pinto (2019), Chamayou (2020) e Acselrad e Assis (2022) resgatam um estudo elaborado por consultores do setor mineral de 1997 que classifica, a partir dos princípios de poder, legitimidade e urgência, os stakeholders em latentes (possuiriam apenas um dos atributos), expectantes (dois atributos) e definitivos (os três atributos). Denota-se que a criação de tipologias é uma prática corrente dessas formas de abordagem da questão social.

seja, sem lhe conceder legitimidade, deslegitimando-o, portanto, o que autorizará sua repressão” (Chamayou, 2020, p. 234). Para Chamayou (2020), a ameaça do não reconhecimento teria como objetivo forçar a deposição das armas pelos críticos. Esse elemento é especialmente interessante na abordagem dos processos de acordo extrajudiciais em casos de desastre, uma vez que são abertos espaços de negociação – quando são abertos – apenas às partes “menos” críticas, como será demonstrado.

O uso do termo *stakeholder* se tornou lugar comum no discurso empresarial, seja no sentido discursivo despolitizante, ao buscar englobar de forma horizontal a ampla gama de agentes envolvidos com a atuação da empresa e inseridos em suas ações de “responsabilidade social”, seja no sentido prático-operativo de estabelecer mecanismos de identificação, mapeamento e gestão dos agentes potencialmente críticos⁶⁷.

O discurso gerencial da gestão de *stakeholders* pretende justapor, assim, no mesmo campo semântico, agentes explicitamente críticos aos projetos empresariais – como grupos de ativistas – e aliados intrínsecos desses projetos – como as agências financiadoras. Trata-se de diluir os possíveis atingidos pelos projetos empresariais no mesmo campo de relações que as empresas estabelecem com seus parceiros, aliados e colaboradores, ainda que abrindo espaço para nele diferenciar o subcampo dos atores críticos (Acselrad, Assis, 2022, p. 13).

As origens do termo *stakeholder* são atribuídas a pesquisadores do Stanford Research Institute, em 1963, que utilizaram o termo para designar “os grupos sem o suporte dos quais a organização deixaria de existir” (Freeman, 1984, p.31 apud Acselrad, Assis, 2022, p.12). Para Chamayou (2020) o uso de *stakeholder* foi utilizado devido sua proximidade fonética com o termo *stockholders* (acionistas). Chamayou (2020) destaca diversos outros estudos e abordagens que utilizavam termos como participantes e partes interessadas. Esses termos, utilizados no discurso empresarial, pretender nomear aqueles que não param de colocar perguntas sobre as práticas ambientais, as políticas de investimentos e de emprego das empresas.

1.2.2. A responsabilidade social como estratégia política dúplice

⁶⁷ Nos casos analisados, a Fundação Renova, por exemplo, utiliza no Rio Doce, como forma de identificar as demandas das comunidades e o andamento dos programas, o que denomina de Sistema de Gestão de Stakeholders (SGS), que orienta seus planos territoriais. A Vale, por sua vez, utiliza o que denomina de Sistema de *Stakeholders, Demands and Issues* (SDI), em português: Sistema de Partes Interessadas, Demandas e Problemas. Esses elementos serão objetos do capítulo quatro desta tese.

O processo de obtenção das informações que alimentam os bancos de dados utilizados, bem como garantem a operacionalização “no terreno” das formas de abordagem e de gestão das “partes interessadas” – destacando aqui as comunidades e outros agentes potencialmente críticos –, está relacionado a uma outra *expertise*⁶⁸. Essa *expertise*, de viés mais social e territorial, centra-se na ação de especialistas em relações comunitárias, relações públicas e comunicação social. A ampliação desse tipo de profissional nas empresas busca garantir benefícios políticos, gestão dos riscos sociais e legitimidade da empresa frente à sociedade (Acquier; Aggeri, 2007; Giffoni Pinto, 2019). A atuação dessa *expertise* se daria em todas as etapas do processo produtivo. Bronz (2016) destaca, por exemplo, as ações dos especialistas em relacionamento comunitário ou de consultores empresariais nos processos de licenciamento ambiental no Brasil. Giffoni Pinto (2019) analisa as ações de diversos desses especialistas em diversos momentos e etapas de um empreendimento, como na operacionalização dos programas de responsabilidade social empresarial.

Os consultores empresariais sustentam que, na perspectiva de gerenciar tais críticas, os programas de “responsabilidade social empresarial” são o instrumento que, por meio do contato com as comunidades do entorno de suas instalações, propiciam a obtenção de informações, conscientização e *insights* sobre os “riscos sociais”, ao mesmo tempo que se constituem em um meio eficaz de responder a eles (Acselrad; Assis, 2022, p. 4).

Aqui se situa um dos últimos elementos para observar a questão da relação das empresas com a sociedade, uma formulação discursiva e teórica que busca englobar, em certa medida, grande parte das questões e práticas que são abordadas aqui, a responsabilidade social empresarial (RSE). Acquier e Aggeri (2007), dois autores vinculados do campo do *management*, apontam que o debate sobre responsabilidade e empresas surge no fim do século XIX, nos Estados Unidos, e só se estruturou, de modo mais formal, no começo do século XX, a partir da atuação de empresas de capital aberto, com um dirigente não-proprietário. Os autores indicam que ao longo da primeira metade do século XX esse debate se estruturou,

⁶⁸ Gaviria (2015) fala de uma “ecologia da expertise” que reuniria essa diversidade de grupos no exercício da prática empresarial como consultores, *think tanks*, especialistas em técnicas de análise, *advocacy* e relacionamento com comunidades e grupos de pesquisa. Stengers (2015, p. 60) reflete sobre o papel que os especialistas - a Ciência - possuem em legitimar as ações, indicando que estes conformam no período atual uma “autoridade geral sobre a definição dos riscos a serem levados em conta”, e que vai conceder “todo o seu peso à legitimidade do investidor ‘que investiu’”. Isto é, vai por meio do *status* de autoridade dentro de um campo, legitimar aquele que investiu capital no estudo, de forma a se blindar dos possíveis estudos relacionados à crítica.

principalmente, por meio de pronunciamentos e textos desses dirigentes que buscavam definir suas responsabilidades frente à sociedade.

Nos anos 1950 e 1960, o debate das responsabilidades vai permear a divergência que já foi destaque nesta tese entre gerencialistas e neoclássicos. A formulação da responsabilidade social empresarial se daria nesse gerenciamento estratégico, como forma de resposta a um ambiente controverso e conflituoso da atuação empresarial. Acquier e Aggeri (2007) indicam a inserção nesse contexto da corrente “*Corporate Social Responsiveness*” ou “Responsividade Social Empresarial”. Para os autores, esse campo passou por transformações entre o fim do século XX e início do XXI, que implicaram em sua difusão e adoção nas práticas empresariais. Indicam, ainda, que um dos principais traços dessa difusão é a criação de um “mercado da virtude”, uma arquitetura de mercado, com novos padrões, novos agentes, um mercado de procedimentos de regulação que não passariam pelas políticas tradicionais, mas se inscreveriam na lógica econômica. Essa questão, além de reforçar o elemento apontado por Acselrad (2018) de que as perspectivas do *management* tenderiam a ampliar o grau de inovação dessas práticas, indica a tentativa da responsabilidade social de direcionar a questão da crítica e dos conflitos do campo político para o campo econômico.

Já foi identificado que uma das principais funções práticas da responsabilidade social empresarial é a de **capturar as enunciações crítica e responder a elas**. No entanto, além desses fatores, a responsabilidade social empresarial conformaria **mecanismos de autorregulação das empresas** (St-Laurent; Le Billon, 2015), de maneira a **preservar e garantir um certo capital reputacional**, em um mundo *potencialmente* crítico (Acselrad, 2014a; Acselrad; Assis, 2022) .

Na virada dos anos 1990 para 2000, as discussões sobre a responsabilidade social empresarial retornariam de forma mais ampla para o debate. Não que elas tenham sido abandonadas na década de 1980 e 1990, mas foi a partir dos anos 2000 que elas retornaram com outro corpo, sobretudo nos discursos dos setores empresariais, conformando uma espécie de ortodoxia na arena do desenvolvimento e dos negócios internacionais (Rajak, 2011; Dolan; Rajak, 2016). Carneiro e Duarte (2022) indicam que nesse período as práticas de responsabilidade social e empresarial se consolidaram como uma capacidade de adaptação aos mais diversos contextos da crítica, uma espécie de conjunto de práticas “camaleônicas” adaptativas

que, por meio de sua capacidade de gerar consensos, tornou-se uma “florescente indústria”.

Essa função adaptativa das práticas de responsabilidade social reverbera a discussão de Boltanski (2013) sobre os dispositivos de dominação gestionária – fazendo referência às disciplinas de gestão – e teriam como uma das suas características a insistência na mudança. A crítica, sobretudo a crítica política, nesse modo de dominação que pretende se situar no limite entre realidade, não tem muito espaço. Ela poderia se dar apenas em um espaço demarcado, isto é, interno e incorporado, sem poder se utilizar de elementos externo para lhe dar “poder” e ressonância.

Esta forma de controlar a crítica ao incorporá-la é reforçada pelo fato de que a dominação pela mudança reivindica, ela mesma, a crítica – da qual priva aqueles que querem se opor a ela. Mas é uma crítica interna, construída à imagem das discussões científicas que se instauram apenas entre aqueles que detêm a autoridade necessária, justificada por suas competências, ou melhor, por seus títulos, para fornecer uma opinião pertinente (Boltanski, 2013, p. 456).

Nesse modo de dominação, a crítica é enquadrada em um determinado campo de possibilidades, podendo ser formulada apenas nos termos nele admitidos. Assim, mesmo quando não é simplesmente desarmada, encontra-se profundamente alterada. A responsabilidade social empresarial centra-se dentro desse modo de dominação gestionária, pois buscaria incluir e prever qualquer enunciado crítico apenas dentro de seus termos, a crítica a ser ouvida seria apenas aquela legítima, elaborada dentro dos princípios dessa ortodoxia. Seria possível colocar em outros termos a dominação gestionária como uma “dominação sem política” (Oliveira, 2006), ou uma dominação que pretende excluir a política.

Esse movimento estaria associado a dois elementos centrais na dinâmica capitalista a partir dos anos 1990. Por um lado, há a crescente adoção de uma série de reestruturações regulatórias que implicaram no mergulho na neoliberalização “como a resposta, por meio de uma série de idas e vindas e de experimentos caóticos que na verdade só convergiram como uma nova ortodoxia com a articulação, nos anos 1990, do que veio a ser conhecido como o ‘Consenso de Washington’” (Harvey, 2008, p. 23). Nesse contexto de liberalização crescente da economia, há, como apontam Acseirad et al. (2015), uma relativa despolitização da ação pública, com uma simultânea politização da ação corporativa, que se materializa nas estratégias de

“não-mercado”, dentre as quais a responsabilidade social empresarial se consolidou como um dos principais baluartes.

A responsabilidade social empresarial buscava se conformar como um lastro, uma elaboração conceitual e retórica com pretensões de se constituir, na linguagem de seus defensores, como uma nova forma de posicionamento das empresas no mundo contemporâneo (Rajak, 2011). Esse posicionamento “estratégico” estaria associado a outro elemento central desse período, que é um movimento de retomada da crítica, a partir do final dos anos 1990. Boltanski (2013) aponta que a crítica, bastante intensa no período entre 1965-1975, teria sido silenciada entre 1985-1995 e retornaria de forma renovada no final do século XX. Essas críticas estariam direcionadas à questão da globalização, aos impactos sociais do neoliberalismo e às suas formas de desregulamentação dos mecanismos de seguridade social e do trabalho, além dos problemas ambientais crescentes provocados pelas corporações. Esse processo implicaria nessa resposta crescente de politização da ação empresarial após 1990.

A politização crescente das empresas, nesse mundo dito globalizado, implica na conformação dessa outra função das políticas de responsabilidade social, voltada à questão reputacional, discursiva, que está centrada no caráter *voluntário* e *autorregulado* dessas práticas, em que as empresas buscariam se posicionar como verdadeiras representantes do interesse público, agentes ético-morais, objetivando orientar o conteúdo e a forma do debate sobre as práticas corporativas. Essas estratégias recorreriam a esquemas teórico-práticos centrados na liberdade de escolha e não na imposição legal, buscando assim evitar a ampliação das regulações estatais. Nessa conjuntura, por exemplo, foram criadas uma série de convenções, códigos de conduta, padrões e princípios a nível internacional, por organizações multilaterais e organizações da sociedade civil⁶⁹. Esse movimento se deu também acompanhado por uma resposta empresarial, pautada na criação, por meio de organizações representantes de empresas e de setores empresariais específicos, de códigos de condutas e orientações de princípios próprios (Orozco, 2018).

⁶⁹ É possível destacar as iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU), como o Pacto Global de 1999 que tinha por objetivo indicar às empresas dez princípios sobre direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção ou 31 Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos aprovado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2011 ou de organizações como a Anistia Internacional.

Esse período é especialmente importante para o estudo do setor extrativo ou do setor de recursos territorialmente situados (Acseirad, 2018). Kirsch (2014) aponta que até a década de 1990, devido tanto à localização remota da maioria dos projetos extrativos quanto ao “anonimato dos minérios” – em que é “impossível” rastrear a origem dos metais de nosso cotidiano – a indústria mineral se manteve protegida às críticas que outros setores, como o químico e de petróleo, foram submetidos. “Portanto, até recentemente, a indústria mineradora não tinha o tipo de maquinário de relações públicas comumente utilizado por indústrias com histórico mais antigo de envolvimento com seus críticos” (Kirsch, 2014, p. 8-9).

No entanto, nesse processo de retomada renovada da crítica, entendida aqui não como simples repetição de formulações anteriores, mas como sua rearticulação em novos termos, a indústria extrativa, tem sido alvo, desde os anos 2000, de intensos questionamentos por parte de movimentos e organizações sociais sobre a sua legitimidade, e suas ações têm sido “ameaçadas” pela ação de órgãos reguladores. Esse entendimento se agravaria com a multiplicação de desastres socioambientais envolvendo o setor. Dessa forma, “[d]entre todos os setores produtivos, aquele que mais elabora e divulga estudos sobre os custos que os conflitos sociais podem causar é o setor extrativo – notadamente de mineração e de petróleo e gás” (Giffoni Pinto, 2019, p. 41).

1.3. ESCAVAR LEGITIMIDADE, BARRAR OS CRÍTICOS: O SOCIAL NA INDÚSTRIA EXTRATIVA

A consolidação dessas práticas de responsabilidade social empresarial no setor extrativo se dá acompanhada de uma série de trabalhos que buscam deslindar suas características, feições e modos de operação. Esses estudos vão desde a abordagem de casos específicos à identificação de que maneira o setor mineral e suas entidades representativas têm mobilizado, elaborado e construído manuais voltados à gestão de conflitos sociais. A indústria extrativa materializa, nos anos 1990 e 2000, o conjunto dessas práticas que se pretende apresentar aqui a partir de suas elaborações desde os anos 1970: antecipação de riscos políticos e sociais, políticas de compensação social e ambiental, gestão de stakeholders, investimento social privado e programas

de responsabilidade social empresarial⁷⁰ (Giffoni Pinto, 2019; Turcotte; Lachance, 2023).

Os agentes críticos para os quais essas “tecnologias sociais corporativas” (Rogers, 2012) seriam direcionadas nos projetos extrativos seriam, sobretudo, às comunidades localizadas no entorno desses empreendimentos, desde as próximas ao lócus de extração e produção, como no caso das minas ou siderúrgicas, mas também ao longo de toda a infraestrutura de circulação da produção, como estradas, ferrovias e portos. Essa constatação é presente em uma série de textos e documentos de consultores ou grupos de pesquisa voltados ao setor extrativo, que indicam a necessidade de direcionamento do olhar para o entorno dos projetos entendendo as “comunidades locais como árbitros chave desse processo, em virtude de sua proximidade com projetos, sensibilidade aos efeitos e capacidade de afetar seus resultados” (Prno; Slocombe, 2012, p. 347). Esse olhar para as comunidades poderia ser definido, como aponta Stengers (2015, p. 48, grifo nosso), como uma mudança, que “já não se trata de política, mas de gestão, e em primeiro lugar de gestão de uma população que **não deve se imiscuir naquilo que a afeta**”.

Uma das formas como esse debate adentra o setor extrativo é por meio da noção de “licença social para operar”, que teve suas origens em discussões sobre os conflitos decorrentes da expansão de projetos minerais no Canadá, e foi largamente difundida por organizações supranacionais, com destaque para o Banco Mundial.

Não é por acaso que o próprio Banco Mundial esteja presente no surgimento da noção de “licença social”: dada sua influência como agência financiadora, seu aval é valorizado pela indústria da mineração e seus modelos e instrumentos, tanto obrigatórios quanto voluntários, são tomados como pontos de referência (Gaviria, 2015, p.141).

Essa “licença social” não se trata de um processo formal garantido, como as licenças de instalação e operação dos empreendimentos (ainda que possa influenciá-las), mas de uma “aprovação” pela sociedade (sobretudo pelas comunidades),

⁷⁰ Associadas às práticas das empresas em si, há um conjunto de entidades e organizações voltadas à promoção dessas práticas de responsabilidade social empresarial no setor extrativo mineral. Dentre essas organizações, destaca-se o *International Council on Mining and Metals*, criado em 2001, que concentra um terço da indústria mundial de mineração e metais, reunindo as principais empresas do setor, como a BHP e a Vale, e trata-se do principal *think tank* relacionado à mineração. Além do ICM, para o Brasil, é possível destacar o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), criado em 2009, que representa os interesses das empresas mineradoras tanto no que diz respeito à difusão das práticas de responsabilidade empresarial, como no lobby e pressão aos órgãos do Estado e ao legislativo brasileiro na defesa das pautas do setor.

produzida empresarialmente por meio de um conjunto de ações. Não se compreende também a “licença social” como um mero momento do processo de operação dos empreendimentos, mas de um processo dinâmico e complexo (Prno; Slocombe, 2012; Owen; Kemp, 2013; Gaviria, 2015; Giffoni Pinto, 2019) que apresenta diferentes formas de concretização durante a vida do empreendimento, bem como busca acompanhar as diferentes formas de organização e mobilização das comunidades. Assim, opera em diferentes mecanismos a depender dos processos e fluxos em curso, bem como das realidades específicas engendradas, experimentando e tateando e inovando os instrumentos regulatórios e as formas de gestão do início ao fim do empreendimento minerador. Trata-se, portanto, de “uma estratégia empresarial de intervenção política orientada à consecução do consentimento, quando considerado relevante para fazer mais eficiente a atividade extrativa ou mesmo para garantir sua continuidade” (Gaviria, 2015, p. 143).

As formas como essas técnicas adentram à ação concreta das empresas são bastante variadas, definindo diferentes linhas de ação e estratégias. Longe de esgotar as diferentes abordagens, serão destacados aqui – ainda que muito brevemente – alguns estudos críticos de autores das Ciências Humanas e Sociais que trabalham essas práticas empresariais em projetos extrativos, buscando observar algumas dessas linhas de ação.

Hönke (2018, p.108), por exemplo, aborda práticas no que chama de cinturão comunitário das empresas, que seriam o que elas próprias denominam de “nossas comunidades”, uma parte do seu “teatro de operações”. Ao abordar o contexto de empresas mineradoras no Congo, a autora aborda as pressões sobre a empresa para que ela assuma cada vez mais funções sociais, em um contexto de pouca presença ou atuação do Estado. Como forma de garantir aderência das comunidades, indica estratégias que buscam demonstrar que o bem-estar e a prosperidade das comunidades estão associados à existência da empresa. Dessa forma, a paralisação das atividades extrativas, ou mesmo o impedimento a um projeto de expansão, poderiam implicar em impactos econômicos à própria territorialidade. Uma readaptação ao contexto empresarial e territorial do acrônimo neoliberal dos anos 1980 de “não há alternativa”.

Em outros termos, seria possível apontar que esses processos destacam o grau de dependência dessas comunidades e territorialidade ao setor extrativo ou,

como define Coelho (2016; 2018), uma “minério-dependência”. Esse elemento é bastante concreto quando se observa as cidades mineradas no Brasil: mesmo em casos de desastres ambientais, defendem o retorno da operação das empresas (Lebeau-pin-Salomon, 2022), o que poderia indicar o grau de adesão a elas produzido por mecanismos e coerções econômicas e comunicacionais. Kirsch (2014) e Welker (2014), por exemplo, em dois casos diferentes, na Papua Nova Guiné e na Indonésia, apontam como, mesmo em casos de conflitos e problemas ambientais, as comunidades afetadas pelos projetos defendiam a permanência das minas.

Outra forma de atuação diz respeito às estratégias que não tem nenhuma relação clara com suas externalidades negativas. Essas configurariam uma espécie de “investimento social” em bens coletivos nas comunidades ou cidades, ou como denomina Hönke (2018), uma “filantropia estratégica”. Pantoja (2012), ao analisar as ações da empresa Vale no estado do Maranhão ao longo da ferrovia utilizada para transporte de minério (Estrada de Ferro Carajás), aborda a questão do território de atuação da empresa pela noção de área de influência, empregada desde as primeiras etapas do projeto. O autor apresenta uma série de projetos relacionados à saúde, educação e infraestrutura, realizados pela empresa e pela Fundação Vale⁷¹, em parceria com os poderes públicos. Pantoja (2012) indica, ainda, que esses projetos se adaptariam às realidades locais a partir de diagnósticos e formas de antecipação, conformando o que denomina de “planejamento privado social”, devido à articulação de ações típicas da área de planejamento. Kirsch e Moore (2016) apresentam outro caso de atuação de uma fundação vinculada a uma empresa mineradora, realizando ações sociais por meio de programas e doações. A atuação em El Salvador da Fundação El Dorado, vinculada à empresa OceanaGold, teria por objetivo, segundo os autores, melhorar a imagem da empresa e buscar o apoio da sociedade civil ao projeto de mina, que se encontrava paralisado em razão de divergências legais entre o governo de El Salvador o grupo responsável pelo empreendimento. Essas duas práticas podem ser incluídas nos mecanismos de “ancoragem territorial”, que se legitimaria por meio de uma participação das empresas no desenvolvimento dos territórios em que estão situadas. Gaviria (2015, p. 144) resgata parte dos discursos

⁷¹ A Fundação foi criada em 1968 e originalmente estava voltada ao financiamento habitacional de trabalhadores da empresa. Apenas em 1998, após a privatização, fundação assumiria a parte social da Vale “concentrando os projetos de investimento social da empresa e sua relação com os públicos não-mercantis” (PANTOJA, 2012, p.59)

empresariais que orientam essas práticas, que passariam pela ideia de que a capacidade de competir de uma empresa dependeria da criação do “valor compartilhado”, argumento assentado na ideia de que “não existe empresa rica em lugar pobre” e que a empresa deveria estar alinhada a uma noção de “bem coletivo territorial”⁷².

O trabalho de Kirsch (2014) aborda um caso de conflito ambiental decorrente do despejo de rejeitos nos rios Ok Tedi e Fly pela empresa BHP – que se fundiria em 2001 com a Billiton. O autor define esse processo como um desastre em câmera lenta, devido ao fato de ter ocorrido ao longo de vários anos. Além de observar as questões judiciais relacionadas a esse caso, Kirsch trata os diversos mecanismos e estratégias utilizados pela empresa em lidar com seus críticos. Essas abordagens se efetivaram de um lado, por meio do controle e manipulação de informações e do uso da ciência corporativa e de cooptação dos críticos e, de outro, por meio de processos de colaboração com esses e de técnicas voltadas a promoção da divisão dos grupos sociais. Giffoni Pinto (2019), a partir de entrevistas realizadas com diversos consultores de empresas, com formação na área de Ciências Sociais, também destaca casos em que foram utilizadas essas estratégias mais operativas de gestão da crítica. Acsehrad et al. (2015) e Barros (2018), por sua vez, destacam o uso de formas de inteligência e de espionagem para obter informações e estabelecer formas de ação por parte da Vale no Pará e no Maranhão.

Barros (2018; 2024), analisando o processo de duplicação da Estrada de Ferro Carajás nos estados brasileiros do Pará e Maranhão, relacionados à expansão do projeto de mineração de ferro em Carajás (S11D), identifica um conjunto de práticas da empresa frente aos críticos, que indica como “um regime híbrido” entre legitimidade e coerção, dialogando, com o que sinaliza Hönke (2013), para as práticas transnacionais das empresas extrativas. Essas práticas envolveriam o próprio discurso de responsabilidade social empresarial, as ações dos profissionais de relação com comunidade e segurança, além de ações mais relacionadas a um clientelismo, a partir da mobilização de sujeitos políticos locais (Barros, 2024). A partir

⁷² A Vale, por exemplo, em 2021, no seu encontro anual com investidores em Nova Iorque indicou que sua ambição social é: “ser uma empresa parceira no desenvolvimento de comunidades resilientes, engajadas em questões relevantes para a humanidade e comprometida com a mineração sustentável”. Como medida a empresa aponta três metas até 2030: ser uma das empresas mais bem posicionadas no que diz respeito a mineração sustentável; retirar 500 mil pessoas da pobreza e colaborar com as comunidades indígenas vizinhas.

desse “regime híbrido”, algumas das práticas observadas por Barros (2018; 2024) para o caso de Carajás, Brasil, são: a aquisição de terras e propriedades, promovendo a divisão de comunidades; negação das afetações e conformação de acordos com comunidades indígenas e quilombolas, implicando na individualização de sujeitos coletivos; formas de gestão da informação; e mecanismos de segurança e instrumentalização do direito.

Em uma linha próxima, Godfrid (2018; 2020), ao analisar as práticas de empresas mineradoras na Argentina, divide, a partir de um viés analítico, as ações de responsabilidade empresariais e as estratégias de legitimação dessas empresas em dois tipos: práticas sócio-territoriais e práticas sócio-discursivas. A autora demonstra como essas duas práticas empresariais se encontram imbricadas, uma vez que a “intervenção territorial é atravessada por sua elaboração em termos discursivos e, da mesma forma, as práticas sócio-discursivas são atualizadas através da intervenção territorial” (Godfrid, 2018, p. 168).

Outros trabalhos, como o de Orozco (2018), buscam observar o processo de articulação das empresas vinculadas ao setor mineral. O autor vai observar a atuação, no caso mexicano, do que denomina Cluster Minerário Global, que seria uma coalização política de corporações mineradoras transnacionais. Para o autor, o *Internacional Council of Mining & Metals*, criado em 2011, seria o principal organizador desse Cluster. Esse Cluster, que reúne, além de empresas, outras organizações do setor mineral, teria uma função dupla: o desenvolvimento de uma inteligência estratégica pautada em técnicas e estratégias de tratamento da crítica, ou formas de instaurar horizontes de coerção, como indica o autor; e a elaboração de um novo discurso público mundial – pautado nos enunciados de “mineração sustentável” e “bondade social”. Essas duas funções, apontadas por Orozco, vão ao encontro das formulações que são apontadas nesta tese acerca da responsabilidade social, que conformaria um papel prático-operativo e discursivo-reputacional.

Neste capítulo, pretendeu-se realizar uma genealogia das práticas de gestão da crítica, procurando compreender de que forma essa estratégia foi sendo formulada dentro das empresas e passou a constituir um campo próprio de atuação empresarial. Teve-se como objetivo também demonstrar – a partir de algumas linhas de trabalho e formas de abordagem da responsabilidade social em casos concretos – como a construção dessas técnicas de gestão da crítica se materializa em diferentes

contextos do setor extrativo, identificando diferentes formas como as empresas mineradoras têm buscado gerir a conflitividade e a crítica destinada a seus projetos.

A partir dos elementos demonstrados no capítulo, é possível compreender que as práticas de gestão do risco social, de conflitos e da crítica são operadas ao longo de toda a dinâmica produtiva, isto é, fazem parte do processo de produção capitalista de forma transversal. As estratégias de gestão da crítica se iniciam desde o licenciamento – antes mesmo da chegada do empreendimento – e acompanham sua instalação, operação e processos de expansão. Como pretende-se demonstrar, essas estratégias também se estabelecem nos casos de desastres sociais e ambientais provocados por empresas. Nesse sentido, o capítulo dois da tese realiza uma abordagem dos rompimentos de barragem de mineração em Minas Gerais, evidenciando como os casos analisados nesta pesquisa indicam a conformação de estratégias de gestão da crítica em contexto de desastres.

CAPÍTULO 2 - DA LAMA DE REJEITOS À “LAMA INSTITUCIONAL”: OS DESASTRES DE MINERAÇÃO EM MINAS GERAIS

Este capítulo tem três objetivos em consonância com os objetivos gerais da tese. O primeiro é indicar o que é possível compreender enquanto desastres e qual a relação desses com o modo de produção, isto é, a lógica de produção econômica, social e espacial que perpassa a sociedade. O segundo objetivo é identificar quais operações e desdobramentos são realizados como forma de “resposta” a esses desastres, por meio de diversos mecanismos relacionados a sua reparação ou mesmo invisibilização e negação. Por fim, busca-se demonstrar a forma como os dois desastres provocados pela mineração em Minas Gerais, nos anos de 2015 e 2019, trazem elementos concretos para observar formas de gestão dos desastres e da crítica nesses contextos.

2.1. DO QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS DE DESASTRES?

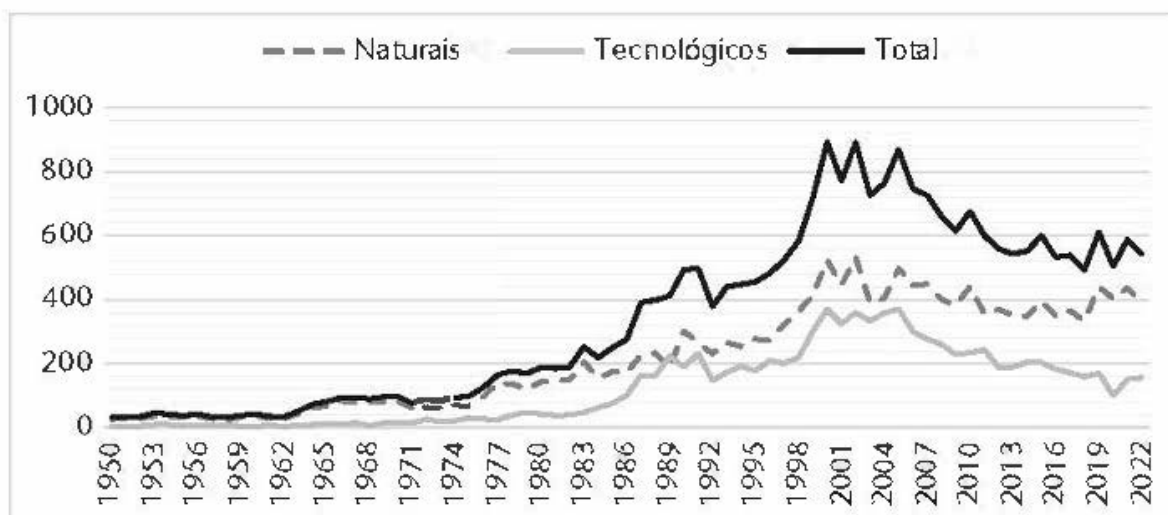
Alguns pesquisadores e teóricos têm apontado que o mundo entrou nas últimas décadas no que poderia ser chamado de um “tempo das catástrofes” (Stengers, 2015), uma “era dos desastres ambientais” (Souza, 2024) ou, ainda, que o século XXI seria o século dos desastres (Giry, 2023). Essas expressões buscam dar conta de um fenômeno que tem sido objeto de uma série de estudos e de políticas públicas nas últimas décadas: a ampliação na frequência e na intensidade de “acontecimentos catastróficos”, isto é, de situações envolvendo desastres, sejam eles “naturais” ou “tecnológicos” (Richardson, 1994; Marcelino, 2008; Giry, 2023).

Entre 1950 e 2000, de acordo com dados do *The International Disaster Database* (EM-DAT) do *Center for Research on the Epidemiology of Disaster* (CRED), houve um crescimento de quase vinte vezes no registro anual de desastres de grande escala⁷³, com um pequeno decréscimo e estabilização desse número, ao longo das primeiras décadas do século XXI, em cerca de 600 desastres anuais. Ao observar

⁷³ Importante destacar que essas informações e gráficos se referem ao que o EM-DAT classifica como *major disasters*, ou desastres em grande escala, em português: que pelos critérios tratam-se desastre que envolveram 10 ou mais mortes, 100 ou mais pessoas afetadas, uma declaração de emergência e pedido de assistência internacional. No entanto, como sinaliza Wisner (2009), há diversos estudos na América Latina, Ásia e África que demonstram que eventos relacionados a desastres “pequenos” ou “médios” tem um papel significativo no número de mortes e tem um custo social mais alto que grandes eventos.

o gráfico a seguir, é possível notar que o crescimento no número de desastres em grande escala se dá partir da década de 1970, atingindo um pico na passagem do século XX para o XXI.

Gráfico 1 - Desastres por ano no mundo (1950 – 2022).



Fonte: adaptado de GIRY, 2023, a partir de dados de EM-DAT.

Como sinaliza Valencio (2017, p. 5), é preciso interrogar-se: “como as coisas chegaram a esse ponto? Qual é o processo social que sujeita uma coletividade a tal vivência radical de destituições?”. Para compreender os diversos fatores associados a essa expansão no número, e na intensidade de acontecimentos catastróficos nos últimos cinquenta anos, é importante observar mais detidamente alguns aspectos relacionados ao entendimento do que se pode compreender enquanto desastres.

A compreensão de uma situação catastrófica passa pela investigação de suas causas, isto é, dos elementos que a originaram. Existem diferentes classificações que buscam categorizar os desastres a partir dos seus fatores provocadores. A EM-DAT, para fins de identificação da ocorrência e do nível do impacto dos desastres no mundo, utiliza a classificação dos desastres em “naturais” e em “tecnológicos”, sendo que este último incorpora “acidentes” industriais e não-industriais de diferentes ordens, além de desastres complexos (EM-DAT, 2025). Por sua vez, o *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC) dos EUA, utiliza termos como “desastres naturais”, para abordar questões como tsunamis, furacões e terremotos, “desastres induzidos pelo homem”, ao se referir a processos resultados da ação humana ou de falhas, como explosões

industriais e vazamento de produtos químicos e “emergências complexas” para abordar processos de longo prazo, como guerras, seca e fome (United States, s.d). Diversos outros termos aparecem em estudos e classificações para o tratamento e classificação dos desastres não-naturais, como “*man-made*”, “*human-made*” e “*human-caused*” *disasters* e *catastrophes industrielles*.

No Brasil, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) também classifica os desastres em “naturais⁷⁴” e “tecnológicos”, compreendendo como tecnológicos

[...] aqueles originados de condições tecnológicas ou industriais, incluindo acidentes, procedimentos perigosos, falhas na infraestrutura ou atividades humanas específicas, que podem implicar em perdas humanas ou outros impactos à saúde, danos ao meio ambiente, à propriedade, interrupção dos serviços e distúrbios sociais e econômicos (Brasil, 2012, art. 7º, § 3º).

No interior dessa terminologia que considera os elementos humanos ou tecnológicos, é possível identificar diversos desdobramentos, uma vez que essas falhas, “acidentes” ou situações catastróficas envolvem um conjunto de decisões, estratégias e práticas que dizem respeito a diferentes sujeitos e organizações. Nessa perspectiva, alguns autores propõem o uso do termo “sociotécnico”, ao invés de tecnológicos (Zhourri et al., 2018; Zhourri, 2023), com o objetivo de dar visibilidade aos fatores sociais, econômicos, políticos e gerenciais associados aos desastres.

Dessa forma, o conceito de “desastre sociotécnico” parte de dimensões geográficas, sociológicas e antropológicas, dando ênfase ao processo sócio-histórico e à dinâmica socioespacial (Valencio, 2014; Zhourri, 2023) na qual uma situação catastrófica está envolvida. O prefixo “socio”, nessa concepção, buscaria extrapolar a dimensão meramente técnica ou tecnológica, enfatizando que a ocorrência de desastres, bem como os parâmetros, escolhas e contorno dos elementos técnicos envolvidos, estão enraizados em padrões de vulnerabilidade historicamente construídos. Tais padrões se manifestam por meio da localização geográfica, da infraestrutura disponível, das práticas tecnocientíficas e jurídicas, do modo de produção e da ideologia predominante em determinada sociedade (Oliver-Smith, 1999; Barrios, 2017). Um desastre seria, portanto, “produto e resultado de processos

⁷⁴ A definição adotada de desastres naturais compreende “aqueles causados por processos ou fenômenos naturais que podem implicar em perdas humanas ou outros impactos à saúde, danos ao meio ambiente, à propriedade interrupção dos serviços e distúrbios sociais e econômicos” (BRASIL, 2012, art. 7º, § 2º).

sociais, histórica e territorialmente circunscritos e conformados” (Lavell, 1993, p.111, tradução nossa). Os desastres chamados “tecnológicos” e “sociotécnicos” deveriam ser entendidos, portanto, como socialmente determinados e não como um fenômeno puramente tecnológico. Acseirad (2021) destaca que isso implica em reconhecer que as escolhas técnicas são formuladas em centros de poder e não são definidas por simples pareceres de grupos técnicos e científicos.

Na mesma linha, Carneiro e Souza (2023) buscam enfatizar o vínculo direto entre a origem de certos desastres e práticas espaciais, adotando, assim, a expressão “desastre criado”. Essa escolha procura estabelecer uma correspondência entre o conceito e o modelo de responsabilidade envolvido, com base na Teoria do Risco Criado⁷⁵. As autoras destacam, sobretudo, a importância do uso desse termo em situações em que os desastres decorrem diretamente de práticas empresariais.

Além de manter correspondência com a teoria que orienta a responsabilidade civil em matéria ambiental, o termo “desastre criado” dá ênfase principalmente ao modelo de governança corporativa hegemônico que, a partir de uma avaliação econômica, considera a ocorrência dos danos como parte do negócio. Nesse sentido, **a causa do desastre seria a política da empresa e não uma ação ou omissão humana isolada ou falha técnica.** Como a expressão “desastre criado” abarca tanto a ação e omissão humana, quanto a política corporativa economicista de permitir que o desastre aconteça, parece ser uma nomenclatura adequada para a análise dos desastres não naturais (Carneiro; Souza, 2023, p. 511-512, grifo nosso).

O uso da expressão “desastre criado” busca envolver, portanto, um conjunto de eventos catastróficos cuja origem está diretamente vinculada a práticas corporativas e estatais, orientadas por decisões operacionais e econômicas. Esse conceito permite desvelar os padrões de responsabilidade envolvidos nos chamados desastres sociotécnicos, afastando a ideia de que se tratam de ocorrências fortuitas, como algumas definições convencionais ou reificadas, a exemplo de “acidentes”, buscam sinalizar. Essa concepção evidencia que tais eventos não são meros imprevistos, mas consequências resultantes de escolhas deliberadas e estruturais. Sua compreensão é fundamental para o escopo desta pesquisa, pois contribui para a análise das práticas empresariais voltadas ao gerenciamento dos desastres pelos quais essas empresas de mineração são responsáveis.

⁷⁵ A teoria do risco criado estabelece que um agente deve reparar um dano quando ao exercer uma atividade cria um risco ou dano a outro. Essa perspectiva é adotada pelo direito brasileiro e está expressa no Código Civil, Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Carneiro; Souza, 2023, p. 511).

Acselrad (2021) ao debater a concepção de crise ecológica e risco presente nos trabalhos de Ulrich Beck, destaca que atribuir meramente aos fatos técnicos a explicação de situações de desastres implicaria em uma reificação das tecnologias, que desconsideraria a luta simbólica que envolve a “construção social do risco” e a

definição do campo de possibilidades de democratização das decisões tecnológicas. Luta simbólica que por sua vez se estabelece a partir de um pano de fundo em que se entrecruzam [...] as bases econômicas, as forças de trabalho, as partes da natureza de que as sociedades se apropriam, os direitos de todos e de cada um (Acselrad, 2021, p. 88).

Malcon Ferdinand (2022) destaca outro problema relacionado à compreensão meramente “técnica” de um desastre, associada à dificuldade de Estados e governos mudarem de rumo mesmo diante de uma catástrofe. Para o autor, a “concepção ambientalista das ‘poluições’, que reduz essas contaminações a simples problemas técnicos, legitima a ideia de que as soluções seriam também de natureza técnica” (Ferdinand, 2022, p.133).

A perspectiva histórica e socialmente determinada de um desastre não é uma atribuição exclusiva aos desastres criados, ainda que nesses casos as decisões e escolhas “técnicas” apresentem contornos mais diretos e claros. Desde a década de 1970, um conjunto de autores (O’keefe; Westgate; Wisner, 1976; Romero; Maskrey, 1993; Smith, 2006; Revet; 2011; Giry, 2023) tem buscado demonstrar que os desdobramentos de desastres originados em fenômenos e processos naturais também estão profundamente relacionados aos aspectos sociais e econômicos.

Romero e Maskrey (1993), nessa linha, apontam a importância da compreensão da diferença entre “fenômenos naturais” e “desastres naturais”, que são muitas vezes utilizados como sinônimos. Fenômenos naturais seriam toda manifestação da natureza, como um terremoto ou uma chuva torrencial, sem, no entanto, conformarem por si desastres. Para os autores, um desastre natural é produzido a partir da correlação entre fenômenos naturais perigosos e determinadas condições socioeconômicas e físicas vulneráveis. Giry (2023, p. 41) também reconhece que os desastres nunca podem ser compreendidos como naturais, mas “decorreriam das ‘vulnerabilidades’ dos indivíduos ou dos grupos sociais, ou até mesmo dos dispositivos de proteção, mais do que dos riscos, dos golpes do destino ou dos sobressaltos da natureza”.

Como aponta Neil Smith (2006), negar a naturalidade de um desastre não significa negar seus processos físicos ou naturais, mas reconhecer que

qualquer que seja a interferência política na ciência, a suposta ‘naturalidade’ dos desastres se torna aqui uma camuflagem ideológica⁷⁶ para as dimensões sociais (e, portanto, evitáveis) de tais desastres, servindo a interesses sociais bastante específicos (SMITH, 2006, n.p.).

Para Valencio (2017, p. 14), no Brasil, a construção interpretativa dos desastres tem se guiado pelo escamoteamento das injustiças ambientais e por uma “mentalidade higienista das elites políticas e econômicas, nas diferentes escalas geográficas e de poder em que essas atuam no controle da riqueza e do território”. Esse escamoteamento se daria a partir de um construto discursivo tecnocientífico e midiático que promove uma naturalização dos desastres, fazendo com que esses pareçam como incontroláveis de forma a gerar uma “perda de compreensão da tessitura socioeconômica e sociopolítica que produz a cadeia de fragilizações espaciais” (*ibid.*, p. 20).

Essas premissas permitem uma compreensão distinta entre o “fenômeno” ou “fato” em que o desastre tem origem, além do desastre em si, que envolveria tanto os processos históricos, sociais e geográficos que permitiram que ocorresse ou que fosse produzido, quanto seus desdobramentos econômicos, políticos e materiais. Veena Das (1995), por exemplo, utiliza a expressão “eventos críticos” para estabelecer a relação entre esses fatos disruptivos e as crises sociais dele decorrentes, buscando demonstrar o papel desses eventos na ruptura da vida social.

Marchezini (2017) destaca que essa compreensão historicamente situada dos desastres nem sempre esteve presente na abordagem desses fenômenos pelos estudos científicos. Autores como Revet (2011) e Marchezini (2017) apontam a década de 1970 como um marco importante no que diz respeito à criação de um campo de estudos sociais sobre desastres, pautados em uma abordagem crítica, que viria definir as principais bases conceituais e compreensões de desastre que tem-se baseado aqui nesta pesquisa. Até esse período, os estudos relacionados aos desastres eram dominados pelas chamadas “ciências duras”, com abordagens

⁷⁶ Como foi sinalizado anteriormente, esse elemento também é importante na compreensão dos desastres criados, uma vez que a atribuição a esses de um caráter de “acidente”, muitas vezes, busca camuflar os fatores sociais e econômicos diretamente relacionados a sua origem.

centradas nos riscos e nas respostas técnicas, com alguns estudos pontuais envolvendo a relação entre desastres e sociedade (Revet, 2011; Marchezini, 2017). Diversos autores passam a introduzir o conceito de vulnerabilidade, o qual permitiu não apenas questionar as causas naturais e as consequências dos desastres, mas também compreender os aspectos sociais, econômicos e históricos que contribuem para sua ocorrência.

O aprofundamento dos estudos dos desastres pelas Ciências Humanas e Sociais é relacionado ao aumento das diversas situações catastróficas que sucederam a partir da década de 1970 – como é possível de se observar no Gráfico 1. Casos que são destacados como emblemáticos para a conformação desse campo são: o terremoto que ocorreu na costa do Peru em maio de 1970⁷⁷, implicando na morte de milhares de pessoas (Marchezini, 2017); a grande seca no Sahel em 1970⁷⁸, que provocou fome em toda a região; e o ciclone Bhola, que devastou o Paquistão Oriental (atual Bangladesh) em novembro de 1970, causando centenas de milhares de mortes (Revet, 2011).

Gill e Ritchie (2018), por sua vez, destacam também o papel que as pesquisas relacionadas aos desastres “tecnológicos”⁷⁹ tiveram conformação desse novo campo, destacando três desastres ocorridos na década de 1970 nos Estados Unidos: o colapso da barragem de rejeitos de carvão em Buffalo Creek, na Virgínia Ocidental, em 1972, que devastou a cidade; o colapso do reator nuclear de Three Miles Island, em 1979, que provocou a evacuação de 140 mil pessoas; e a contaminação do Love Canal em Niagara Falls, provocado pelo descarte de resíduos químicos pela empresa Hooker Chemical durante décadas.

⁷⁷ Marchezini (2017) aponta a importância do estudo realizado por Oliver-Smith na investigação do processo de reconstrução pós-terremoto, tendo como foco como as pessoas lidaram com o processo de reconstrução de diversas dimensões da vida.

⁷⁸ Revet (2011) traz destaque a estudos que buscaram demonstrar como a fome é resultado de políticas de desenvolvimento e que a vulnerabilidade à seca no Sahel é produto da destruição de saberes e práticas locais de relação com o meio ambiente provocados pelo ingresso da população local no sistema capitalista.

⁷⁹ De acordo com Gill e Ritchie (2018), os estudos relacionados a esses desastres na década de 1970 permitiram compreender novos elementos, conformando situações “pré” e “pós” desastre atípicas, se comparadas aos desastres naturais. Dentre esses elementos, pode-se destacar que o caso de Buffalo Creek contribuiu ao trazer dimensão do trauma coletivo, apontar a origem diretamente relacionada a falhas humanas e tecnológica e evidenciar modificações na vida social relacionadas aos deslocamentos e aos litígios envolvidos nos desastres. O caso de Three Mile Island, por sua vez, trouxe a perspectiva da incerteza sobre os riscos relacionados a exposição tóxica. Já os estudos relacionados a contaminação do Love Canal permitiram compreender a questão da cronicidade dos danos e impactos invisíveis provocados por esses tipos de desastres.

Revet (2011), na mesma linha, sinaliza que nos anos 1980 ocorreu uma maior sensibilidade à ocorrência desses desastres ditos “tecnológicos”, apontando dois casos simbólicos para o campo em formação: a explosão da usina de pesticidas da Union Carbide, em Bhopal, na Índia, em 1984 e da central nuclear de Chernobyl em 1986⁸⁰. Nesse período, há uma consonância de estudos das diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais que passam a se debruçar sobre os elementos diretamente relacionados à ocorrência de desastres, buscando explicar os aspectos históricos e geográficos por trás dos desastres e as dinâmicas que desencadeiam os processos de vulnerabilização – que não apenas antecedem os desastres, mas são também por eles produzidos. Essas perspectivas permitiram a produção de um entendimento de desastres como um fenômeno propriamente social, conformado pela estrutura social, refletindo os processos, relações e transformações dessa estrutura.

Uma consequência importante desse paradigma no entendimento de desastres é que estes não podem ser compreendidos como uma ruptura da ordem natural das coisas, uma atipicidade, mas como uma expressão dessa ordem (Oliveira, 2018; Acselrad, 2021). Dessa forma, um desastre deve ser visto “como a concretização de um estado particular de normalidade, como uma expressão das condições normais e prevalentes de uma sociedade operando a partir de circunstâncias extremas” (Lavell, 1993, p. 111, tradução nossa).

Oliver-Smith (1999) sintetiza parte dessas reflexões ao propor uma “ecologia política dos desastres”, destacando o papel do conceito de vulnerabilidade para a compreensão dos desastres.

Uma perspectiva de ecologia política sobre os desastres foca nas relações dinâmicas entre uma população humana, seus padrões produtivos e distributivos socialmente gerados e politicamente impostos, e seu ambiente físico — tudo isso na formação dos padrões de vulnerabilidade e resposta ao desastre. [...]

Se a vulnerabilidade deve ser considerada essencial para a compreensão do desastre, a questão do tempo torna-se fundamental. Sugiro que a história de vida de um desastre começa antes da aparição de um agente específico focado no evento. De fato, em certas circunstâncias, os desastres tornam-se parte do perfil de qualquer sistema humano desde seu primeiro momento organizacional em uma localização ou área relativamente fixa. À medida que uma sociedade se desenvolve ao longo do tempo, ela pode reduzir ou aumentar sua vulnerabilidade a perigos específicos por meio de adaptações

⁸⁰ Tatiana Ribeiro de Souza, durante a defesa dessa tese de doutorado destacou o apagamento histórico do desabamento do Pavilhão de Exposições da Gameleira – uma estrutura de concreto projetada por Niemeyer – em 1971, que resultou na morte de pelo menos 69 trabalhadores. O trabalho de Borba (2007) busca realizar uma reconstrução histórica-sociológica desse desastre.

socioculturais. Uma abordagem de ecologia política parece ser a mais capaz de abranger a causalidade e a produção dos desastres, seu desenvolvimento como processos e eventos sociais e ambientais, sua construção sociocultural e suas implicações para a adaptação e evolução sociocultural geral da comunidade (Oliver-Smith, 1999, p. 30, tradução nossa).

Dessa forma, os fatores sociais relacionados a um desastre não estariam apenas imbricados em sua causa, ou origem, mas a todo o seu processo de desenvolvimento. O geógrafo Neil Smith (2006), em um texto acerca do Furacão Katrina que atingiu o Sul dos Estados Unidos em agosto de 2005, apontava considerações nesse sentido: “em todo estágio e aspecto de um desastre – causas, vulnerabilidade, prevenção, resultados e resposta, e reconstrução –, os contornos do desastre e a diferença entre quem vive e quem morre é, em maior ou menor medida, um cálculo social” (Smith, 2006, n.p., tradução nossa).

Em uma perspectiva próxima, Acseirad (2021) destaca que na forma atual do capitalismo, os desastres estariam relacionados não apenas à distribuição espacial desigual dos processos de vulnerabilização, mas também das fontes de risco. Processo associado, por um lado, à desapropriação dos meios de autodefesa dos mais despossuídos – reforçando a vulnerabilização – e, por outro, à imposição de uma espacialidade das atividades portadores de risco concentrada em áreas ocupadas por populações mais vulneráveis. Para Ferdinand (2022), as catástrofes, além de serem resultado dessa certa maneira de habitar a terra, aumentam as desigualdades e exacerbam as relações de poder estabelecidas.

Essas reflexões são centrais para o entendimento dos desastres analisados nesta pesquisa, pois permite uma compreensão da relação entre desastres e vulnerabilidade para além de um momento de “antes” ou “pós” desastres (Zhourri, 2023), mas também como processos que se estendem ao longo do tempo e não se encontram circunscritos ao momento de deflagração de uma situação catastrófica. É a partir da dimensão prolongada da compreensão de um desastre que aqui se faz uso da ideia de “contexto de desastre”, de forma a orientar uma perspectiva dos desastres que dê luz as suas dimensões crônicas. Compreende-se nesta tese os desastres como um processo, um *continuum* temporal que produz e é produzido por táticas, mecanismos, estratégias e dispositivos (Carneiro; Souza, 2023)⁸¹.

⁸¹ Carneiro e Souza (2023, p. 509) propõem o uso do que denominam do conceito de desastralização para “evidenciar que o ponto crítico de um desastre não esgota os danos, consequências e problemas criados e seus impactos na vida das comunidades atingidas e seus territórios”.

Os desastres podem, assim, ser entendidos como imbricados em uma estrutura social e produtiva, ou enquanto uma dimensão de continuidade, não centrada, portanto, apenas no “ponto crítico do desastre”. Os desastres, nesta perspectiva, se conformariam como crises reveladoras, capazes de “expor contradições inerentes a um determinado modo de produção, tornando-as observáveis por uma ampla gama de atores” (Barrios, 2017, p. 154, tradução nossa).

Apresenta-se aqui uma última consideração acerca dos desastres, que é o caráter de disputa e conflito por eles engendrados. Disputas que podem se dar em diversas esferas, desde decisões locacionais e regulatórias relacionadas à prevenção, que antecedem os desastres, até os processos relacionados à resposta e reparação de um desastre. Assim, mais do que simples crises reveladoras, os desastres se conformam também como arenas de contestação, “onde visões hegemônicas de progresso social são desafiadas pelas vozes e experiências daqueles mais impactados pelas catástrofes” (Barrios, 2017, p. 157, tradução nossa). Para os grupos afetados por um desastre, este pode servir como instrumento de denúncia das condições precárias impostas pela estrutura social e econômica vinculada a um modo de produção.

Dessa forma, os desastres assumem um caráter duplo: por um lado, como reveladores dos aspectos políticos, sociais e econômicos e das condições estruturais de vulnerabilidade; por outro, como catalisadores potenciais de mobilização social. Essa perspectiva consolida um entendimento central para a tese: de desastres como arenas de disputa e contestação. Isto se deve ao fato de que os sujeitos políticos e econômicos diretamente envolvidos, ou mesmo os causadores desses desastres, além de buscarem “ocultar as desigualdades, políticas e práticas de uso da terra que levaram à calamidade” e “justificar agendas de desenvolvimento e de consolidação de poder político que, de outra forma, seriam difíceis, senão impossíveis, de promover” (Barrios, 2017, p. 154, tradução nossa), veem-se diante da necessidade de desenvolver mecanismos de resposta e gestão, visando conter o potencial de mobilização social que os desastres podem vir a representar para os grupos afetados. Posteriormente, neste capítulo e nos próximos, pretende-se demonstrar como os desastres de mineração em Minas Gerais permitem observar essa dinâmica.

A partir dessa breve discussão, é possível destacar alguns pontos de síntese desse campo crítico de estudos de desastres: i) desastres podem ser definidos como um fenômeno espacial e social que ocorre a partir da correlação entre um fato catalizador, seja “natural” ou “tecnológico”, e um quadro histórico e geográfico de vulnerabilização de uma sociedade; ii) desastres não conformam um quadro atípico ou de “anormalidade”, mas são uma expressão reveladora dos processos históricos e espaciais do modo de produção capitalista; iii) desastres não podem ser compreendidos apenas enquanto um momento, pois não envolvem apenas o instante que produz o quadro geral de caos e de suposta dissolução da normalidade do mundo, mas enquanto um processo que se estende ao longo do tempo e envolve desde seus elementos pretéritos que antecedem até os fatores desdobrados após sua origem; iv) desastres se estabelecem como uma arena de contestação, inserido em uma processualidade de conflitos sociais, que envolve a ação de diversos sujeitos com diferentes agendas e projetos.

2.2. GOVERNAR “NOS E OS” DESASTRES: UMA POLÍTICA

Até este ponto, privilegiou-se, principalmente, uma discussão centrada na problematização da ideia de “origem” de um desastre, refletindo sobre as questões associadas as suas causas. A partir de agora, adota-se uma perspectiva centrada nas ações engendradas como formas de operar e navegar nesses desastres, isto é, as práticas sociais e políticas que buscam dar um contorno e uma resposta a eles. Malcom Ferdinand (2022), em seu livro “Uma ecologia decolonial”, ao tratar dos desastres associados aos ciclones tropicais, que têm atingido recorrentemente algumas regiões do mundo, define o que chama de uma “política do ciclone colonial”.

Eu chamo de política do ciclone colonial o conjunto de estratégias e tramoias que transformam as catástrofes, em parte naturais, nos eventos lucrativos que reforçam os fundamentos coloniais do mundo, incrementam a riqueza dos senhores e exacerbam as sujeições e as perturbações dos escravizados (Ferdinand, 2022, p. 86).

Essa política seria conformada pelo conjunto de estratégias que permitem que as catástrofes sejam transformadas em eventos lucrativos que reforçam os fundamentos coloniais do mundo. Assim, mais do que gerar um “empobrecimento dos pobres”, ela criaria e recriaria dispositivos de expropriação e exploração. Seria

possível, nos casos dos desastres de mineração, falar, portanto, de uma “política dos rejeitos” ou, ainda, de uma “política da lama”. Essa política da lama – que dá título a esta tese – teria como premissa o processo de expropriação de direitos e de vulnerabilização social nos lugares onde a lama de rejeitos chegou – ou ameaçou chegar – e todo o processo engendrado pelas empresas para contornar e confrontar a crítica às suas ações.

Ferdinand (2022), a partir de uma história de Joseph Conrad que narra os acontecimentos relacionados a um navio atingido por um tufão no século XIX, identifica cinco momentos que comporiam essa “política do ciclone colonial”: a rota da indiferença discriminatória, o calvário, a indiferença sustentada, o caos infernal e seu desfecho, a redistribuição discriminatória.

A *rota da indiferença discriminatória*, para Ferdinand, trata dos elementos que discutiu-se até agora neste capítulo: as escolhas técnicas e decisões operacionais que, sabidamente – e em alguns casos intencionalmente – colocam em situação de risco parte específica de uma população. Nos desastres de mineração – na política da lama – essa “rota” está relacionada a uma imbricação de interesses corporativos e estatais, pautados em fatores locacionais, em intensificação da produção, redução de custos, celeridade na instalação de projetos minerais, flexibilização e redução do papel do Estado (Zhourri et al., 2017; Milanez; Santos, 2017).

O *calvário* sinaliza os momentos iniciais a partir da passagem dessa política da lama que provoca os danos diretos, como a perda de moradias, os deslocamentos compulsórios e a perda das vidas humanas: 19 no rompimento da barragem em Mariana e 272 no rompimento das barragens em Brumadinho. A *indiferença sustentada* envolve uma série de mecanismos que ignora, ou busca diminuir e produzir uma ignorância generalizada, sobre o nível de dano, a materialidade do desastre e o sofrimento das populações afetadas. O *caos infernal* implicaria toda a dimensão da violência e da vulnerabilização recorrentemente reiterada no contexto de um desastre. No caso dos desastres ocorridos em Minas Gerais, esse caos pode ser observado nos territórios afetados ao longo das duas bacias, repetidos e reiterados a cada período de chuvas que transforma as enchentes em uma renovação da política da lama.

Por fim, o “desfecho” do desastre, o período que Ferdinand denomina de *redistribuição discriminatória*. É nesse momento que ocorreria um reforço das

desigualdades sociais a partir de uma renovação do dano realizada pela própria política de gestão dos desastres, ou pelas estratégias de choque, daquilo que Naomi Klein (2007) chama de *capitalismo de desastre*. A perspectiva da autora ao nomear esse conjunto de estratégias como capitalismo de desastre busca evidenciar uma forma e um estágio de atuação do capitalismo contemporâneo, em que desastres são apropriados e transformados em uma janela de oportunidade para agendas impopulares, privatizadoras e expropriadoras de territórios e do próprio conteúdo social do debate público.

Os processos relacionados ao que Klein denomina de capitalismo de desastre⁸² estão profundamente conectados a uma dinâmica mais geral das transformações engendradas no capitalismo nas últimas décadas do século XX e início do século XXI. O capitalismo de desastre poderia ser descrito como um processo associado ao conjunto de reestruturações pelas quais passou o Estados-Nação, orientadas pela lógica da “liberalização” da economia. Ou seja, a partir dos anos 1980, há a promoção e adoção de um conjunto de medidas que envolvem a retirada do Estado de determinados setores da economia, por meio de desregulações, privatizações e do desmantelamento das estruturas do Estado de bem-estar social. Essas diversas reestruturações estão inseridas no escopo de uma ideologia, racionalidade e prática econômica que se afirma nesse período.

O mundo capitalista mergulhou na neoliberalização como a resposta, por meio de uma série de idas e vindas e de experimentos caóticos que na verdade só convergiram como uma nova ortodoxia com a articulação, nos anos 1990, do que veio a ser conhecido como o “Consenso de Washington” (Harvey, 2008, p. 23).

A nova ortodoxia, como sinaliza David Harvey (2008), vai buscar expandir uma lógica central e basilar do processo de acumulação capitalista, que é a inserção de todos os aspectos da vida e as formas de sociabilidade a uma lógica pautada pelo mercado. O neoliberalismo pode ser entendido, nesse sentido, como um tipo de racionalidade que implementa uma forma específica de funcionamento e estruturação

⁸² O termo capitalismo de desastre ganhou força entre um conjunto de autores críticos sobre desastres e movimentos sociais. No entanto, recebeu críticas acerca de sua pouca clareza analítica ao ser utilizado de forma a enfatizar o caráter “inovador” sobre como o desastre se transforma em uma grande oportunidade e não compreender os desastres e seus desdobramentos a partir das dinâmicas estruturais do capitalismo na produção de vulnerabilidades sociais e ambientais (Wisner, 2009). Esse ponto é destacado também por Villanueva e Cobián (2019, n.p) para quem o “o capitalismo de desastre é apenas a mais recente manifestação de um longo legado de capitalismo colonial”.

da política, da economia e dos processos de subjetivação, ancorada na generalização da concorrência e da forma “empresa”. Como definem Laval e Dardot, o neoliberalismo se conformaria como

a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como **construção histórica de norma geral de vida**. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o **princípio universal da concorrência** (2016, p.17, grifos nossos).

É crucial, portanto, compreender o momento inaugurado nos anos 1980 como expressão da transformação da lógica do mercado em uma lógica tendencial normativa, nas mais variadas esferas e domínios da reprodução social, desde o Estado até os elementos mais íntimos da vida cotidiana. Logo, o capitalismo de desastre de Klein⁸³, ainda que configure, em alguma medida, uma certa inovação na virada do século XXI – pautada nas transformações de desastres enquanto oportunidades de avanço da lógica do mercado e da concorrência – deve ser compreendido a partir de sua inserção no processo histórico-estrutural de avanço do capital sobre territórios, centrado na lógica da acumulação primitiva permanente (Brandão, 2010).

2.3. OS DESASTRES EM MINAS GERAIS: UMA HISTÓRIA CONTADA A PARTIR DE CINCO DE NOVEMBRO DE 2015

2.3.1. A rota da indiferença discriminatória: os rompimentos de barragem

Às 15h30 do dia 05 de novembro ocorreu o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, complexo de Germano, de propriedade da Samarco, *joint venture* das empresas Vale e BHP Billiton, despejando 34 milhões de toneladas de rejeito. O

⁸³ O trabalho de Klein se insere em uma seara de pesquisas que tem se debruçado na investigação de um campo amplo de mecanismos, acordos, entidades e estratégias voltados a recuperação, reparação, reabilitação, resposta, restituição resolução e diversos outros termos que buscam de alguma forma “dimensionar” as ações empreendidas após um “evento crítico”. Segundo Centemeri, Topçu e Burgess (2022, n.p., tradução nossa) no amplo campo da produção científica e gerencialista/managerial de desastres a recuperação tem sido definida como um processo de retorno à normalidade, “se centrando em questões relacionadas à reconstrução adequada de moradias, abrigos, reassentamento, relocação, deslocamento e recuperação psicológica e psicossocial” e a partir de 1990 em temas como “como os papéis das instituições, do Estado e dos atores da sociedade civil na formulação e implementação de políticas de recuperação”.

complexo minerário de Germano era composto, à época do rompimento, de três minas localizadas em Mariana e Ouro Preto (MG); três unidades de concentração e três barragens de rejeitos⁸⁴; quatro usinas de pelotização e o Terminal Portuário de Ponto do Ubu em Anchieta (ES); e três minerodutos com cerca de 400 quilômetros conectando Germano ao porto (Samarco, 2015)⁸⁵.

O empreendimento estava localizado na bacia do Rio Gualaxo do Norte, um afluente do Rio do Carmo, que, por sua vez, é afluente do Rio Doce. A lama atingiu os córregos de Fundão e Santarém, cobrindo e destruindo parte do distrito de Bento Rodrigues, avançou cerca de 50 quilômetros pelo Rio Gualaxo do Norte e 22 quilômetros pelo Rio do Carmo até chegar no Rio Doce, deslocando-se por 16 dias até chegar em sua foz, no distrito de Regência, em Linhares, em 21 de novembro de 2015.

A lama atingiu mais violentamente a região entre o complexo e a Usina Hidrelétrica (UHE) Risoleta Neves, também conhecida como Candonga, localizada no município de Rio Doce (MG), na qual ficaram acumulados pelo menos 10 milhões de toneladas de rejeito. No mapa a seguir (Figura 4) é possível visualizar o trajeto da lama até a UHE Risoleta Neves. Após a UHE, a lama provocou a elevação do nível no Rio Doce, alagando áreas na sua margem, onde foram depositados parte dos rejeitos. Ao chegar na foz, a lama afetou o ambiente estuariano e marinho. Além da morte de 19 pessoas, nos momentos iniciais o rompimento provocou uma série de danos, como deslocamento, morte de peixes, poluição hídrica, além de afetar o abastecimento de água em várias partes da bacia. O desastre atingiu 45 municípios (Figura 5), produzindo uma série de desdobramentos econômicos, sociais e ambientais, dos quais muitos perduram até os dias atuais, dez anos após o rompimento.

⁸⁴ O conjunto unidades de concentração e barragem de rejeitos tem relação direta com os projetos de expansão da empresa nos anos que antecedem o rompimento, tendo em vista a diminuição crescente da qualidade do minério de ferro, de menor teor.

⁸⁵ Em junho de 2016, a Samarco protocolou o pedido de um projeto para voltar a operar em Mariana. A licença foi outorgada no final de 2019. A empresa voltou a operar em 2020 no Complexo Germano, operando nas minas Alegria. Retomando a operação de forma gradual, em 2025 a empresa estava operando com 60% da capacidade. Na retomada de suas operações, a Samarco adotou o lema “Uma Nova Samarco”.

Figura 4 – Mapa do trajeto percorrido pelo rejeito entre a Barragem de Fundão e a UHE Risoleta Neves.

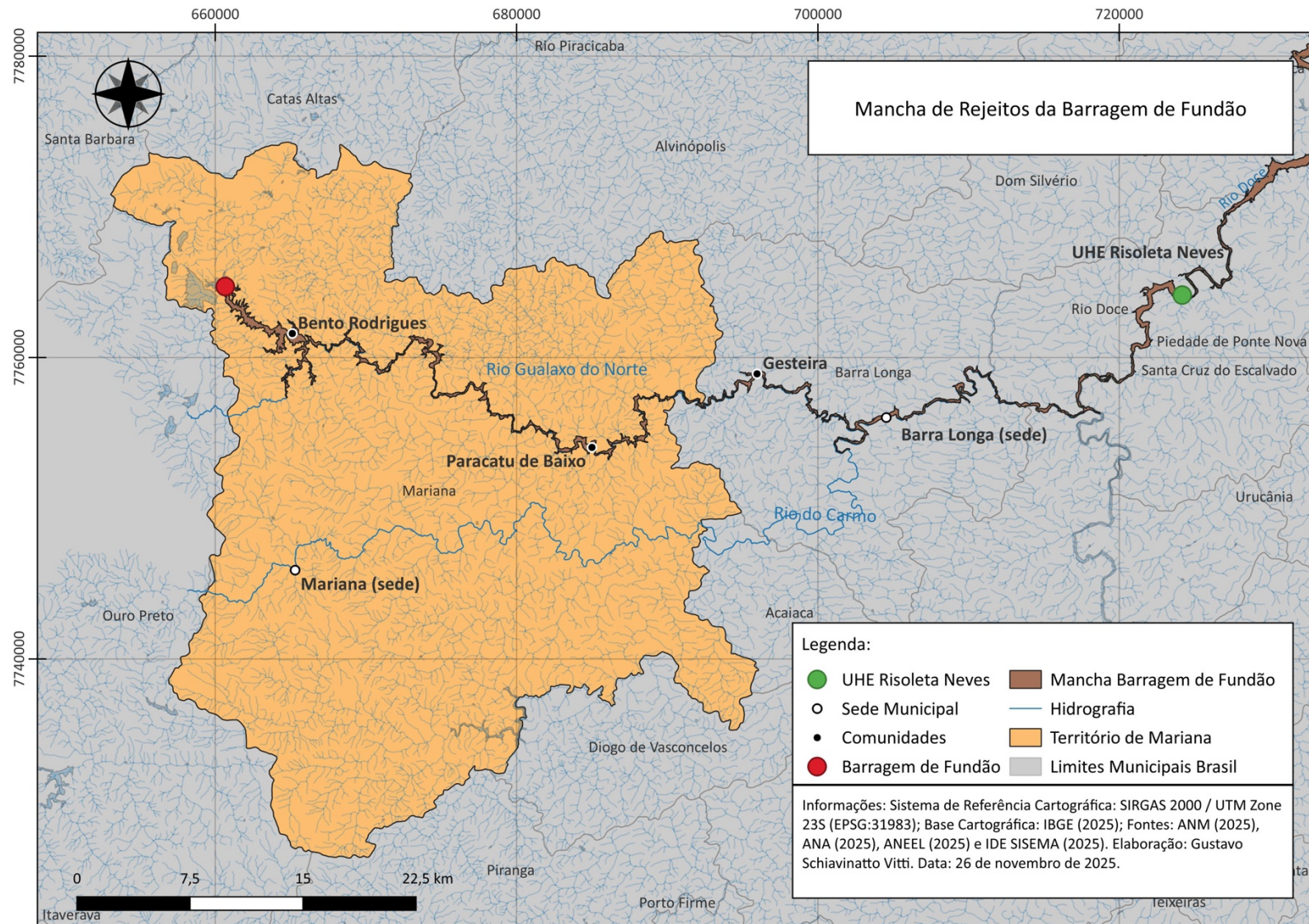
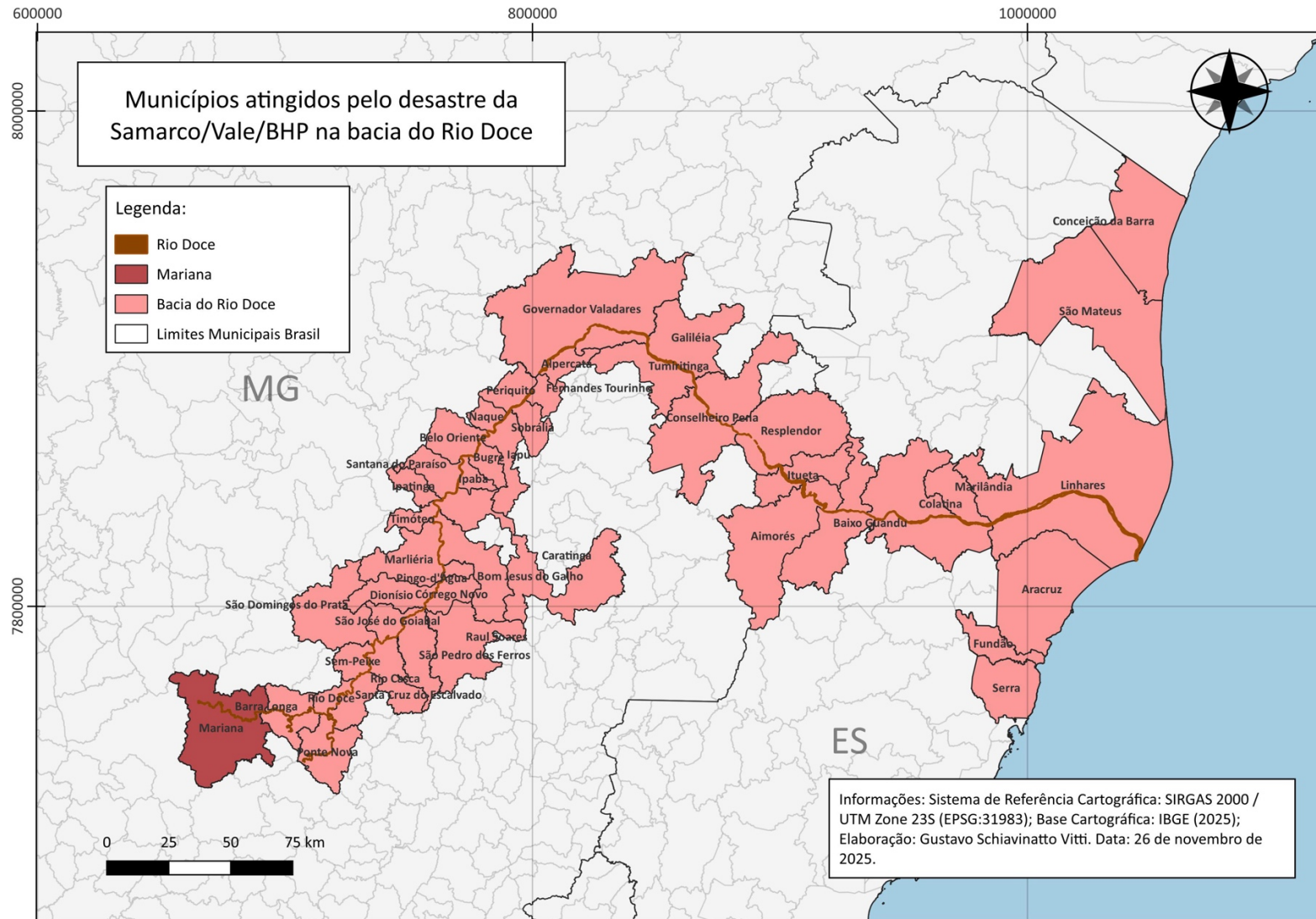


Figura 5 – Mapa dos municípios atingidos pelo desastre da Samarco/Vale/BHP (2015).



O desastre da Samarco/Vale/BHP não foi o primeiro desastre de mineração que ocorreu no estado de Minas Gerais. Desde a década de 1980 aconteceram outros rompimentos relacionados a barragens de rejeitos, a saber: da Itaminas, em Itabirito (1986); da Mineração Rio Verde, em Rio Verde em (2001); da Mineração Rio Pomba, em Miraí (2006); e o da Herculano Mineração, em Itabirito (2014). No entanto, o desastre da Samarco/Vale/BHP tratou-se do maior rompimento de barragem em termos de volume de rejeitos e de distância percorrida, não apenas no Brasil, mas no mundo, de acordo com o levantamento feito por Bowker (2019).

Quatros anos após o rompimento da barragem de Fundão, no dia 25 de janeiro de 2019, às 12h28, rompeu a barragem de rejeitos 1 (B1) que fazia parte da mina do Córrego do Feijão, no Complexo Paraopeba, da mineradora Vale. A mina era constituída – no momento do rompimento – pela cava, três usinas de beneficiamento, cinco pilhas de estéréis, um pátio de armazenamento, seis barragens de sedimentos e a barragem de rejeitos B1. Duas das barragens de sedimentos (B IV e B IV-A) romperam em decorrência do rompimento da B1 (Santos; Milanez; Gonçalves, 2021). O Complexo Paraopeba, formado pela mina do Córrego do Feijão e mina da Jangada, faz parte do Sistema Sul da empresa, que transporta minério de ferro por meio da empresa MRS Logística S.A.⁸⁶ até os terminais marítimos de Ilha Guaíba e de Itaguaí, ambos no estado do Rio de Janeiro⁸⁷ (Vale, 2025b).

Joana, uma das moradoras do Córrego do Feijão, situado logo abaixo da barragem, sinaliza, durante a entrevista que foi realizada em sua casa, que a comunidade já tinha receio que a barragem pudesse romper.

Depois do rompimento lá em Mariana, o que aconteceu? A gente ficou meio assustado. Porque, tinha barragem aqui e os mais velhos falavam que ela era muito grande, meu pai mesmo falava que ela era perigosa, então assim, já falava, os mais velhos que teve oportunidade de trabalhar na época da Ferteco e tudo, já conhecia essa barragem, já sabia que ela era perigosa, ela estava parada, mas sabia que ela era perigosa e na época que aconteceu o crime muitas pessoas falaram que eles estavam comentando já que a

⁸⁶ A Vale possui 10,9% de controle direto sobre a empresa e 32,9% por meio de uma empresa controlada a Minerações Brasileiras Reunidas S.A. (MBR)

⁸⁷ As operações da Vale em Minas Gerais são divididas em dois Sistemas: o Sul e o Sudeste. O Sul engloba os complexos de Paraopeba (Brumadinho) e Vargem Grande (Nova Lima). O Sudeste, engloba os complexos de Itabira, o de Mariana e o Minas Centrais, com minas em diversas municípios, transportando o minério por meio da Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM), até o Porto de Tubarão, em Vitória (ES).

barragem estava vazando (Joana, moradora do Córrego do Feijão, agosto de 2025)⁸⁸.

Após a ruptura, a lama de rejeitos chegou em menos de um minuto à estrutura de operação da mina, entre as quais estava o refeitório que atendia o complexo Paraopeba durante o horário de almoço dos funcionários. A lama destruiu o Ribeirão Ferro-Carvão, 130 hectares de Mata Atlântica, além de diversas casas e plantações. Os rejeitos percorreram cerca de 220 km até a UHE de Retiro Baixo, entre Curvelo e Pompéu. O desastre atingiu 26 municípios ao longo do Rio Paraopeba e no entorno do lago da Represa de Três Marias, provocando uma série de danos de diferentes ordens.

A dimensão dos danos sociais, econômicos e ambientais ainda não é de todo conhecida, sendo, inclusive, espaço de disputa nos dois desastres, como será demonstrado ao longo da tese. No entanto, em um estudo realizado pelas assessorias técnicas no caso do Paraopeba (Wstane; Brasil, 2024), pautado no que denominaram de danos ecossistêmicos, foram identificados os seguintes grandes grupos de danos socioambientais: **fluxo de rejeitos**: morte de pessoas, morte de animais, destruição e descaracterização de imóveis; **ações de intervenção**: aumento do fluxo de pessoas, máquinas, automóveis e de serviços para a reparação; **poluição de rejeitos**: contaminação dos recursos hídricos, contaminação do solo nas margens do rio, contaminação da biota aquática, deposição de rejeitos nos imóveis (enchentes); **dano à imagem e à reputação**: insegurança sobre a qualidade da água superficial, subterrânea, solo e biota aquática, além de estigmatização de territórios e de produtos locais.

A seguir, são apresentados dois mapas (Figuras 6 e 7). O primeiro apresenta a mancha de rejeitos da B1 e as comunidades e agrupamentos de Brumadinho e outros próximos ao Rio Paraopeba no município de São Joaquim de Bicas. O segundo apresenta os municípios atingidos pelo desastre ao longo do Rio Paraopeba.

⁸⁸ Nas transcrições das entrevistas, para manter a fluidez e não perder uma certa poética das falas, optou-se por manter a transcrição exatamente como no original. Algumas transcrições apresentam grifos, sendo destaques feitos pelo autor desse texto.

Figura 6 – Mapa das localidades de Brumadinho e São Joaquim de Bicas (MG).

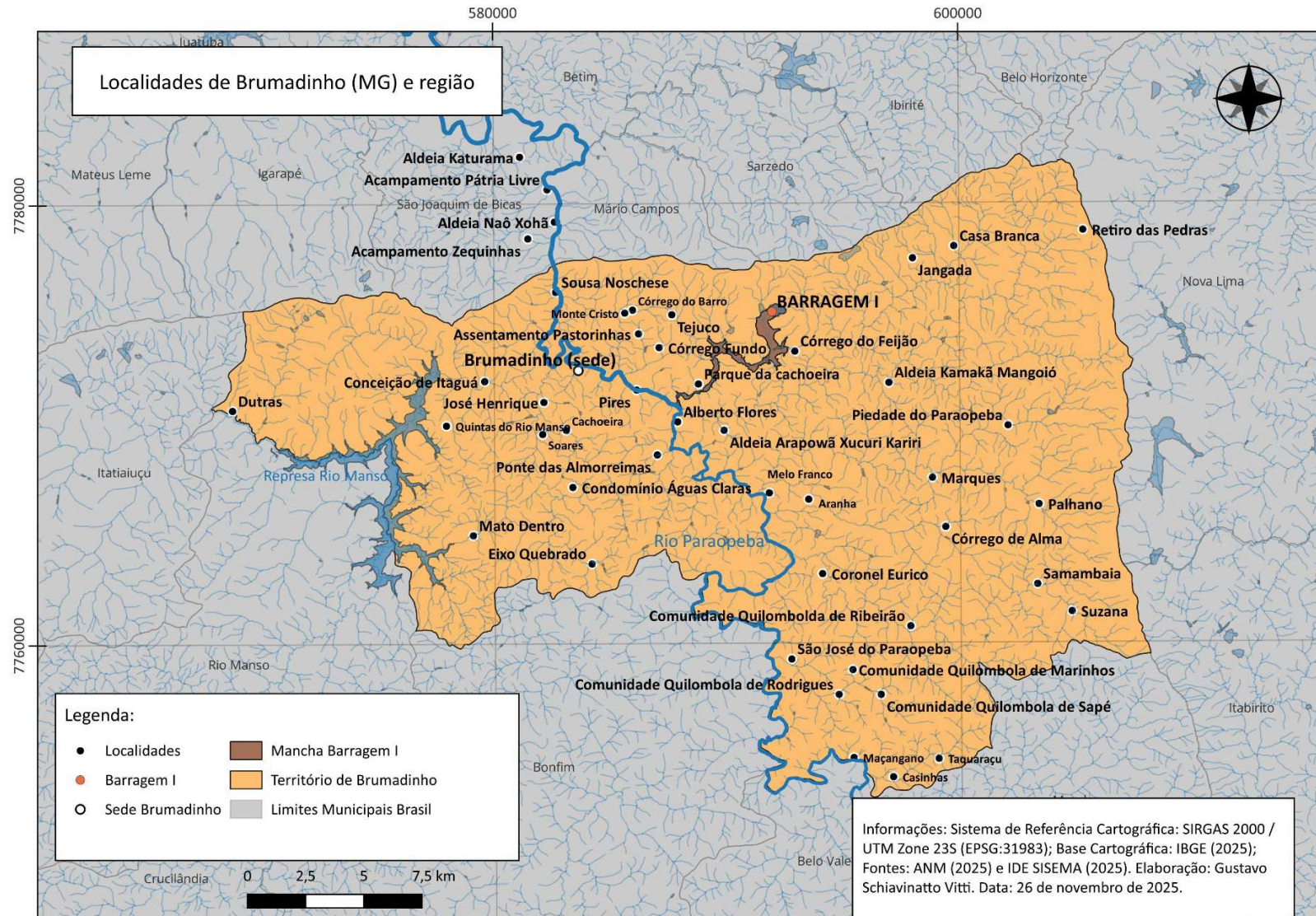
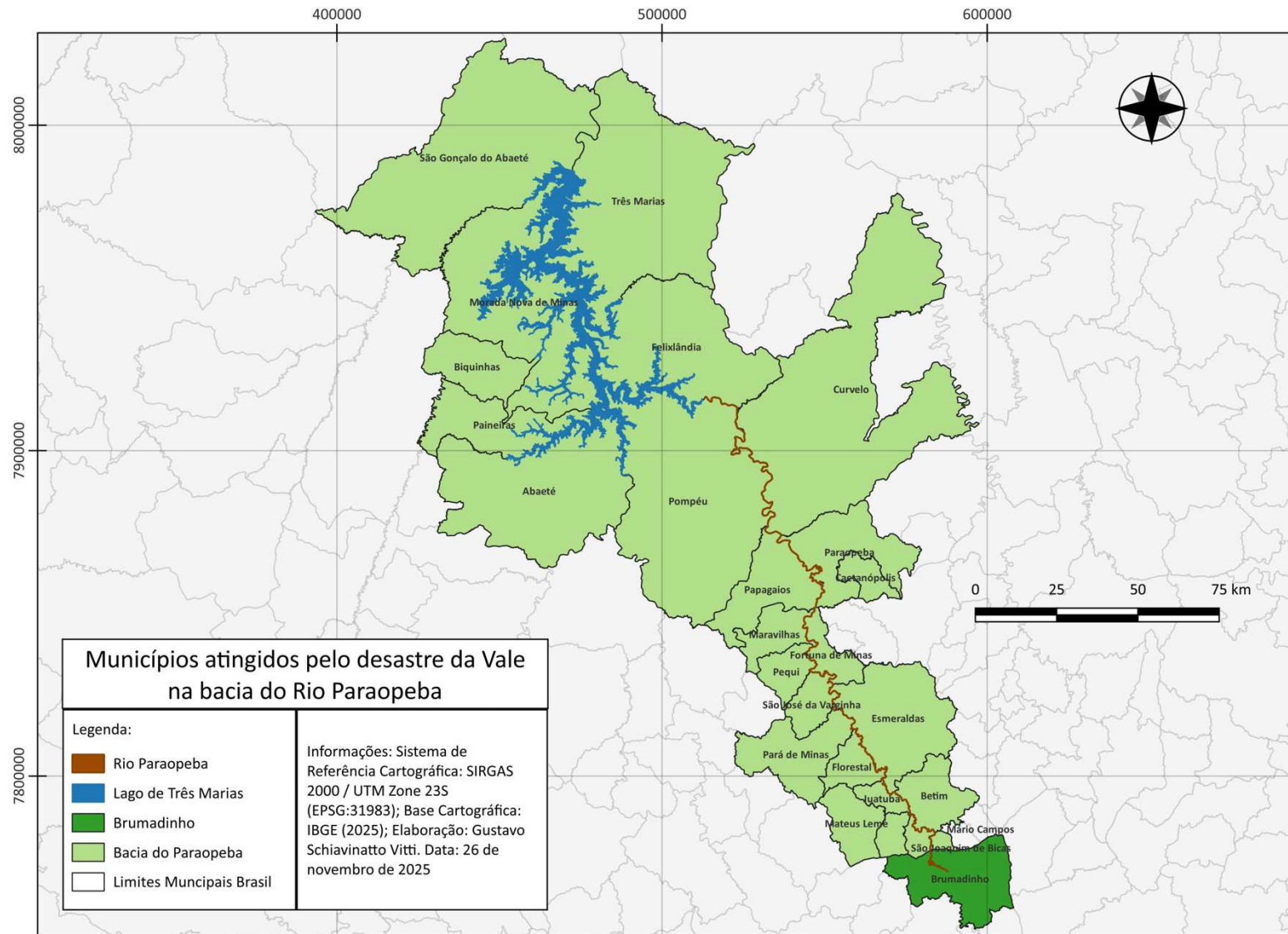
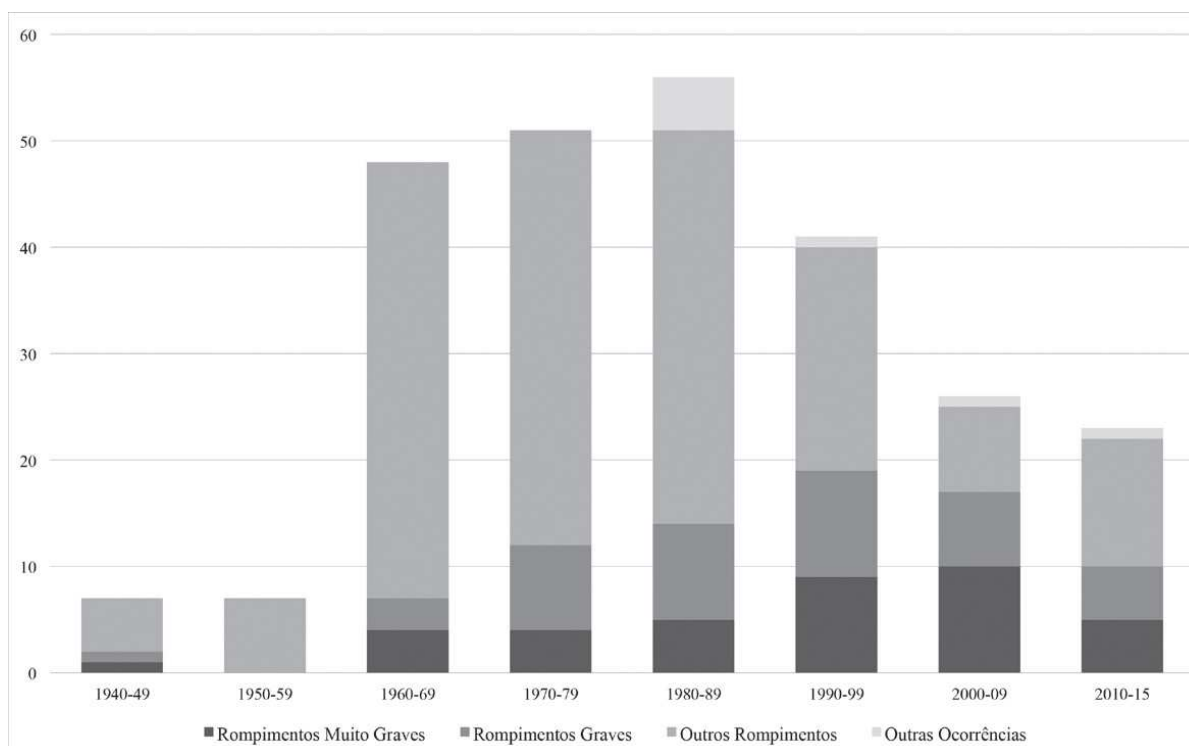


Figura 7 – Mapa dos municípios atingidos pelo desastre da Vale (2019).



Como foi apresentado na introdução, um conjunto de autores tem relacionado a ocorrência dos rompimentos de barragens de mineração a processos econômicos, políticos e institucionais mais gerais, decorrentes de especificidades do setor da mineração e de aspectos próprios das formas de funcionamento das estruturas regulatórias do Estado. Essa abordagem relacionada aos rompimentos se alinha às perspectivas teóricas e analíticas que foram tratadas anteriormente neste capítulo, que sinalizam que os desastres só podem ser compreendidos como produtos de uma ordem, expressão do funcionamento de um modo de produção.

Gráfico 2 - Falha das instalações de rejeito no mundo (1940-2015).



Fonte: Bowker e Chambers (2015) apud Santos e Wanderley (2016).

Bowker e Chambers (2017) identificam um aumento a partir da década de 1960 do número de desastres envolvendo barragens de mineração, destacando um crescimento constante do número de desastres classificados como graves ou muito graves⁸⁹, chegando a dez ocorrências entre 2000 e 2009 – ainda que os dados absolutos apresentem, nesse período, uma redução em razão das melhorias na

⁸⁹ Na classificação adotada no gráfico, rompimentos “graves” são aqueles que envolvem a liberação de mais de 100.000 m³ de rejeitos e/ou perda de vidas humanas, enquanto rompimentos “muito graves” são aqueles que envolvem a liberação de pelo menos 1 milhão de m³ de rejeitos, e/ou cuja dispersão ultrapasse 20 km, e/ou que resultem em múltiplas mortes (geralmente ≥ 20).

construção e controle de riscos das barragens, segundo os autores. De acordo com *Wise Uranium Project*, no mundo, entre 1960 e julho de 2025, ocorreram 223 falhas envolvendo barragens de rejeitos mineração, 12 delas no Brasil e 8 em Minas Gerais⁹⁰.

Como apontam Santos e Wanderley (2016), o aumento do número de desastres envolvendo barragens de rejeitos de mineração ocorre a partir da década de 1960. Esse crescimento decorre do fato de que, nesse período, o setor passar a utilizar, de maneira mais generalizada, formas de produção geradoras de grande quantidade de rejeitos, associados tanto à intensificação da exploração mineral quanto à menor concentração de minério dos depósitos. A exploração ampliada de minas com baixos teores de minérios exigiria, assim, cada vez maiores estruturas de deposição e mais frequentes elevações.

O crescimento de deposição de rejeitos nessas estruturas implicaria no comprometimento de elementos críticos de segurança estabelecidos nos projetos originais, o que explicaria as falhas e rupturas (Bowker; Chambers, 2017). Segundo a base de dados *World Mine Tailings Failures* (WMTF)⁹¹, em 2020 existiam entre 29 mil e 35 mil estruturas de armazenamento de rejeitos no mundo – entre ativas e inativas – contendo cerca de 223 bilhões de toneladas. De acordo com os dados apresentados, esse número era de cerca de 20 bilhões na década de 1960 e de pouco mais de 100 bilhões no início do século XXI, o que demonstra o avanço do uso e ampliação dessas estruturas como parte central dos projetos de mineração no período contemporâneo. Isso leva a identificar, assim como apontam Wanderley et al. (2016, p.31), que “os diversos episódios de rompimento das barragens de rejeitos, em particular os de elevada gravidade, não deveriam ser vistos como eventos fortuitos, mas como elementos inerentes à dinâmica econômica do setor mineral”.

É impossível não notar uma correlação entre o aumento do número de rompimentos de barragens (Gráfico 2) e o aumento do número de desastres identificados pelo EM-DAT (Gráfico 1). Os dois gráficos demonstram tanto uma expansão do número de desastres quanto as falhas em estruturas de rejeitos, a partir da década de 1960 – momento de ampliação dos processos de acumulação capitalista

⁹⁰ Os dados podem ser consultados na página do projeto que disponibiliza informações entre atualizadas a partir de 1960: <https://www.wise-uranium.org/mdaf.html>. Acesso em: 10 jul. 2025.

⁹¹ Os dados podem ser consultados na página da base de dados que disponibiliza informações entre 1915 e 2020: <https://worldminetailingsfailures.org/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

e reestruturação das relações de produção capital-trabalho (Possas, 1989; Harvey, 1996). Essa relação indica que a ecologia política da lama – pautada nas escolhas “técnicas” de expansão do uso e de ampliação barragens de rejeitos – está circunscrita à própria condição do capitalismo de produtor de desastres. Elemento não apenas conjuntural, mas que acompanha a própria lógica da acumulação capitalista, como bem demonstra Polanyi (2000) ao indicar que a revolução industrial – centrada no avanço “tecnológico” e na concentração de capitais – produziu “um **progresso** miraculoso nos instrumentos de produção, o qual se fez acompanhar de uma **catastrófica desarticulação da vida** das pessoas comuns” (p. 51, grifos nossos).

A ocorrência de desastres de mineração não se explica apenas pelos elementos econômicos estruturantes do modo de produção capitalista e do próprio setor mineral, mas também por fatores de ordem técnico-política a ele engendrados. Entre esses, sobressaem as deficiências dos estudos que dão base aos processos de licenciamento ambiental e fiscalização que visam garantir a segurança e estabilidade das barragens. O que é agravado pelo fato de que são as próprias empresas que são responsáveis pela realização os estudos ambientais e de viabilidade técnica, como ocorre no automonitoramento de barragens (Cota; Magalhães Junior, 2024). Além disso, é possível destacar a insuficiência de fiscalização por parte do Estado, a ausência de orientação pelas agências reguladoras e a fragilização do licenciamento ambiental (Santos; Wanderley, 2016). Esses processos convergem para o estabelecimento de formas de “regulação fraca” (Milanez; Magno; Giffoni Pinto, 2019) e de “autorregulação” ou “regulação privada” pelos setores empresariais (Milanez; Santos, 2017; St-Laurent; Le Billon, 2015).

Zhour et al. (2017), ao tratarem especificamente da questão ambiental em Minas Gerais, destacam que

é fato que a política do governo estadual nos últimos anos tem sido responsável pelo **sucateamento das agências governamentais e pela precariedade das condições de trabalho do setor ambiental**⁹², tornando improvável que essas agências possam efetivamente desempenhar as

⁹² Esse quadro destacado pelos autores em 2017 não se alterou ao longo dos anos, sendo inclusive aprofundado, como destacou, em 2025, em uma entrevista o então presidente do Sindicato dos Servidores do Meio Ambiente (Sindsema): “Temos um problema que já é crônico. Nenhum outro governo passado foi grande gestor de políticas públicas em meio ambiente, mas chegamos a uma época em que os efeitos da mudança climática estão a plenas vistas, estão custando vidas humanas. E é por isso que é mais sério isso acontecendo agora. Estamos em sete anos de governo. Se você fizer uma comparação sobre o número de servidores, em 2016 tínhamos quase mil servidores a mais do que temos hoje. Isso é muito grave” (Oliveira, 2025).

funções prescritas na nova legislação. Com efeito, uma preocupante **flexibilização no monitoramento** do planejamento, construção e operação de projetos de desenvolvimento resultou em riscos intoleráveis, que extrapolam os locais dos projetos de mineração (2017, p. 87, tradução e grifos nossos).

Os riscos, ao extrapolarem os locais específicos de mineração no caso dos rompimentos de barragem de rejeitos, acarretam uma extensividade do dano que pode vir a implicar toda uma bacia hidrográfica, expandido os efeitos do extrativismo para além das “cidades mineradas”. Esse espraiamento dos danos decorrentes dos desastres de mineração reforçam o quadro de vulnerabilidade das comunidades, ao comprometerem as práticas cotidianas e as formas materiais da vida. Como sinalizam Wanderley et al. (2016) para o caso do Rio Doce,

A lama liberada pelo rompimento da barragem de Fundão provocou um rastro de destruição sobre territórios coletivos ocupados por populações rurais e ribeirinhas no vale do rio Doce e seus afluentes. As condições cotidianas de vida e trabalho dessas populações foram arruinadas comprometendo fontes locais de geração de renda e ameaçando as condições materiais e imateriais de sobrevivência. Há indícios de que o desastre possa ser enquadrado ainda, na condição de racismo ambiental, tendo em vista que há uma **tendência de intensificação das situações de risco sobre comunidades predominantemente negras**. [...] Nesse sentido, a presença de grupos étnicos politicamente minoritários, economicamente vulneráveis e, por isso, com pequenas possibilidades de fazer ouvir suas demandas por direitos na esfera pública, pode ser compreendida enquanto **elemento central na localização das barragens de rejeitos**, bem como em sua sobrecarga, a ausência de controle e de fiscalização estatal, no descaso com a implantação de alertas sonoros e planos de emergência e na forma como foi conduzido o atendimento às vítimas (Wanderley et al., 2016, p.33).

Os elementos destacados pelos autores encontram ressonância às questões relacionadas à abordagem crítica dos desastres, ao relacionar vulnerabilidade, desastre e as políticas de reparação, que, muitas vezes, buscam suplantar as vozes desses grupos. Pastran e Mallett (2020) apontam que o desastre da Samarco/Vale/BHP foi muito relevante para trazer luz ao entrelaçamento entre o “regime da mineração” e o histórico colonial brasileiro, ao envolver comunidades com uma vasta desigualdade de recursos políticos e econômicos.

Wanderley (2015) buscou identificar indícios do racismo ambiental no desastre da Samarco/Vale/BHP. Utilizando-se de dados do Censo de 2010, identificou o predomínio de população negra nas áreas próximas a barragem de Fundão: o povoado de Bento Rodrigues, localizado a seis quilômetros da barragem e parcialmente destruído pela lama, apresentava uma população 84,3% negra; a

comunidade Paracatu de Baixo, localizada a 40 quilômetros, apresentava uma população negra de 80%; o povoado de Gesteira, afastado 62 quilômetros da barragem, apresentava 70,4% da população negra, enquanto a cidade de Barra Longa, a 76 quilômetros da barragem, possuía 60,3% da população negra.

Para a região afetada pelo desastre da Vale, Milanez et al. (2019) indicam que o total de população não-branca era de 63,8%. Sendo que a população do Córrego do Feijão, diretamente afetado, era de 58,8%, a do Parque da Cachoeira de 70,5% e a do Pires 70,3%. Segundo o Censo de 2010, o mesmo utilizado nesses levantamentos, em Minas Gerais o percentual total de pessoas não-brancas era de 54,6%. O que permite identificar que nas áreas próximas aos dois rompimentos, e mais diretamente atingidas pela lama de rejeitos, os percentuais de pessoas não-brancas é maior do que a média dos municípios e do estado.

O caráter racializado das implicações sociais, econômicas e ambientais dos desastres de mineração reforça o que Ferdinand (2022) vai chamar da *rota da indiferença discriminatória*. Essa indiferença, no entanto, não se dá por um simples ato de “ignorância”, mas resulta, como demonstramos aqui, de escolhas técnicas orientadas por estratégias econômicas das empresas mineradoras.

Fotografia 3 - Casa atingida pela lama de rejeitos no Parque da Cachoeira.



Fonte: acervo pessoal do autor, janeiro de 2022.

2.3.2. Redistribuição discriminatória: os acordos entre Estado e empresa

Assim como desastres estão diretamente imbricados aos processos sociais que o provocam, as suas formas de “recuperação”, ou de resposta, também envolvem processos econômicos e políticos histórica e espacialmente situados. Como destaca Neil Smith (2006, n.p).

A lição final da geografia ambiental naquilo que se refere aos desastres é que, longe de achatar as diferenças sociais, **a reconstrução de desastres invariavelmente aprofunda as marcas da opressão e exploração sociais.** [...] Ela é, em primeiro lugar, política, e dificilmente se pode esperar que o mesmo abandono corporativo e governamental que promoveu um desastre tão amplo se transforme no sentido de empoderar uma população enfraquecida.

É nesse sentido que se procede ao descortinamento da “política da lama” dos desastres de mineração em Minas Gerais, a partir dos processos responsivos estabelecidos após os rompimentos, no que Ferdinand denominou de *redistribuição discriminatória*, inserida na lógica do *capitalismo de desastre*. Neste tópico, serão observadas as mobilizações das empresas (Samarco, Vale e BHP) no que tange aos acordos que implicaram na conformação dos “desenhos” de reparação para os dois desastres analisados. O texto está dividido em três itens que buscam acompanhar a temporalidade desse processo: o primeiro acordo do desastre da Samarco/Vale/BHP; o Acordo de Brumadinho; e a Repactuação do Rio Doce⁹³.

2.3.2.1. O primeiro acordo do desastre da Samarco/Vale/BHP

É preciso voltar ao dia 05 de novembro de 2015. Logo após o desastre, desdobra-se um cenário de caos em toda a bacia do Rio Doce, marcado por um quadro de incertezas e insegurança. Isso decorre do fato de que tal acontecimento não tinha precedentes no Brasil, tendo em vista a sua magnitude em volume e extensão. Muitos dos territórios que viriam a ser afetados nos dias seguintes ao rompimento não eram considerados na área de influência direta do empreendimento

⁹³ Como já foi destacado na introdução, não foi contemplado na análise da pesquisa o escopo das práticas empresariais relacionadas ao período da repactuação, isto é, do novo acordo do Rio Doce. No entanto, é importante trazer alguns elementos pontuais dessa etapa relacionada ao caso, que se inicia no fim de 2024, para contextualizar o trabalho.

mineral e estavam, na maior parte dos casos, situados a muito quilômetros de onde a barragem rompeu.

Em um primeiro momento, o desastre da Samarco/Vale/BHP mobilizou diversos atores e organizações de dois estados brasileiros, Minas Gerais e Espírito Santo, assim como do governo federal, dado o fato de os efeitos do desastre não terem ficado restritos a apenas um estado. No momento do rompimento e nos primeiros meses, até a abertura do processo de *impeachment* em maio de 2016, estava à frente do poder executivo federal Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Já a nível estadual, em Minas Gerais estava à frente o governador Fernando Pimentel, também do PT, e no Espírito Santo o governador Paulo Hartung, do atual Movimento Democrático Brasileiro (MDB), anteriormente PMDB.

Como resposta ao desastre, um conjunto de Ações Cíveis Públicas (ACP) foram ajuizadas contra as empresas. Dentre elas, é possível destacar a ACP nº. 0069758-61.2015.4.01.3400⁹⁴, chamada de “ACP da União”, proposta pelo governo federal e os governos do estado de Minas Gerais e do Espírito Santo. O desenho do processo de reparação foi estruturado a partir dessa ACP e do escopo do relatório da Força-Tarefa instaurada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, por meio do Decreto n.º 46.892/2015 (SEDRU, 2016), de 20 de novembro de 2015⁹⁵. As tratativas entre as empresas e as diferentes organizações do Estado foram feitas em conjunto de reuniões realizadas durante os meses de janeiro e fevereiro de 2016 em Brasília (DF).

⁹⁴ Durante o período imediatamente posterior ao rompimento da barragem, e nos meses que se seguiram, um conjunto de ações populares, ações civis públicas e medidas cautelares foram movidas e ajuizadas por ordem de variadas instituições e órgãos do Estado, nas diversas instâncias estaduais (em Minas Gerais e Espírito Santo), bem como federais. No texto da tese serão destacados os aspectos jurídicos que podem contribuir na análise das práticas das empresas no que diz respeito à gestão do desastre.

⁹⁵ Como indicado em trabalho anterior (Vitti, 2017, p. 99), o papel da Força-tarefa na formulação dos termos e programas presentes no acordo pode ser constatado na Nota Técnica Conjunta de primeiro de março de 2016, assinada no mesmo dia do TTAC pela Procuradoria Geral da União da AGU: “o delineamento dos programas socioeconômicos **partiu de proposta inicial elaborada pelo Governo do Estado de Minas Gerais**, que estava em etapa avançada de conclusão de relatório sobre os efeitos e desdobramentos do rompimento da barragem de Fundão. O trabalho de Minas Gerais engloba levantamento de ações necessárias à restauração dos efeitos socioeconômicos do evento e foi elaborado a partir de relatórios e diálogos de/com instituições públicas e privadas, levantamento de respostas imediatas já em curso e grupos de trabalho temáticos envolvendo especialistas do Poder Público, da iniciativa privada, terceiro setor e organismos internacionais. A contribuição inicial de Minas Gerais contempla também o resultado de processo de escuta à população afetada, por meio de **Mesa Estadual de Diálogo e Negociação**, com reuniões realizadas em Mariana, Barra Longa, Governador Valadares e Resplendor”.

Em 02 de março de 2016, ocorreu a assinatura de um acordo, o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), ou "Acordão", como foi denominado por organizações sociais de atingidos. Ele foi celebrado entre as três empresas responsáveis pelo desastre (Samarco, Vale e BHP), a União, os governos de Minas Gerais e Espírito Santo, diversos órgãos do Estado brasileiro e agências reguladoras. É a assinatura desse acordo que definiu as linhas gerais do processo de reparação que perduraram até outubro de 2024 – quando foi assinada a repactuação que reconfigurou toda a dinâmica relacionada ao desastre na bacia do Rio Doce.

Esse acordo também instituiu uma primeira estrutura de governança para a atuação no desastre, com a criação das duas entidades *ad hoc*, principais responsáveis pela efetivação do processo de gestão do desastre até 2024: a Fundação Renova, entidade sob controle das empresas causadoras do desastre – responsável por elaborar e implementar os 42 programas de reparação, mitigação, compensação e indenização – que tinha, originalmente, previsão de atuação até 2030 e de aportes de cerca de R\$ 20 bilhões, a serem repassados pela Samarco (e em caso de não repasse, pelas empresas Vale e BHP⁹⁶); e também o Comitê Interfederativo (CIF), estrutura criada envolvendo diversos órgãos e instituições do Estado, responsável por monitorar, analisar, validar e verificar os programas implementados pela Fundação.

A criação desse acordo foi realizada com a justificativa de utilizar uma “forma mais célere e efetiva para resolução da controvérsia” (Brasil, 2016) e “foi feito para evitar a pulverização de ações díspares”, como sinalizou o advogado-geral do estado de Minas Gerais em entrevista (Serra, 2018, p. 251), materializando um processo mais amplo de constituição de formas de “resolução negociada de conflitos”, vinculado à disseminação de dispositivos de negociação e produção do consenso⁹⁷. Processo que se estabeleceu, a partir de 1990, nos países latino-americanos como uma forma de

⁹⁶ Vale e BHP entraram com responsabilidade subsidiária e não solidária, o que implicaria que as empresas seriam responsáveis caso a Samarco não fizesse os repasses. Segundo demonstra Serra (2018), a partir de entrevistas a Vale e a BHP não queriam entrar com responsabilidade solidária, e esse entendimento foi o que se materializou no acordo. A autora ainda destaca que as empresas queriam garantir o retorno da Samarco dentro do acordo, uma vez que sem a retomada a Samarco ficaria sem caixa e a responsabilidade cairia para a Vale e BHP.

⁹⁷ Segundo Nader (1994), a expansão na esfera internacional desse mecanismo de “resolução alternativa de conflitos” (ou *Alternative Dispute Resolution* – ADR) se realiza por meio da divulgação e da expansão das ações de organizações estadunidenses que objetivam “evitar, não as causas da discórdia, mas sua manifestação, e, a qualquer preço, criar consenso, homogeneidade, concórdia” (Nader, 1994, p. 21).

arbitragem e desjudicialização de conflitos ambientais, por meio de acordos extrajudiciais (Acselrad; Bezerra; Gaviria, 2010; Viégas; Giffoni Pinto; Garzon, 2014).

Como destaca Acselrad (2014b), a adoção dessas formas de resolução de conflitos a partir do consenso envolveria uma tentativa de impedir a “disseminação” de uma espécie de crítica a um modelo de desenvolvimento.

“Resolver” tecnicamente os conflitos é, por certo, na conjuntura de governos democraticamente validados, um dos meios pelos quais **o modelo de integração ambiental da América Latina no mercado global pode melhor se viabilizar**. “Resolvidos” caso a caso os conflitos, **evita-se que eles contaminem a esfera política com discussões críticas e reflexivas sobre os modelos de desenvolvimento** (Acselrad, 2014, p. 9, grifo nosso).

Em uma entrevista à época do rompimento, o Presidente da Vale já destacava questões que demonstram esse interesse por parte da Samarco/Vale/BHP: **“as empresas queriam tirar o assunto da mesa do Judiciário**. Do contrário, ficaria tudo para as calendas⁹⁸. Então, ou ficava para as calendas ou podíamos fazer as coisas no diálogo, no consenso” (Serra, 2018, p. 250, grifo nosso). Denota-se que o interesse por uma solução extrajudicial, no caso do desastre da Samarco/Vale/BHP, era também uma pauta das empresas, sobretudo da Vale. Perspectiva que vai ao encontro do que indicam Benson e Kirsch (2010), ao indicarem que a judicialização contra empresas mineradoras produz insegurança jurídica a seus projetos. Esses elementos corroboram a hipótese de que, para as empresas, um dos objetivos dos acordos que estabelecem o desenho — o “tabuleiro” — do processo de reparação é operar sobre a crítica, de modo a buscar evitar que ela contamine a esfera política que permeia o debate sobre os desastres.

Outro argumento que foi indicado pelo advogado-geral do estado de Minas Gerais foi: “nosso receio era descapitalizar as empresas, que precisam funcionar para arcar com os custos da recuperação” (SERRA, 2018, p. 251). Isso demonstra, portanto, que o acordo no caso do Rio Doce tinha o objetivo de não gerar perda de capital para as empresas, atrelando a reparação a continuidade das ações.

Este trabalho está em consonância com Maso (2024, p. 142), quanto ao uso dos acordos de resolução negociada nos casos de desastre de mineração aqui tratados. Para a autora, a estratégia no uso desses acordos estaria em compreendê-los como “instrumentos de pacificação dos conflitos”, que buscariam dois efeitos: i)

⁹⁸ Para nunca, para um dia inexistente.

reduzir o tempo do conflito, dificultando o processo de organização popular - o que não ocorreu nos casos dos desastres analisados; ii) reduzir o conflito a um problema de compensação, não permitindo uma ampliação de um questionamento de fundo ao modelo mineral. Esses elementos reforçam a perspectiva de que os próprios acordos e os desenhos de reparação por eles criados se estabelecem como estratégias empresariais de gerir a crítica social, na tentativa de impedir a conformação de um campo crítico à atividade mineral.

O TTAC foi homologado pelo Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região, e não pela 12ª Vara Federal de Belo Horizonte, o que apontou um conflito de competências apresentado pelo Ministério Público Federal (MPF). O MPF recorreu da homologação do acordo apontando a falta de participação dos atingidos, o estabelecimento de um teto de gastos, ausência de um diagnóstico dos danos e a desconsideração da responsabilidade solidária das empresas⁹⁹. O acordo foi, assim, primeiramente suspenso pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e, posteriormente, teve sua homologação anulada, em agosto de 2016, pela Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1)¹⁰⁰.

Apesar da suspensão e da anulação, as empresas continuaram executando o TTAC: a Fundação Renova foi fundada em 30 de junho de 2016 e passou a atuar em agosto de 2016¹⁰¹, estabelecendo, ao longo dos meses, escritórios em toda a bacia (Maso, 2024). O Estado brasileiro também deu prosseguimento às ações indicadas no acordo, com a criação do Comitê Interfederativo (CIF) a partir de uma portaria do IBAMA nº18, de 07 de julho de 2016.

Nesse íterim, também como resposta à homologação do TTAC, o MPF ajuizou uma nova ACP (nº 23863-07.2016.4.01.3800) que indicava que a valoração do dano

⁹⁹ O MPF apontava que no caso da Vale esta devia ser indicado como responsável direta, uma vez que também depositava rejeitos na barragem de Fundão.

¹⁰⁰ De acordo com Serra (2018, p. 257, grifos nossos) no voto do desembargador Souza Prudente ele registrou o seguinte: “O que nós temos aqui é uma **transação desautorizada por lei para favorecer os interesses das multinacionais e da empresa Samarco**, sua testa de ferro”. Em entrevista, Serra (2018) indica que o mesmo desembargador assinalou o seguinte: Danos dessa dimensão não poderiam ser objeto de um acordo para uma solução tão rápida, em vinte dias. A pressa coroa a anormalidade com que esse acordo se concretizou. Esse prazo exíguo é totalmente injustificável. E só tem uma explicação: **favorecer as empresas e deixar uma cortina de fumaça sobre a irresponsabilidade dos agentes públicos** que viraram as costas para o monitoramento que deveria existir após a edição das licenças ambientais” (Serra, 2018, p. 275, grifos nossos).

¹⁰¹ Como indicado em trabalho anterior (Vitti, 2017, p. 102): “desde o desastre e a assinatura do acordo até esse período que se estende durante alguns meses (em razão da transição do controle das operações), o processo de reparação do Rio Doce estava sendo capitaneado pela Samarco, que definiu e delimitou boa parte das diretrizes dos programas que são hoje operados pela Renova”.

ambiental não poderia ser menor que R\$ 155 bilhões¹⁰² de reais para a reparação dos danos, além de indicar a formação de uma perícia e auditoria independentes para avaliar os danos do rompimento e a implementação da reparação. No escopo dessa ACP, e a partir de diversas críticas por parte das instituições de justiça, dos movimentos sociais e de grupos acadêmicos e científicos diversos, outros acordos e instrumentos foram estabelecidos de forma a modificar elementos do TTAC sem, no entanto, reconfigurar sua estrutura principal centrada na Fundação Renova e no Comitê Interfederativo. Dentre esses termos, é possível destacar três: o Termo de Ajuste Preliminar (TAP), de janeiro de 2017, um aditivo a este, de novembro de 2017 e um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conhecido como “TAC Governança” ou “TAC Gov”, de junho de 2018.

O TAP entre o MPF e as empresas Samarco, Vale e BHP foi assinado em janeiro de 2017, de forma a considerar as duas ACPs, a que deu origem ao TTAC e a de R\$ 155 bilhões. Ele estabelecia a contratação de um conjunto de empresas de maneira a realizar um diagnóstico aprofundado dos impactos socioeconômicos e dos processos de recuperação realizados pela Renova, dando embasamento assim às ações do MPF. Já em novembro de 2017, foi assinado, entre o MPF e as empresas, um aditivo a esse termo que traz como elemento principal a questão da assessoria técnica às comunidades atingidas ao longo de toda a bacia do Rio Doce, que já havia sido implementada em alguns territórios por meio de pressão social e acordos extrajudiciais locais. Esse processo de atuação das assessoriais foi colocado sob coordenação do Fundo Brasil de Direitos Humanos (FBDH), enquanto a realização do diagnóstico socioeconômico ficou sob responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Lactec ficou responsável pelo diagnóstico ambiental.

Por fim, destaca-se o TAC Governança, ou TAC Gov, efetivado em junho de 2018, que implementou alguns instrumentos de participação e consulta nas esferas de condução da estrutura criada a partir do TTAC, como uma resposta ao processo de mobilização dos atingidos e da atuação das instituições de justiça. Para Maso (2024), o TAC Gov foi uma conciliação de acordos e sua assinatura esteve relacionada à homologação do TTAC.

¹⁰² Esse valor foi indicado tendo em vista o caso do derramamento de petróleo no Golfo do México pela DeepWater Horizon, considerado paradigmático pelo MPF.

Esse conjunto de acordos conformou a estrutura de governança criada no sentido de implementar os programas relacionados à reparação do Rio Doce. A Fundação Renova e o Comitê Interfederativo foram, entre junho de 2016 e outubro de 2024, as duas instituições principais no que diz respeito à efetivação do processo de reparação na bacia. Após o TAC Governança, o modo de funcionamento da Fundação Renova se reestruturou da seguinte forma: Conselho Curador formado por nove membros, seis indicados pelas empresas mantenedoras da Fundação (Samarco, Vale e BHP), dois pela articulação das câmaras regionais dos atingidos e um pelo CIF¹⁰³, e é responsável por “aprovar, no âmbito da Fundação, os planos, programas e projetos” (Cláusula 212) e “deliberar sobre os atos de gestão estratégica da Fundação, como o planejamento anual e plurianual, orçamento e contratações”, (Cláusula 212, § 1º); uma Diretoria Executiva; um Conselho Fiscal; e um Conselho Consultivo, como órgão de assessoramento da Fundação e não-vinculante¹⁰⁴.

Dessa forma, o TAC Governança se constituiu como uma resposta às ações das populações atingidas e aos movimentos sociais, bem como do Ministério Público e Defensorias, que apontavam diversos problemas na condução do processo de reparação que deixava à margem das decisões e controle os grupos. Além da inserção de representantes dos atingidos no Conselho Curador e Consultivo atingidos, destaca-se a criação de outras estruturas, saber: Fórum de Observadores (composto por *experts* definidos pela Defensoria Pública com caráter consultivo) – nunca implementado; as assessorias técnicas independentes; as Comissões Locais, que seriam as entidades das pessoas atingidas reconhecidas como interlocutoras legítimas da participação do processo¹⁰⁵, sendo formadas de forma voluntária pelos

¹⁰³ Em relatório de 2022, a FGV, enquanto *expert* do Ministério Público, sinaliza “essa disposição, porém, nunca foi totalmente implementada, de modo que até hoje o Conselho de Curadores segue operando com **sete membros, sendo seis deles nomeados pelas empresas e um pelo CIF**. Também não há, em qualquer um dos acordos celebrados, uma proibição no sentido de que tais membros não poderiam ter vínculos empregatícios ou comerciais, passados ou futuros, com alguma das três empresas envolvidas. **Como resultado disso, a maioria dos membros titulares do Conselho trabalhou nas empresas Vale e BHP, em média por um período de 10 anos**” (FGV, 2022, p.12).

¹⁰⁴ Esse órgão se tratou dentro do então desenho de governança da única estrutura de participação dos atingidos na Fundação Renova, sendo composto por quatro representantes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, sete representantes de atingidos indicados pelas comissões locais, dois representantes de ONGs ligadas à vida marinha indicados pelo CIF e direitos ambientais indicados pelo MP, três representantes de instituições acadêmicas indicados, respectivamente, por Fundação Renova, CIF e Ministério Público, um representante de entidade atuante em desenvolvimento econômico indicado pela Fundação Renova e dois membros de ONGs atuantes em direitos humanos indicados por Ministério Público e Defensoria.

¹⁰⁵ As comissões de atingidos são o principal instrumento de organização das pessoas atingidas que são reconhecidas pelas instituições de justiça nos casos dos dois desastres aqui trabalhados. As

atingidos; e as Câmaras Regionais, que dimensionaram um processo de participação e controle (agregando representantes das comissões locais), de forma, em princípio, a poderem propor ações e modificações nos programas e projetos de reparação.

Contudo, alguns trabalhos (Losekann; Milanez, 2018; Ferreira, 2020; Milanez; Ali; Oliveira, 2021) apontaram que essa estrutura de governança, que pressupõe a participação, adotou uma lógica participativa restritiva e uma estrutura intrincada, o que veio a dificultar os mecanismos concretos de participação e controle dos atingidos sobre a definição do processo de reparação. A definição de um mecanismo de participação sem a construção coletiva por parte dos atingidos, ainda que tenha sido um avanço do ponto de vista da estrutura de governança anterior – e que complexifique a análise das práticas da Fundação Renova enquanto uma entidade controlada apenas pelas empresas causadoras do desastre –, não estabeleceu formas de uma efetiva participação popular no processo de reparação.

2.3.2.1.1. A Fundação Renova: um “cinturão corporativo” voltado ao desastre

Após a apresentação da série de acordos que estabeleceram o desenho do processo de reparação e sua estrutura de governança até outubro de 2024 para a bacia do Rio Doce, a atenção será dada aqui à Fundação Renova. Interesse que se deve ao fato de ela ser a representante das empresas no interior do processo de reparação até a repactuação e se consolidar, no entendimento desta pesquisa, como uma das estratégias de gestão da crítica no contexto desse desastre.

As perguntas que se pretende responder aqui – que têm origem na pesquisa no mestrado – são: qual a origem da criação da Fundação Renova? Quais mecanismos ou experiências estavam por trás dessa “solução inovadora”, como propagandeada no momento de sua criação¹⁰⁶?

A adoção de uma entidade privada, ou de uma espécie de fundo, para a execução do processo de reparação aparece em diversos momentos entre o

comissões realizariam a interlocução entre as comunidades e as organizações e instituições atuantes no caso dos desastres.

¹⁰⁶ Serra (2018) apresenta uma entrevista do coordenador da Força-Tarefa: “para um desastre excepcional, nós queríamos uma solução não convencional, que fosse um novo marco para a mineração no Brasil. Mariana seria o case”. O coordenador indica que muitas das propostas não foram aceitas pela empresa. Dessa forma, o case que acabou se definindo como inovador foi a criação dessa Fundação.

rompimento e a assinatura do TTAC. A primeira referência encontrada a essa proposta está contida em um comunicado conjunto da Vale e da BHP feito no dia 11 de novembro de 2015, ou seja, seis dias após o rompimento.

Como uma ação imediata, a Vale e a BHP Billiton se comprometem a apoiar a Samarco a criar um **fundo de emergência para trabalhos de reconstrução e para ajudar as famílias e comunidades afetadas**. É nossa intenção trabalhar com as autoridades para fazer este fundo funcionar o mais breve possível (Vale; BHP, 2015).

Serra (2018), a partir de um conjunto de entrevistas realizadas com pessoas que atuaram nas negociações para a assinatura do TTCA, indica que o fotógrafo Sebastião Salgado, mineiro às margens do Rio Doce, teve um papel importante também nessa proposta. Segundo a autora, Salgado apresentou para a então presidente Dilma Rousseff, no dia 13 de novembro de 2015, a “a ideia de criar um fundo específico para custear a recuperação do rio e, também, levou a proposta para os governadores de Minas Gerais e do Espírito Santo”. Esse fundo, de acordo o Instituto Terra, fundado por Salgado, seria criado “com recursos financeiros subsidiados pelas empresas responsáveis pelo desastre” e possibilitaria

além da recuperação de nascentes, absorver todos os investimentos e ações destinados à reconstrução das condições ecológicas, bem como gerar recursos contínuos para projetos sociais, econômicos e de geração de emprego e renda em toda a região que constitui essa bacia hidrográfica (Terra, 2015 *apud* Serra, 2018, p. 46).

Destaca-se também a que a adoção de uma entidade privada, uma fundação, para a execução do processo de reparação já estava indicada na “ACP da União” de 30 de novembro de 2015, que deu origem ao TTAC.

Que os valores sejam destinados a um **fundo privado próprio**, podendo inclusive ser materializado sob a forma de **fundação de direito privado**, criado e mantido pelas rés, com gestão independente, para custear exclusivamente as despesas socioambientais e socioeconômicas objeto da presente ação, cujo detalhamento se efetivará no projeto de recuperação ambiental (AGU, 2015, p. 67, grifos nossos).

No escopo do relatório do grupo de trabalho promovido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana do Governo de Minas Gerais, que contou com a participação de cerca de 35 instituições

públicas e privadas, é possível encontrar uma justificativa para a adoção de tal modelo de governança: “a legislação para contratação pública (Lei Federal n. 8.666/93) **não contribui para a celeridade das ações**, de maneira que a **execução pelo ente privado** pode se mostrar mais **efetiva para o caso em questão**” (SEDRU, 2016, p. 177, grifos nossos).

Essas justificativas encontram ressonância com as práticas de “resolução negociada”, indicadas anteriormente, que buscam se legitimar a partir de um reconhecimento do caráter moroso e burocrático do Estado e do poder público, de forma a buscar, no campo de resolução de conflitos, mecanismos entendidos como de maior celeridade ou de menor obstaculização (Viégas; Giffoni Pinto; Garzon, 2014). Essa visão ideológica tem respaldo no processo descrito por Laval e Dardot (2016) acerca da “forma empresa”, em que os discursos apontam que o setor privado “é mais reativo, mais flexível, mais inovador, tecnicamente mais eficaz, porque é mais especializado, menos sujeito que o setor público a regras estatutárias” (2016, p. 290).

Melendi (2023, p. 239) indica que a criação da Fundação Renova e a estruturação da sua governança, principalmente de seu Conselho Curador, teria o papel de conciliar os interesses e as divergências entre Vale e BHP, permitindo as duas empresas gerenciarem juntas o desastre, “forçando-as ao consenso”. Esse aspecto é corroborado pela descrição da relação entre Vale e BHP, por Serra (2018, p. 253):

A animosidade entre as duas acionistas dificulta a solução dos pontos mais controversos. Segundo um dos participantes, a relação entre Vale e BHP era coisa de Velho Oeste. [...] “A Samarco é a união de dois gigantes que não se entendiam. Um lado achava que o outro era a trava”, recordou Adams [Luís Inácio Adams, advogado geral da União na época].

Esses elementos ajudam a demonstrar o papel que a Fundação Renova desempenhava como representante das empresas na gestão do desastre, ao implementar a reparação¹⁰⁷. Isto deve-se, sobretudo, se observado o papel desse Conselho, como é indicado pelo TTAC.

CLÁUSULA 212: O Conselho de Curadores, a partir das diretrizes, orientações e prioridades previstas no presente Acordo, tem competência

¹⁰⁷ Das seis vagas destinadas as empresas no Conselho Curador, Melendi (2023) destaca que as duas destinadas à Samarco foram redistribuídas entre Vale e BHP entre 2018 e 2022, sem nenhum representante da Samarco. Melendi (2023) atribui isso ao fato de que, nesse período, eram as duas empresas que estavam responsáveis pela manutenção financeira da Fundação Renova, uma vez que a Samarco não estava operando.

para aprovar, no âmbito da FUNDAÇÃO, os planos, PROGRAMAS e PROJETOS, que deverão ser propostos pela Diretoria Executiva, sendo ouvido o Conselho Consultivo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Também competirá ao Conselho de Curadores deliberar sobre os atos de gestão estratégica da FUNDAÇÃO, como o planejamento anual e plurianual, orçamento e contratações, os quais deverão observar o disposto na Cláusula 223, bem como as regras constantes das políticas e manuais ali previstos (Brasil, 2016).

Dessa forma, ainda que tenha se criado uma entidade específica, com toda uma estrutura voltada à reparação, havia um controle dessa entidade pelas empresas causadoras do desastre, o que contribui para a explicação da morosidade na implementação dos programas e nos gastos com publicidade por parte da Fundação Renova, que buscavam indicar que o processo de reparação estava avançando. Essa, inclusive, é uma das principais críticas à Fundação, de que esta priorizava em seus materiais a defesa da reputação e de suas práticas no processo de reparação e não a transparência e divulgação de informações para a população (Maciel, 2018). Segundo indicado em monitoramento feito pela Ramboll¹⁰⁸ em relatório de monitoramento dos programas da Renova, a Fundação teria a prática

[de] investir em uma comunicação institucional focada em propaganda e marketing na maior parte das suas publicações. E, nelas, busca defender a marca da organização em vez de mostrar, de forma transparente, as lacunas dos programas de reparação e as posições questionadoras das pessoas que ainda não tiveram seus direitos reparados. Esse tipo de comunicação eleva o risco de conflitos nos territórios (Ramboll, 2020, p. 2).

A seguir apresenta-se um texto da Fundação Renova disponível em sua antiga página, que reforça o uso da comunicação como forma de blindar em alguma medida as empresas causadoras do desastre, mas também ocultar o controle dessas sobre a fundação.

Ao estabelecer uma **organização dedicada exclusivamente ao processo de reparação**, também foi criado um **modelo de governança**, com presença de mais de 70 entidades. As respostas para cada desafio são obtidas em conjunto, sendo que **nenhuma parte envolvida tem controle sobre a decisão**.

A Fundação Renova reúne técnicos e especialistas de diversas áreas de conhecimento, dezenas de entidades de atuação socioambiental e de conhecimento científico do Brasil e do mundo e soma hoje cerca de 7 mil

¹⁰⁸ A Ramboll foi contratada como *expert* para prestar assessoria ao MPF como responsável pela avaliação e monitoramento dos Programas de Reparação Socioambiental e Socioeconômica realizados pela Fundação Renova.

peessoas (entre colaboradores próprios e parceiros) trabalhando no processo de reparação, de Mariana à foz do rio Doce (Renova, 2024a).

Nesse texto, é possível identificar a ênfase a um modelo de governança não controlado por nenhuma parte envolvida. Para Melendi (2023), isso indica por parte da Fundação um esforço de comunicação orientado a destacar um suposto modelo participativo de tomada de decisões, conformando o que Julieta Godfrid (2020) chamou de “estratégia comunicacional”, que seriam, à guisa das práticas de responsabilidade social empresarial, e formas de gerir a crítica que foi apresentado no capítulo anterior, “aquelas práticas orientadas à produção de enunciados que articulem e deem sentido as distintas iniciativas corporativas para construir uma imagem positiva da empresas” (Godfrid, 2020, p. 283).

Dessa forma, como destacado em trabalho anterior (Vitti, 2021), a Fundação Renova estabeleceu um papel duplo no que diz respeito à crítica. Por um lado, buscou funcionar como um mecanismo de legitimação das empresas causadoras do desastre, apresentando-as como promotoras de boas práticas de governança e sustentabilidade, por meio de estratégias comunicacionais. Esse papel buscou operar, sobretudo, no que diz respeito à sociedade brasileira, aos acionistas da Vale e BHP e às instituições nacionais e internacionais do setor empresarial. Por outro lado, a criação da Fundação Renova atuou para proteger e invisibilizar a imagem dessas empresas, buscando funcionar como colchão amortecedor das críticas, ou – tomando emprestado o conceito de “cinturão comunitário” de Hönke (2018) – formando uma espécie de “cinturão corporativo”¹⁰⁹, em que uma empresa se utilizaria de outras entidades privadas para realizar, em seu lugar, suas práticas e projetos.

A criação da Renova e sua atuação na implementação dos programas definidos pelo TTAC foram alvo da maior parte das críticas sociais relacionadas ao descumprimento dos acordos e da morosidade do processo de reparação do Rio Doce. Dessa forma, a Fundação Renova “e suas dezenas de entidades de atuação socioambiental” constituiu, até sua extinção em 2024, esse “cinturão corporativo” no entorno da Samarco/Vale/BHP. Esse “cinturão corporativo” funcionou também como uma ferramenta para conter conflitos na região — uma área estratégica para a Vale,

¹⁰⁹ O uso da expressão “cinturão corporativo” parece interessante neste momento para abordar a questão das práticas das empresas no caso dos desastres, uma vez que há nos territórios atingidos uma profusão de empresas e organizações contratadas voltadas à implementação dos diferentes programas e projetos vinculados à reparação e gestão do desastre.

já que a Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM), responsável pelo transporte de minérios do Sistema Sudeste da empresa, acompanha o curso do Rio Doce até Colatina (ES).

2.3.2.2. O Acordo de Brumadinho

O caso do rompimento das barragens de Córrego do Feijão, em Brumadinho, em janeiro de 2019, se deu em um cenário político distinto do rompimento em Mariana. No poder executivo federal, o então presidente era Jair Bolsonaro que, à época, estava no Partido Social Liberal (PSL) e à frente do governo estadual de Minas Gerais estava Romeu Zema do Partido Novo, reeleito em 2022. Dado o caráter estadual do desastre, circunscrito ao território de Minas Gerais, não houve uma ação tão direta do governo federal, como no caso da barragem de Fundão.

Diferentemente da estrutura de governança estabelecida no Rio Doce, não houve a criação de entidades *ad hoc*, como a Fundação Renova ou o Comitê Interfederativo, ficando a cargo da própria Vale a realização de diversas medidas de reparação (obrigação de fazer), ou do governo do Estado de Minas Gerais, em ações que dizem respeito ao poder público. Assim como no caso do Rio Doce, diversas ações públicas¹¹⁰ foram ajuizadas contra a Vale, iniciando-se um processo de negociação e mediação judicial entre as diversas partes envolvidas. Esse processo implicou em um conjunto de medidas, dentre elas o pagamento de auxílio emergencial a toda a população de Brumadinho e das margens do Rio Paraopeba, a implementação das assessorias técnicas em 2020 e a definição da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por meio de um Comitê Técnico-Científico (CTC/UFMG), como “perita independente do juiz” na produção de dados sobre os danos¹¹¹.

Todo esse processo culmina na assinatura de um Acordo Judicial de Reparação Integral (AJRI) em 04 de fevereiro de 2021, cerca de dois anos após o rompimento. O

¹¹⁰ É possível destacar aqui as ACPs nº 5026408-67.2019.8.13.0024, nº 5044954-73.2019.8.13.0024 e nº 5087481-40.2019.8.13.0024.

¹¹¹ Um elemento importante acerca do processo de reparação do Rio Paraopeba diz respeito à elaboração desses estudos que suportam as decisões judiciais, a partir do “Projeto de Avaliação de Necessidades Pós-Desastre do colapso da Barragem da Mina Córrego do Feijão” (Projeto Brumadinho UFMG), aprovado em audiência pública e consolidado mediante o Termo de Cooperação Técnica nº 037/19, firmado entre o Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Belo Horizonte e a UFMG.

acordo foi assinado pela Vale, definida como compromissária, e pelo governo do estado de Minas Gerais, o Ministério Público de Minas Gerais, o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública de Minas Gerais, os compromitentes. Os compromitentes são, portanto, quatro instituições que conformam um comitê colegiado que teria o papel de aprovar, validar e decidir sobre os assuntos relativos à execução das medidas do AJRI.

Para os fins de acompanhamento do Acordo, o governo do estado de Minas Gerais criou o Comitê Gestor Pró-Brumadinho, que articularia diversos órgãos e entidades do governo e tem como coordenação a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. O Comitê Gestor Pró-Brumadinho também tem a responsabilidade da secretaria-executiva do colegiado de compromitentes, que teria esse papel de decidir questões relativas ao Acordo de Brumadinho. Este Acordo estabeleceu as diretrizes, as obrigações, os valores e os programas relacionados ao processo de reparação dos danos difusos e coletivos, não abrangendo os danos individuais. Ele foi e tem sido alvo de contestação durante sua assinatura e todo seu processo, porque exclui as comunidades atingidas e os governos locais de sua elaboração (Milanez; Ali; Oliveira, 2021; Oliveira, 2023).

A atuação da Vale como executora de parte do processo de reparação, com a obrigação de fazer, configura uma diferença importante em relação ao Rio Doce antes da repactuação, em que há a presença da Fundação Renova. Além da oposição pelos movimentos sociais e pelas instituições de justiça, frente à atuação de uma entidade privada após o rompimento da barragem de Córrego do Feijão – nos moldes do caso do Rio Doce, havia um indicativo do interesse da própria Vale em estar à frente da atuação no processo de reparação – a partir do que foi constatado ao longo desta pesquisa nos diferentes espaços que houve participação do autor desta tese e nas entrevistas realizadas. Isso se associa, no entendimento deste trabalho, à perda de legitimidade da Samarco no território atingido ao longo dos anos, devido à falta de iniciativa e de capacidade em reparar os danos causados, seja social ou ambientalmente – ainda que houvesse, sobretudo em Mariana, uma mobilização pela volta da empresa. Esse elemento de posicionamento à frente do processo de reparação parece uma forma de resposta à pressão dos movimentos sociais e instituições de justiça no processo judicial, mas indica, em alguma medida, um mecanismo de aprendizagem “empresarial”.

Isso evoca uma dupla condição: mesmo que um processo de reparação implementado pela Fundação Renova possa ter atendido às empresas, funcionando como uma espécie de proteção e implicando em uma possível diminuição dos custos do processo de reparação – com a própria Renova funcionando como uma estratégia de preservação reputacional e um “cinturão corporativo – ela trouxe certa insegurança jurídica para as empresas Samarco, Vale e BHP. Isso ocorreu em razão do processo de reparação ter se arrastado por muitos anos, sem sinalizar uma possibilidade de solução “definitiva”, o que, em alguma medida, afetou também às empresas.

Esse elemento da importância da segurança jurídica, como algo que guiou o desenho de reparação, aparece em uma entrevista feita por Oliveira (2023) com um funcionário da Vale diretamente envolvido no processo de reparação.

A ideia de acordo foi para tentar resolver as questões todas pra esse negócio não ficar em aberto, pra dar essa **segurança jurídica**. Claro que, **em termos de mercado, é muito importante ter uma solidificação** de que as soluções estão encaminhadas. Essa insegurança ... qual o tamanho disso? **Quanto tempo isso vai ficar expondo a imagem da Vale? Vai deixar ações judiciais pendentes? Qual o custo total que isso vai chegar?** Tinha um apelo real também de **previsibilidade**, de mostrar que a Vale estava construindo, estava empenhada em construir solução e que esse assunto ia solidificando [Funcionário X, 2021] (Oliveira, 2023, p. 95, grifos nossos).

Esse trecho demonstra muito dos aspectos que se tem sinalizado aqui como centrais no que diz respeito às motivações que orientam às estratégias de gestão da crítica no contexto de desastres: i) quanto tempo a imagem da empresa vai ser exposta pelo desastre?; ii) qual o custo total do processo de reparação?; iii) vão ter questões judicializáveis ainda?; iv) previsibilidade.

A opção pelos acordos, no caso das empresas, busca estabelecer um processo de reparação que responda, “solidifique”, essas questões: não comprometa a imagem da empresa a longo prazo, defina um custo total do desastre; não deixe aspectos em abertos para judicialização; e dê previsibilidade, isto é, não deixe um campo aberto para possíveis riscos, sejam eles econômicos ou sociais. Uma das pessoas atingidas entrevistadas, moradora da comunidade de Ponte das Almorreimas, sinaliza que após a assinatura do acordo a Vale mudou completamente a maneira de se relacionar com o território. O que reforça o entendimento de que o acordo funcionou como um mecanismo de gestão do desastre e de tentativa de conformação da crítica possível dentro desse processo.

A Vale, antes do acordo, ela ainda sentava para te escutar. Hoje, tudo, um copo de água, você tem que ver se está no acordo. Você vê o modo operante da Vale. Então o acordo é muito benéfico para a Vale e para o Estado (Meire, moradora de Ponte das Almorreimas, maio de 2022).

Faz-se necessário aqui um pequeno parêntese. O funcionário entrevistado por Oliveira (2023) atuava na Diretoria de Reparação. Ela é central para compreender a atuação da Vale na gestão do desastre. Criada em abril de 2019, inicialmente denominada “Diretoria Especial de Reparação e Desenvolvimento”, teve origem no “Grupo de Resposta Imediata”, criado pela Vale no dia do rompimento das barragens em 25 de janeiro de 2019. Segundo Oliveira (2023), o orçamento dessa Diretoria, que está incorporada à Vice-Presidência de Sustentabilidade, foi de R\$ 8 bilhões em 2022. Ela também foi propagada pela empresa como símbolo de sua preocupação com os desastres como forma de reparar e desenvolver o território atingido, como destaca em nota o então diretor. Elemento que vai ao encontro das “estratégias comunicacionais” destacadas por Godfrid (2020).

O desafio é passar da emergência para a **recuperação perene**. A diretoria é especial porque foi mobilizada pelo rompimento; é de reparação porque temos que reparar o que foi destruído; e é de desenvolvimento pelo que deve ocorrer daqui por diante (Vale, 2019a).

Retomando a questão do acordo, um elemento importante é que ele foi sendo construído desde 2019. Oliveira (2023) indica que desde o rompimento até a assinatura do acordo, foram firmados 25 Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) entre a Vale e as instituições de justiça e o Estado.

Esses termos de compromisso eram relacionados a diversas temáticas, como “indígenas, fauna, recuperação ambiental, segurança hídrica”, entre outros (Funcionário X, 2021). Nesse sentido, os TACs podem ser considerados “pedaços do que depois virou o acordo (...) O acordo meio que foi um grande guarda-chuva para reconhecer todo esses instrumentos” (Funcionário X, 2021) (Oliveira, 2023, p. 96).

Ainda a respeito desses diversos termos realizados após o desastre da Vale, acredita-se ser importante tratar especificamente do Termo de Compromisso (TC), assinado entre a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e a Vale, em 05 de abril de 2019 – menos de três meses após o rompimento, que versou sobre as indenizações individuais ou por núcleo familiar. Esse acordo buscou regular as formas

de indenização por via extrajudicial dos danos materiais e morais. O acordo determinou os parâmetros de definição dos valores e os mecanismos de negociação para a indenização, envolvendo os atingidos, a DPMG e a Vale. Uma das questões mais críticas em relação a esse termo de compromisso foi a previsão da Cláusula 2.16, que indicava que “as indenizações referentes a terreno e edificações pressupõem a transferência do direito sobre o bem à VALE, quando transferível”.

Esse elemento é importante para questões que serão tratadas no capítulo quatro, quando serão abordadas as transferências de imóveis para a Vale nas comunidades atingidas, especialmente no Córrego do Feijão. Esse acordo também recebeu diversas críticas por permitir, em alguma medida, a definição dos valores pela Vale, bem como garantir à empresa a definição de com quais atingidos daria seguimento às negociações – prática corrente das formas de “resolução negociada” de conflitos ambientais. Segundo dados da própria Vale de novembro de 2025, no escopo do desastre no Rio Paraopeba foram indenizadas 14,8 mil pessoas, por meio de processos civis judiciais ou de acordo extrajudiciais, possibilitados pelo TC, totalizando cerca de R\$ 2,7 bilhões de reais. Além disso foram pagos R\$ 1,2 bilhões em indenizações trabalhistas para 2,5 mil pessoas.

Um ponto importante a respeito desse termo de compromisso é que ele foi um instrumento propulsor das medidas extrajudiciais – e das formas de resolução negociada – nos casos envolvendo desastres de mineração ou deslocamentos compulsórios em Minas Gerais, utilizado nos casos de evacuação de pessoas envolvendo barragens de rejeitos em diversos municípios do referido estado, como em Barão de Cocais, Itabira, São Sebastião das Águas Claras, Ouro Preto, Nova Lima e Itabirito. Segundo dados da DPMG (2025), nesses territórios foram indenizadas, até janeiro de 2025, cerca de 4 mil pessoas, totalizando quase R\$ 1 bilhão em indenizações. Alguns autores vão abordar esse processo como um “terrorismo de barragens”, que garantiu o uso da emergência em relação ao risco de rompimento dessas barragens como forma de apropriação de áreas em que tinha interesse (Laschefski, 2020; Neri, 2023). Dessa forma, por meio desse termo, a mineradora negociou, com as pessoas deslocadas, acordos de indenização, que implicavam a transferência de suas propriedades para empresa.

O TC também teve papel importante na condução dos diálogos que culminaram no desenho do processo de reparação de Brumadinho, por meio do acordo de

reparação assinado em 2021. Segundo a DPMG, o acordo também teve influência na condução dos diálogos do processo de repactuação do Rio Doce, como é possível notar na citação a seguir¹¹².

“O TC foi a primeira iniciativa no país de um acordo amplo em questões de mineração. Foi a partir do seu êxito que a discussão sobre o acordo geral de Brumadinho passou a existir no âmbito do Estado. O seu sucesso em **oferecer a possibilidade de uma solução negociada, rápida e eficaz abriu espaço para a discussão dos acordos gerais**, tanto de Brumadinho quanto de Mariana”, observa o defensor público Felipe Soledade (DPMG, 2025, grifos nossos).

É, portanto, a partir desses vários “acordos” e discussões feitas ao longo dos anos de 2019 e 2022 que se conformou o AJRI – o Acordo de Brumadinho – voltado à mitigação, compensação ou reparação dos danos coletivos e difusos. O valor global do acordo foi de R\$ 37.689.767.329,00, divididos em quatro anexos ou conjunto de programas: I. Programa de Reparação Socioeconômica; II. Programa de Reparação Socioambiental; III. Programa de Mobilidade e IV. Programa de fortalecimento do serviço público.

Os anexos III (R\$ 4,95 bilhões) e IV (R\$ 3,65 bilhões) são de responsabilidade de execução do governo do estado de Minas Gerais, e são alvos constantes de crítica por parte dos atingidos e movimentos, uma vez que são destinados às diversas regiões do estado, sem necessariamente estarem relacionados às áreas atingidas e, em alguns casos, favorecerem a própria indústria mineral, como no caso do Rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte, contemplado pelo anexo III, chamado pelos movimentos sociais de Rodominério, por favorecer o transporte de minério na região, e o custeamento por meio do acordo do Plano Estadual de Mineração (PEM-MG), que tem por objetivo orientar o setor mineral em Minas Gerais¹¹³.

No que diz respeito ao anexo II, relativo ao Programa de Reparação Socioambiental, vale destacar que ele contempla a compensação socioambiental de

¹¹² Não será tratado nesta tese dos meandros e das diversas questões relacionadas à questão da indenização individual, que tem perpassado muitos debates e posicionamentos de diferentes organizações e instituições. A abordagem apenas da questão das indenizações conformaria por si só um tema de trabalho. O objetivo em apresentar o Termo de Compromisso aqui foi situar seu papel na estrutura geral de gestão dos desastres e sinalizar aspectos desse instrumento extrajudicial de negociação, que vai aparecer em alguns dos relatos que apresentaremos no capítulo quatro. Para uma análise mais aprofundada dos aspectos jurídicos relacionado a esse termo de compromisso, ver Carvalho (2021).

¹¹³ Esse aspecto se relaciona diretamente com as questões sinalizadas por Klein (2007) sobre como os desastres são apropriados como forma de avançar projetos liberalizantes ou relacionados aos interesses capitalistas.

danos já conhecidos (anexo II.2 no valor de R\$ 1,55 bilhão); projetos de segurança hídrica (anexo II.3 no valor de R\$ 2,05 bilhões) e; recuperação socioambiental (anexo II.1), que não tem teto financeiro, pois depende da identificação e diagnóstico dos danos que podem aparecer posteriormente. No entanto, todos esses processos têm sido realizados pela própria Vale, que contratou empresa de consultoria própria, a empresa Arcadis, para a realização do respectivo plano de reparação. Esses projetos são de grande interesse para a Vale, uma vez que, além da questão dos danos individuais, é o único elemento do acordo que não possui um teto definido, implicando, assim, em uma não previsibilidade dos custos do processo de reparação e, consequentemente, uma insegurança financeira futura para a empresa.

Em relação ao Programa de Reparação Socioeconômica, anexo I do acordo, há quatro grupos de projetos. Dois deles contemplam iniciativas para os territórios atingidos, sendo alguns projetos de caráter emergencial e outros definidos por meio de consulta popular: projetos voltados para Brumadinho (anexo I.4 no valor de R\$ 1,5 bilhão) e projetos voltados para toda a bacia (anexo I.3 no valor de R\$ 2,5 bilhões). Esses dois anexos (I.3 e I.4) são de responsabilidade de fazer da Vale, o que implica, por exemplo, em atuação direta ou indireta da empresa em todo o território da bacia¹¹⁴.

O anexo I engloba também o Programa de Transferência de Renda (PTR), realizado por meio do anexo I.2 sob responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas (R\$ 4,4 bilhões), que teve início em 2021 e duração prevista de quatro anos ou até finalização dos recursos¹¹⁵. Por fim, ainda no campo da Reparação Socioeconômica, se situa o anexo I.11, que trata dos projetos de demandas das comunidades atingidas, no valor de R\$ 3 bilhões de reais. Esse anexo tem sido foco de debate e atuação das principais organizações ao longo da bacia desde o fim de 2021, pois é o único ponto do acordo que possibilita a participação direta e informada da população atingida, por meio da constituição de projetos¹¹⁶. O modelo de governança desse programa foi um

¹¹⁴ Alguns dos projetos desses anexos, que eram obrigação de fazer da Vale, foram convertidos em obrigação de pagar.

¹¹⁵ Esse programa tratava do pagamento mensal de recursos para a população atingida ao longo da bacia do Rio Paraopeba, envolvendo todo o município de Brumadinho e as comunidades situadas a um quilômetro das margens do rio. O programa estava previsto para terminar em 2025, no entanto, as populações atingidas têm buscado garantir na justiça a continuidade do pagamento por meio de um novo auxílio emergencial até que a reparação avance, como está estabelecido na Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), Lei nº 14.755 de 2023. A Vale, ao longo de 2025, buscou contestar o pagamento de um novo auxílio emergencial, sinalizando que já havia cumprido com os elementos definidos no acordo.

¹¹⁶ Em 2025, esse anexo se encontrava em etapas iniciais de trabalho. Em agosto de 2023 foi homologada a entidade gestora responsável, formada pela parceria entre a Cáritas Brasileira Regional

dos principais pontos trabalhados pelas assessorias técnicas presentes na bacia do Rio Paraopeba, como forma de garantia da participação dos atingidos nos recursos do Acordo¹¹⁷.

Um dos principais pontos de críticas feito a esse acordo, por movimentos e pesquisadores, diz respeito ao fato de que este foi feito sem a efetiva participação da população atingida e de suas assessorias (Oliveira, 2023). Os debates e detalhes sobre o acordo seguiram em confidencialidade e foram tornados públicos apenas na sua homologação. Esse processo, como demonstrado também no caso do Rio Doce, é uma constante nos métodos de “resolução negociada” que estabelece uma série de decisões e “concertações corporativo-governamentais” (Zucarelli, 2024) que se dão de forma alheia ao debate público e à participação das pessoas diretamente implicadas. Seria possível chamar essa retirada do conteúdo político desses acordos de uma gestão concertada dos desastres, de uma gestão concertada de “uma população que não deve se imiscuir naquilo que a afeta”, retomando aqui Stengers (2015, p. 48).

Como busca-se demonstrar no processo de gestão do desastre no Paraopeba e no Acordo de Brumadinho, foram estabelecidos alguns aspectos distintos no que diz respeito ao TTAC. Um dos principais pontos foi a não atuação de uma entidade específica voltada à reparação – como no caso da Fundação Renova –, mas o próprio estado de Minas Gerais assumindo alguns papéis por meio das obrigações de pagar da Vale, e outras questões relacionadas à ação direta da empresa, as obrigações de fazer. Esse desenho da reparação conforma a estrutura – o plano – sinalizando as responsabilidades e papéis de cada uns dos agentes envolvidos na bacia. No entanto, o acordo, como indicado, não trata de alguns pontos de interesse para as empresas, como a questão dos danos individuais, não define um valor para os danos ambientais e não estabelece uma normativa para o papel das assessorias técnicas independentes, permitindo, assim, alguns aspectos de imprevisibilidade, tão indesejada pelas empresas.

Minas Gerais, Associação Nacional dos Atingidos por Barragens – ANAB, Instituto Conexões Sustentáveis – Conexsus e Instituto E-Dinheiro Brasil. O trabalho foi iniciado em junho de 2025.

2.3.2.3. A repactuação do Rio Doce

Como já sinalizado na introdução desta tese, não serão analisadas às questões relativas à repactuação, tendo em vista o período de análise a que se propõe. No entanto, é importante apresentar apenas alguns aspectos relativos à repactuação neste capítulo, pois implicou em grandes transformações à gestão do desastre no Rio Doce¹¹⁸.

Frente às diversas críticas e questões que passaram a ser sinalizadas desde a assinatura do TTAC e dos outros termos a ele relacionados, iniciaram-se processos associados ao debate voltado a reconfiguração do desenho do processo de reparação do Rio Doce. Um deles envolveu o fato de que em dezembro de 2019 a Advocacia Geral da União (AGU) e a Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais (AGE/MG) entraram com uma petição conjunta requerendo ao juiz responsável audiências para tratamento do caso.

Essas audiências culminaram na criação de “Eixos prioritários” que eram “incidentes processuais instaurados para discussão judicial de temas considerados centrais na reparação e acerca dos quais as empresas, poder público e instituições de Justiça não chegaram a um consenso” (FGV, 2012, p. 14). Esses eixos se inseriam em um contexto de discussão no âmbito judicial desses temas centrais. Os catorze eixos prioritários tratavam dos seguintes temas: 1. Recuperação Ambiental Extra e Intra Calha; 2. Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico; 3. Reassentamento de Gesteira – Barra Longa; 4. Infraestrutura e Desenvolvimento; 5. Retorno Operacional da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves “Candonga”; 6. Medição de Performance e Acompanhamento; 7. Cadastro e Indenizações; 8. Retomada das Atividades Econômicas; 9. Abastecimento de Água para Consumo Humano; 10. Contratação das Assessorias Técnicas; 11. Ações para a saúde; 12. Proibição da pesca na Bacia do Rio Doce; 13. Restruturação do Sistema de Gestão Organizacional Interno da Fundação Renova; 14. Diagnóstico sobre a abrangência da área do desastre.

Paralelamente a esse processo, foi iniciada uma discussão mais abrangente sobre a estrutura de governança e o quadro das organizações vinculadas à reparação

¹¹⁸ Ainda que sejam apresentadas aqui algumas questões relacionadas ao acordo de repactuação, elas não serão mobilizadas na análise das práticas abordadas nos capítulos três e quatro, que observam as ações de gestão da crítica no caso do Rio Doce durante o período em que a Fundação Renova era responsável pelo processo de reparação.

do Rio Doce. Isso se deu por meio de um processo de repactuação dos acordos, que teve início em 2021¹¹⁹, a partir da atuação do *Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade, Grande Impacto e Repercussão*, criado em 2019, por meio de portaria conjunta entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A perspectiva da repactuação provinha de um entendimento de que, após anos do início do processo de reparação, diversos programas e medidas não foram implementados, demonstrando a ineficácia dos acordos realizados. Essa repactuação envolveu um processo longo de negociação, inicialmente sob responsabilidade do CNJ e, posteriormente, sob responsabilidade do Tribunal Federal da 6ª região (TRF6)¹²⁰, incorporando diversos ministérios e órgãos do governo federal.

A repactuação foi concluída apenas em outubro de 2024, com a assinatura do Novo Acordo do Rio Doce, firmado entre Samarco, Vale, BHP Brasil, União, governos de Minas Gerais e Espírito Santo, Ministérios Públicos Federal e Estaduais, Defensorias Públicas e outros órgãos públicos. O acordo substituiu toda a estrutura de governança, extinguindo a Fundação Renova e o CIF, além de definir ações de reparação sob responsabilidade da Samarco, dos governos federal e estaduais (Minas Gerais e Espírito Santos) e dos municípios que aderirem ao acordo. O novo acordo previu medidas reparatorias e compensatórias estimadas em R\$ 170 bilhões de reais (sendo R\$ 38 bilhões já gastos pelo acordo anterior e R\$ 132 bilhões pactuados no novo acordo).

Esse acordo apresenta algumas diferenças substanciais em relação ao antigo TTAC e ao Acordo de Brumadinho. Uma delas diz respeito à estrutura de governança: o poder público, em especial o governo federal, passa a ter um papel maior na execução de algumas das ações de reparação. É também garantida a participação das pessoas atingidas no processo de reparação por meio da criação do Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce e Litoral Norte Capixaba. Esse

¹¹⁹ Em junho de 2021 foi assinada pelas organizações do Estado e pelas empresas uma carta de premissas, que buscou definir caminhos para o processo de repactuação, como a definição de um acordo final, com objetivos, escopo, marcos de entrega dos programas de reparação e cronograma, desburocratização da estrutura de governança, entre outras (CNJ, 2021). A carta definia um prazo para o processo de repactuação.

¹²⁰ O TRF6 foi criado como um desdobramento do TRF-1 e instituído em agosto de 2022, momento em que passa a atuar frente à repactuação.

processo é uma diferença em relação ao Acordo de Brumadinho, que não garante nenhum instrumento de participação dos atingidos.

Em relação aos recursos, R\$ 100 bilhões serão pagos pelas empresas ao longo de 20 anos, enquanto as empresas devem gastar R\$ 32 bilhões com indenizações individuais e as obrigações de fazer. Essas obrigações de fazer envolvem a finalização dos reassentamentos das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, a retirada de rejeitos depositados na UHE Risoleta Neves, a recuperação de nascentes e de áreas de floresta nativa, além da implantação do Programa Indenizatório Definitivo – que substitui as modalidades de indenização definidas ao longo do processo anterior.

Apesar do avanço na garantia da participação das pessoas atingidas na estrutura de governança, o acordo tem recebido críticas por parte dos movimentos sociais. Uma delas trata do programa de transferência de renda, ou auxílio emergencial, que é definido na PNAB e tem o objetivo de garantir que as pessoas possam suprir suas necessidades enquanto o processo de reparação não é efetivado. Os atingidos e movimentos têm sinalizado que esse programa no novo acordo é restritivo. No caso do Paraopeba, as pessoas que têm direito são aquelas que estão a um quilômetro da margem do Rio e da Represa de Três Marias, morem em comunidades que tiveram o abastecimento de água impactado pelo desastre, ou em comunidades em que foram realizadas alguma obra relacionada à reparação. No caso do Rio Doce, esse programa se destina apenas aos pescadores e agricultores, não contemplando outros grupos atingidos.

Outro aspecto que levantou críticas diz respeito às indenizações individuais, que apresenta uma diferença importante no que diz respeito ao Paraopeba. No Acordo de Brumadinho, como apresentado, os danos individuais não foram tratados, o que de alguma forma traz insegurança jurídica para as empresas, sobretudo na perspectiva defendida pelos movimentos sociais de julgamento coletivo dos danos sociais. Já o acordo do Rio Doce tratou das indenizações individuais, definindo R\$ 35 mil reais para as pessoas atingidas ao longo da bacia, segundo alguns critérios, e R\$ 95 mil reais para agricultores e pescadores. Essa definição das indenizações pode

sinalizar uma tentativa por parte das empresas de buscar alguma previsibilidade dos gastos com o processo de reparação relacionado aos danos individuais¹²¹.

2.4. ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS: A DIMENSÃO DO PLANO

Neste capítulo, buscou-se demonstrar como os dois desastres analisados são resultado de um conjunto de escolhas técnicas orientadas por estratégias econômicas das empresas de mineração e de um processo de fragilização das estruturas do Estado no que diz respeito à regulação das atividades econômicas. Esse processo não é apenas conjuntural, mas também reflexo do próprio modo de produção capitalista que correlaciona a ampliação da produção com a destituição de aspectos da vida cotidiana das populações mais vulneráveis. A *rota da indiferença discriminatória* da lama parece indicar uma tendência de sobreposição de áreas sob estruturas de deposição de rejeitos a territórios ocupados por grupos não-brancos e de baixa renda.

Os processos de gestão engendrados em um capitalismo de desastre não se dão apartados desse caráter estrutural, mas estabelecem eles próprios mecanismos de *redistribuição discriminatória*. Como pretende-se sinalizar, nos casos de desastre de mineração a própria conformação e estabelecimentos de acordos pode ser compreendida enquanto uma estratégia empresarial voltada ao desarmamento da crítica. As empresas, durante o processo de negociação dos acordos, buscam, por meio de estratégias institucionais e jurídicas, conformas maneiras de blindagem de seu capital reputacional e econômico ao procurar garantir previsibilidade no que diz respeito ao custo dos processos de reparação pelos quais elas devem ser responsáveis.

É esse conjunto de estratégias – que perpassam por acordos de “resolução negociada” (Viégas, 2017), criação de entidades privadas, formação de “cinturão corporativo”, concertação corporativo-governamental (Zucarelli, 2024), estratégias

¹²¹ Importante destacar que em novembro de 2025 a justiça inglesa condenou a BHP em ação movida por atingidos do Rio Doce que trata do processo de indenização. A ação que corre na Inglaterra envolve cerca de 620 mil pessoas participam do processo, 31 municípios e 2 mil empresas. O valor solicitado de indenizações já foi estimado em cerca de R\$ 250 bilhões, no entanto, a definição dos valores vai ocorrer em outras etapas do julgamento. A empresa BHP ainda pode recorrer no processo. Destaca-se, também, em quem julho de 2024 Vale e BHP assinaram um acordo em que em caso de responsabilização da BHP na ação judicial movida no Reino Unido, ou de responsabilização da Vale em ações movidas na Holanda, as empresas dividiriam igualmente a responsabilidade.

comunicacionais (Godfrid, 2020) – orientadas à construção da base, do tabuleiro, do desastre que são denominadas aqui de estratégias na dimensão do “plano”.

No entanto, os acordos não contemplam todos os aspectos relacionados aos desastres – como os danos socioambientais e os danos individuais – nem conseguem dar conta de desarmar toda a crítica, dando, inclusive, base para a conformação de enunciados críticos voltados a esses próprios acordos. É nesse sentido que as empresas também operam estratégias e práticas no que se denomina aqui de dimensão das “linhas” e dos “pontos”. É isso que será observado nos próximos dois capítulos desta tese.

CAPÍTULO 3 - ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS QUE BUSCAM CONTORNAR A CRÍTICA QUE ESCAPA

Os acordos – como demonstrado no capítulo anterior – produzem uma forma de gestão dos desastres e são compreendidos, pelo ponto de vista das empresas, como mecanismos que conformam um campo, uma arena, no qual se busca produzir um tipo de crítica impotente. É o que foi indicado como uma estratégia de gestão da crítica na dimensão do “plano”.

A política da lama, isto é, as formas de gestão da crítica em contextos de desastres, também atua na dimensão das “linhas”, ou seja, sobre os aspectos críticos que escapam a essa estrutura maior dos acordos. Trata-se de uma estratégia empresarial que objetiva incidir sobre os campos nos quais ainda é possível produzir enunciados críticos. Como já apontado, os acordos estabelecem obrigações e papéis na reparação, principalmente no que diz respeito aos danos socioeconômicos difusos e coletivos. No entanto, há aspectos que não são completamente dimensionados — como a questão dos danos individuais, sobretudo para o caso do desastre da Vale, e ambientais — podendo vir a conformar riscos sociais, políticos e institucionais para as empresas. Contudo, os “grandes” acordos ou os aparatos de governança não são as únicas formas pelas quais as empresas têm buscado operar a política da lama.

Este capítulo parte da análise de dois elementos identificados como não completamente inseridos nos acordos tratados anteriormente, ou que permitem a conformação de tensionamentos, enunciados críticos e insegurança jurídica e política para as empresas. Esses dois elementos são: a atuação das assessorias técnicas independentes e a dimensão socioambiental, tratada neste capítulo a partir da questão dos recursos hídricos¹²².

¹²² Outros dois aspectos que envolvem questões não abarcadas plenamente pelos acordos dizem respeito ao debate relativo aos danos individuais e as indenizações, bem com as questões relacionadas à saúde. Esta tese não se detém sobre esses aspectos, no entanto, serão tratados de forma pontual e transversal o debate sobre as indenizações ao abordar algumas das práticas empresariais analisadas neste e no próximo capítulo.

3.1. ASSESSORIAS TÉCNICAS INDEPENDENTES E AS FORMAS DE CERCEAMENTO DE SUAS AÇÕES

Na perspectiva desta tese, a observação do papel das assessorias técnicas às populações atingidas por desastres é elemento importante para a compreensão das estratégias empresariais de gestão da crítica, uma vez que configuraram nos desastres de mineração em Minas Gerais um importante instrumento de garantia dos direitos e interesses das pessoas atingidas. Neste subcapítulo, serão observados alguns elementos relacionados à conformação das assessorias técnicas nos desastres de mineração, a partir de Minas Gerais, e buscar identificar as estratégias empresariais voltas a gerir essa “figura” crítica que poderia vir a conformar, ela própria, um risco social às empresas causadoras dos desastres.

O caso do rompimento da barragem de Fundão e seus efeitos na bacia do Rio Doce foi um marco para a atuação das Assessorias Técnicas em contexto de desastres envolvendo atividades relacionadas ao setor extrativo mineral. Isso ocorreu devido ao fato de que esse processo inaugura uma certa institucionalidade no que diz respeito à atuação dessas entidades não somente em Minas Gerais, mas também no Brasil.

Rezende e Fontes (2022) destacam a existência de outros casos anteriores de assessorias às comunidades atingidas por grandes projetos, financiadas já pelo causador do dano. Os autores sinalizam quatro casos anteriores em Minas Gerais: o da Pequena Central Hidrelétrica Fumaça, em que houve a contratação de um técnico agrícola para realização do projeto reassentamento; o relacionado a um rompimento de barragem de mineração da Bauminas Mineração, ocorrido em Muriaé (MG) em 2007, em que a assessoria atuou na efetivação das ações indenizatórias; o da Usina Hidrelétrica Barra do Braúna, nos municípios de Laranjal e Recreio, nas margens do Rio Pomba, em que a assessoria atuou na construção de projetos de reativação econômica para as comunidades; e, por fim, no caso da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, no Rio Doce, em que a comunidade faria a gestão de recursos para um Plano de Inclusão Produtiva.

No entanto, como apontam Asperti et al. (2022, p. 206),

o caso Rio Doce foi especialmente paradigmático no tocante ao estabelecimento em sede judicial da obrigação, para as poluidoras, de custeio da contratação de ATIs, com vistas à viabilização da participação direta dos

atingidos na elaboração do diagnóstico de danos e estabelecimento de medidas para sua reparação.

As Assessorias Técnicas Independentes passam a atuar, nesse caso, a partir de 2016, primeiramente em Mariana, com a Cáritas Regional e, posteriormente, em Barra Longa (MG), em 2017, com a AEDAS, e em Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce e Ponte Nova, também em Minas Gerais, em 2018, com o Centro Alternativo Rosa Fortini. Posteriormente, no fim de 2022 e começo de 2023, após decisão judicial, há o início da atuação das outras Assessorias na bacia do Rio Doce. No caso do desastre da Vale, o processo de escolha das ATIs se inicia a partir de 2019 para toda a bacia do Rio Paraopeba. As Assessorias, no entanto, só iniciam suas contratações em 2020, no contexto da pandemia, como será demonstrado mais adiante.

Maso (2024) vai indicar que as assessorias técnicas, na forma como passam a se estabelecer nos desastres de mineração, são uma proposta político-pedagógica que têm origens na experiência do MAB nas lutas das comunidades atingidas por hidrelétricas. Destaca, como exemplo, o acordo celebrado entre comunidades atingidas pela UHE de Itá, no Rio Grande do Sul, na década de 1990, em que as famílias tiveram direito à autoconstrução de suas casas, no processo de reassentamento e a assistência técnica rural. Asperti et al. (2022) sinalizam a experiência da Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (ADAI), que surge também no Rio Grande do Sul na década de 1990, na assistência à população atingida por barragens hidrelétricas.

Em Minas Gerais, há casos de assessorias vinculadas a outros conflitos envolvendo a mineração, a saber: em Conceição do Mato Dentro, com a atuação da Cáritas e do NACAB, a partir de 2019 em razão de um conflito com a Anglo American; em Itatiaiuçu, com atuação da AEDAS, em razão de um projeto da ArcelorMittal, também em 2019; e em Antônio Pereira, distrito de Ouro Preto, a partir do descomissionamento da barragem Doutor, da Vale, com atuação do Guaicuy, a partir do fim de 2022; e a Fundação Israel Pinheiro (FIP), a partir da descaracterização do Sistema Pontal da Vale, em Itabira. Esses processos todos estiveram relacionados, em alguma medida, à ocorrência dos desastres no Rio Doce e no Rio Paraopeba.

Uma questão importante relacionada à atuação das ATIs em casos envolvendo barragens de mineração diz respeito à previsão da garantia desse instrumento aos atingidos por barragens em duas leis. A primeira dessas leis é a Política Estadual dos

Atingidos por Barragens (PEAB) de 15 de janeiro de 2021. Nessa lei há o seguinte texto em referência às ATIs.

Art. 3º São direitos dos atingidos por barragens: [...]

VIII - direito a assessoria técnica independente, escolhida pelos atingidos por barragem e a ser custeada pelo empreendedor, para orientá-los no processo de reparação integral, nos termos de regulamento (Minas Gerais, 2021a).

A outra lei é a Política Nacional dos Atingidos por Barragens (PNAB), de 15 de dezembro de 2023, que indica o seguinte:

Art. 3º São direitos das PAB [Populações Atingidas por Barragens], consoante o pactuado no processo de participação informada e negociação do Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB) no caso concreto: [...]

V - assessoria técnica independente, de caráter multidisciplinar, escolhida pelas comunidades atingidas, a expensas do empreendedor e sem a sua interferência, com o objetivo de orientá-las no processo de participação (Brasil, 2023).

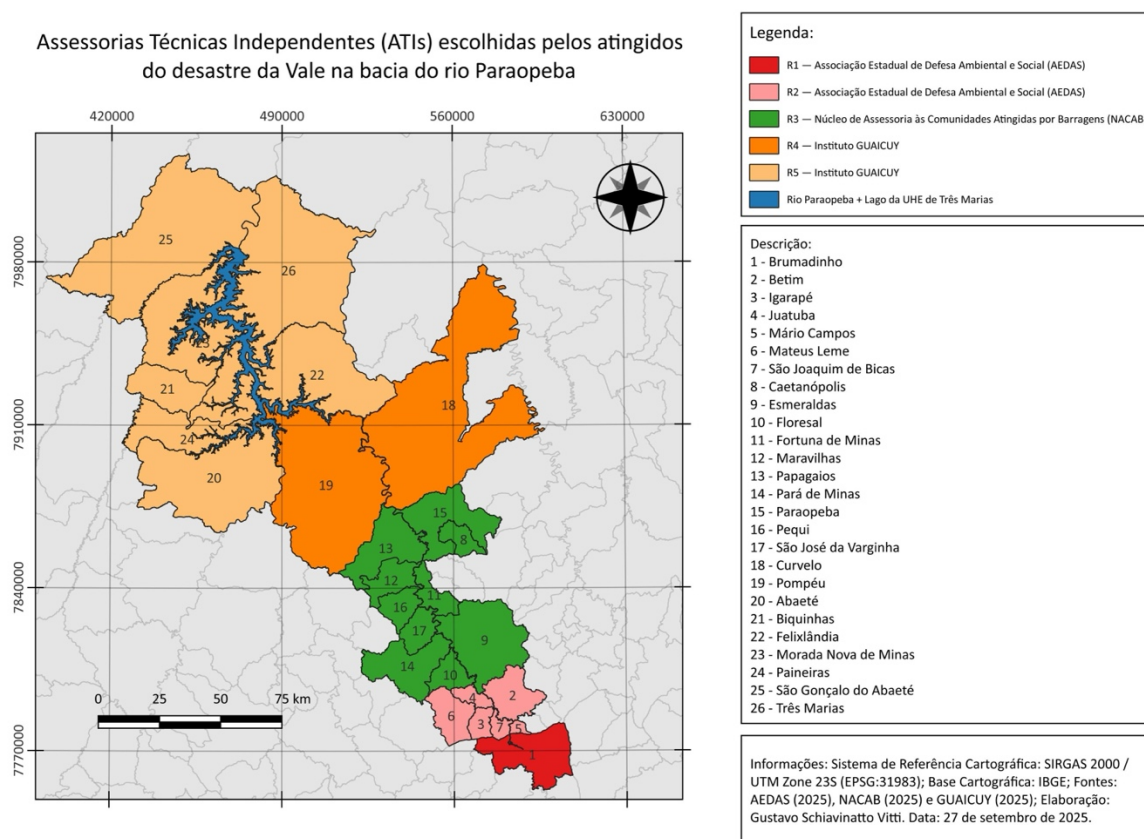
Essas leis determinam o direito à assessoria técnica independente custeada pela empresa às pessoas que venham a ser atingidas por barragens, definindo uma série de impactos que podem ser considerados para classificação das comunidades enquanto atingidas. No entanto, uma pauta que tem sido levantada pelos movimentos sociais e pelas pessoas atingidas é a regulamentação das Assessorias Técnicas, uma vez que não há nenhuma normativa que indique qual seria esse papel de “orientação”, quais funções e qual o escopo de atuação.

Esse é um elemento importante, pois vai vir a ser, como será demonstrado a partir do caso do desastre da Vale, um dos principais campos de atuação pela empresa. Desse modo, passa-se observar agora como as Assessorias começaram a ser compreendidas como um sujeito crítico no contexto do desastre – um “risco” a ser gerido – e como se estabeleceram estratégias empresariais frente a ele. Para isso, será discutido mais detidamente o caso das ATIs na bacia do Rio Paraopeba – em razão da maior aproximação com essas entidades ao longo da pesquisa, trazendo também alguns elementos pontuais sobre o caso do Rio Doce.

No ano de 2019 se inicia o processo de escolha das Assessorias Técnicas independentes ao longo do território atingido pelo rompimento da barragem de Córrego do Feijão, a partir de um termo de referência realizado pelas instituições de

justiça. O território atingido foi dividido no AJRI em cinco grandes regiões, conforme representado no mapa a seguir (Figura 8). Essa divisão de regiões orientava diversas questões relacionadas ao Acordo, dentre elas as áreas de atuação das ATIs. Merece destaque a atuação de uma outra assessoria, no caso voltada especificamente à população indígena dos povos Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe, localizada às margens do Rio Paraopeba no município de São Joaquim de Bicas (MG), que ocupava o então território da aldeia Naô Xohã. Essa ATI foi implementada por meio de um Termo de Ajuste Preliminar Emergencial (TAP-E Pataxó), portanto, extrajudicial, assinado em 05 de abril de 2019. A assessoria escolhida, o INSEA, só começaria a atuar em fevereiro de 2021, depois de uma série de impeditivos colocados pela Vale.

Figura 8 – Mapa das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) escolhidas pelos atingidos do desastre da Vale na bacia do Rio Paraopeba.



A atuação das ATIs no caso Paraopeba entra em debate já em fevereiro de 2019, por meio de assinatura de um Termo de Ajuste Preliminar em 06 do referido mês, homologado em 20 de fevereiro 2019, por meio de um acordo entre Vale e

instituições de justiça¹²³. Importante destacar que a discussão sobre o papel das ATIs se dá na 2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte (sob processo nº5010709-36.2019.8.13.0024).

Nesse Termo é que são acordados o pagamento de auxílio emergencial às pessoas atingidas e é definida a atuação das ATIs na bacia. Na audiência de 20 de fevereiro, logo após a assinatura, a Vale já requeria que a escolha das ATIs incluísse “prazo para finalização dos trabalhos e custos final de contratação” e já demandava também que constasse “que as partes atingidas podem atuar para solucionar individualmente qualquer interesse individual atingido independente desta ação” (Termo de audiência, 20 de fevereiro de 2019). O que já sinaliza duas preocupações centrais da empresa em todo o processo pós-rompimento: o prazo, escopo e valor das ATIs, além da preocupação com a questão da abordagem coletiva dos danos individuais.

Essa questão da resolução coletiva dos danos individuais tem sido uma pauta recorrente nas ações das empresas nos casos dos desastres. Essa ação se dá desde as tentativas de cercear a produção de estudos e de uma matriz dos danos por parte das ATIs, como por buscar defender, dentro do processo judicial, que os danos individuais devem ser negociados individualmente, seja por meio de ações judiciais, ou por meio da via extrajudicial, como no caso TC assinado entre Vale e DPMG, que foi apresentado no capítulo anterior¹²⁴.

O Termo de Ajuste Preliminar assinado em 06 de fevereiro garantiu o direito às Assessorias e foi efetivado por meio de Termo de Referência (TR)¹²⁵, publicado em abril de 2019, que previu as regras do chamamento público e indicou os seguintes objetivos para as ATIs:

visa, de forma multidisciplinar, garantir o direito à informação, inclusive técnica, às pessoas atingidas, em linguagem adequada às características

¹²³ Importante destacar que o juiz nessa audiência de 20 de fevereiro indicou que “os parâmetros da escolha da entidade seguirá (*sic*) requisitos e critérios definidos no termo aditivo firmado em 11/1/2017 ao termo de ajustamento preliminar, referente ao processo federal sobre as reparações do processo envolvendo o acontecimento do Rio Doce” (Termo de audiência, 20 de fevereiro de 2019). O que se relaciona a abordagem dos dois desastres nesta tese em compreendê-los a partir de um *continuum*, observando as influências das decisões de um caso em outro.

¹²⁴ Esse debate inclusive tem sido uma das questões que tem permeado o processo judicial no caso do Rio Paraopeba nos anos de 2024 e 2025.

¹²⁵ Disponível em:

<https://www.mpmg.mp.br/data/files/90/61/07/24/F844A7109CEB34A7760849A8/Termo%20de%20Referencia.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2025.

socioculturais e locais, bem como possibilitar a participação informada nos processos de reparação integral dos danos decorrentes do Rompimento (TR ATIs Paraopeba, 2019).

No TR já era sinalizada também a independência das ATIs, apontando que estas estariam vinculadas apenas às “demandas e necessidades das pessoas, famílias e comunidades atingidas” (Termo de Referência ATIs, 2019). Como apresentado, o território atingido na bacia do Paraopeba foi dividido em cinco áreas ou regiões de atuação para as ATIs. Quanto ao escopo de atuação, o Edital de Chamamento de abril de 2019 dizia o seguinte:

A) Identificação e caracterização de indivíduos ou grupos populacionais que tiveram sua renda, meios de subsistência, e/ou modo de vida comprometidos, ou que tenham sofrido ou venham a sofrer qualquer tipo de dano por fatos decorrentes do **Rompimento**;

B) Viabilização de assessoria técnica multidisciplinar capaz de atender adequadamente às comunidades atingidas de acordo com a extensão, intensidade e especificidades dos danos sofridos pelas mesmas e observadas as situações de vulnerabilidade social;

C) Apoio técnico e organizacional às comunidades atingidas visando sua participação informada na concepção, formulação, execução, acompanhamento e avaliação de eventuais planos, programas, projetos e ações relacionados à reparação integral dos danos decorrentes do **Rompimento** (Edital de chamamento Público, 2019).

A Vale se manifestou frente ao TR indicando a necessidade de mudanças. Uma delas dizia respeito ao fato que o TR apontava que entidade deveria ter “Independência técnica, financeira e institucional em relação à Vale, não podendo ter com ela contratado, no Brasil ou no exterior, conjunta ou individualmente” (Termo de Referência ATIs, 2019). A empresa, por sua vez, buscou indicar um limite temporal de três anos para essa limitação. Sinalizou também que o seguinte texto deveria ser incluído no TR: “as entidades interessadas não podem **possuir viés político ou religioso**, garantindo a imparcialidade dos trabalhos desenvolvidos” (Vale, manifestação nos autos, 28 de março de 2019). Entende-se aqui que, por um lado, a Vale buscava possibilitar que participem do processo de escolha das ATIs organizações que já tivessem feito parte de seu “cinturão-corporativo” e, por outro lado, buscava excluir entidades vinculadas aos movimentos sociais ou mesmo à igreja, como no caso da Cáritas, que já havia atuado em Mariana, e trata-se de organização vinculada à igreja católica e à Confederação Nacional dos Bispos do

Brasil (CNBB), ou da AEDAS, que possui um histórico de atuação vinculado aos movimentos sociais.

Importante destacar que essa tentativa realizada pela Vale, de retirar o viés político das Assessorias, também ocorreu no caso do Rio Doce. O juiz do caso Samarco, da 12ª vara, na homologação dos acordos que discorriam sobre a atuação das Assessoriais (Termo Aditivo ao TAP e TAC-Gov) determinou que “se é verdade que as assessorias técnicas devem ser independentes em relação às Empresas (Cláusula 7.3, alínea “b”), o mesmo deve ocorrer em relação a agremiações partidárias, ONGs e movimentos sociais/religioso”, vedando assim, que fossem contratadas Assessorias que tivesse qualquer vínculo de subordinação a esses grupos (Brasil, 2018). A respeito dessa decisão, Souza e Carneiro (2018, p. 60) indicam que:

ao proibir a contratação de pessoas ligadas a agremiações partidárias, ONGs e movimentos sociais/religiosos, a decisão não apenas contraria o que foi acordado pelas partes no próprio Termo Aditivo, e que foram anteriormente enaltecidos pelo magistrado, como não encontra amparo legal e constitui ofensa à Constituição. Ao impedir que membros de agremiações partidárias, ONGs, movimentos sociais e religiosos integrem as equipes de assessoria técnica às pessoas atingidas, a decisão homologatória fere direitos constitucionais fundamentais.

A Vale, nessa mesma manifestação indicada anteriormente, também sinalizou questões frente aos critérios das instituições de justiça para a divisão da bacia em cinco regiões, e a delimitação de municípios futuramente atingidos. Sugeriu, assim, modificações no texto apontando que esse deveria indicar que esses municípios só deveriam ser incluídos se “reconhecidos, técnica e oficialmente” e a que a incorporação desses municípios, ou criação de uma nova região, deveria ser feita em “consenso com a Vale” e não apenas pelas instituições de justiça. Dessa forma, a empresa buscou operar mecanismos espaciais de classificação das áreas que deveriam ou não ser reconhecidas como atingidas.

A empresa também se manifestou sobre a necessidade de fixação do escopo de atuação já na contratação (o que adentrou no edital, como é possível observar anteriormente). Uma questão também importante diz respeito ao fato de que no TR estava indicado que “as comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais terão direito à formação de suas próprias comissões de pessoas atingidas” (Termo de Referência ATIs, 2019), e a Vale enfatizou que o número de assessorias deveria ser

consensuado entre as partes. A empresa buscou, ainda, que já fosse indicado no TR a questão relacionada à atuação de uma Auditoria por ela contratada. Essas manifestações sinalizavam uma tentativa de ingerência sobre o processo de atuação das ATIs no caso, como em seu escopo, processo de escolha, abrangência e controle dos planos de trabalho.

A escolha das ATIs, nos territórios atingidos, se deu ao longo do ano de 2019. A primeira entidade escolhida foi a AEDAS (homologada em 18 de junho de 2019) e, posteriormente, o NACAB (homologado em 08 de julho de 2019) e o Guaicuy (homologado em 24 de setembro de 2019). A escolha das entidades envolveu, segundo relatos nas entrevistas, algumas polêmicas e conflitos nos territórios, decorrente das ações da Vale que já buscava atuar, nesse momento, frente às comissões de atingidos, com a busca de indução de comissões próprias. Esses elementos foram sinalizados principalmente por Luiz, coordenador de participação social Guaicuy (entrevista em junho 2023) e por Paula, atingida de Piedade do Paraopeba, em Brumadinho, e representante do Paraopeba Participa, uma organização de atingidos da bacia¹²⁶ (entrevista em agosto de 2022).

O processo de escolhas das ATIs vai culminar na assinatura do Termo de Compromisso, em fevereiro de 2020, entre as Assessorias escolhidas e as instituições de justiça. Algo a se destacar nesse termo de compromisso é a inclusão de um quarto ponto ao escopo de atuação das assessorias que é a: “Elaboração de diagnósticos e pareceres técnicos buscando a identificação dos danos, com vistas à reparação integral das pessoas atingidas” (Termo de Compromisso ATIs, 2020). Nesse sentido, o termo indicava a possibilidade de as Assessorias atuarem também na realização de diagnósticos e estudos de identificação dos danos.

A partir disso, a Vale passou a questionar, dentro do processo judicial, elementos relacionados à atuação das ATIs. Como aponta Marcos, um dos responsáveis pelo jurídico de reparação ambiental do Guaicuy,

a Vale não se opôs a criação das ATI, só que ela entrou com agravo no TJ [Tribunal de Justiça] [...] questionando somente os estudos técnicos das ATIs “não sou contra ATI, mas ATI não deve fazer estudos técnicos, já tem o perito

¹²⁶ O Paraopeba Participa é uma articulação das pessoas e grupos atingidos de todas as regiões atingidas pelo desastre da Vale na bacia do Rio Paraopeba. O grupo busca estabelecer um papel de denúncia das violações de direitos e de cobrança às instituições de justiça sobre maior participação nas discussões sobre o processo de reparação.

do juiz [...], já tem outros órgãos, a Aecom”, a Vale tava alegando sobreposição de funções (Marcos, Guaicuy, agosto de 2023).

Como será apresentado posteriormente, a Vale apresentou agravo de instrumento a decisões do juiz (22 de maio de 2020). Ao divulgar os antecedentes desse recurso, em relação a escolha das Assessorias, a empresa indica:

A VALE, é importante destacar, não se opôs a nenhuma dessas escolhas. Apresentados os Planos de Trabalho das referidas empresas, no entanto, chamou a atenção da agravante questões conceituais muitíssimo relevantes, porquanto prejudiciais ao desenvolvimento dos trabalhos pretendidos: **(a) absoluta inadequação de prazos, (b) fuga ao escopo das atividades atribuídas às entidades, (c) desproporção no dimensionamento das atividades e (d) orçamento inadequado, manifestamente exorbitante à luz das ações que serão desenvolvidas** (docs. 17/21). A VALE, então, apresentou fundamentadas impugnações aos referidos planos, readequação (Vale, agravo de instrumento, 22 de maio de 2020, grifo nosso).

Em audiência de 05 de março de 2020, o Juiz também sinaliza, a partir de relato do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), que a Vale apresentou diversas resistências à aprovação dos planos de trabalho das Assessorias, com destaque para o da AEDAS, que foi o primeiro a ser discutido¹²⁷. A centralidade das tentativas da Vale de modificar o plano de trabalho das Assessorias estava na questão do escopo de atuação que, segundo a empresa, estava fugindo do que deveria ser a finalidade das Assessorias e estava se sobrepondo ao trabalho a ser desenvolvido pela perícia do Juiz, realizada pela Comitê Técnico-Científico (CTC) da UFMG¹²⁸.

A Vale defendia a supressão dessas atividades no plano de trabalho e que apenas uma entidade deveria ser “responsável pela realização de levantamentos, monitoramentos, estudos e análises”; apontava também que as Assessorias deveriam “concentrar suas atividades na **mobilização no provimento da participação informada, suprimindo de suas atribuições contratações de consultorias técnicas especializadas**” (Termo de audiência, 05 de março de 2020, grifo nosso).

¹²⁷ Como aponta um Procurador em entrevista realizada pela agência Brasil em fevereiro de 2020, esse processo também estava ocorrendo no Doce e estava na origem do impedimento das assessorias: “Estamos tendo uma dificuldade imensa para a contratação das assessorias técnicas para os 18 outros territórios da bacia do Rio Doce. **As mineradoras estão tentando desidratar as propostas de assessorias técnicas.** E a situação se repete em Brumadinho. Na cidade de Brumadinho, a assessoria técnica foi escolhida em agosto. Até hoje, nós não conseguimos a contratação da escolhida” (RODRIGUES, 2020).

¹²⁸ Como sinalizamos no capítulo anterior a UFMG, por meio de um Comitê Técnico-Científico (CTC), atuou no caso como perito para auxiliar o juiz nas decisões relacionadas ao caso do Paraopeba (MG).

A Vale já indicava também, nesse momento, questões relativas ao prazo, que deveria ser de apenas 24 meses, e sugeria a necessidade de redução do número de técnicos e da infraestrutura da proposta. Como apontado pelo representante do Guaicuy, ainda que a empresa não tenha se colocado contrária, *a priori*, à atuação das Assessorias, fica claro o interesse em diminuir a sua capacidade de atuação na identificação dos danos e na produção de estudos, a partir da realidade das comunidades atingidas. Essa ação vai, como aponta, Marcos, Guaicuy, na centralidade do que era o papel inicial da Assessoria, de garantir paridade de armas, dada a discrepância entre uma empresa – que poderia dispor de recursos para inúmeros estudos, e se contrapor, por exemplo, à identificação dos danos levantadas pela perícia do juiz – e as comunidades, representadas pelas instituições de justiça, que não contam com tais recursos e condições técnicas.

As manifestações e teses da Vale não encontraram ressonância nas decisões judiciais. Na audiência de 05 de março de 2020, o juiz destacou o papel de produção de provas pelas partes e indicou que o escopo de atuação das ATIs deveria incluir a produção de estudos para embasar as instituições de justiça, partes do processo. A atuação das Assessorias teria papel, portanto, em colaborar com a perícia do Juiz – assim como os estudos da Vale poderiam – de forma a resolver possíveis controvérsias.

A interferência no trabalho das assessorias, poderia fazer surgir contraposição desnecessária desde Juiz, inadequada juridicamente, de modo que o trabalho das assessorias, e consequentemente peticionamento desse trabalho nos autos do processo pelos profissionais aptos a atuar em juízo, deve ficar restrito apenas e tão somente à decisão saneadora dos autos. Notadamente no caso das assessorias, esse trabalho consiste na **cooperação, assistência e auxílio para as partes autoras e pesquisas da UFMG**, de modo que a pesquisa determinada pelo Juízo descreva completa e pormenorizadamente a **identificação e extensão de todos os danos** decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos de minério do Córrego do feijão (Termo de audiência, 05 de março de 2020, grifos nossos).

Após essa audiência, a Vale seguiu com os questionamentos, entrando com embargos declaração às decisões do Juiz, focando no prazo de atuação das ATIs, no cronograma, na metodologia de pagamentos e nos valores a serem repassados. Isso ocorreu porque o Juiz, em 05 de março, havia decidido o pagamento de R\$ 8 milhões

por mês para as três Assessorias (cinco regiões), e a Vale apontava, partindo de um dos planos de trabalho apresentados, que o valor deveria ser de R\$ 6,6 milhões¹²⁹.

Esses embargos de declaração não foram acolhidos pelo Juiz. Em seguida, a Vale apresenta agravo ao Tribunal de Justiça (22 de maio de 2020) e, posteriormente, um agravo interno à Câmara do Tribunal (6 de julho de 2020), reafirmando os pontos questionados até então. Sobre a questão do prazo, a empresa usa o argumento que prorrogação para além de 24 meses poderia implicar em demora no processo de reparação e se utiliza do exemplo do Rio Doce:

Experiências pretéritas – como é o caso do rompimento da barragem de Fundão – revelam que **a demora na conclusão dos trabalhos das assessorias técnicas é contraproducente e gera dúvidas, dentro da própria comunidade, quanto aos resultados apresentados.** Mais do que isso, a entrega tardia de resultados **gera tensões sociais dentro do território**, acentuando as vulnerabilidades da comunidade - ou seja, tudo o que se pretende evitar por meio da assessoria técnica (Vale, agravo de instrumento, 22 de maio de 2020, grifos nossos).

O uso do caso do Rio Doce é problemático, como destacaram alguns dos interlocutores da pesquisa e como é possível observar durante os espaços de debate ao longo de 2022 e 2023, uma vez que a maior parte das Assessorias não iniciaram o trabalho até o ano de 2022, em razão de oposições das próprias empresas causadoras do dano. Essa questão, inclusive, está no texto da decisão que criou o Eixo Prioritário 10, que tratou da contratação das ATIs no Rio Doce, em janeiro de 2020.

O tema da contratação das Assessorias Técnicas aos atingidos, **direito já reconhecido e autorizado por este juízo**, reveste-se da mais alta importância no desenvolvimento e progresso das ações e programas de reparação estabelecidos no âmbito do desastre da Samarco/Vale/BHP. Extrai-se, no entanto, que **as partes divergem substancialmente quanto ao escopo, prazo e finalidade** das Assessorias Técnicas, razão pela qual coube a este juízo impulsionar judicialmente o tema, a fim de que esta questão seja definitivamente equacionada (Decisão, Eixo nº 10 Rio doce, janeiro de 2020, grifos nossos).

¹²⁹ A respeito dos valores, a resposta do juiz indicava o seguinte: “não é possível limitar previamente os gastos das assessorias técnicas das partes autoras como quer a Vale S.A.. Os custos dessa atuação **devem ser suportados pela Vale S. A.** pois o direito ambiental é regido por princípios autônomos, previstos na Constituição Federal (art. 225 e parágrafos) e legislação específica, entre os quais cabe mencionar **o princípio do poluidor-pagador e a responsabilidade objetiva do causador do dano ao meio ambiente**, expressamente prevista nos arts. 3º, IV, e 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981” (Termo de audiência, 23 de março de 2020, grifos nossos).

Além disso, a defesa de um prazo mais curto de atuação das Assessorias, utilizando-se do argumento de que isso vai ao encontro dos interesses das comunidades atingidas, não parece encontrar base na realidade. Consideremos, que em 2025, mais de quatro anos após a assinatura do AJRI, parte significativa do processo de reparação não havia chegado a ser implementado e mesmo a extensão e a qualidade dos danos provocados ainda não era totalmente conhecida.

O uso do caso do Rio Doce pela Vale faz eco às decisões judiciais tomadas pelo Juiz da 12ª Vara Federal, no escopo do Eixo Prioritário 10. Julião (2023) aponta que o Juiz colocou restrições ao papel das ATIs, considerando que 24 meses seria tempo suficiente – o mesmo tempo defendido pela Vale no Paraopeba, com prorrogação possível por mais 12 meses. Os argumentos da Vale no caso Paraopeba refletem os apontados pelo Juiz da causa no Rio Doce em 2021.

A eternização das assessorias técnicas atende apenas a elas próprias, e não os atingidos que anseiam por respostas céleres e efetivas. A previsão de prazos alongados (sem perspectiva de fim) constitui fator de desestímulo à eficiência, à celeridade e, sobretudo, à efetividade do processo de reparação no curto e médio prazo.

A atuação das Assessorias Técnicas deve ser desenvolvida em lapso temporal adequado, previamente definido, existindo pelo prazo necessário para cumprimento de suas atribuições.

[...]

As Assessorias Técnicas não podem servir como instrumento de eternização do conflito, que somente beneficia a elas próprias. Considerando-se essas premissas, tenho que o prazo inicial sugerido pelas ATIs (36 meses), com possibilidade de prorrogações ilimitadas, não atende aos anseios de efetividade do processo e constitui fator de desestímulo à celeridade do processo de reparação (Decisão, Eixo Prioritário nº10 apud JULIÃO, 2023, p.63, grifos nossos)¹³⁰.

¹³⁰ A justificativa da decisão estava centrada de que a realidade do processo de reparação em 2021 era diferente do momento quando foram aventadas as Assessorias. “Ademais, cabe anotar que a situação do processo de reparação decorridos 06 anos do Desastre é completamente distinta daquela pensada inicialmente no ano de 2016 e 2017, sobretudo porque inúmeros programas – em andamento ou já finalizados – já cumpriram (em suas medidas) o objetivo da reparação. O próprio tema das indenizações individuais das vítimas já está sendo devidamente equacionado pelo Sistema Indenizatório Simplificado em que mais de 40 mil pessoas foram integralmente indenizadas, o que comprova, inclusive, a total ausência de correlação lógica entre a “alegada” necessidade de existência da ATI e a obtenção de indenização” (Decisão, Eixo Prioritário nº10 apud JULIÃO, 2023, p.63). Destaca-se que no Rio Doce parte dos problemas sinalizados insere-se na questão do Sistema Novel, sistema alternativo de indenização adotado, que implicou na contratação de advogados particulares, criação de comissões, bem como renúncia ao auxílio emergencial e quitação geral perante as empresas, sem, no entanto, os estudos de danos estarem concluídos (Asperti et al., 2022).

Como já destacado, tanto no Rio Doce quanto no Paraopeba, o escopo e a função das Assessorias eram uma preocupação para as empresas. A Vale buscando, mais uma vez, restringir o escopo das ATIs no Paraopeba, indica sobreposição às atividades já realizadas e que deveria haver redução do escopo e, conseqüentemente, do tempo e orçamento.

Diante da inequívoca identidade entre os trabalhos propostos pela AEDAS, NACAB e Instituto Guaicuy e as atividades que competem à UFMG, revela-se necessária a **supressão dessas rubricas dos planos de trabalho, mediante reconhecimento de que as atividades da assessoria técnica não podem se sobrepor à perícia judicial.**

A assessoria técnica às comunidades atingidas tem a finalidade de **auxiliar a população no exercício dos seus direitos, através da interpretação e explanação das informações e dados referentes aos processos de reparação**, a fim de que cada atingido conheça os seus direitos e prerrogativas e os exerça de maneira informada e autônoma. A atividade é instruída pelas noções de igualdade no acesso das discussões processuais, de modo a evitar eventuais desentendimentos quanto às vicissitudes do processo de reparação

Faz-se necessário, diante disso, delimitar **o papel das assessorias técnicas àquelas questões que decorrem da natureza dos serviços prestados - democratização do processo decisório nas medidas de reparação -**, sem qualquer confusão em relação ao escopo de atuação de um assistente técnico ou perito do juízo -para os quais, inclusive, há dispositivos de lei muitíssimo específicos, que estabelecem o racional de custos e beneficiários da atuação.

Confia-se, portanto, em que será reformada a r. decisão agravada, **reconhecendo-se que se deve concentrar as atividades da assessoria técnica da AEDAS, NACAB e Instituto Guaicuy na mobilização e provimento da participação informada, suprimindo das suas atribuições a contratação de Consultorias Técnicas especializadas**, que são similares às iniciativas previstas pela UFMG, ou estão dentro do seu escopo. **Essa alteração, inelutavelmente, levará à alteração do dimensionamento das propostas de trabalho das assessorias, tanto em relação ao tempo, quanto em relação à extensão das pretendidas contratações e respectivo orçamento** (Vale, agravo de instrumento, 22 de maio de 2020, grifos nossos).

A Vale questionou, inclusive, diversos elementos do plano de trabalho de cada uma das ATIs, inserindo uma lista das atividades no agravo que deveriam ser suprimidas, por não estarem, segundo a empresa, contempladas no papel de uma assessoria. Dentre essas atividades, a maior parte estava relacionada à levantamentos de danos, diagnósticos sociais, ambientais, fundiários, culturais e econômicos¹³¹. A empresa questionava também a capacidade técnica das Assessorias, já buscando deslegitimar os estudos por elas realizados.

¹³¹ A lista das atividades levantadas pela empresa está nas páginas 15 a 18 do agravo.

Põe-se em xeque, também, a **certeza quanto aos dados a serem eventualmente repassados pelas assessorias, uma vez que não serão produzidos por empresas creditadas do tema**. A quem interessa essa estratégia? A ninguém, pois nada vale a sobreposição de informação diante de assuntos de tamanha delicadeza (Vale, agravo de instrumento, 22 de maio de 2020, grifos nossos).

No tocante às atividades, a Vale sinalizava que as Assessorias deveriam apresentar prestação de contas à empresa e que fosse determinado “também, a apresentação da lista de presentes e devida comprovação de autenticidade, referente a cada um desses eventos [seminários] a serem realizados” (Vale, agravo de instrumento, 06 de julho de 2020). No agravo de 22 de maio, a empresa apresentou uma proposta de um escopo maior dos relatórios:

Esses relatórios mensais deverão conter os resultados finais e parciais do plano de trabalho, de forma detalhada, em que constem as conclusões encontradas, assim como **fotos, relatos, lista de presença** nos seminários e reuniões - sem prejuízo de outros documentos que, no decorrer da entrega dos trabalhos, se revelem necessários para o entendimento acerca da sua evolução (Vale, agravo de instrumento, 22 de maio de 2020, grifos nossos).

A apresentação desses produtos poderia indicar para a empresa como estaria se dando a relação entre os atingidos e as Assessorias, possibilitando formas de identificação e mapeamento e posicionamentos críticos. Outro ponto de discussão era a respeito da auditoria das atividades das ATIs. Desde a audiência de 05 de março, foi indicada a contratação da Ernst & Young para realização dessa função, à custa da Vale. No entanto, o Juiz sinalizou também a contratação de uma outra entidade que faria o trabalho de coordenadora das ações das Assessorias, que viria a ser denominada de Coordenação de Acompanhamento Metodológico e Finalístico (CAMF)¹³². A Vale discordava que outra entidade fizesse esse papel e defendia que a “nomeação de uma única empresa, por outro lado, cria maior segurança em relação à auditoria realizada, o que se dá em benefício da celeridade do processo de assessoria técnica e, conseqüentemente, do interesse de todos os impactados” (Vale, agravo de instrumento, 22 de maio de 2020).

Esse ponto sobre o acompanhamento das atividades das Assessorias foi apontado com crítica por representante da área de participação social do Guaicuy.

¹³² Até julho de 2022 a entidade que atuou nessa função foi a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), sendo substituída pelo LATACI Research Institute (LRI), que passou a se chamar Instituto GPACC - Desenvolvimento em Gestão, Pesquisa, Aperfeiçoamento Contínuo e Controle.

As ATIS estavam amarradas por uma auditoria externa, que é um dos maiores escritórios de advocacia do mundo, a Ernest Young. Uma auditoria que tem uma empresa que tem contratos com a Vale, fazendo auditoria finalística sabendo onde as ATIS estão, em cada lugar do território, quantas reuniões fizeram, o que falaram [...] a única coisa que a gente conseguia segurar eram os nomes, que eram dados sigiloso [...] agora dizer o tema da reunião, quando a reunião aconteceu e o lugar a gente tinha que colocar (Luiz, Guaicuy, junho de 2023).

Após a interposição dos agravos, o Tribunal de Justiça decidiu pela rejeição aos recursos em 22 de outubro de 2020. A decisão desse órgão indicou a manutenção do escopo das ATIs em realizar estudos e diagnósticos de danos, partindo do entendimento que não havia sobreposição de funções, mas sim:

[...] uma relação de complementação e contraposição, visto que o trabalho das **assessorias busca reduzir a assimetria técnica entre a empresa causadora do dano e os atingidos**, de forma a assegurar a ampla defesa processual das vítimas do rompimento da Barragem (Minas Gerais, acórdão, 22 de outubro de 2020, grifos nossos).

Como aponta Marcos, do Instituto Guaicuy, a Vale perdeu judicialmente o debate sobre o escopo das Assessorias Técnicas. “Ela perde esse debate no TJ, o TJ entende que as ATIs podem fazer estudos ambientais”. No entanto, indica que outros mecanismos são operados de forma a buscar cercear a realizações desses estudos pelas assessorias: “a gente começa a receber restrições de forma indireta”, “aos pouquinhos, aos pouquinhos a Vale conseguiu encapsular essa questão, que ela queria desde 2019, que é que as ATIs não fizessem estudos técnicos” (Marcos, Guaicuy, agosto de 2023).

Nesse período de 2020, vinham sendo realizadas negociações por meio de audiências de conciliação no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC da 2ª Vara da Fazenda Pública. Essas audiências, que culminaram na assinatura do Acordo Judicial de Reparação Integral (AJRI), em 4 de fevereiro de 2021, se inserem, como indicado no capítulo anterior, no contexto mais amplo de resolução negociada de conflitos. Nesse momento, é interessante aqui observar a questão relativa ao acordo que diz respeito às Assessorias Técnicas. O papel das Assessorias é desconsiderado na maior parte dos anexos do acordo, sendo abordado apenas no anexo I.1.

O detalhamento, monitoramento e fiscalização dos Projetos indicados no Anexo I.1, obrigação de pagar da Vale, **serão realizados mediante participação das comunidades atingidas em cada território, as quais definirão os projetos de seu interesse, com apoio das Assessorias Técnicas Independentes** (Minas Gerais, 2021c, grifos nossos).

O acordo põe fim a diversos pedidos vinculados às ações civis públicas que estavam contempladas em seu texto. Dentre esses pedidos, quatorze ao menos diziam respeito à atuação das ATIs, seja tratando de seu escopo, de seus planos de trabalho, do envio pela empresa de relatórios às ATIs, seja das obrigações de repasse da Vale para as Assessorias etc. A partir disso, a questão dos planos de trabalho das ATIs, que já vinham sendo questionados, se agrava. Em princípio, o acordo efetivava os preceitos que a Vale vinha defendendo desde 2019: que as ATIs não deviam fazer estudos e diagnósticos. Como aponta Marcos, Guaicuy: “a gente começa a receber restrições de forma indireta, por exemplo, no acordo **eles não colocam nada de incidência dos atingidos ou das ATIs dentro das questões ambientais**”. Para Marcos isso sinaliza:

como essa questão científica e técnica foi o ponto chave da Vale. Ela tentou, **fez de tudo para restringir o elemento técnico das ATIs** e conseguiu, ela conseguiu. Atualmente a gente nem consegue defender essa pauta, os atingidos nem sabem disso. Outro dia eu vi os atingidos redefendendo a incidência das ATIs no plano de reparação socioambiental, mal sabem eles que nosso (inaudível) ambiental nem existe mais (Marcos, Guaicuy, agosto de 2023).

O acordo não apenas implicou em modificações das ações das Assessorias, como também da própria perícia do Juiz, realizada pelo CTC da UFMG. Segundo o AJRI, diversas das chamadas e projetos vinculados ao CTC/UFMG, voltados ao estudo de risco a saúde humana, foram aglutinadas em apenas uma. Assim, a perícia não faria mais essas análises, apenas o acompanhamento do Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE), que ficou sob responsabilidade de duas empresas contratadas pela Vale, o Grupo EPA¹³³ e a Tecnohidro – que inclusive prestou serviços para a Fundação Renova e teve seus estudos contestados pelo CIF. A respeito do trabalho do CTC/UFMG, foram mantidas apenas as chamadas das perícias vinculadas aos danos individuais e danos individuais homogêneos. As

¹³³ A partir da decisão das compromitentes (Governo de Minas Gerais e instituições de justiça), foi contratada uma nova empresa para a realização do ERSHRE em 2025. Isso deveu-se ao atraso da entrega dos estudos por parte do Grupo EPA, uma vez que o cronograma original previa que a Fase 4 dos Estudos fosse concluída em 2024, mas até 2025 não havia ocorrido a conclusão da Fase 1. A nova empresa responsável é a *Environmental Resources Management* (ERM) Brasil LTDA (Guaicuy, 2025).

demaís chamadas, sobretudo vinculadas aos danos socioeconômicos coletivos, foram encerradas.

Isso deveu-se ao fato, como indicado no capítulo anterior, de que os únicos pontos em que os valores não foram pré-definidos pelo AJRI foram: o Programa de Reparação Socioambiental, a ser elaborado pela empresa Arcadis (anexo II) e a questão dos danos individuais. Como aponta Luiz, do Guaicuy:

são as duas coisas que a Vale quer fugir do processo: de **ter que tirar dinheiro para os danos ambientais**, porque não tá previsto no acordo; e **ela quer fugir da matriz de danos**, que na hora que você for para execução da matriz ela também não sabe o limite, **ela não tem previsibilidade, e tudo o que ela quis no acordo foi previsibilidade** (Luiz, Guaicuy, junho de 2023).

Um debate interessante sobre essas chamadas foi a tentativa da Vale em exigir que os resultados dos estudos da UFMG fossem mantidos sob sigilo, isto é, não divulgados. Após uma decisão do Juiz indicando que esses estudos deveriam ser tornados públicos, a Vale, por meio de embargos de declaração, buscou questionar a decisão.

Nada disso, contudo, observou a r. decisão embargada ao aceitar relatórios finais apresentados nas referidas Chamadas, e inclusive retirar o sigilo deles, “tornando os documentos públicos”, o que também impõe a oposição destes embargos declaratórios. Afinal, no ponto, a r. decisão embargada se omitiu quanto ao fato de que **nenhuma dessas Chamadas existe mais, de modo que nada justifica a juntada desses documentos nos autos, e a retirada do sigilo deles, que não terão qualquer valor jurídico ou probatório para o processo de cujos pedidos já foram extintos** (Vale, embargos de declaração, 16 de agosto de 2022).

O interesse em manter os resultados das pesquisas do CTC/UFMG em sigilo parece buscar evitar qualquer tipo de controvérsia e oposição que esses estudos poderiam ter em relação àqueles estudos realizados no escopo do Plano de Reparação Socioambiental (PRSA) elaborado pela empresa. Como aponta Kirsch (2014, p. 132, tradução nossa):

A estratégia de adquirir toda a experiência disponível, impor acordos de confidencialidade e limitar o acesso de acadêmicos independentes a dados básicos tornou-se uma prática corporativa padrão, como ilustrado mais recentemente pela gestão da British Petroleum no seu derrame de petróleo no Golfo do México.

Essas questões encontram reverberação nas práticas da Vale, da Samarco e da Fundação Renova no processo de gestão dos desastres em Minas Gerais. Sobre a reparação socioambiental, é pertinente destacar outro elemento: esses estudos já vinham sendo realizados pela Vale pelo menos desde agosto de 2019. A empresa havia solicitado e teve autorização do Juiz para

produzir plano de recuperação por conta própria ou com concordância de todos os entes públicos envolvidos [...] A Vale S.A. [...] poderá cumprir plano de recuperação ambiental, a ser elaborado pela UFMG ou plano elaborado por conta própria. De uma forma ou de outro, deverá provar em juízo a completa e efetiva reparação ambiental (Termo de Audiência, 20 de agosto de 2019).

Como aponta Marcos, Guaicuy:

[a Vale disse] deixa eu fazer o meu paralelo [...] o plano Arcadis era o plano que a Vale ia usar para **contestar o plano oficial** [plano da perícia], era o plano de defesa dela. Tanto que ele é dividido em dois capítulos, a situação pretérita e a situação depois do rompimento. Por quê? **Ela queria provar que o Paraopeba já estava contaminado e ela contrata a Arcadis para isso. Contratou para dizer a culpa não é minha, o Paraopeba já tava contaminado.** Esse é o objetivo do plano Arcadis. Era uma exigência da Vale. A Vale falou: eu só assino o acordo se pude ser o plano Arcadis o plano de reparação oficial. **Com isso mesmo ela tendo perdido juridicamente a disputa sobre o escopo da função da ATI ela consegue emplacar o controle dela sobre os estudos de comparação** [...] aí desde então, desde 2021 até aqui foi uma luta, para a gente conseguir incidir no plano Arcadis [...] não prevê incidência nenhuma das ATIs e das populações (Marcos, Guaicuy, agosto de 2023).

Além disso, não seria mais a perícia ou juízo quem avaliaria a prova da efetiva reparação, mas uma auditoria privada contratada pela Vale, a Aecom. “Eu falo assim, é a privatização da reparação. É uma empresa privada fazendo os estudos de reparação [Arcadis], para a Vale, auditada por outra empresa privada, que é a Aecom” (Marcos, Guaicuy, agosto 2023). Esse elemento contribui para a confirmação do que denominado no capítulo dois de um “cinturão corporativo” nos processos de desastre.

As falas demonstram a tentativa, por parte da empresa, de desconstituir o debate político e técnico em torno do processo de reparação. A privatização desse processo, por meio do uso desse “cinturão corporativo” vinculado aos desastres, retira da arena pública o conteúdo realmente político, a controvérsia, que estava na origem da criação das ATIs. Dessa forma, uma das funções das ATIs que, inicialmente, buscava garantir a condição das pessoas atingidas efetivamente questionarem os

dados, a partir de estudos próprios (elaborados por suas Assessorias), vai perdendo materialidade.

Esse processo efetiva um mecanismo empresarial de invalidação da crítica: ele busca retirar dela a capacidade de elaboração de enunciados, ou seja, retirar as suas armas. Não se poderia falar mais de uma “paridade de armas”, uma vez que se conforma um cenário em que o político é totalmente abarcado pela técnica e as pessoas atingidas perdem a garantia do acesso a esse discurso técnico elaborado em seus próprios termos. Essa forma de gestão da crítica se articula à ideia de deslocamentos colocada por Boltanski e Chiapello (2009), pois, frente à perda do debate no campo dos acordos, se promove um deslocamento que coloca o debate em outro campo, em que a crítica fica desarmada, sem condições, inclusive, de produzir enunciados críticos que ganhem legitimidade. Seria possível associá-las também à terceira forma ou fase de resposta à crítica identificada por Benson e Kirsch (2010), visto ser a própria empresa a que tem responsabilidade “de fazer” sobre o processo de reparação socioambiental.

A empresa também, por diversas vezes ao longo do histórico do processo judicial, buscou apontar que essas atribuições – de estudo técnico – não eram mais responsabilidade das ATIs, que o AJRI já havia definido essas questões. É possível destacar, por exemplo, as diversas tentativas por parte da Vale a respeito das decisões de duplo custeio as ATIs.

Desde 2022 havia um debate centrado na seguinte questão em relação as ATIs: havia funções das ATIs que não tinham sido contempladas pelo acordo e estavam relacionadas ao processo judicial. Esse entendimento foi apontado pelo Juiz do processo e referendado por diversas outras instâncias, como o Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A Vale, recorrentemente até o ano de 2025¹³⁴, buscou defender o contrário na tentativa de que o entendimento que guiasse o funcionamento das ATIs partisse do princípio de que todo o escopo de atuação das ATIs estava restrito ao acordo, buscando materializar, assim, o que vinha tentando implementar desde o começo de 2019. Nesse debate, adentra também a questão relativa aos recursos. No acordo há a seguinte indicação:

¹³⁴ A Vale usou recursos em diversas instâncias para buscar garantir esse entendimento, mesmo com decisões judiciais que indiquem a duplicidade de fonte de recursos para as ATIs.

A quantia de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) será destinada à **contratação de estruturas de apoio, inclusive auditorias¹³⁵ e assessorias técnicas independentes**. No caso da não utilização destes valores, o saldo remanescente será utilizado conforme decisão dos compromitentes (Minas Gerais, 2021c, grifos nossos).

Dessa forma, o que a Vale buscou defender no caso do Paraopeba, a partir do acordo, é que haveria um teto financeiro para as atividades das ATIs. O que poderia implicar ou na redução do plano de trabalho das assessorias, na redução de pessoal ou no tempo de atuação. Como apresentado pelos representantes das ATIs em entrevistas, e observado nos espaços acompanhados pelo autor desta tese em 2022 e 2023, os questionamentos tanto da empresa quanto das instituições de justiça sobre o plano de trabalho das Assessorias implicavam em uma insegurança quanto ao desempenho das funções.

No início de 2023, as ATIs elaboraram novos planos de trabalho, agora indicando somente o acompanhamento ao AJRI. Mesmo com a aprovação desse plano, o cenário se agrava em março com o anúncio de corte de cerca de 40% do orçamento dos planos de trabalho das ATIs, processo justificado pelas restrições de valores impostas pelo acordo. Há, a partir disso, uma mobilização dos atingidos, das ATIs e de diversas organizações sociais atuantes em Minas Gerais.

No entanto, esse corte do orçamento é acompanhado pela diminuição significativa do quadro de técnicos e do próprio plano de trabalho das ATIs. AAEDAS, por exemplo, diminui 80 de seus técnicos. O Guaicuy encerrou seu escritório ambiental, demitindo quase todos os técnicos da área. Assim, há uma reorientação do trabalho das ATIs que passa a ficar restrito aos processos de acompanhamento, informação e mobilização dos atingidos apenas. Isso culminou na assinatura de um Termo de Compromisso, em 17 de julho de 2023, entre as instituições de justiça Compromitentes do Acordo, as ATIs e a Lataci, que faz a coordenação das Assessorias. Esse termo “tem por objeto a execução de atividades de assessoria técnica independente pelas ATIs, **para prestar apoio e orientação às pessoas atingidas no processo de reparação do Acordo Judicial**” (Termo de Compromisso

¹³⁵ Essa é uma questão pontuada como problemática pelos atingidos, como foi possível observar na audiência pública de 09 de maio de 2023. Se a reparação não tem teto e não tem previsão de quando vai terminar, como as auditorias e as assessorias teriam teto? Esse questionamento foi colocado por diversos atingidos na audiência.

ATIs, 2023, grifo nosso). Dessa forma, o escopo das Assessorias passa a ser a partir de julho:

- a) Apoio técnico e organizacional na definição dos projetos de interesse das comunidades, no âmbito do Anexo I.1;
- b) Apoio na participação das comunidades autorreconhecidas como Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) contempladas com projetos, no âmbito das etapas decorrentes da Consulta Popular específica (anexos I.3 e I.4);
- c) Apoio à participação informada das pessoas atingidas, na defesa e garantia de seus direitos quanto à execução e cumprimento dos termos do Acordo Judicial e seus respectivos anexos (Termo de Compromisso ATIs, 2023).

É possível observar a retirada de qualquer escopo de realização de diagnósticos ou identificação de danos que estavam presentes no termo de compromisso anterior. As Assessorias teriam, assim, somente o papel de dar apoio às comunidades atingidas, facilitando o processo de participação informada. Isto tendo em vista que o AJRI, para além do Anexo I.1, não prevê em nenhuma instância a participação direta dos atingidos no processo de reparação¹³⁶.

Todo esse processo demonstra uma tentativa, por parte das empresas, de desmonte da capacidade das Assessorias em efetivamente consolidar uma contraposição, conjuntamente aos atingidos, à capacidade técnica, política e econômica das empresas causadoras do desastre¹³⁷. Como apontado na introdução, uma das perspectivas da tese é compreender que práticas empresariais são engendradas a partir da presença das ATIs no território e no processo de reparação.

Ainda que aqui tenha abordado, principalmente, a questão judicial e o debate sobre o escopo e a finalidade das assessorias em cenários de desastre, apresentam-se algumas indicações das formas de cerceamento da atuação das Assessorias e de sua capacidade de conformar um campo crítico no processo de reparação.

¹³⁶ A população da bacia também foi consultada, por um processo de baixa adesão (Luiz, Guaicuy, junho de 2023), para a definição dos projetos do Anexo I.3 e I.4, que tem obrigação de fazer da Vale. As ATIs tiveram que auxiliar nesse processo de consulta realizado pelos compromitentes (Estado de Minas Gerais e instituições de justiça). Esses projetos acabaram por contemplar, sobretudo, obras públicas, como creches, posto de saúde, infraestrutura viária. A FGV é responsável pela auditoria desses anexos.

¹³⁷ Um elemento interessante a respeito desse ponto envolve a repactuação do caso do Rio Doce. Nesse novo acordo, a duração das ATIs é sinalizada como de somente três anos e meio, prorrogável por mais seis meses apenas. É expressamente indicado a exclusão do escopo das ATIs atividades como: a produção de estudos e coleta de dados primários e a elaboração de estudos de impacto, de diagnóstico de danos e de aferição de nexo de causalidade. O que vai ao encontro dos objetivos das empresas em cercear o papel das assessorias na produção de estudos para respaldar a ação dos atingidos.

Conjunto a esse processo mais jurídico-institucional, outra forma de cerceamento da ação das ATIs se dava diretamente nos territórios atingidos. Isso se inicia já em 2019, principalmente em Brumadinho, mas se estende para o resto da bacia a partir de 2020. Importante destacar que a partir de março do referido ano, o Brasil vivenciou um dos piores momentos da pandemia de COVID-19. Nesse período, ainda que as ATIs tenham iniciado suas atividades em abril, elas não eram autorizadas a ir à campo, isto é, aos territórios atingidos. As atividades eram realizadas de forma virtual, o que atrasou e dificultou o início efetivo do plano de trabalho e implicou em um processo de desconfiança dos atingidos em relação às ATIs.

Todos os representantes das assessorias entrevistados apontaram que as comunidades indagavam: “por que vocês não estão no território? A Vale nunca saiu do território”. Segundo Lucas, do NACAB, nesse período “a Vale vai surfando aí nessa onda da pandemia, com essa nossa ausência no território [...] Eles vão fazendo uma política bem declarada de cooptação e questionamento das ATIs”. Segundo Paula, representante do Paraopeba Participa e atingida de Piedade do Paraopeba, em Brumadinho na pandemia “foi quando ela mais realizou reuniões nos territórios para provar que a Assessoria Técnica era incompetente [...] a Vale usou a pandemia para manipular as comunidades” (Paula, Paraopeba Participa, agosto de 2022).

No entanto, essa tentativa de criar desconfiança com as ações das ATIs já ocorria antes mesmo desse período. Segundo algumas entrevistas, no processo de escolha das ATIs já havia tentativa de ingerência da empresa.

Quando a gente chegou, logo a Vale também chegou para acompanhar essa movimentação. Meio que já numa tentativa de deslegitimar a presença. Como eles já encontraram as comissões já articuladas, aí eles criaram os escritórios com RCs, assim que eles chamam, de relacionamento comunitário¹³⁸.

E as pessoas começam a visitar, inicialmente ali por duas frentes: que é a questão emergencial [pagamento e fornecimento de água], né? Então, é a Vale que faz isso. Então ela tem uma possibilidade ali forte né, no território que é chegar com recurso.

Ela começa o primeiro movimento de tentar cooptar. E ela começa a ter relação com todo mundo, porque todo mundo vai ali, tá sofrendo como as perdas do processo do rompimento e ela aí começa a ter os primeiros contatos e o povo já começa a perceber a diferença [...]

¹³⁸ Os RCs são os profissionais e analistas de relacionamento com as comunidades, que compõe essa estrutura dentro da empresa e são responsáveis pelo acompanhamento de cada um dos territórios onde a Vale tem atuação. A relação desses RCs com as práticas da Vale será apresentada no próximo capítulo desta tese.

Começa os conflitos. Ela vem pra dividir mesmo, assim né?¹³⁹ Ou seja, o marido recebe, mas a mulher e os filhos não. O documento dele comprova, eles são casados, mas só serve para um. E aí começa a ter toda uma agitação inicial, das pessoas com muitas dúvidas, muitos questionamentos (Lucas, NACAB, maio de 2023).

Ainda segundo Lucas, esse processo dificultou muito o trabalho das Assessorias, pois as comunidades, em um primeiro momento, ficaram divididas e havia dúvidas sobre o papel das Assessorias. Esses processos de questionamento das ATIs nos territórios se mantiveram durante todo o período de atuação, encontrando mais ou menos reverberação. Luiz, do Guaicuy, destaca que isso ocorreu também nas áreas de atuação do Guaicuy, sobretudo na área 4.

Na área 4 que já tinham os núcleos¹⁴⁰, porque já tinha uma organização popular incipiente, **aí você tinha uma ação direta da Vale, via RCs da Vale.** A gente entrava no território para organizar o núcleo, a gente fazia reunião de núcleo, uma hora depois o RC tava chegando com o carro lá, batendo na casa das mesmas lideranças, dando informações contrárias ao que a assessoria técnica tinha dado e criando uma confusão no território, criando uma confusão. [...] Durante a pandemia eles deitaram e rolaram. Fizeram muita visita familiar, as ATIs ficaram amarradas [...] as ATIs ficaram amarradas porque não podiam ir para o território, tinham compromisso com a questão sanitária que tava colocada [...] os RCs da Vale não faziam isso. Eles sabiam que a gente ia fazer reunião virtual, a gente fazia uma reunião virtual, depois eles iam lá presencialmente [...] **acho que isso é uma coisa importante da disputa entre a ATI. O campo, o território que eles ganharam, o nível de confusão que eles criaram, em termos de organização das pessoas, de informação, de acesso a direito a informação independente, foi muito grande durante a pandemia devido a essas limitações todas** (Luiz, Guaicuy, junho de 2023).

A atuação territorial da Vale via relacionamento com comunidades é um elemento importante para compreender as práticas de gestão da crítica da empresa, como trataremos no próximo capítulo. Luiz aponta, ao falar do período de melhoria da pandemia em 2021 e do início das atividades presenciais na área 5, que

onde a ATI ia os RCs iam avançando, a participação ia aumentando a incidência deles no território, uma incidência até difícil de você mapear, porque [...] os recursos destinados para Vale para poder fazer interferências nas comunidades são muito maiores, são infinitos quase e não tem prestação de contas [...] os RCs da Vale não respondem a nenhuma auditoria externa, eles respondem ao chefe do departamento que cuida da relação comunitária [...] e esse cara tem um orçamento de bilhões [...] e as ATIs com uma dificuldade sempre de liberação de recurso (Luiz, Guaicuy, junho de 2023).

¹³⁹ Essas práticas de divisão de núcleos comunitários também serão objeto do próximo capítulo.

¹⁴⁰ Devido ao histórico de atuação do projeto Manuelzão, dentro do qual o Guaicuy surge, nas regiões 4 e 5, ao menos, inicialmente se utiliza a metodologia de organização do território em núcleos e não em comissões.

Dessa forma, é possível ver que as ações de cerceamento da empresa às Assessorias buscavam tensionar os campos jurídico, técnico e territorial, na relação direta com as comunidades. Um caso ilustrativo dessa ação mais territorial da empresa diz respeito às comunidades indígenas dos povos Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe, presentes Aldeia Naô Xohã, em São Joaquim de Bicas (MG), município vizinho a Brumadinho.

A Assessoria a esses povos indígenas não entrou nas discussões judiciais que conformaram o processo das três ATIs apresentadas anteriormente. Esse processo foi consolidado por meio de um acordo extrajudicial, assinado entre Vale, Ministério Público Federal, comunidades indígenas e Funai. Isso implicou em uma ingerência muito maior da empresa sobre a atuação e o trabalho das assessorias. O Termo de Ajuste Preliminar Extrajudicial (TAP-E) foi assinado em abril de 2019, o INSEA foi escolhido no fim de 2019 e apresenta o seu plano de trabalho no começo de 2020. No entanto, com o começo da pandemia, o INSEA é impedido de entrar em campo e a Vale não autoriza mudança no plano de forma a permitir, por exemplo, o acompanhamento virtual às comunidades. Portanto, o INSEA só inicia suas atividades em janeiro de 2021, já no contexto do AJRI. Carlos, representante do INSEA, sinaliza:

nesse interregno **a Vale trabalhou absolutamente para que as comunidades não tivessem assessoria técnica**. Mesmo com esse Termo de Ajustamento Preliminar, era extrajudicial, tava fora da justiça, ninguém tinha o poder da caneta como as comunidades gostam de dizer. **A Vale tentou fazer de tudo**. Então tinha alguns documentos [...] que mostra que comunidade indígena já tava denunciando a atuação da Vale desde esse momento, quer seja para impedir que a comunidade tivesse uma assessoria, quer seja para direcionar qual fosse a assessoria a ser contratada, quando digo a Vale é especialmente essas duas pessoas (Carlos, INSEA, setembro de 2023).

Essas duas pessoas, sinalizadas por Carlos, são um antropólogo e uma psicóloga que estavam presentes na comunidade desde os primeiros dias pós-rompimento, a partir já do dia 27 de janeiro de 2019. Esses dois funcionários, inicialmente não se apresentaram como da Vale, mas do Estado. Posteriormente ficou confirmado que trabalhavam para a empresa.

As práticas desses funcionários são centrais para compreender a atuação da Vale frente às comunidades e no referente a atuação do INSEA. Como o processo

que garantia o direito à Assessoria era extrajudicial, o vínculo com a empresa era de contrato, era ela própria quem fiscalizava o plano de trabalho e as atividades realizadas pelo INSEA, na figura desse antropólogo, que era quem avaliava a prestação de contas do trabalho da Assessoria.

A Vale usou esse instrumento chamado contrato, entre INSEA e Vale, pra minar as possibilidades de atuação do INSEA ao longo da caminhada.

[...]

Aí a Vale [...] pintou e bordou conosco. Existia o trabalho da ATI que era basicamente garantir a informação as comunidades, um grande telemarketing. Claro era o que tava no papel. E diferente das outras ATIs que elas mesmo contratavam estudos nesse processo dos indígenas era outra instituição, com outro escopo de trabalho, a assessoria não podia nem entrar nesse escopo de trabalho. Essa instituição, eu acho, que ainda não foi contratada [...] não entrou em campo ainda (Carlos, INSEA, setembro de 2023).

Essa diferença apontada retoma o debate que foi apresentado sobre o papel das ATIs em realizarem estudos técnicos. O INSEA, a partir do TAP-E, já não tinha essa atribuição, funcionando apenas como garantidor da participação informada. Esses estudos seriam realizados por uma consultoria socioambiental e embasariam um plano de reparação, como, por exemplo, as indenizações. As comunidades indígenas escolheram o Instituto de Estudos do Desenvolvimento Sustentável (IEDS) para realizar essas atividades. A contratação dessa entidade só ocorreu em 2024.

Aqui, insere-se uma questão importante: até 2022, a tratativa do processo de reparação aos indígenas, diferentemente do processo geral da bacia, vinha ocorrendo de forma extrajudicial. No entanto, as comunidades indígenas, por meio das instituições de justiça, decidem entrar com uma ação no começo de 2022, motivada, principalmente, pelo impacto na comunidade decorrente das cheias do Paraopeba, que implicaram na deposição de rejeitos por todo o território da Aldeia Naô Xohã. Na primeira quinzena de janeiro de 2022, devido ao grande volume de chuvas que atingiu a região sudeste do país, o Rio Paraopeba transbordou, afetando diversas comunidades. Essa ação vai, então, levar a questão indígena do âmbito extrajudicial para o judicial, no escopo do processo nº 1063985-69.2021.4.01.3800. É no processo dessa ação, por exemplo, que o TAP-E é homologado judicialmente.

O trabalho do INSEA, previsto no TAP-E, se encerrou em janeiro de 2023¹⁴¹, em razão do não aceite da renovação do plano de trabalho pela Vale. A partir disso, o MPF e a DPU alegaram descumprimento do acordo, que agora era reconhecido por sentença, e fizeram requerimentos à justiça. O Juiz da 12ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte, por causa desses requerimentos, em decisão de março de 2023, determinou os seguintes pontos: i) que seja renovado o contrato do INSEA, por mais um ano e prorrogável até conclusão do processo de reparação, reconhecendo a importância de uma assessoria técnica; ii) que a “análise das prestações de contas [seja feita] por uma entidade independente, custeada pela VALE S.A, de maneira a otimizar a realização do escopo do contrato, além **de cessar a ingerência direta da causadora do dano ambiental** no processo de prestação de contas da ATI INSEA” (Brasil, decisão, 21 de março de 2023), que vinha ocorrendo, como já apontado, por meio de ação direta do antropólogo da empresa; iii) contratação do IEDS, para realização do diagnóstico dos danos socioeconômicos.

Dessa decisão se desprende também alguns argumentos que a Vale vinha utilizando para impedir a renovação do contrato do INSEA e a contratação do IEDS, ao longo desses três anos, desde a assinatura do TAP-E.

A VALE S.A alega, por sua vez, que não efetivou a contratação do IEDS em face à **precificação bastante acima dos valores praticados no mercado, à inclusão do diagnóstico de danos à saúde física e mental no escopo do estudo socioeconômico**, além do fato do IEDS não possuir em seus quadros número suficiente para realizar o estudo pretendido, no prazo previsto e, por se tratar de estudo relevantíssimo, ele não deve ser realizado por empresa ou entidade que não apresente referências de estudos semelhantes, ou seja, que nunca realizou qualquer estudo de saúde mental ou física, devendo a empresa ou entidade atuar na área de saúde e contar com amplo corpo profissional [...]

Afirma que a **contratação de assessorias técnicas no âmbito de processos reparatórios frequentemente vem se mostrando um procedimento extremamente custoso, burocrático, ineficiente e complexo**. Aduz que há irregularidades constatadas pela auditoria contábil contratada pela Vale no que tange aos trabalhos desenvolvidos pelo INSEA. Subsidiariamente, requer a substituição do **INSEA por outra assessoria técnica** (Brasil, decisão, 21 de março de 2023, grifos nossos).

Considera-se que essas alegações da Vale sintetizam tanto a “visão” que as empresas têm dos estudos e diagnósticos realizados sob a ótica dos atingidos, quanto

¹⁴¹ Após decisão judicial, o trabalho do INSEA como assessoria aos povos indígenas Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe foi retomado.

a forma como essas compreendem o papel das Assessorias Técnicas nos processos de reparação, como “custoso, burocrático e ineficiente”. As Assessorias Técnicas, no caso dos desastres, são entendidas pelas empresas como pontos críticos e sua atuação deve, assim, ser: **reduzida**, ao retirar do seu escopo qualquer possibilidade de produção de estudos que contradigam os realizados pela empresa; **controlada**, por meio da atuação de auditorias ou de fiscalização direta dos planos de trabalho; e **deslegitimada**, junto às instâncias oficiais, apontando que o corpo técnico é ineficiente, além de não qualificado junto às comunidades, por meio de diversas ações – como foi possível constatar em entrevistas – como na criação de incertezas, no uso de dados conflituosos ou no uso de discursos que buscam apontar que as Assessorias estão utilizando recursos que eram dos atingidos: “ela [a Vale] tentou usar coisas pessoais, políticas e técnicas para destruir o trabalho da assessoria o tempo todo” (Carlos, INSEA, agosto de 2023).

Neste subcapítulo pretende-se trazer alguns elementos que foram observados na relação entre as empresas e as Assessorias Técnicas Independentes. Considera-se, aqui, uma centralidade das estratégias empresariais de gestão da crítica no caso de desastres de mineração no Brasil, uma vez que as Assessorias Técnicas representam um caráter duplo na conformação da crítica ou de um campo crítico. Por um lado, se estabelecem como um mecanismo de ampliação das denúncias das comunidades que estão distribuídas por todo o território atingido; por outro lado, podem também constituir um processo de ampliação e de radicalização da crítica nos territórios atingidos, por garantirem acesso às informações sobre o processo de reparação e sobre as práticas das empresas, blindando, em alguma medida, as comunidades dos discursos de responsabilidade social empresarial.

3.2. A GEOGRAFIA DO CONTROLE E DO ACESSO À ÁGUA: IMPLICAÇÕES DOS DESASTRES E DA REPARAÇÃO

Dado o caráter dos dois desastres, que implicou no despejamento de rejeitos provenientes de mineração em duas bacias hidrográficas, as questões da qualidade (contaminação), do controle e do acesso à água estão na centralidade das críticas e manifestações das comunidades e populações atingidas pelos dois rompimentos, direcionadas às empresas. Dessa forma, as empresas estabelecem formas de gestão da crítica que vão operar diretamente na questão relacionada à qualidade e o acesso

aos recursos hídricos. Esse olhar específico para esse debate se justifica na medida que os desastres perpassam uma ampliação das relações pautadas em trocas comerciais que vão estabelecer também novas formas das pessoas atingidas de se relacionarem com a água, o que vai trazer luz para a assimetria de poderes entre os agentes e implicar em transformações sociais e na desvalorização de culturas e modos de vida (Porto-Gonçalves, 2006; Milanez; Felipe, 2020).

As naturezas distintas de formas de se relacionar com a água, ou “modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território”, engendram conflitos por “uma mesma base de recursos” ou por “bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas” (Acseirad, 2004, p. 25). As áreas onde há projetos de mineração conjugam, historicamente, essas duas formas de disputas, seja pela demanda de água, tanto pelas comunidades quanto de empresas mineradoras, em seus processos produtivos, seja pela sobreposição de aquíferos e áreas de recarga a áreas de interesse mineral. Esse aspecto é presente, como já destacado em outros momentos do texto, na área do Quadrilátero Ferrífero, em que há sobreposição e intersecção entre uma das principais formações de minério de ferro exploradas economicamente, a formação Cauê, e o Aquífero Cauê, o mais importante manancial hídrico da região (Figueiredo, 2021).

Budds e Hinojosa (2012, p. 120, tradução nossa) indicam que “que os fluxos, formas, práticas e discursos que caracterizam a água nos contextos minerais vão refletir os processos materiais e sociais através dos quais as instâncias de água são constituídas”. Os rompimentos de barragens de rejeitos de mineração sobre cursos d’água colocam esses aspectos em um contexto ainda mais complexo, uma vez que exacerbam a conflitualidade já inerente dos projetos extrativos. Como afirma Sevá Filho (2010, p. 115), “[a] cada implantação de uma indústria pesada, energética, mineral, metalúrgica ou petroquímica, decorre que todos os outros projeto e usos possíveis para os mesmos locais são tornados indesejáveis, inviáveis e até impossíveis”. É nesse quadro que as práticas das comunidades são questionadas, valoradas e modificadas, tanto pelo próprio momento inicial do desastre quanto pelas perspectivas e meandros implicados nos processos de reparação.

É a partir desse ponto de partida que se destaca aqui a importância de observar as situações de conflitos envolvendo a questão da água nas duas bacias. Pretende-se, neste subcapítulo, de forma não exaustiva, salientar algumas dessas

situações e desses processos conflitivos, engendrados após os dois rompimentos, relacionados às formas discursivas, às práticas e aos mecanismos e acordos operados em torno da disponibilidade, suficiência, qualidade (Oliveira et al., 2020) e gestão ou controle da água nos territórios atingidos. Por um lado, estão as questões próprias desses territórios, expressas nas formas de uso da água, seja em uma perspectiva relacional e coletiva das comunidades, seja nas atividades econômicas (irrigação, criação animal, pesca, turismo), de lazer, culturais e religiosas; e por outro, os discursos e práticas operados pelos mecanismos empresariais de desastre e reparação, que perpassam por parâmetros técnicos, normativas e processos de valoração econômica.

[O] contraste entre as duas modalidades de conhecimento acionados nos permite considerar os desafios e os limites das políticas de reparação, tendo em vista a existência de distintos e colidentes regimes avaliativos sobre transações que envolvem a identificação de danos e a proposição de equivalência com intuito restaurativo e/ou compensatório (Oliveira et al., 2020, p. 75).

Nos dois desastres, é possível observar questões que se aproximam dessa relação controversa, provocada pelas transformações nos modos de vida das comunidades. Essas transformações decorrem tanto da contaminação quanto da percepção de risco e da insegurança em relação aos danos aos corpos hídricos causados pelos rejeitos de mineração.

Em novembro de 2015, logo após o rompimento da barragem em Mariana, diversas comunidades, povoados e cidades¹⁴² tiveram o seu acesso à água de qualidade paralisado de forma compulsória. Dessa forma, pescadores, ilheiros, faiscadores, comunidades quilombolas, ribeirinhos, indígenas, agricultores e trabalhadores urbanos tiveram suas práticas e condição de acesso à água diretamente afetados pelo rompimento. Os danos e implicações sobre essas comunidades têm sido alvo diversos estudos e documentos produzidos pelas organizações vinculadas ao acompanhamento do processo de reparação (Viana, 2016; Fiorott; Zaneti, 2017; Carvalho, 2019; Urquiza; Rocha, 2019; Oliveira et al., 2020; Zucarelli; Leonardo, 2020; Ibrahin, 2021; Ferreira, 2022).

¹⁴² Zucarelli e Leonardo (2020) destacam 34 pontos, entre comunidades e cidades que tiveram seu abastecimento ou captação de água paralisados de forma compulsória após o rompimento da barragem da Samarco.

É possível destacar, por exemplo, as situações demonstradas por Zucarelli e Leonardo (2020) relativas ao desabastecimento de água, imediatamente após o rompimento, ao longo de todo o Rio Doce e os conflitos relacionados ao fornecimento emergencial de forma problemática por parte das empresas, com destaque para Vale e Samarco. Esses problemas foram relacionados a diversos fatores: oferta limitada de água potável, não atendimento de todas as regiões atingidas, baixa qualidade da água a partir da percepção dos moradores etc. Questões também observadas após o rompimento das barragens em Brumadinho (Atis, 2022), a partir da paralisação da captação da água em diversas comunidades e da recomendação pelo Instituto Mineiro de Gestão da Água (IGAM) para não utilização de água bruta em uma margem de cem metros do Rio Paraopeba¹⁴³ (IGAM, 2019).

Ainda sobre a questão do abastecimento de água, mesmo que em diversos municípios ele tenha sido retomado, a situação de vulnerabilidade, preocupação e desconfiança coletiva quanto à qualidade da água e seu nível de contaminação permanece, sobretudo nas comunidades que utilizam água captada por meio subterrâneo, por meio de poços artesianos, ou que se utilizavam da captação direta das águas dos rios Doce e Paraopeba (Zucarelli; Leonardo, 2020; Atis, 2022; representantes das ATIs NACAB e Guaicuy, entrevistas realizadas em maio e junho de 2023).

No Rio Doce, uma das questões centrais acerca do desabastecimento de água diz respeito à implementação do Programa de Indenização Mediada – Dano Água (PIM-DA). Essa indenização foi destinada às pessoas que moravam em áreas que tiveram o seu abastecimento de água interrompido por mais de 24 horas, e os cálculos foram feitos considerando o período que os locais ficaram desabastecidos. Os valores não tinham margem de negociação; assim, o PIM-DA implicou em uma proposta unilateral, em que os atingidos podiam aceitar ou não¹⁴⁴. O debate acerca dessas formas de indenização mediada estaria centrado nessa lógica consensual de resolução de conflitos e danos, que já foi abordado no capítulo anterior.

¹⁴³ Até outubro de 2025, o IGAM (2025) mantinha a recomendação de não uso da água no Rio Paraopeba. “O IGAM reforça que ainda se mantém a recomendação de não utilização da água bruta do rio Paraopeba para qualquer fim, como medida preventiva, no trecho que abrange os municípios de Brumadinho até o limite da UHE de Retiro Baixo em Pompéu (aproximadamente 250 km de distância do rompimento)”.

¹⁴⁴ As questões da falácia de uma mediação ou negociação nos processos de indenização dos danos é elemento central na compreensão das práticas empresariais de gerenciamento das expectativas das populações atingidas.

As formas e as práticas de condução dos processos de indenização¹⁴⁵ apontam questões importantes no sentido de compreender os mecanismos e estratégias de ação das empresas, na relação direta com as pessoas atingidas. Uma das principais questões relacionadas ao PIM-DA, em 2016, dizia respeito à tentativa por meio de uma cláusula de indicar que o Termo de Conciliação, relacionado aos danos sofridos pelo desabastecimento, contemplaria “todo e qualquer fato, impacto, efeito e/ou consequência decorrente da Barragem de Fundão”. Houve, logo após esse processo, uma ação por parte das instâncias do CIF e pelo MPMG, indicando os problemas e demandando a nulidade dessa cláusula e de outras¹⁴⁶.

Zucarelli e Leonardo (2020) abordam um conceito importante para compreender a situação das populações atingidas nas duas bacias, além das suas relações com as empresas no processo de reparação, que é o que denominam de “insegurança administrada”. Essa insegurança administrada ocorreria em situações em que os moradores “não recebem informações confiáveis acerca do manejo e das intervenções para tratamento da água” (Zucarelli; Leonardo, 2020, p. 124), a isso poderia incluir que essa insegurança se dá pelo controle das empresas, Vale e Fundação Renova (Samarco/Vale/BHP), na definição de como, quanto¹⁴⁷, quando e quem recebe a água.

Melo, Medeiros e Teixeira (2022) apresentam um caso que permite observar como as soluções de reparação propostas pelas empresas desconsideram também a realidade concreta das comunidades. As autoras apontam que após o rompimento, a empresa começou a fornecer água potável para o acampamento Pátria Livre do MST, situado na beira do Rio Paraopeba. No entanto, os acampados não tinham caixa d’água e nem formas de armazenar grandes volumes de água, o que inviabiliza tal “solução” como uma medida de reparação. Esse processo não é um caso isolado:

¹⁴⁵ São diversos os relatos, por exemplo, em Brumadinho (MG) que também indicavam a possibilidade aos atingidos de apenas aceitar ou declinar da oferta da empresa referente aos danos individuais gerais provocados pelo desastre. Essa questão é especialmente interessante ao se observar o Termo assinado entre Defensoria Pública de Minas Gerais e Vale, em abril de 2019, que trata dos processos de indenização individual.

¹⁴⁶ No entanto, o modelo de Termo de Conciliação do PIM-DA, que foi implementado na bacia do Rio Doce, indicava na sua quinta cláusula que os beneficiários reconheciam “que o pagamento da presente indenização está sendo realizado sem qualquer admissão de responsabilidade por todas as entidades descritas na Cláusula Quarta deste Termo de Conciliação”, a saber “Samarco Mineração S.A., suas acionistas e respectivas seguradoras, entidades governamentais e quaisquer dos demais signatários do TTAC”.

¹⁴⁷ Trovão et al (2023) trazem relatos de atingidos do Córrego do Feijão e do Parque da Cachoeira, em Brumadinho (MG) que abordam as questões da quantidade e da qualidade da água fornecida pela Vale, e da insegurança e desconfiança quanto a contaminação dessa água.

tanto no Rio Doce quanto no Rio Paraopeba, as populações convivem com a insegurança sobre a possibilidade de uso da água dos rios, sem, no entanto, terem uma solução instituída pelas políticas de reparação.

As empresas se utilizam dessa “insegurança” como forma de gerenciar as comunidades e os conflitos, uma vez que se pautam em critério discricionários para definir quem tem ou não direito a uma medida de reparação. Um atingido da comunidade de Fazendinhas Baú, em Pompéu, no baixo curso do Paraopeba, apresenta um depoimento que segue nessa linha:

Porque a Vale não te dá segurança, ela não te fornece água nenhuma. Pedimos água para a Vale, mas a gente não conseguiu não. Eles não deram para nós a água. Aí dá para alguém, para uns, para outros não dá. Cortou tudo (Guaicuy, 2023, trecho de entrevista).

Em entrevista, um dos gerentes da assessoria técnica da NACAB sinaliza que nas comunidades no Rio Paraopeba a entrega da água era utilizada pela Vale como um dos instrumentos de gerenciamento e controle sobre a população. Em resposta à pergunta “Nesse primeiro momento nem todo mundo recebia a água?”, indica:

Não, aí ela começou a **selecionar**, só quem tinha um poço a cem metros do rio né, podia receber água. Mas mesmo as pessoas tendo o poço, a Vale, **se fosse uma liderança mais ativa**, a Vale fala: ‘não, esse poço tá bom, **então você tem que provar que não tá bom**’ (Lucas, NACAB, maio de 2023).

Lucas sinaliza que a Vale utilizou, nos primeiros momentos, como forma de controle dos territórios diversos instrumentos: “eles vão utilizar a entrega da água, nas medidas compensatórias, e a ração animal, e o [pagamento] emergencial” (Lucas, NACAB, maio de 2023). Esse fato denota um elemento interessante no que diz respeito às medidas de reparação relacionadas aos desastres. Ainda que as empresas, no caso a Vale, tenham a obrigação de realizar as medidas de reparação, a forma como elas são aplicadas, ou para quem são aplicadas, refletem mecanismos de gerenciar a crítica. Como destaca Lucas, a empresa mobilizou as ações emergenciais de forma a prejudicar lideranças mais ativas e beneficiar pessoas mais alinhadas à empresa. Esse elemento foi destacado também por outros dos sujeitos entrevistados e será mais desenvolvido no capítulo quatro desta tese.

Lucas aponta que a Vale se utilizou da nota do IGAM de 2019 como critério para indicar quem teria direito ao abastecimento de água (tanto mineral quanto por caminhões pipa). Essa nota, que teria como recomendação o não uso da água bruta em cem metros da calha do Rio Paraopeba, foi operacionalizada como critério espacial de exclusão pela Vale, utilizando-o como forma de classificação de quem foi atingido. Em diversos pontos do Paraopeba há casos em que em uma mesma comunidade há famílias que recebem água e outras que não (Manuelzão, 2022; Amâncio, 2023; Lucas, NACAB, maio de 2023).

É interessante notar como as práticas empresariais mobilizam diferentes instrumentais e argumentos para efetivar ações que se alinhem aos seus objetivos, uma vez que o objetivo dessa nota, por exemplo, não era indicar quais áreas foram ou não atingidas, mas recomendar o não uso da água bruta em parte da área afetada pelo rompimento. Outro aspecto crítico a esse respeito é destacado por representantes da assessoria técnica do Guaicuy que apontam que esse limite estabelecido leva em consideração o período da seca. Há casos em que comunidades são consideradas fora do limite estabelecido para indicar quem é atingido, mas que nas cheias do Rio Paraopeba, que ocorrem entre outubro e março, o rio chega próximo à área dos poços onde essas comunidades realizam captação, o que promove uma renovação constante do desastre. A política da lama parece tentar desconsiderar os ritmos e ciclos próprios da natureza.

A questão das cheias é um ponto emblemático no que diz respeito a percepção da contaminação pelas comunidades, de acordo com o que foi possível identificar ao longo da pesquisa. Como apresentado, em janeiro de 2022 o Rio Paraopeba teve grande cheias que implicaram na inundação de áreas de cultivo, de pastagens e em casas ao longo de todo o curso do Rio. A cidade de Brumadinho (MG), por exemplo, foi diretamente afetada. Com as cheias, o material que se encontrava na calha do rio transbordou junto com as águas, se depositando nas margens do rio. O centro de Brumadinho, cortado pelo Paraopeba, foi tomado pela lama, assim como diversas residências. Ao visitar as comunidades rurais da cidade nesse período era possível observar na paisagem, e em marcas nas árvores, até onde havia subido a água. A aldeia indígena Naô Xohã, situada ao lado do Rio Paraopeba, e o acampamento Pátria Livre, do MST, foram tomados pela lama que estava no rio.

À época, nos grupos e nos relatos das pessoas, era comum escutar casos de comunidades que não tinham sido diretamente atingidas em 2019, mas foram atingidas em 2022 pelos rejeitos que estavam no fundo do rio. Desde então, a preocupação com os períodos de chuvas e a ampliação dos danos decorrentes das cheias é questão constante das comunidades localizadas ao longo do Paraopeba. Essa questão foi tema de uma série de ações das comunidades e organizações durante o mês de janeiro de 2022, como retratam as fotografias a seguir.

Na Fotografia 4, indígenas do povo Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe estavam protestando em razão da lama que chegou em seus territórios a partir das enchentes de 2022, exigindo o deslocamento para uma nova área. A Fotografia 5 foi feita durante a III Romaria pela Ecologia Integral, no dia 25 de janeiro de 2022. Nela há uma faixa do MAB com o lema indicando que a lama das enchentes era uma expansão do crime.

Fotografia 4 - Comunidade indígena Naô Xohã em protesto na estrada de ferro da empresa MRS, em São Joaquim de Bicas (MG).



Fonte: acervo pessoal do autor, janeiro de 2022.

Fotografia 5 - III Romaria pela Ecologia Integral em Brumadinho (MG).



Fonte: acervo pessoal do autor, janeiro de 2022.

A questão das cheias é destacada pelos representantes das assessorias técnicas como elementos muito sensível em toda a bacia. Os representantes apontam que a Vale buscou argumentar que se tratava de um “fenômeno natural”, que ela não tinha responsabilidade, na tentativa de desmontar qualquer crítica a sua atuação em relação à reparação decorrente dos impactos provocados pelas cheias.

No entanto, para os atingidos não houve nada de natural nas cheias de 2022. Lucas (NACAB, maio de 2023) cita a fala de um dos atingidos: “As cheias aqui nas nossas vazantes sempre foi para a fertilidade, agora é para a morte”. Algumas comunidades, por exemplo, se utilizam do regime de cheias, que contribuía para a fertilidade do solo, pois trazia nutrientes¹⁴⁸. Esse elemento encontra-se na própria ACP ajuizada após o desastre em 2019.

¹⁴⁸ A questão das cheias em 2022 é um marco na questão dos impactos sobre a populações, pois muitas comunidades e pessoas que não se entendiam como atingidas passaram a fazer reivindicações à Vale.

Outra preocupação recorrente dos produtores de alguns municípios, em especial nos municípios de Papagaios e Paraopeba, refere-se ao **período de cheias do rio**. Nesses municípios, as áreas agricultáveis mais férteis consistiam justamente nas áreas de várzea do rio Paraopeba, nas quais, era comum que nos períodos de cheia ocorressem inundações. **Estas enchentes**, segundo os próprios atingidos, **fazem parte da dinâmica de agricultura local**, era rotineiro que, após os períodos de cheias, as terras fossem aradas e reviradas de modo a permitir que os nutrientes trazidos com o rio tornassem a terra mais fértil (MPMG, 2019. ACP 5000053-16.2019.8.13.0090, p. 31).

Outro elemento importante relativo à qualidade da água diz respeito ao fato de que “os parâmetros locais de uso e potabilidade da água diferem dos dados técnicos produzidos pelas empresas” (Zucarelli, Leonardo, 2020, p. 122). Essa questão é uma das centralidades das disputas entre empresas e comunidades: por um lado, há o uso pelas empresas e por algumas das organizações vinculadas ao processo de reparação de laudos que indicam o retorno da potabilidade e presença de materiais (como ferro, manganês e chumbo) dentro dos parâmetros permitidos, enquanto outras organizações apresentam estudos indicando o contrário. Também as populações apresentam relatos e percepções¹⁴⁹ acerca de características impróprias da água e do meio ambiente nos territórios atingidos.

Tivemos um problema, negócio de água. Cara, me contrataram uma empresa, a moça me traz um monte de laudo que consegue me dizer que a água tá 100% segura para uso. A água vem lá da mineração¹⁵⁰. Eu fui e perguntei para ela:

-A água tá 100% segura para consumo?

A reunião é na quarta.

-Então, na sexta a Vale não vai fornecer mais água mineral para comunidade Córrego do Feijão.

Ela falou: Não, vai continuar fornecendo.

Eu falei: Moça, então sua conta não fecha.

-Não, mas o laudo me assegura disso.

-Então vamos combinar o seguinte, eu vou encher um copo da água na torneira e vou trazer pra você: toma na frente da comunidade inteira. Se você tomar eu não quero que entregue água mineral lá em casa nunca mais. Posso encher o copo moça?

-Não, não.

¹⁴⁹ O Produto K, “Qual Plano de Reparação Socioambiental queremos?”, elaborado pelas assessorias AEDAS, NACAB e Guaicuy na bacia do Rio Paraopeba e entregue as instituições de justiça, sistematiza a percepção dos atingidos quanto aos danos ambientais e o plano de reparação elaborado pela empresa Arcadis.

¹⁵⁰ Segundo o morador do Córrego do Feijão, a água da comunidade sempre foi captada na área da mineração, mesmo quando a empresa era Ferteco, antes da compra pela Vale em 2001. “A água toda vida aqui sempre veio da mineração. Quando a **Vale chegou a vale fez maior propaganda**. Mas ela só fez a propaganda” (morador do Córrego do Feijão, junho de 2022).

Não, existe sim ou não. Eu posso ou não posso encher o copo para você tomar na frente da comunidade inteira? [...]

Ela saiu da reunião e não tomou¹⁵¹. [...] Então quer dizer que se deixa, pra ela tá bom, o laudo tá 100%. Cara, se tá 100%, por que está entregando água mineral então? Tenta ludibriar a gente, uma espécie de **uma teia de aranha, se você deixar você cai** (André, morador do Córrego do Feijão, junho de 2022).

Esse diálogo com André, morador do Córrego do Feijão, demonstra as tentativas de uso do argumento científico para indicar a diminuição do dano provocado pela atividade da mineração. André mesmo destaca: “mas o laudo é de uma empresa contratada, quem pagou o laudo? [...] A Vale nunca concordou que aqui está contaminado” (André, morador do Córrego do Feijão, junho de 2022).

Um exemplo desse tipo de prática das estruturas empresariais pode ser encontrado no caso do desastre da Samarco/Vale/BHP, a partir da nota técnica de nº 28, de 2020, da Câmara Técnica de Saúde do CIF. Ela questiona os estudos realizados pela Fundação Renova em Mariana (MG), Barra Longa (MG) e Linhares (ES). A Fundação, segundo a nota técnica, teria utilizado de estudo, elaborado pela empresa Tecnohidro, de contaminação ambiental que também utiliza dados de fora da área impactada pelos rejeitos, contrapondo-os aos estudos de riscos à saúde humana na área atingida “de maneira a minimizar o impacto à saúde decorrente do rompimento da barragem de Fundão” (NT-28 da CT-Saúde, 2020, p. 3). Dessa forma, a empresa buscava demonstrar que “a presença de metais no ambiente é natural na região, que é conhecida como Quadrilátero Ferrífero” (Rodrigues, 2019) e que:

apenas o ferro e o manganês teriam correlação com o rompimento [...] os demais metais foram encontrados em níveis acima dos parâmetros recomendados apenas em amostras pontuais e, na maioria das vezes, fora da área atingida pelo rejeito (Rodrigues, 2019).

Nesse sentido, a Renova indica que “o relatório não recomenda limitação de atividades agropecuárias, do consumo de água tratada, nem a remoção de

¹⁵¹ Um atingido de Fazendinhas Baú, em Pompéu (MG), em um depoimento indicando que a Vale não fornecia água indicando que a água estava boa para consumo: “Eu ofereci a água para o funcionário da Vale, que veio aqui fazer a pesquisa sobre as minhas plantas, sobre onde eu morava. E ele, antes de eu oferecer a água para ele, ele falou comigo que eu podia tomar da água. E depois que eu ofereci a água, ele não quis tomar. **Quer dizer que eu podia tomar a água, mas ele não, né?** Inclusive, ele chegou com uma garrafinha de água mineral na mão. Eu podia, ele não. **Será que eu não sou ser humano?**” (GUAICUY, 2023, trecho de entrevista).

moradores” (Rodrigues, 2019). Esse processo encontra semelhança no caso do Rio Paraopeba. Como apresentou Marcos, do Guaicuy, a Vale, em seu Plano de Recuperação Socioambiental, realizado pela empresa Arcadis, buscava identificar a situação pretérita, de forma a “provar que o Paraopeba já estava contaminado” (Marcos, Guaicuy, agosto 2023). Em reportagem do jornal “O Eco”, de fevereiro de 2024, um especialista da área ambiental do Guaicuy sinaliza que “dois dias após o ocorrido, funcionários da Vale já estavam coletando amostras de peixes nos trechos do rio que ainda não tinham recebido a lama dos rejeitos, para que uma análise prévia pudesse ser feita” (Prizibiszki, 2024). O que se relaciona com essa procura pela empresa em estabelecer um quadro de referência para o Rio Paraopeba pretérito ao rompimento, de forma a demonstrar que já apresenta algum nível de contaminação.

Nessa linha, a Vale indica o seguinte em sua página voltada à reparação em referência ao monitoramento da água:

A qualidade das águas do rio Paraopeba vem apresentando **sinais consistentes de recuperação**, sendo mais evidente nos **períodos de estiagem**, quando os resultados se mostram **semelhantes ou melhores** do que os valores de referência (Vale, 2025d, grifos nossos).

Esse trecho demonstra essa estratégia discursiva em sinalizar que os resultados são, além de semelhantes, melhores que o período pré-rompimento (valores de referência). Na página específica voltada à questão ambiental da reparação, a Vale, inclusive, trata desse comportamento nos períodos de estiagem e de chuvas: “sobre o rio Paraopeba, podemos afirmar que, nos períodos de seca, a qualidade da água se aproxima das condições anteriores ao rompimento” (Vale, 2025e). Dessa forma, a empresa reforça esse argumento de que nos períodos de estiagem há uma aproximação com o cenário pré-rompimento.

No entanto, como foi demonstrado, as comunidades atingidas têm sinalizado que é no período de chuvas que isso se agrava, apontando que, sobretudo a partir das enchentes, tem ocorrido a produção de novos danos, uma renovação do desastre. A Vale parece também identificar esse cenário diferenciado do período, mas, assim como sinalizado por Lucas, do NACAB, atribui a ele um fator natural. A empresa busca, inclusive, reforçar que a piora da qualidade da água no período de chuvas era algo que já ocorria antes do rompimento, o que isto poderia estar relacionado a atividades historicamente já realizadas na região.

No período chuvoso a qualidade da água piora, assim como já acontecia antes do rompimento. O aumento na concentração de alguns desses parâmetros como alumínio, ferro, manganês e turbidez pode estar relacionado à suspensão do material depositado no fundo do rio e às *novas contribuições provocadas por materiais naturais do solo na região, ou devido a outras atividades historicamente realizadas na região* (Vale, 2025e, negrito presente no original, itálicos nossos).

Esses relatos trazem luz às questões da tentativa de uso de procedimentos científicos de forma a gerir a crítica e desarmá-la (Boltanski; Chiapello, 2009) em indicar que áreas e comunidades não são atingidas e, conseqüentemente, buscar diminuir a responsabilidade e os custos relacionados à reparação. Esse processo é amplamente utilizado em casos de danos ambientais, como mostram Kirsch (2014), ao analisar a contaminação em Ok Tedi, na Papua Nova Guiné; Mukherjee (2010), ao examinar o desastre da fábrica de pesticidas da Union Carbide em Bhopal, na Índia; e Eusébio e Magalhães (2022), ao tratarem do uso de estudos pela Vale para negar a correlação entre a extração de níquel no Projeto Onça Puma e a contaminação do Rio Catete, em território indígena Xikrin.

No caso dessas controvérsias científicas na bacia do Rio Paraopeba, por exemplo, é possível destacar, ainda, a questão apontada pelas assessorias técnicas que diz respeito a busca da empresa em priorizar, pelo menos até 2023, na formulação do Plano de Reparação Socioambiental, estudos produzidos e financiados pela própria Vale em detrimento à produção científica da perícia do juiz (UFMG) e dos levantamentos realizados pelas assessorias técnicas¹⁵². Essa questão foi particularmente destacada pelos representantes das assessoriais nas reuniões e espaços que o autor desta tese participou em 2022 e 2023.

Oliveira et al. (2020) também tratam das diferenças entre os parâmetros técnicos normativos, além das formas de compreensão e uso da água pelas comunidades, a partir do caso do reassentamento de Paracatu de Baixo, subdistrito de Mariana, parcialmente destruído pelos rejeitos do rompimento da barragem de Fundão. Os autores, a partir da observação dos espaços de mediação entre a Fundação Renova e comissão de atingidos, identificam questões relacionadas ao debate sobre a água e as diferenças de entendimento e compreensão. A oposição dessas perspectivas, empresas de um lado e atingidos de outro, trariam luz ao artifício

¹⁵² Aspecto que se relaciona com a constante busca pela Vale, desde a assinatura do acordo, em deixar em sigilo os estudos realizados pelo CTC/UFMG, como já sinalizado no subcapítulo anterior.

utilizado pelas práticas das empresas de transformação de qualidades em quantidades, diferenças em magnitudes. Os autores indicam que mecanismos estariam centrados na produção política de equivalências que objetivaria “produzir a correspondência e a comensurabilidade entre as perdas derivadas do rompimento [...] e as respectivas medidas de reposição e compensação” (Oliveira et al., 2020, p. 90).

A produção dessas equivalências é um elemento central nas práticas das empresas em contexto de desastres, pois buscaria equalizar as suas ações referentes à reparação como efetivas práticas de reparação dos danos. Mecanismos que implicariam em deslegitimar a crítica social e os enunciados críticos que buscam afirmar que as medidas desenhadas enquanto reparação nos dois desastres não efetivam uma reparação integral, pois enquadram os problemas apenas enquanto relacionados a ordem natural ou calculável, desconsiderando as questões próprias das práticas sociais. Kirsch (2014) apresenta esse mesmo processo a que foram sujeitos os povos atingidos pelo desastre lento que implicou na contaminação do Rio Ok Tedi na Papua Nova Guiné.

O rio ao lado do qual a vila foi construída já não tem mais uso. Ao invés de obter água fresca do rio para beber a partir dos riachos, **as pessoas formam filas para coletar água de um tanque instalado pela mineradora**. Ao invés de se banharem no rio, elas **esperam pela instalação de chuveiros** pela empresa. Ao invés da pescaria, elas **usam pagamentos compensatórios da mina para comprar comida enlatada**. Ao invés de olhar para uma rica paisagem tropical, elas veem um rio sujo cercado por árvores sem folhas (Kirsch, 1995 apud Kirsch, 2014, p. 37, tradução nossa).

Esse processo poderia ser utilizado para descrever diversas comunidades tanto no Rio Paraopeba quanto no Rio Doce, que passaram a ter que utilizar água mineral engarrafada, não podem mais pescar ou utilizar o rio para lazer. Para Oliveira et al. (2020), as justificativas de vazão ou qualidade da água nos projetos de reassentamento, por exemplo, não atendem às necessidades dos atingidos, tendo em vista que

A afirmação de que haverá água suficiente no reassentamento supõe a **equivalência entre a água de nascentes e água dos poços artesianos**, a qual é contestada pelos moradores que tomam por base seu próprio sistema de classificação e apreciação. Sistema este que ressalta as qualidades de um passado em que a água era “pura”, “boa” e que “não faltava” era também “coletiva”, ou seja, tratava-se de água sobre a qual mantinha autonomamente suas práticas de controle e cuidado e, sobretudo, sem a necessidade de pagamento pelo uso (Oliveira et al., 2020, p.95, grifos nossos)

Essas questões estão presentes em todo o território atingido nas duas bacias hidrográficas, seja através do despejamento de toneladas de rejeito diretamente sobre os rios, seja em consequências das ações de “reparação”, que se alicerçam em soluções supostamente técnicas, de engenharia, mas que são, em muitos casos, motivadas por interesses políticos e econômicos. No caso do rompimento das barragens na bacia do Rio Paraopeba, ainda que não tenham sido realizados ou engendrados reassentamentos, algumas comunidades tiveram sua forma de acesso e controle sobre água modificadas.

O caso da comunidade do Tejuco, localizada no município de Brumadinho, é elucidativo a esse debate. O Tejuco, como apontado na introdução, foi uma das primeiras comunidades visitadas no município, em fevereiro de 2019. A comunidade do Tejuco, que tem cerca de 600 famílias e por volta de 300 anos, encontra-se envolvida pela atividade minerária¹⁵³. No entorno da comunidade, há operações de extração de minério de ferro da empresa Vale, da Tejucana Mineração S/A e da Mineral do Brasil LTDA.

No período pós-rompimento, a passagem pela comunidade do Tejuco para quem ia ao Córrego do Feijão, a partir de Brumadinho, era obrigatória. A lama havia destruído um trecho da estrada, na região de Alberto Flores, que era a principal via de comunicação entre a sede do município e as comunidades rurais de Brumadinho, como Aranha, Piedade do Paraopeba, Melo Franco, Casa Branca, as comunidades quilombolas de Sapé, Marinhos, Rodrigues e Ribeirão, além da comunidade do Córrego do Feijão, que teve sua área atravessada pelos rejeitos. Com a destruição da ponte em Alberto Flores – que só seria reconstruída e voltaria a operar em abril de 2019 – o acesso para o Córrego do Feijão se dava uma estrada de onze quilômetros, que passava por dentro da Mina Jangada, de propriedade Vale, e começava na comunidade do Tejuco.

Essa estrada, segundo Eduardo, morador e liderança da comunidade do Tejuco, “já existia”, “mas estava fechada, a estrada foi construída para

¹⁵³ Após o desastre, uma família iniciou o processo de reconhecimento e certificação enquanto comunidade quilombola, o Quilombo Família Sanhudo. O quilombo foi certificado pela Fundação Cultural Palmares em abril de 2024. O reconhecimento da comunidade enquanto quilombola teve um papel importante na suspensão da licença para um projeto de mineração no Pico Três Irmãos, entre Brumadinho e Mário Campos, uma vez que a empresa Larf/MIB não consultou a comunidade, como é indicado na Convenção 169 sobre povos indígenas e tradicionais, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário.

comercialização de minério entre uma parceria entre Mineral do Brasil [outra mineradora atuante no território] e a Vale [...] já existia, mas estava desativada há 3 anos” (Eduardo, morador do Tejuco, maio de 2022). A reabertura da estrada estava inicialmente relacionada às ações de resgate e operação na área do desastre, com permissão somente de veículos autorizados. No entanto, após mobilização social, com ocupação da portaria na entrada na estrada exigindo a abertura para os moradores, a estrada passou a poder ser utilizada pelas comunidades rurais a partir de 14 de fevereiro de 2019¹⁵⁴. Essa demanda estava associada ao fato de que essas comunidades, para chegar ao centro de Brumadinho, onde se encontram os principais serviços básicos ou mesmo trabalho e escola, precisavam fazer um contorno pela BR-040, o que implicava em um trajeto de cerca de duas horas, que antes era feito em mais ou menos vinte minutos¹⁵⁵.

A reabertura dessa estrada, uma ação emergencial vinculada ao processo de reparação, vai implicar em uma série de problemas para a comunidade do Tejuco, pois essa estrada

estava localizada na área das nascentes e do reservatório da comunidade, de captação da água das nascentes. [...] Esse trânsito intenso, fluxo de caminhão, de carros da empresa, esse trânsito alternativo da própria comunidade que passava por lá, fez com que as nascentes fossem assoreadas, as nascentes e o reservatório. O reservatório ficou completamente cheio de minério de ferro (Eduardo, morador do Tejuco, maio de 2022).

A comunidade do Tejuco realizava, até esse momento, uma gestão coletiva da água por meio de um sistema de captação das águas das nascentes, que passava por dois reservatórios, espécies de lagos voltados ao abastecimento. “Era uma captação, esse primeiro era uma lagoa que a gente fez uma estrutura ao redor, o segundo foi a mesma coisa, foi feito uma estrutura. (...) O segundo é artificial e o primeiro era natural, mas a gente fez uma estrutura” (Eduardo, morador do Tejuco, maio de 2022). Depois desses reservatórios, a água seguia para a caixa de água coletiva da comunidade e, em seguida, para as caixas particulares.

¹⁵⁴ As comunidades realizaram ocupação da estrada no dia 13 de fevereiro de 2019, garantindo acesso a partir de decisão conjunta entre a Vale e a Defesa Civil municipal.

¹⁵⁵ Nesse período, dos primeiros meses do rompimento, essa questão era uma das principais problemáticas para parte da população da cidade, que estava impedida de acessar serviços de saúde, ir à escola ou mesmo chegar ao trabalho.

O assoreamento das nascentes e do principal reservatório da comunidade, já em 2019, vai se constituir nesse momento como uma das principais reivindicações da comunidade.

A comunidade passou a ver uma redução da quantidade de água e uma piora da qualidade da água. Insuportável usar água, a água vinha completamente suja de barro, não dava para lavar roupa, não dava para fazer comida, não dava tomar banho às vezes, a gente ficava com medo de tomar banho, [...] a gente tava completamente sem água (Eduardo, morador do Tejuco, maio de 2022).

A comunidade, ao longo de todo o ano de 2019 e 2020, passou a reivindicar à Vale o fornecimento de água, por meio dos funcionários e de relacionamento com as comunidades, e-mails oficiais. No entanto, como destaca Eduardo, em momento nenhum houve resposta.

No Tejuco rolou um grande vácuo. A **Vale não teve atuação imediata e durante muito tempo não reconheceu a comunidade como atingida** do rompimento, mesmo a comunidade sendo do lado do rompimento. Muito se utilizando de dois argumentos básicos: a questão dos rejeitos [...] dizendo que os rejeitos não atingiu a comunidade, como atingiu o Córrego [do Feijão] e o Parque [da Cachoeira]; e a distância com o Rio Paraopeba. Teve uma dificuldade muito grande de reconhecimento dos danos e dos impactos que passaram a existir depois do rompimento. Isso se reflete com a relação que a Vale tinha, tem, com a comunidade nos últimos três anos. O contato com a comunidade foi quase zero, pequeno. Quando vinha, vinha muito através do auxílio emergencial ou do contato com alguns familiares de vítima, diretamente. Não havia nenhum outro tipo de iniciativa de reconhecimento da empresa dos danos (Eduardo, morador do Tejuco, maio de 2022).

O uso desses dois argumentos apontados por Eduardo faz ressonância às práticas de gestão da crítica que perpassam por sua negação, pelo não reconhecimento, como apontam Kirsch e Benson (2010). Assim como no caso do reconhecimento apenas das formas de captação de água subterrânea localizadas a 100 metros da calha do Rio Paraopeba, as comunidades consideradas atingidas em Brumadinho seriam apenas as atravessadas pelo rejeito, não as atingidas pelas obras e práticas relacionadas ao processo de reparação.

No fim de 2020, após diversas reivindicações, com atuação das instituições de justiça e dos movimentos sociais – e a constituição da Comissão pela água do Tejuco – é que a Vale, em conjunto com as outras duas mineradoras que atuam na comunidade, constrói uma estrutura, uma caixa de contenção dos resíduos que seguiam da estrada para o reservatório. No entanto, indicava:

Olha é uma parceria que a gente tá fazendo com as outras empresas, mas a gente não tá assumindo responsabilidade. Tipo é uma solidariedade, entendendo que a comunidade tem problemas, mas não fomos nós que causamos e não estamos dizendo isso (Eduardo, morador do Tejuco, maio de 2022).

Esse tipo de prática é um elemento que é possível identificar de forma recorrente nas atividades das empresas de mineração, que passa pela realização de algum tipo de projeto social voltado para a comunidade, em resposta à mobilização social, como uma espécie de filantropia. Entretanto, não reconhecem que muitos dos problemas sociais e econômicos que afetam as comunidades próximas de seus empreendimentos decorrem justamente da mineração. Vai ao encontro, por exemplo, dos aspectos trabalhados e discutidos por Chamayou (2020, p. 233), que sinaliza que “identificar não é reconhecer”, como discutido no primeiro capítulo.

A obra de contenção que foi feita pelas empresas não teria sido suficiente e continuou a haver contaminação do reservatório da comunidade. Então, em dezembro de 2020 a Vale teria indicado em uma reunião que realizaria uma manutenção de retirada dos resíduos dessa caixa de contenção e limpá-la para ela poder receber mais resíduos. No entanto, Eduardo aponta que “nessa manutenção [realizada em 5 de dezembro] eles cometeram um erro¹⁵⁶ e em vez de retirar o rejeito eles jogaram o rejeito dentro do sistema de abastecimento”, dentro do reservatório da comunidade. Esse episódio implicou na inviabilização do uso do sistema de abastecimento tradicionalmente utilizado pela comunidade.

A comunidade percebeu que a água, abria a torneira vinha barro, não vinha água, só barro, barro, entupiu, destruiu os chuveiros, quebrava, queimava o chuveiro. A caixa d’água ficava assim de barro [aponta uma distância do chão]. Foi um caos a comunidade ficou um caos. Era próximo, nosso Natal daquele ano, nosso final de ano (Eduardo, morador do Tejuco, maio de 2022).

Só a partir desse momento¹⁵⁷, desse erro cometido, é que a comunidade do Tejuco passou a ser atendida pelo fornecimento “emergencial” de água potável, por meio de dez fardos de garrafas de água mineral por semana por família e de

¹⁵⁶ Em momento da conversa Eduardo inclusive destaca: “a gente fica até pensando se foi um erro ou se foi (...)” e não conclui.

¹⁵⁷ A comunidade pleiteou o fornecimento de água durante 2019 e 2020, mas não foi atendida pela Vale. Segundo Eduardo, a comunidade conseguia algumas garrafas por meio da articulação entre a Associação Comunitária do Tejuco e do Parque da Cachoeira, que doava as sobras não utilizadas.

caminhões-pipa que abasteciam as caixas d'água. O fornecimento desse sistema¹⁵⁸ permaneceria até uma solução definitiva para a questão do acesso à água pela comunidade.

Uma “solução permanente” foi desenhada em janeiro de 2022 por meio do 4º aditivo, TAC Água, estabelecido entre a Vale, o Ministério Público Estadual, a Defensoria Pública Estadual, o Ministério Público Federal e a Copasa. Esse TAC tratava da perfuração de poços artesianos para o fornecimento de água para as comunidades do Tejuco e para o Parque da Cachoeira. Para o Tejuco, a solução proposta implicaria a perfuração de um poço e o uso de um poço já existente, ambos na comunidade de Monte Cristo. Segundo Eduardo, esse documento assinado em janeiro foi feito sem a participação da comunidade.

Fomos chamados para uma reunião em fevereiro e o documento já estava assinado desde janeiro. Mas quando a gente viu o TAC, o conteúdo, a gente viu que as nossas reivindicações, o que a gente pensava, o que a gente propôs, nada foi contemplado. Foi uma solução imposta de cima para baixo, sem que a comunidade participasse da construção do TAC, dessa construção definitiva. E a gente faz a leitura que não é reparação, não traz reparação para gente, pois nossa reivindicação principal **era a retomada do estado anterior ao rompimento** e tudo o que o TAC trouxe foi isso: (...) a gente **perdeu autonomia dessa água que a gente tinha através das nascentes, recurso natural gratuito**. O TAC traz, vai ter uma empresa, vai ser a Copasa, que vai cobrar uma taxa pelo serviço e vocês, a gente, vai perder o contato com as nascentes (Eduardo, morador do Tejuco, maio de 2022).

Essa solução proposta vai ao encontro das questões apontadas por Oliveira et al. (2020) sobre as produções políticas de equivalências. Para as estruturas empresariais, as questões estariam centradas em parâmetros – fornecimento da água – sem considerar questões próprias da relação comunitária com as nascentes e com sua segurança hídrica. Essa alternativa encontrada pela empresa, o sistema de abastecimento de dois poços “numa parte mais baixa, numa outra comunidade” foi justificado pela empresa, como aponta Eduardo, por razões de ordem técnica. “Não vamos furar na região das nascentes mais altas não é interessante porque lá há uma rocha que dificulta o trabalho, que é mais difícil” (Eduardo, morador do Tejuco, maio de 2022).

Ainda segundo Eduardo, a comunidade nunca aceitou esse argumento, pois quando houve o rompimento uma área onde a empresa Mineral do Brasil fazia a

¹⁵⁸ Eduardo aponta que a comunidade tem insegurança com a qualidade da água, uma vez que os encanamentos desse período de contaminação de 2020 não foram trocados.

captação de água, para o tratamento de minérios, foi destruída. Alguns dias depois, relata que a Vale furou um poço dentro da mina do Córrego do Feijão, em uma área elevada e próxima às nascentes para fornecer água para a Mineral do Brasil. “Isso é reparação, poucos dias, numa velocidade enorme (...) voluntário e com uma vazão impressionante. Passou esse tempo todo, a Mineral do Brasil tem água até hoje e a comunidade sem água, com água contaminada” (Eduardo, morador do Tejuco, maio de 2022). Essa situação traz luz à diferenciação das formas de gestão de situações de potencial conflito, em que as empresas atuaram de forma distinta às diferentes “partes interessadas”.

E a Vale disse para gente numa reunião (...) a gerente da Vale dizendo claramente (...) **temos interesse econômico nessa região da serra onde nascem as nascentes e de onde vem a água** e por isso estamos furando lá embaixo. (...) Depois que a gente bateu: por que vocês furaram para a Mineral [do Brasil], não tinha essa rocha lá? Porque o argumento era esse, argumentos técnicos (...) tem uma rocha que impede, por isso a escolha do Córrego do Barro [Monte Cristo]. E aí eu pedi a palavra e falei: Uai, mas isso foi feito, essa perfuração em uma região alta, do aquífero, nessa região da serra, para a Mineral do Brasil, em poucos dias, uma vazão impressionante, uma água aparentemente limpa, e aí o que vocês me dizem, por que para a Mineral não foi furado no Córrego do Barro? E aí eles se atrapalharam e falaram: **a gente tem interesse minerário nas áreas das nascentes** (Eduardo, morador do Tejuco, maio de 2022).

As situações e os aspectos tratados neste subcapítulo possibilitam esclarecer uma das questões centrais das práticas das empresas no que diz respeito à estratégia de gestão da crítica na dimensão das “linhas”: a associação entre as soluções e ações do processo de reparação e os interesses econômicos das empresas. Essa associação se estabelece desde a adoção de projetos que visam à redução de custos e à menor imprevisibilidade quanto a esses custos, até a tentativa de definir um caminho para o processo de reparação que não entre em contradição com os projetos de longo prazo das empresas, como é o caso dos projetos de extração mineral.

3.3. ESTRATÉGIA EMPRESARIAIS: A DIMENSÃO DAS LINHAS

Neste tópico, pretende-se analisar as estratégias empresariais, nos casos dos desastres de mineração aqui analisados, que se debruçaram sobre os aspectos que escaparam, que não estavam plenamente contemplados nos acordos, ou ainda mais, nas estratégias empresariais voltadas à dimensão do “plano”. A análise está centrada em dois aspectos: a atuação das assessorias técnicas às pessoas atingidas e a

problemática socioambiental a partir da questão do controle e do acesso à água pela população atingida pelos desastres.

Procura-se demonstrar, ainda, como as Assessorias Técnicas são uma conquista das organizações sociais e comunidades – uma conquista, portanto, da crítica – que permite consolidar um certo mecanismo de contrapeso, de resposta à atuação corporativa. As Assessorias Técnicas teriam, por princípio, garantir uma participação informada das pessoas atingidas no processo de gestão dos desastres, que perpassaria pelo conhecimento de seus direitos, pela compreensão dos danos e dimensão do atingimento provocado pelos desastres e pelas possibilidades garantidas pelo quadro legal e pelo próprio processo de reparação. As Assessorias poderiam, inclusive, possibilitar espaços de diálogos nas comunidades e entre as comunidades – como, por exemplo, os encontros de bacia realizados em 2021 e 2022 no caso Paraopeba – o que poderia fortalecer processos organizados, como os engendrados pelos movimentos sociais. O direito a esse instrumento foi primeiramente garantido por meios de acordos, fruto da atuação dos movimentos sociais e instituições de justiça, mesmo com uma série de tentativa das empresas em inviabilizar esse processo. Posteriormente, as Assessorias foram institucionalizadas como um direito, em Minas Gerais com a PEAB e no Brasil como um todo por meio da PNAB.

Como abordado no capítulo, a partir desse quadro geral as ATIs passaram a ser identificadas pelas empresas como uma espécie de “risco social” a ser gerido. Pretendeu-se demonstrar as diferentes formas como as empresas buscaram atuar para delimitar o escopo de atuação das Assessorias a um mero instrumento de comunicação do processo de reparação às populações atingidas. Essa ação, por parte das empresas, envolveu a tentativa do uso de argumento jurídicos e técnicos, que buscaram reduzir também os recursos financeiros dessas organizações, como uma série de ações mais diretas nas comunidades, com o objetivo de desacreditar e gerar desconfiança das comunidades em relação ao trabalho e os interesses das Assessorias.

Outra forma de cerceamento e desmonte do potencial de enunciação crítica dessas organizações perpassou, como demonstrado, pela procura em impedir que as ATIs pudessem realizar diagnósticos, estudos e uma matriz que orientassem a discussão sobre os danos socioeconômicos e socioambientais, individuais e coletivos. Essa dimensão da atuação empresarial foi objeto do segundo item deste capítulo.

Pretende-se demonstrar como as empresas e seu cinturão-corporativo têm buscado se utilizar de estudos e laudos que: digam que os dois rios já estavam contaminados antes mesmo dos rompimentos; que os rejeitos não são tóxicos; que há melhora na qualidade da água para cenários melhores ou iguais ao cenário pré-rompimento; ou que alguns territórios e comunidades não estão incluídos nas áreas atingidas pelos desastres. Essas práticas se relacionam às estratégias de gestão da crítica, na medida em que buscam desmontar a crítica ao enfatizar que não há dano ou contaminação, ou excluir da possibilidade de produzir enunciados críticos algumas comunidades ao identificá-las e não reconhecê-las, deslegitimando suas demandas e reivindicações.

Outro aspecto que foi abordado neste capítulo diz respeito ao uso de uma “insegurança administrada” (Zucarelli; Leonardo, 2020) das comunidades, produzindo um campo de incertezas e dúvidas que também se volta a uma tentativa de desmonte ao buscar criar um quadro em que essas não consigam ter instrumentos e informações sobre a realidade e a materialidade dos danos para, assim, se posicionar, “dizer a palavra”. Com a mesma finalidade, trata-se aqui do uso de uma produção de equivalências (Oliveira et al., 2020), que opera mecanismos de se utilizar de elementos da ordem do natural e do calculável para demonstrar que as ações de reparação estão sendo realizadas e atingindo seus objetivos. Procurando deslegitimar, por meio do uso de argumentos científicos e técnicos, as críticas realizadas pelas comunidades, ao desconsiderar os aspectos, práticas e percepções próprias da realidade social desses sujeitos.

É a esse conjunto de ações e práticas das empresas que é denominado aqui de estratégias empresariais de gestão da crítica na dimensão das “linhas”. Essas estratégias se voltam para as formas de enunciação crítica e aos movimentos possíveis da crítica que escapam à estrutura maior dos acordos (dimensão do “plano”), vinculados a um aspecto mais processual dos desastres aqui analisados. Na dimensão das “linhas”, as estratégias empresariais buscam capturar o movimento dos enunciados críticos, reduzindo suas possibilidades e sua capacidade de ação, como ocorre na atuação frente às Assessorias Técnicas. Além disso, as empresas buscam desmontar a crítica ao produzir uma incerteza sobre a realidade concreta, por meio do uso dessa “insegurança administrada”. Outro mecanismo seria a deslegitimação da crítica, por meio do uso de estudos que invalidam a percepção dos danos pelas

comunidades – como nos casos que buscam demonstrar que não há contaminação ou que uma comunidade não é atingida. Essa deslegitimação se dá também na promoção de soluções “técnicas” que ignoram e não reconhecem as especificidades e as realidades dos sujeitos afetados pelos desastres.

CAPÍTULO 4 - DE QUANDO O “ENTORNO” DESCE O RIO: REGIME HÍBRIDO DE GESTÃO DA CRÍTICA NOS DESASTRES DE MINERAÇÃO

No capítulo anterior, a análise ficou concentrada nas estratégias de gestão da crítica relacionadas àquilo que foi denominada dimensão das “linhas”, isto é, práticas voltadas aos aspectos dos desastres que escapam, ou não são contemplados plenamente, pelos acordos que estruturam o processo de reparação. Neste capítulo, o olhar é deslocado para as estratégias empresariais voltadas à dimensão dos “pontos”, procurando compreender as práticas desenvolvidas pelas empresas no curso dos dois processos de reparação, cujo objetivo é identificar e mapear os diferentes sujeitos, de forma a gerenciar quem pode ter voz no processo e de que forma essa voz (enunciado) pode ser produzida.

Portanto, este capítulo procura compreender os desdobramentos da política da lama por meio da análise das estratégias empresariais que são centradas no mapeamento dos sujeitos críticos, bem como as diferentes formas de gestão desses sujeitos, que perpassam pelo que é denominado de um regime híbrido (Hönke, 2013; Barros, 2024) de gestão da crítica. Tal regime combina práticas de responsabilidade social empresarial e de legitimação comunicacional com mecanismos de controle territorial, envolvendo, inclusive, processos de cercamento, vigilância e repressão (Barros, 2024).

O capítulo divide-se em duas partes. Na primeira, pretende-se demonstrar diferentes mecanismos pelos quais as empresas e seu “cinturão corporativo” têm realizado o mapeamento e identificação dos sujeitos críticos. Esse processo é evidenciado, sobretudo, a partir da análise de documentos e relatórios internos dessas entidades. Na segunda parte, é apresentado o modo como esse regime híbrido se materializa nos desastres de mineração, colocando em evidência algumas das práticas realizadas identificadas ao longo da pesquisa. As ações vinculadas a esse regime híbrido são expostas, principalmente, a partir das experiências de campo e dos relatos das entrevistas realizadas. Por essa razão, na segunda parte, é dado maior destaque ao caso da bacia do Rio Paraopeba, como já foi sinalizado na introdução.

4.1. MAPEAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS CRÍTICOS

Então, como minimizar riscos socioambientais? A resposta aqui é clara: Incorporar a visão dos stakeholders na gestão antes de que uma crise aconteça. Mas como? O primeiro passo é construir um mapa de materialidade identificando temas ambientais (ex. escassez de água) ou sociais (ex. bloqueio de acesso da fábrica pela comunidade) que impactam os resultados econômicos da empresa. A empresa precisa ainda iniciar um diálogo proativo com os temas mais relevantes para o negócio (Spitzeck, 2017, p. 1).

O trecho anterior resume uma parte da fala de Roberto Waack, então Diretor-Presidente da Fundação Renova¹⁵⁹, em uma palestra intitulada “Como convencer o Conselho de Administração a gerir riscos socioambientais antes que se materializem?”, realizada em 13 de julho de 2017 no escopo de uma atividade chamada “Futuro da Governança Corporativa”, promovida pela Fundação Dom Cabral – uma entidade ligada à formação de lideranças empresariais. Esse excerto foi apresentado no intuito de demonstrar que os fundamentos que guiaram as estratégias de gestão da questão social no contexto dos desastres aqui trabalhados estiveram, desde seu início, associados ao repertório técnico-ideológico das práticas empresariais que foi apresentado no primeiro capítulo.

Da referida frase, é possível depreender alguns elementos importantes que se associam ao que é denominado aqui de “estratégias empresariais de gestão da crítica”, como a construção de um “mapa de materialidade” de temas ambientais e sociais e o início de um “diálogo proativo” de temas relevantes para o negócio. Ainda que seja apenas uma breve passagem de um discurso, denota-se desse posicionamento que a materialização das questões sensíveis, ou a visão dos ditos *stakeholders*, se dá na lógica de como esses “impactam os resultados econômicos da empresa”, o “negócio”. Além desse fator, em outro trecho da mesma fala, Waack destaca a importância de construir uma “boa relação com as comunidades” mesmo antes de uma situação catastrófica. Esses investimentos anteriores e a construção do que chama de um “tecido social forte”, para Waack, poderiam facilitar o tratamento dos conflitos sociais, e possivelmente a retomada das operações da empresa:

¹⁵⁹ Roberto Waack esteve na presidência da Fundação Renova desde sua criação em 2016 até novembro de 2019. Waack é um biólogo com grande histórico de atuação em organizações privadas vinculadas à questão ambiental. Melendi (2023) sinaliza que a escolha de Waack para a presidência da Fundação Renova buscou dar credibilidade e legitimidade internacional para a entidade.

Como isso não fosse suficiente, o pensamento de Roberto Waack vai ainda além quando pensamos em planos de contingências: ‘Se um meteoro caísse na sua barragem (você tem zero culpa para isso) qual papel sua empresa teria na recuperação?’. Segundo ele, se você construiu um tecido social forte e relações de confiança com seus stakeholders, o trabalho vai ser muito mais fácil. ‘Um dos grandes desafios na gestão de riscos tradicionais é a combinação entre probabilidade e impacto financeiro. Na Barragem de Fundão, a probabilidade é muito baixa e o impacto financeiro muito alto (Spitzeck, 2017, p. 2).

Nesses dois excertos, identifica-se duas das práticas “tradicionais” voltadas à gestão da crítica e do risco social: o mapeamento e identificação dos ditos *stakeholders* e as ações voltadas a esse “tecido social forte” que vão ao encontro da busca de uma “licença social para operar” (Gaviria, 2015; Giffoni Pinto, 2019) centrada na tentativa de conformação de um “cinturão comunitário” (Hönke, 2018) que estaria engajado em defender a volta de uma empresa. Impossível não associar esse tal “tecido social” a uma clara tentativa de produção de dependência econômica e social das comunidades em relação às empresas mineradoras, a minério-dependência (Coelho, 2016).

Especificamente no caso do desastre da Samarco/Vale/BHP, a questão relativa ao retorno das operações da Samarco era um elemento em disputa e desejo das empresas desde os primeiros momentos após o rompimento – como demonstrado no capítulo dois, a partir da descrição do processo de construção do TTAC. O retorno da empresa foi, inclusive, aspecto de tensionamentos na cidade de Mariana, com alguns grupos defendendo seu retorno com o lema de “Volta Samarco” e “Fica Samarco”, o que é reflexo desse grau de minério-dependência que alguns municípios apresentam do ponto de vista do emprego e da arrecadação. Essa dependência, conjunta às práticas de responsabilidade social, é uma das formas pelas quais as empresas de mineração buscam se legitimar territorialmente, mesmo após os casos de desastre, como denota-se no trecho a seguir, uma fala do então presidente da Samarco, Rodrigo Vilela, em um material sobre riscos e oportunidades realizado pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM).

Quando a Samarco voltou a operar, em dezembro de 2020, **recebemos a chamada licença social**. Saber que a comunidade no **nosso entorno queria nossa retomada** aumenta nosso desafio em entregar valor para a sociedade e manter, de maneira responsável, nossa função social, por meio da geração de emprego e tributos. Cumprimos uma série de requisitos técnicos e sociais e ainda temos muito a cumprir (IBRAM; EY, 2023, p. 13, grifos nossos).

O excerto anterior associa o retorno da Samarco à licença social para operar e ao desejo de parte da comunidade do entorno que a empresa retomasse suas operações. Esse discurso pretende ocultar o fato de que a própria concessão da Licença de Operação Corretiva (LOC) – concedida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), no dia 25 de outubro de 2019, dez dias antes do marco de quatro anos do rompimento da barragem de Fundão – foi alvo de diversas críticas por parte das comunidades atingidas, pesquisadores e movimentos sociais. Muito mais do que uma licença social para operar, o retorno da Samarco esteve associado à concessão da licença ambiental pela mesma política ambiental, capturada pelo setor mineral e que possibilitou a ocorrência do desastre.

No trecho citado, o então presidente da Samarco fala de “nosso entorno”, narrativa e termo que aparece em muitos dos documentos e materiais voltados à responsabilidade empresarial no setor extrativo. Como demonstrado no primeiro capítulo desta tese, às práticas voltadas a esse entorno se estabelecem a partir da constituição de uma política extramuros, isto é, quando a esfera de atuação da empresa passa a se relacionar e operar nos territórios que estão para além do seu espaço diretamente operacional (intramuros). A relação entre entorno-empresa é, como já sinalizado, uma marca central do capitalismo contemporâneo, especialmente nos setores altamente dependentes de recursos territoriais. Se as políticas extramuros são orientadas a esses sujeitos críticos situados no “entorno” de um projeto de mineração – ou ao longo de suas estruturas operacionais e logístico, como no caso de minerodutos, plantas de beneficiamento, ferrovias e portos – o que seria o “entorno” no caso de desastres de grandes proporções, como ocorreram nas bacias do Rio Doce e Paraopeba? A que sujeitos seriam direcionadas às estratégias de gestão da crítica nos casos em que as “externalidades negativas” produzem efeitos em populações situadas a quilômetros de um empreendimento?

A fala de um funcionário da diretoria de reparação da Vale, para o caso do Paraopeba, ajuda a compreender que a partir desses desastres a atuação da empresa ficou mais “espalhada geograficamente, com um **perímetro muito mais robusto** [...] agora **o número de stakeholders é muito maior**, por que a gente tem 25 prefeitos e os secretários todos né, mais o Estado” (Oliveira, 2023, p. 97, grifos nossos). Outra fala que expõe essa expansão da área de atuação das empresas após os desastres foi realizada pela então Diretora de Sustentabilidade da Samarco, Roseane Santos,

em uma palestra denominada “Mariana 10 anos – o que aprendemos?”, realizada no 10º Seminário Mineração &/X Comunidades¹⁶⁰, em maio de 2025, promovido pela Revista Brasil Mineral:

Hoje a Samarco precisa dialogar com 49 prefeituras, antes não chegava a 10. **Hoje a gente abraça comunidades que não estavam na nossa operação, não faziam parte da nossa área de influência.** E hoje a gente precisa construir soluções de diálogo, de atendimento de expectativa e de dimensionamento de expectativa para pessoas que eu nunca dialoguei.

Essas falas suscitam duas reflexões: a primeira diz respeito ao título deste capítulo, “de quando o ‘entorno’ desce o rio”, que busca enfatizar que a partir dos desastres as práticas das empresas centradas no gerenciamento de seus críticos não mais se circunscrevem a um município, a uma comunidade, mas se estendem ao longo do território atingido – elemento também presente na Fundação Renova, que foi criada já como uma organização voltada para essa abrangência territorial. A segunda reflexão diz respeito a algo que a primeira fala – do funcionário da empresa Vale – parece procurar esconder, que são os próprios sujeitos atingidos, transformados em “partes interessadas” por meio dos desastres, à revelia de suas decisões.

Isso leva a uma estratégia empresarial central na relação com essas “partes interessadas” – com as comunidades e organizações presentes nos territórios atingidos – que são as formas institucionais internas de gestão dos ditos *stakeholders*. Isto vai ao encontro de um dos objetivos desta pesquisa, que é analisar como os conflitos são identificados e abordados dentro das corporações. Como já sinalizado brevemente no primeiro capítulo, tanto a Fundação Renova quanto a Samarco e a Vale utilizam sistemas próprios de gestão de *stakeholders*, que utilizam com o objetivo de mapear e identificar os sujeitos e organizações vinculadas afetados por seus projetos e pelos desdobramentos dos desastres.

A análise de diversos documentos relacionados ao desastre da Samarco/Vale/BHP indica que a Fundação Renova utilizava, desde sua criação, um sistema voltado ao gerenciamento das partes interessadas ao longo de toda a bacia do Rio Doce. Esse sistema, denominado de Sistema de Gestão de *Stakeholders* (SGS)¹⁶¹, é apresentado em um dos manuais de gestão de programas da

¹⁶⁰ A palestra pode ser consultada em: <https://www.youtube.com/watch?v=r3gMGnh1ivw&t=4203s>. Acesso em: 3 jul. 2025.

¹⁶¹ Segundo um relatório da Ramboll (2018, p. 10) o SGS da Fundação Renova integrava diferentes módulos relativos aos programas implementados pela Fundação, permitindo uma gestão integrada de

Fundação¹⁶². No manual são descritos parâmetros e diretrizes que orientam a ação dos responsáveis pelos programas e projetos, dentre eles os funcionários responsáveis pelo diálogo com as comunidades e com os representantes de instituições públicas e organizações da sociedade civil. Tanto o sistema de gestão de stakeholders quanto o sistema gestão de riscos são descritos como processos transversais, isto é, que atravessam toda a gestão e governança da Fundação Renova. Nesse documento, há a seguinte indicação a respeito da importância desse mecanismo de gestão para a Renova.

A gestão dos *stakeholders* tem o objetivo de **antecipar as possíveis reações e interesses** dos grupos ou indivíduos que afetam ou são afetados pelos programas e projetos da Fundação, buscando **a satisfação e concordância** dos stakeholders chaves na entrega dos resultados. Os processos de gestão dos stakeholders contemplam **o mapeamento das partes interessadas**, a identificação das suas **necessidades críticas** e a definição de como deve ser a **comunicação com cada público**. Os responsáveis pelos programas devem promover a realização destes processos contando com a parceria da Gerência de Comunicação e relações governamentais (Renova, 2016, p. 19, grifos nossos).

Esse trecho demonstra que as práticas de gestão de *stakeholders*, ou de gestão da crítica, como aqui denominado, procuram antecipar as possíveis reações dos sujeitos críticos, no intuito de atender de alguma forma seus interesses. Essas práticas envolveriam o mapeamento, identificação das “necessidades críticas” e estabelecimento de uma estratégia de comunicação adaptada a cada um dos públicos, indo ao encontro do que Godfrid (2020) chamou de estratégia de legitimação comunicacional.

diferentes aspectos, como os indicados a seguir: “i) de manifestações; ii) de auxílio financeiro; de Indenização (PIM); iii) de cadastro emergencial; iv) de cadastro integrado; v) de gestão de stakeholders”.

¹⁶² O acesso a esse manual se deu por meio da investigação nos documentos apensados ao processo relacionado a uma das câmaras técnicas do Comitê Interfederativo (CIF).

Figura 9 - Sistema de Gestão de Stakeholders (SGS) - Fundação Renova.

IBAMA/PR/RES

IDENTIFICAÇÃO DOS STAKEHOLDERS E ABORDAGEM DE GESTÃO

Nome do programa: PG000 - Xxxxxxx

Data de atualização: 24-mai-16

>> IDENTIFICAÇÃO E ABORDAGEM DE GESTÃO

#	Nome do Stakeholder	Organização / Função	Papéis no programa	Interesses chaves	Nível de Interesse	Nível de poder	Estratégia sugerida	Abordagem de gestão	Controle de Engajamento
1	Fernando José Cameiro Magalhães	Prefeito de Barra Longa	Cliente	Ter a cidade de Barra Longa completamente recuperada em uma situação melhor que a anterior. Ter seu nome associado aos bom trabalhos realizados.	Alto	Alto	Gerir de perto	Explique como você vai efetivamente envolver as partes interessadas durante todo o ciclo de vida dos programas/projetos, com base em suas necessidades, interesses e potencial impacto sobre o sucesso do programa/projeto.	Descrever o processo de como você vai monitorar e possivelmente ajustar o envolvimento das partes interessadas.
2					Baixo	Alto	Manter satisfeito		
3					Alto	Baixo	Manter informado		
4					Baixo	Baixo	Monitorar		
5							Campo calculado		
6							Campo calculado		
7							Campo calculado		
8							Campo calculado		

Fonte: Renova (2016).

A imagem anterior (Figura 9) é uma página do anexo desse manual, que apresenta um quadro desse sistema de gestão de *stakeholders* utilizado pela Fundação Renova em 2016. A análise desse quadro permite a identificação de vários aspectos de como a Fundação Renova buscava classificar os sujeitos potencialmente críticos a sua forma de gestão do desastre a partir da implementação dos programas definidos no TTAC.

Esse sistema, utilizado em cada um dos programas da Fundação Renova, compreende nove campos: i) nome do *stakeholder*; ii) organização/função; iii) papéis no programa; iv) interesses chaves; v) nível de interesse; vi) nível de poder; vii) estratégia sugerida; viii) abordagem de gestão, em que o responsável deve indicar como vai envolver o *stakeholder* em questão durante todo o ciclo de vida do programa, observando as necessidades, interesse e potencial impacto sobre o programa; ix) controle de engajamento, no qual o responsável deve descrever o processo de monitoramento e de engajamento desse *stakeholder*.

Segundo o próprio manual, a partir de diferentes parâmetros o sistema indicava uma estratégia sugerida para o responsável por aquela parte interessada: “sistema de Gestão de *Stakeholders*, onde serão cadastradas, de forma estruturada, todos os dados e informações relacionados aos stakeholders da Fundação, a fim de **permitir o conhecimento e tomada de decisões estratégicas**” (Renova, 2016, p.21, grifos nossos).

Nessa página do manual que trata do SGS é apresentado um modelo que fornece instruções aos funcionários da Fundação. O exemplo trata do prefeito de Barra Longa à época. É importante destacar aqui que o povoado de Gesteira, em Barra Longa, foi uma das comunidades diretamente atingidas pela lama de rejeitos da barragem de Fundão. O SGS apresentado no manual possui um campo para uma breve descrição dos interesses chaves desse o *stakeholder*. O texto de exemplo sinaliza o seguinte: “Ter a cidade de Barra Longa completamente recuperada em uma situação melhor que a anterior. Ter seu nome associado aos bons trabalhos realizados”. O sistema também inclui a indicação do nível de interesse – alto no caso do exemplo – e do nível de poder – também sinalizado como alto. O próximo campo representado trata-se da estratégia sugerida, que é indicado como um “campo calculado”, o que dá indícios que esse campo é uma classificação feita pelo próprio sistema a partir das informações preenchidas nos campos anteriores.

Como exemplo de “estratégias sugeridas” há, para o prefeito de Barra Longa, o indicativo de “Gerir de Perto” – tendo em vista os casos de alto interesse e alto poder. Nos casos de nível de interesse baixo e poder alto, a estratégia sugerida é “Manter Satisfeito”; nos casos em que o interesse for alto e o poder baixo, há a indicação apenas de “Manter informado”; e, por fim, nos casos de baixo interesse e baixo poder a estratégia seria “Monitorar”. O SGS indica ainda dois outros campos: um voltado à “abordagem de gestão”, em que o funcionário deve indicar quais técnicas serão utilizadas para “envolver as partes interessadas”; e outro campo voltado ao “controle de engajamento”, que trata das formas como o funcionário vai “monitorar” as formas de resposta desse *stakeholder*, ajustando as formas de produção de engajamento e legitimação.

É possível apreender desse sistema de gestão das partes interessadas no caso do Rio Doce elementos que se relacionam com toda a discussão que trazida a respeito das formas de gestão da crítica social que foi discutida no primeiro capítulo desta tese. Por exemplo, a depender no nível de influência de um sujeito crítico, as formas e os mecanismos de gerenciamento das empresas, no caso da Fundação Renova, seriam modificados e ajustados, indicando um gerir mais de perto ou apenas manter o nível de satisfação. Elementos que têm ressonância também com o que indicam Acselrad e Assis (2022) a respeito do papel desses mapeamentos, que buscariam classificar os *stakeholders* a partir de dois critérios: “seu potencial (i) para ameaçar ou (ii) para cooperar com a organização”.

Indivíduos e grupos que as empresas consideram ter “grande interesse” no projeto e “grande poder” de atuar sobre ele deverão, conforme as estratégias do management, ser “gerenciados de perto”. No caso dos agentes em cooperação com a empresa, tais como financiadores, gerentes e diretores, “gerenciar de perto” quereria dizer ter com eles uma “conversa”, com vistas a mantê-los alinhados às necessidades do projeto. No caso dos críticos do projeto – designados alternativamente como “bloqueadores”, “destrutivos” ou “perigosos”, não bastariam simples “conversas”: seriam necessárias ações de gerenciamento, isolamento e negociação (Acselrad; Assis, 2022, p.14).

Dessa forma, o mapeamento das partes interessadas no escopo da atuação da Fundação Renova buscava orientar essas diferentes formas de engajamento, a depender do nível de cooperação ou ameaça dos diferentes sujeitos e organizações à implementação dos programas da Fundação. Essas diferentes estratégias de atuação serão retomadas quando se apresentarão alguns relatos e casos

relacionados às práticas da Fundação Renova e da Vale no gerenciamento das comunidades.

Além disso, destaca-se que os termos utilizados pela Fundação “engajamento”, “envolver”, “monitorar” fazem parte do próprio léxico desse campo empresarial, como bem demonstra Giffoni Pinto (2019). É interessante notar que, especificamente nesse sistema, não se coloca em questão os problemas ou divergências relativas ao desenvolvimento do processo de reparação – com reavaliação das medidas adotadas nos cumprimentos dos projetos e programas – mas busca-se, sobretudo, constituir formas de gestão desses críticos por meio da indicação de técnicas diretamente relacionadas ao “engajamento”.

Em outro documento da Fundação Renova (2017) – incluso em uma Nota Técnica realizada pela Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CT-OS)¹⁶³ – é possível identificar, a partir de alguns grupos específicos, o que a Fundação Renova entende enquanto engajamento de partes interessadas, a partir de um quadro de alguns desses *stakeholders* no que diz respeito ao Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI)¹⁶⁴. Ainda que seja um recorte de um período no tempo, e esteja presente em um documento institucional da Fundação, esse histórico de engajamento sinaliza elementos de como a Renova materializava em seu funcionamento práticas relacionadas às estratégias empresariais de gestão da crítica. Dentre as organizações indicadas nesse material estão, por exemplo, o Movimento dos Atingidos por Barragem – como já indicado, uma importante organização de mobilização da população atingida –, órgãos públicos em geral, as instituições de justiça, as Assessorias Técnicas (com destaque para Cáritas e AEDAS,

¹⁶³ As Câmaras Técnicas estavam inseridas dentro da estrutura de governança do Comitê Interfederativo (CIF) e tinham a função de acompanhar e verificar o desenvolvimento pela Fundação Renova dos programas indicados no TTAC.

¹⁶⁴ Esse programa era um dos programas basilares do processo de reparação estabelecido pelo TTAC, abordado nas cláusulas 19 a 30 do acordo. Tinha por objetivo levantar informações sobre as perdas materiais e as atividades econômicas afetadas pelo rompimento, através da realização de cadastro individualizado de famílias e pessoas físicas e jurídicas ao longo da bacia do Rio Doce. Esse cadastro começou a ser executado pela Samarco antes mesmo da criação da Fundação Renova, a partir de junho de 2016 foi criado o Cadastro Integrado, sob responsabilidade da empresa Synergia Socioambiental, contratada pela Samarco e Renova para o desenvolvimento e aplicação do cadastro. A empresa Synergia tem um histórico de relação com empresas do setor mineral, tendo realizado projetos de relacionamento comunitário e programas socioambientais, por exemplo, para a Vallourec, em Brumadinho (MG), para a AngloAmerican em Conceição do Mato Dentro (MG) e para a Vale, no Pará e no Maranhão.

atuantes no Rio Doce), as Comissões de Atingidos, as Associações dos Atingidos e o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (Gesta) da UFMG¹⁶⁵.

São indicadas pela Fundação Renova algumas estratégias de engajamento para essas organizações, sintetizadas a seguir: para as instituições de justiça, “Monitoramento dos posicionamentos acerca das ações da Fundação Renova”; para o Gesta e as assessorias técnicas, “Busca e análise de textos, artigos, manifestos que versem sobre as ações da Fundação Renova”; para o MAB, “Monitoramento das publicações relativas ao rompimento da barragem”. Além disso, para os diversos grupos destacados, é indicada como uma das estratégias de engajamento a participação em reuniões com a presença de membros dessas organizações, bem como em atividades por elas organizadas. Um dos resultados esperados por essas estratégias é sinalizado no documento como “Estimular que as discussões e críticas ao programa levem em consideração o estágio de desenvolvimento do programa” (Renova, 2017).

Denota-se que por meio do mapeamento e engajamento de *stakeholders*, a Fundação Renova definia como acompanhar organizações da sociedade civil próximas ao caso, inclusive abordando organizações não propriamente compostas por atingidos, como é o caso do grupo de pesquisa Gesta, ou do MAB. Essas estratégias de engajamento indicam práticas que buscavam investigar as vozes críticas e identificar os enunciados críticos, para, assim, estimular que essas discussões se centrassem no estágio do desenvolvimento do programa (de cadastro dos atingidos), isto é, no seu avanço, sem permear questões maiores relativas ao processo de reparação e a sua efetividade. A atenção aos “posicionamentos” e “manifestos” dessas organizações indicam uma preocupação da Renova com seu “capital reputacional” – e, conseqüentemente, das empresas Samarco/Vale/BHP – envolvendo, inclusive, o acompanhamento dos posicionamentos de instituições de justiça, organizações de atingidos, grupos de pesquisa e movimentos sociais.

Para compreender o uso de diferentes tecnologias e formas de gestão e mapeamentos dos críticos no caso do Rio Doce, é possível destacar um exemplo vinculado ao projeto piloto “Pescador de Fato”, realizado pela Fundação Renova. Ele

¹⁶⁵ O grupo de pesquisa Gesta teve um importante papel no acompanhamento das questões relativas ao processo de reparação no caso do Rio Doce, produzindo diversos estudos que buscam demonstrar a violação de direitos e problemas relacionados às práticas da Fundação Renova na implementação dos programas do TTAC.

foi realizado entre 2018 e 2019 nos municípios de Linhares (ES) e Conselheiro Pena (MG), e estava inserido no âmbito das políticas indenizatórias do Programa de Indenização Mediada (PIM) estabelecido no TTAC. O desenvolvimento do projeto foi realizado tendo em vista a complexidade da realidade da pesca no caso do Rio Doce, uma vez que muitos dos pescadores não encontravam formas de comprovar que desenvolviam tal atividade e teriam direito à indenização.

Dessa forma, foi desenhado um instrumento baseado na produção de uma “cartografia social da pesca”, que tinha por objetivo desenvolver um “arquétipo do pescador de fato” e identificar quais sujeitos teriam direito à indenização. A cartografia social é um instrumento que tem sido desenvolvido nas últimas décadas na América Latina e envolve uma série de iniciativas de mapeamento participativo e comunitário voltadas à luta por reconhecimento territorial. Ele pode ser entendido “como a apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão” (Acseirad; Viégas, 2013, p. 17). No entanto, como sinaliza a Nota Técnica 43 da CT-OS do CIF, esse instrumento foi utilizado de forma indevida pela Fundação Renova. Segundo essa nota, a Fundação Renova utilizou essa metodologia como forma de indicar a inelegibilidade dos pescadores ao direito à reparação por meio da indenização. A seguir são reproduzidos alguns pontos destacados pela CT-OS.

[...] o uso da metodologia para excluir do escopo de uma política reparatória membros que não se enquadrem nos critérios verificados é extremamente problemática, uma vez que passa a funcionar como contraprova e limitação de direitos. [...] Outro aspecto relevante é que os pescadores são, de antemão, confrontados com a expectativa de reparação que o projeto gera, ao mesmo tempo em que a participação no processo implica na produção de um documento que poderá ser usado como contraprova à sua declaração. **A** elaboração comunitária da cartografia produzirá critérios que terão o condão de eliminar do processo membros daquela própria comunidade, indo na contramão da finalidade para qual é concebida. [...] Se a participação no processo de elaboração da cartografia social tem o condão de viabilizar a voz da pessoa atingida, no processo de representação cartográfica, do seu entendimento do que são os elementos técnicos e simbólicos da identidade do pescador local, tal participação implica também em que a própria pessoa seja inserida em um processo de legitimação de critérios de exclusão, que serão utilizados como auditoria e parâmetros de análise tanto da narrativa de seus pares quanto da sua própria (CT-OS, 2020, p. 27).

A nota técnica discorre sobre diversos outros problemas relacionados a esse projeto piloto. No entanto, para os fins da discussão desse texto, considera-se pertinente trazer esse elemento para demonstrar: i) como a Fundação Renova se

utilizou de uma forma de produção cartográfica utilizada por grupos sociais excluídos para assim produzir um mapeamento desses sujeitos sociais potencialmente críticos; ii) e como esse instrumento – que tradicionalmente tem como fundamento a produção coletiva e participativa buscando fortalecer processos de reconhecimento territorial – foi apropriado e transformado como mecanismo de deslegitimação e desclassificação da identidade territorial dos pescadores nos dois municípios alvos do projeto piloto. Essas questões se relacionam com a perspectiva sinalizada na introdução de como as estratégias de gestão da crítica nos casos dos desastres analisados vão sendo adaptadas. No caso específico desse projeto, ele não teve continuidade e foi alvo de críticas por diversas organizações e comunidades atingidas.

Outro instrumento realizado pela Fundação Renova que é possível incluir como uma das formas de mapeamento dos sujeitos críticos é o Plano de Ação Territorial (PAT), que era realizado para cada um dos territórios atingidos. Esse plano orientava a atuação das equipes do Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social¹⁶⁶, bem como da Gerência Corporativa de Diálogo e Canais de Relacionamento. Os planos territoriais da Fundação Renova, pelo que foi possível constatar em documentos da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social (CT-PDCS), se inserem em uma reconfiguração da atuação da Fundação a

¹⁶⁶ Esse programa envolvia ações voltadas a garantia de acesso à informação pela população atingida, bem como determinava os mecanismos de participação no processo de reparação, era definido a partir das cláusulas 59 a 72 do TTAC. É possível compreendê-lo em analogia ao setor de relacionamento comunitário presentes nas empresas mineradoras. Além dos funcionários próprios da Fundação Renova atuantes nesse programa, a Renova contratou, a partir de 2017, a empresa Herkenhoff & Prates (H&P) para a “prestação de serviços de Consultoria Técnica, compreendendo a atuação estratégica e tático-operacional nas ações de Relacionamento e Diálogo Social da Fundação Renova junto a seus públicos de interesse” (H&P, 2025^a, grifos nossos). O trabalho realizado pela empresa envolvia “o planejamento e o apoio estratégico ao Diálogo Social, **o monitoramento do nível de tensão e satisfação nos territórios, o mapeamento e a gestão do relacionamento com stakeholders-chave**, escutas e cadastros complementares, articulação interna, além da execução de ações de diálogo coletivo, diálogo individualizado, visitas diversas, campanhas de mobilização e gestão de manifestações e demandas” (H&P, 2025^a, grifos nossos). Essa empresa, que comporia o que tem-se chamado de “cinturão corporativo”, assim como a Synergia, também tem um histórico de desenvolvimento de trabalhos com o setor de mineração, como, por exemplo, a Vale, a Bamin, a Hydro, Anglo American, Alcoa, ArcelorMittal e a própria Samarco. Interessante destacar que a empresa atuou junto à Samarco, em 2021, período em que também realizava trabalhos para a Fundação Renova, desenvolvendo “diálogo socioinstitucional” com as comunidades atingidas ao longo do Rio Doce no intuito de promover a “construção de maior legitimidade, qualidade e gestão da atuação dos empreendimentos no território” (H&P, 2025^b). Segundo a própria empresa suas “ações contribuíram para **identificar potencialidades, oportunidades e riscos para a atuação do empreendimento em seus territórios de influência e para desenvolver lideranças e grupos sociais**, estimulando a construção de capital social e potencializando o desenvolvimento socioeconômico das comunidades” (H&P, 2025^b, grifos nossos).

partir de 2019, que passou a adotar um modelo de gestão interna pautada na gestão territorial integrada (CT-PDCS, 2021).

Esses planos apresentavam uma caracterização do respectivo território, os programas nele presentes e o histórico de relacionamento da Fundação com o território – em que indica o número de diálogos coletivos, diálogos individuais e protestos, relacionados a cada um dos programas. Acredita-se ser interessante trazer aqui o que a Fundação definia como protesto, o que permite observar uma das formas como eram realizados os tratamentos dessas situações pela Fundação Renova.

No âmbito do processo de reparação e compensação pelos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, **é considerado protesto toda ação não rotineira, mobilizada por uma ou mais pessoas** (atingidas ou não), com o objetivo de manifestar publicamente seus posicionamentos (opinião, reivindicação, ideia ou sentimento) e/ou reivindicar o atendimento de suas demandas, junto à Fundação Renova e a outros entes da reparação. **Os protestos, portanto, tentam influenciar e gerar pressão sobre os rumos do trabalho de reparação e compensação sem utilizar os meios convencionais e formalmente estabelecidos** (Canais de Relacionamento, reuniões e outras ações de diálogo social ou espaços de governança) **para vocalizar suas reivindicações.**

Diante de situações de protesto, a Gerência de Diálogo e Canais de Relacionamento especificamente, por atuar diretamente em contato com as **principais lideranças e públicos interessados** na reparação, tem como papel manter **espaços dialogais** que permitam a compreensão dos pleitos, a disponibilização de informações e esclarecimentos e a análise do contexto, bem como realizar o encaminhamento de demandas, expectativas e necessidades junto às demais áreas e programas da Fundação Renova (Renova, 2024b, p. 27, grifos nossos).

Além desses aspectos, os PATs apresentavam as principais demandas coletivas e individuais, registrando as diversas manifestações relacionados a cada um dos programas realizados pela Fundação. Um dos elementos que está presente nesse plano e interessa para este trabalho é um campo denominado “Organização das pessoas atingidas e partes interessadas”, em que a Fundação identificava de que forma estavam organizados os atingidos no território, sinalizando, por exemplo, as comissões de atingidos, as Assessorias Técnicas, associações e outras organizações da sociedade civil, estabelecendo, inclusive, um histórico desse processo de organização.

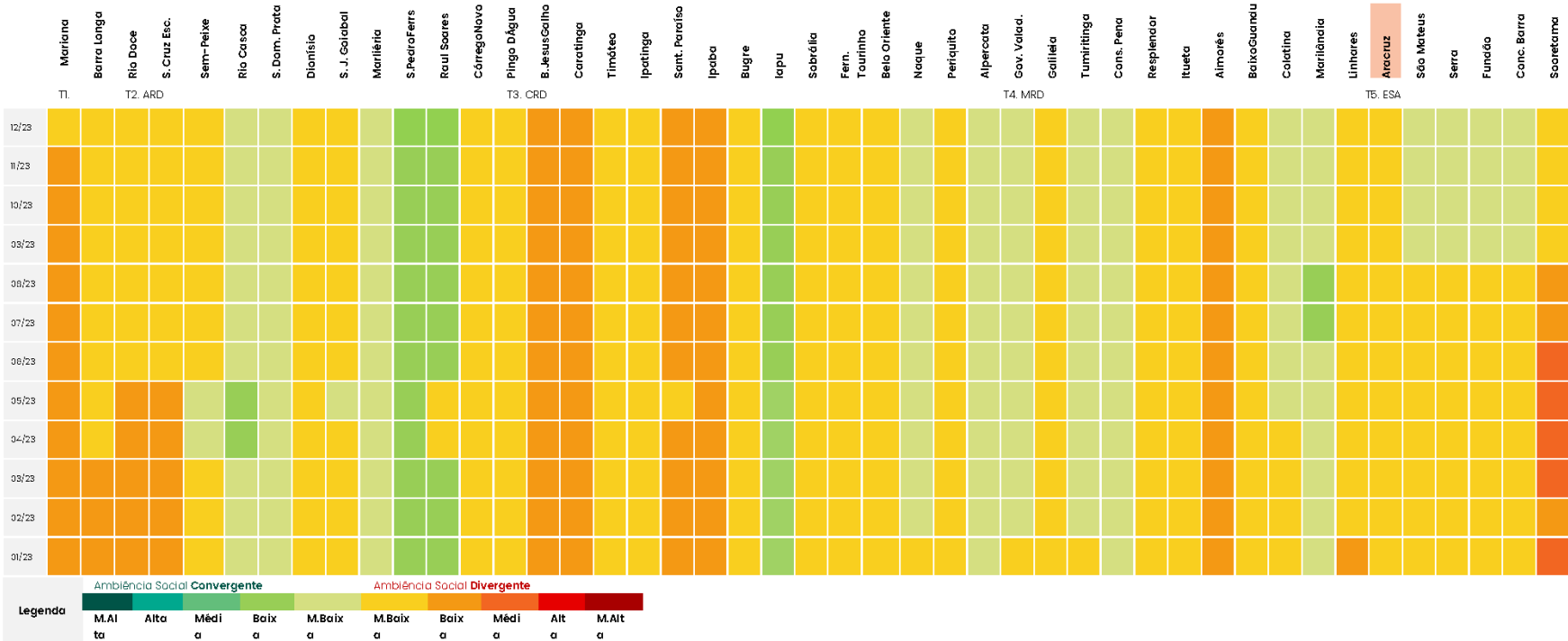
A Fundação Renova apresentava nesses documentos o que denominava de análise de cenário, em que era executado um mapeamento daquilo que chamava de ambiência social, da ambiência institucional e socioinstitucional dos territórios de atuação. Esse mapeamento era realizado por meio de uma escala que varia entre

convergência e divergência, em relação às expectativas dos territórios sobre as ações realizadas pela Renova. Tal mapeamento orientava as ações da Fundação e era pauta das reuniões do Conselho de Curadores, nas quais eram apresentados os pontos mais críticos, os territórios com mais protestos, tensionamentos e ações críticas, os principais pleitos e se esses tinham ou não potencial de resolução. Além disso, encontrou-se em uma resposta da Fundação Renova, presente em um relatório de acompanhamento da auditoria externa independente Ernest Young que tratava de questões relacionadas a essa análise de cenário, a indicação da elaboração mensal de uma Matriz de Stakeholders:

Adicionalmente, todos os meses, também é elaborada a Matriz de Stakeholders, que envolve o mapeamento de representantes dos atingidos e demais partes interessadas relevantes para os territórios, além de apontar **as redes das quais fazem parte** (EY, 2020, p. 7, grifos nossos).

Apesar de não terem sido encontradas outras referências a essa matriz, essa indicação corrobora os elementos destacados anteriormente a respeito desse mapeamento tanto dos sujeitos quanto das organizações sociais a eles relacionadas. A seguir é reproduzido um quadro (Figura 10) que representa esse mapeamento da ambiência social realizado pela Renova, para os doze meses de 2023, no qual é possível observar todo o território atingido, desde Mariana, no lado esquerdo, até Soterama (ES), no lado direito, passando pelos municípios atingidos ao longo do Rio Doce. A Fundação Renova também realizava um mapeamento da ambiência social por temática por mês para cada um dos territórios – usando os mesmos indicadores (Figura 11).

Figura 10 - Mapeamento de ambiência social – municípios do Rio Doce – 2023.



Fonte: Renova (2024b).

Figura 11 - Mapeamento de ambiência social – Mariana (MG) – junho/2023.

	CADASTRO INTEGRADO	INDENIZAÇÃO E AFE	ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	ATIV. AQUÍCOLAS E PESQUEIRAS	ECONOMIA E INOVAÇÃO	REPARAÇÃO AMBIENTAL	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	REASSENT., MORADIA E INFRAEST.	PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE	POVOS TRADICIONAIS	TURISMO, CULT., ESP. E LAZER
MARIANA	Divergência Baixa	Divergência Baixa	Divergência Baixa	Não se aplica	Divergência Baixa	Convergência Muito Baixa	Convergência Muito Baixa	Divergência Muito Alta	Convergência Muito Baixa	Divergência Muito Baixa	Convergência Muito Baixa

Fonte: Renova (2023).

Na Figura 11 é possível identificar esse mapeamento a partir do município de Mariana, para o mês de junho de 2023. Pode-se, por exemplo, observar o grau de divergência muito alta em relação aos reassentamentos, tendo em vista os atrasos por parte da Fundação Renova na entrega das residências para as pessoas das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo¹⁶⁷. Esse mapeamento feito pela Fundação identificaria os principais pontos de divergência da população de determinado território com suas práticas, orientando, assim, suas ações, sobretudo no que diz respeito ao Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social.

Não por mera coincidência, a Samarco apresenta em seus relatórios de sustentabilidade o uso de um índice que possui o mesmo nome do utilizado pela Fundação Renova: Índice de Ambiência Social (IAS). O que reforça o entendimento do papel de controle das empresas Samarco/Vale/BHP sobre a Renova. Além disso, esse elemento pode sinalizar uma certa troca de práticas e técnicas de gestão da crítica entre a Fundação e a Samarco, que poderia também ser explicada pelo constante número de funcionários que atuaram em distintos momentos nas duas “empresas”. Segundo a Samarco (2022) esse índice é de um indicador próprio que foi estruturado em 2022, composto por seis variáveis sendo “uma medida estatística que acompanha o clima no território com base em dimensões analíticas” (Samarco, 2024, p. 62) e tem o objetivo de avaliar “a percepção das comunidades considerando grupos sociais ativos, empreendimentos próximos e conflitos locais” (Samarco, 2025, p. 53).

A produção desses mapeamentos e dessas formas de visualização da criticidade no caso da bacia do Rio Doce vão ao encontro das discussões estabelecidas por Acselrad e Assis (2022; 2024) sobre os sentidos dos diagramas nas estratégias empresariais, que objetivam conformar uma espécie de “‘geometria’ da representação do espaço social presente nas estratégias de visualidade diagramática das empresas do capitalismo extrativo” (Acselrad; Assis, 2022, p. 5). O mapeamento da ambiência social por parte da Fundação Renova poderia ser compreendido no sentido do que esses autores denominam de uma “topologia das relações de força”. Esses mapeamentos orientariam, por exemplo, na definição das áreas e municípios em que a Fundação deveria atuar de forma mais assertiva, especialmente no que diz

¹⁶⁷ Foram apresentados os dados do município de Mariana apenas para exemplificação, mas o PAT é realizado para todos os territórios ao longo do Rio Doce e apresenta esse mapeamento por temática para todos os municípios.

respeito às suas estratégias de comunicação e diálogo. Além disso, ajudariam a identificar quais são as temáticas centrais relacionadas às divergências frente às suas ações em cada território. A produção de uma linha do tempo mês a mês dessa ambiência social permitiria também à Fundação monitorar quais territórios tiveram um aumento da divergência ou da convergência, avaliando assim as estratégias de engajamento utilizados, bem como o avanço de aspectos críticos ou conflitivos.

Uma das atividades realizadas pela Fundação que alimentava o SGS e, por consequência sua estrutura geral voltada à gestão da crítica na bacia do Rio Doce, era o Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI). Por meio desse cadastro, realizado desde 2016, voltado à identificação e classificação dos atingidos, a Fundação também realizava um mapeamento não só das características e dados voltados propriamente ao processo de reparação, como no caso das informações relacionadas à indenização, mas também um mapeamento das relações políticas da população ao longo do Rio Doce. Esse elemento pode ser observado em uma análise desse cadastro feito pelo GESTA (2016). Algumas das perguntas presentes no cadastro parecem objetivar mais a realização de um mapeamento das comunidades e da ação dos movimentos sociais do que dar base material para os programas socioeconômicos. Como pode-se notar nas questões a seguir, presentes no Cadastro Integrado:

28.28.36 “A família sabe indicar até **3 pessoas que considerem como lideranças locais?**”;

28.28.37.1 “Indique 3 pessoas que a família considere como lideranças locais”; 28.28.38 “A família sabe indicar **organizações/instituições que tem atuado no território após o evento?**”;

28.28.39.1 “Identifique as organizações/instituições que tem atuado no território após o evento” (GESTA, 2016, p. 72).

De acordo com o parecer, eram indicadas como opções de resposta organizações como o MAB e o Comitê em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, o que indicaria o uso do cadastro como uma forma de aprofundar o mapeamento das organizações e dos movimentos sociais presentes no território, como apresentado anteriormente. Além dessa questão do mapeamento, é importante destacar que esse programa por si só apresenta diversos problemas em relação a sua efetivação, produzindo o que autores como Kirsch (2014), Zhouri (2023), Zucarelli (2024) e Oliveira (2024) denominaram de uma “política do tempo”. Nessa política, as empresas

utilizariam uma série de mecanismos de gerenciamento do tempo da reparação, demandando a necessidade de constantes comprovações por parte dos atingidos, que teriam por objetivo atender seus objetivos. Essa relação entre morosidade da reparação e interesse das empresas é destacada por um procurador federal, que integrou a força tarefa dedicada ao caso.

Vale, Samarco e BHP estabeleceram um sistema que leva a que, **quanto mais vagaroso for o ritmo inicial de aporte de dinheiro que façam para a Renova, menos precisarão gastar, ao final, com a reparação total**. Isso porque o acordo que elas fizeram com a União e os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo prevê que os montantes das transferências de dinheiro sejam recalculados, periodicamente, a partir do que tenha sido gasto no período anterior, e não em função do que efetivamente precisa ser gasto. Assim, gastar menos no período anterior traz para as empresas como consequência, menores gastos para o seguinte (Dias Netto Junior, 2019, p. 4, grifos nossos).

Dessa forma, o cadastro dos atingidos e os mecanismos relacionados à identificação e classificação desses enquanto impactos ou não-impactos, isto é, aptos a serem contemplados pelas medidas da reparação, serviria, por um lado, na gestão do custo da reparação (Oliveira, 2024) e, por outro, na gestão da crítica social ao possibilitar o mapeamento e identificação dos atingidos e das organizações e movimentos sociais atuantes nos territórios atingidos. Esse processo também pôde ser observado durante a pesquisa para o caso do Rio Paraopeba, a partir das práticas da Vale voltadas às ações emergenciais e às indenizações individuais, vinculadas aos danos morais e materiais¹⁶⁸.

No caso da bacia do Paraopeba, a Vale ficou responsável pelo pagamento de um auxílio emergencial para as pessoas e empresas atingidas entre 2019 e 2021. A empresa estabeleceu uma série de Postos de Registro para Indenização (PRIs) nos municípios ao longo do Rio Paraopeba. Após a assinatura do Acordo de Brumadinho, em 2021, esse pagamento ficou sob responsabilidade da FGV, entidade escolhida pelas instituições de justiça para realizar os pagamentos do Programa de Transferência de Renda (PTR). No entanto, entre 2019 e 2021, a Vale quem realizou

¹⁶⁸ Importante destacar que, no caso do desastre da Vale, nos momentos iniciais não foram realizados registros ou cadastros de pessoas para não acarretar violação aos direitos humanos. Orientação de acordo assinado entre a Vale e o MPMG. Nesse período, a empresa Vale usou um formulário emergencial.

esse cadastro dos atingidos, o que teria permitido esse levantamento de informações da população – dos *stakeholders* – ao longo da bacia do Rio Paraopeba.

Para esta tese, obteve-se acesso por meio do portal da Auditoria Socioambiental, realizada pela Aecom, a um documento do Programa de Comunicação Social e Relacionamento com a Comunidade (PCSRC), inserido no escopo do Plano de Reparação Socioambiental (PRSA). Segundo esse documento, elaborado pela Vale por meio da empresa Arcadis, ao longo do período pós-rompimento a Vale ampliou

[sua] área de relacionamento com as comunidades, estabelecendo a Gerência de Territórios da Reparação, que integra gestores e equipes específicas para Brumadinho e para a Bacia do Rio Paraopeba. A equipe de analista de relacionamento com a Comunidade (RCs) no território foi ampliada¹⁶⁹ para reforçar a busca por informação e outras demandas, individuais e/ou coletivas e passou a contar com o atendimento presencial direto (Vale; Arcadis, 2024, p. 5).

Um elemento interessante que pode-se destacar da análise desse PCSRC está presente em um dos pontos destacados em sua justificativa: “além disso, **rompeu-se o elo de confiança** da Vale S/A e a sociedade. A Vale é cobrada por apresentar respostas e ações rápidas, efetivas e claras, diante do **abalo na sua credibilidade**” (VALE; ARCADIS, 2024, p.11, grifos nossos). A partir desse trecho, é possível observar uma certa correlação entre as práticas de comunicação e de relacionamento com a comunidade, no caso do PRSA, com a perda de confiança e credibilidade da Vale.

Segundo o relatório, as ações de comunicação da empresa teriam

[o] “sentido não apenas de informação a população, mas também de obter insumos a partir da escuta, identificando: i) temáticas de interesse social; ii) **aspectos favoráveis ao relacionamento ou de tensionamento no território**; iii) insumos para os demais Planos, Programas e Projetos do PRSA” (Vale; Arcadis, 2024, p.13, grifos nossos).

Isso sinaliza essa perspectiva voltada à identificação de aspectos favoráveis ou críticos no território, que visariam orientar a ação da empresa. Ainda no que diz respeito especificamente a esse programa, é sinalizada pela Vale uma atuação direta em 154 agrupamentos sociais nos 26 municípios atingidos. De acordo com o relatório,

¹⁶⁹ Segundo o Relatório Integrado da Vale de 2022, a empresa possuía, nesse período, 25 profissionais de relacionamento com comunidades dedicados à reparação de Brumadinho (Vale, 2023, p. 38).

esse mapeamento das comunidades foi realizado pela Vale e sua equipe de relacionamento com a comunidade desde a implementação das ações emergenciais – elemento que apareceu em algumas entrevistas, como será demonstrado mais adiante no texto.

A equipe de comunicação atuante no território desde as ações emergenciais [...] mapearam as comunidades impactos no território de abrangência do PRSA, pesquisaram documentos oficiais, visitaram organizações locais, realizaram reuniões comunitárias, aplicaram entrevista e fizeram consultas com a população destes locais, bem como suas redes de relacionamento. Nessas ocasiões, as comunidades indicaram os líderes, associações, grupos, entidades que exercem representatividade, possuem competência para representar e/ou interesses diversos em cada uma delas (Vale; Arcadis, 2024, p. 28).

Segundo o relatório, no escopo específico do programa vinculado ao PRSA é utilizada uma Matriz de Participação dos Atores Sociais. Não obteve-se acesso a ela, no entanto, o relatório indica que se dá pelo mapeamento e o monitoramento dos atores sociais e dos públicos-alvo dos planos e programas vinculados ao PRSA. Essa matriz, ainda segundo o relatório, seria estruturada a partir de três informações: o plano ou programa, o grupo de atores sociais, classificados em direto e indiretos e agrupados em categorias e o nível de participação prevista¹⁷⁰.

Por fim, destaca-se um último elemento apresentado nesse plano, que interessa aqui para o que estamos demonstrando. Ainda que esse documento trate apenas do relacionamento com comunidades no escopo do PRSA, a equipe de relacionamento com comunidades da Vale não se restringe a ele, mas envolve outros compromissos da empresa vinculados ao Acordo de Brumadinho e a “outras iniciativas institucionais”. A essas iniciativas institucionais seria possível incluir os projetos realizados diretamente pela Vale, sem vínculo direto com a reparação, como pretende-se apresentar na próxima parte deste capítulo. De acordo com esse relatório, os principais formatos de atuação dessa equipe de RCs da empresa se daria por: reuniões com as comunidades, reuniões com lideranças comunitárias e distribuição de material informativo.

O Plano apresentado dá apenas alguns indícios de como são as ações de relacionamento com comunidade realizadas pela Vale no âmbito do desastre na bacia

¹⁷⁰ Essa Matriz, segundo o documento, estaria voltada apenas as ações do PRSA, e não todas as ações desenvolvidas pela Vale no território atingido, que perpassa, como demonstraremos por diversos outros programas vinculados ao Acordo de Brumadinho e também por investimentos privados diretos da empresa.

do Rio Paraopeba, uma vez que não obteve-se acesso a essa matriz de atores sociais e a base de dados, que poderiam contribuir com a análise de como esse processo é realizado. É nesse sentido que julgou-se pertinente demonstrar que, além das ações de relacionamento com comunidade vinculadas às ações da empresa diretamente relacionadas ao desastre, a Vale tem tradicionalmente em todos os seus territórios de atuação uma estrutura voltada ao “relacionamento com as comunidades”. A seguir, observa-se, a partir de alguns documentos institucionais, como se efetiva a operação dessas ações nos territórios de atuação da empresa não necessariamente vinculados ao desastre no Rio Paraopeba.

O relacionamento com as comunidades é um processo estratégico para a Vale e tem como objetivos o compartilhamento de informações sobre nossos empreendimentos, seus possíveis riscos e impactos, assim como compreender as perspectivas das comunidades e incorporá-las nas decisões da empresa. Esse relacionamento é vital para o respeito e a confiança entre as comunidades e a Vale, e para garantir formas de convivência positivas e de compartilhamento de valor (Vale, 2025, grifos nossos).

Esse trecho reforça a percepção que as práticas voltadas à relação comunitária são processos estratégicos para a empresa. A Vale estabelece nos seus territórios uma série de ações e programas que em alguma medida funcionam como formas de mapeamento das comunidades. A seguir uma caracterização de como essa estratégia é realizada.

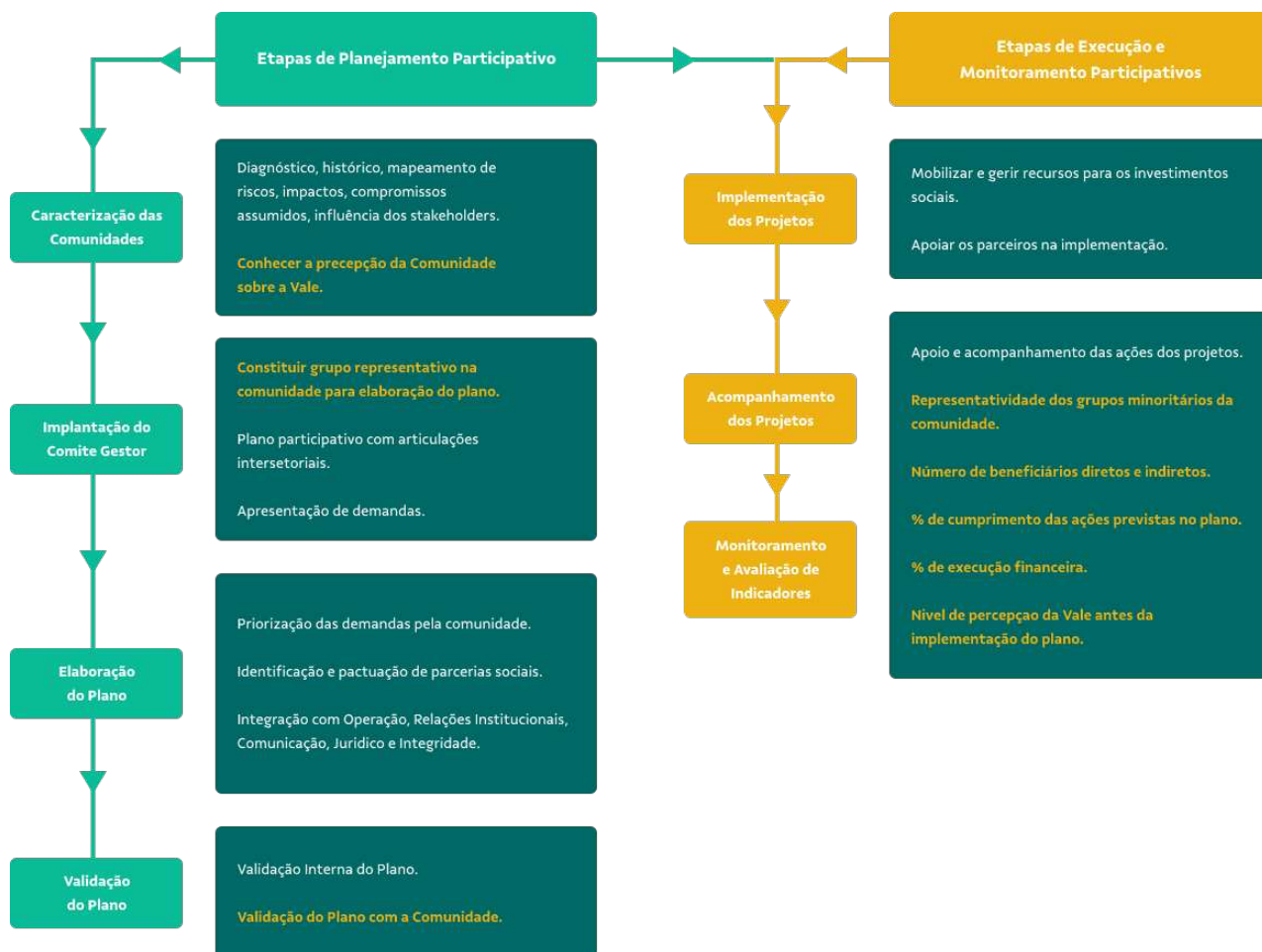
A estratégia de relacionamento com as comunidades consiste em um processo estruturado da seguinte forma: identificação e caracterização das comunidades e partes interessadas; gestão das manifestações de comunidades; implementação de planos de relacionamento em diálogo com as comunidades; **gestão de possíveis conflitos e de questões críticas**. Atualmente, 100% das nossas operações têm processo de relacionamento estabelecido com comunidades vizinhas, em âmbito global (Vale, 2025, grifos nossos).

Dentre as etapas destacadas pela Vale, é possível ressaltar esse procedimento que a empresa denomina de Plano de Relacionamento com Comunidades. Segundo a empresa, esses planos

são acompanhados pelas equipes de relacionamento com comunidades, que cumprem uma rotina sistemática de reuniões participativas para monitorar a execução das ações, **avaliando a aderência** e a efetividade dos resultados junto à comunidade. Esse acompanhamento é registrado no Sistema de Stakeholders, Demandas e *Issues* (SDI) da Vale (Vale, 2025, grifos nossos).

A respeito desse plano, a Vale apresenta algumas etapas relacionadas a sua realização (Figura 12). Na imagem a seguir é possível observar as etapas envolvidas por esse Plano de Relacionamento com as Comunidades.

Figura 12 - Planos de relacionamento com comunidades – Vale.



Fonte: Vale (2025).

Dentre essas etapas, uma delas é a “caracterização das comunidades” que tem o objetivo de “conhecer a percepção da comunidade sobre a Vale” e envolve: diagnóstico, histórico, mapeamento de riscos, impactos, compromissos e influência dos stakeholders. Portanto, é possível dizer que o plano de relacionamento com as comunidades envolveria toda uma etapa prévia de mapeamento de riscos, capacidade de influência de cada um dos sujeitos, além do histórico da comunidade e a percepção dos impactos. Após essa etapa, haveria a constituição de um grupo representativo da comunidade que contribuiria na elaboração do plano, decisão que levaria em

consideração todo esse diagnóstico anterior realizado pelos funcionários da empresa. O processo relacionado à elaboração desse plano teria um papel duplo. Por um lado, permitiria mapear as vozes críticas dentro da comunidade, identificando as percepções sobre a Vale. Por outro lado, funcionaria como um mecanismo para tentar o gerenciamento dessas críticas, por meio dos usos de estratégias de legitimação que passariam pela apresentação e priorização de demandas da comunidade, culminando nos processos de “identificação e pactuação de parcerias sociais”. Por meio desses processos, a empresa faz uso de uma estratégia discursiva que procura invisibilizar os conflitos ao dar ênfase a termos como “pactuação” e “parcerias” – práticas comuns às empresas do setor extrativo (Godfrid, 2020; Acselrad; Assis, 2022).

É importante situar que essas práticas de relacionamento com comunidades se inserem na estrutura de governança de riscos da empresa. Dentre os riscos sinalizados em seu relatório anual, voltado aos acionistas, são indicados os seguintes riscos: geotécnicos, operacionais, financeiros, de mercado, de crédito, de planejamento de produção, de gerenciamento de talentos, cibernéticos, legais, políticos, econômicos, regulatórios e de sustentabilidade – que incluiria riscos de mudanças climáticas, natureza, sociais e de direitos humanos. No tocante aos riscos sociais, a Vale indica o seguinte:

A gestão de riscos sociais envolve a identificação dos potenciais impactos de nossas operações sobre as comunidades vizinhas, incluindo Povos Indígenas e comunidades tradicionais, bem como o **mapeamento de stakeholders críticos**, incluindo movimentos sociais” (VALE, 2025b, p.43, grifos nossos).

Como já sinalizado anteriormente, os mapeamentos dos sujeitos críticos realizados pela Vale são operacionalizados por meio do uso de um sistema próprio, denominado Sistema de *Stakeholders, Demands and Issues* (SDI), traduzido como Sistema de Partes interessadas, Demandas e Problemas. É nesse sistema que são indicadas todas as informações que orientam as ações das empresas nos territórios em que atua¹⁷¹. Ainda que se trate de processos internos da operação da empresa e de difícil acesso, foi possível ter acesso a duas apresentações feitas por um funcionário da área de relacionamento com comunidades, em que são demonstrados

¹⁷¹ Pelo que pudemos constatar a Vale separa os sistemas que tratam da reparação e dos territórios em que desenvolve operações. Isto pode estar relacionado ao aspecto sinalizado pelo funcionário da Diretoria de Reparação de que o desastre ampliou a abrangência geográfica de atuação da empresa, demandando dessa forma um sistema separado voltado à reparação.

alguns aspectos do sistema utilizado pela Vale. Em uma das apresentações, de 2018, é possível observar uma das telas do SDI, que mostra o campo responsável pelo cadastro de comunidades. A partir desse quadro (Figura 13), identifica-se algumas das informações que são operadas pelos funcionários da Vale no que diz respeito ao mapeamento das comunidades.

Figura 13 - Sistema de *Stakeholders, Demands and Issues* (SDI) – Vale.

Fonte: Apresentação SDI – Vale, 2018.

Nesse cadastro há um campo para indicação de algumas informações gerais da comunidade, como o nome, se é uma comunidade tradicional ou um povo indígena, além da população estimada. Também são sinalizados os empreendimentos responsáveis ou relacionados a essa comunidade, bem como seus temas de interesse e o histórico de relacionamento com a Vale. Um elemento interessante é a indicação de um campo no canto superior direito, que é o grau de criticidade da comunidade, que deve servir como instrumento de orientação para as diferentes formas de engajamento e relacionamento.

O uso do SDI pela Vale está relacionado diretamente ao processo de gestão de riscos sinalizado anteriormente. Uma das apresentações acessadas indica que a

partir de 2021 o SDI passou por uma transformação, diferenciando riscos (questões críticas – vulnerabilidades) e impactos (fatos críticos – ocorrências). A apresentação também indica que esses riscos e impactos são classificados de acordo com o agente impactado ou sujeito ao risco: que poderia ser a Vale ou “*stakeholders* da Vale” (VALE, 2021). A seguir, exemplos dos riscos que compõem o SDI indicados na apresentação:

Ameaça de interdição; ameaça de sequestro de máquina; ameaça de paralisação da operação; atuação negativa de movimentos sociais organizados; intrusão, invasão e/ou divergências com as comunidades locais quanto ao uso e ocupação do solo; possíveis gastos para remediar ou mitigar os efeitos negativos gerados pela operação da Vale; danos e passivos provenientes de remoção involuntária; danos causados em infraestrutura pública ou privada; **aumento de reclamações referentes à operação;** violação dos Direitos Humanos; aumento demográfico no entorno das operações gerando efeitos negativos nas comunidades; danos sobre meios de subsistência, geração de renda, acesso à saúde e outros direitos essenciais das comunidades; baixo índice de contratação de mão-de-obra (*sic*) e fornecedores locais; ferrovias afetando as comunidades (ex.: ruídos e vibrações); atropelamento e abalroamento; **gestão fundiária e/ou patrimonial ineficiente;** poluição do ar, sonora, de recursos hídricos (VALE, 2021, grifos nossos indicando os riscos para a Vale).

Nessa apresentação é possível identificar que o SDI fornece as ferramentas para os planos de relacionamento com comunidades. No diagrama a seguir (Figura 14) há uma relação entre grau de impacto ou de probabilidade do risco e de valor (custo). É possível inferir a partir dele que, em caso de baixo impacto e probabilidade e valor baixo, haveria uma tendência da Vale em postergar a atuação frente ao risco. Nos casos de baixo impacto e probabilidade, mas alto valor, haveria uma tendência em não definir ações preventivas. No entanto, nos casos de alto impacto e probabilidade de risco, haveria o estabelecimento de planos de trabalho e de engajamento voltado a “uma atuação preventiva” com o intuito de “eliminar as causas de impacto para a Vale ou mesmo um conflito (*sic*) *stakeholders* estratégicos” (VALE, 2021). Importante destacar que as reflexões e elementos que foram trazidas acerca do sistema de gestão de *stakeholders* da Vale não possibilitam uma análise aprofundada de como é seu real funcionamento, mas acredita-se que sinalizam alguns indícios das estratégias de gestão da crítica da Vale, que apresentam bastante similaridade com a forma como essas práticas empresariais são representadas pela literatura tratada no primeiro capítulo.

Figura 14 - Ações Preventivas – Vale.



Fonte: Apresentação Evolução do SDI - Vale, 2021.

A questão das formas de mapeamento das pessoas atingidas e das comunidades foi um elemento destacado por alguns dos entrevistados durante a presente pesquisa, além de ser um ponto de debate em alguns dos espaços de discussão junto a movimentos sociais e Assessorias Técnicas. Segundo alguns relatos, a Vale se utilizou dos programas emergenciais, e da implementação dos programas em que tinha obrigação de fazer, como forma de identificar os sujeitos críticos.

Um exemplo dessa prática envolve a ação de uma psicóloga e de um antropólogo no mapeamento das comunidades indígenas de Brumadinho, como já indicado no capítulo anterior ao tratar das ATIs. Segundo Carlos, da ATI INSEA, logo nos primeiros dias após o rompimento, a Vale passou a atuar frente a essas comunidades produzindo um mapeamento.

E aí ele começa a coletar dados das comunidades indígenas, fazer um mapeamento político mesmo, né? E social. E eu diria até psicológico. Porque ele entra e entra junto uma psicóloga chamada Bruna¹⁷². São os dois que estão em campo aí na Vale desde o momento quase zero aqui (Carlos, INSEA, setembro de 2023).

¹⁷² Assim como os nomes dos interlocutores o nome das pessoas referenciadas é fictício.

Esse mapeamento envolveu toda uma estrutura de acompanhamento dos indígenas a partir do fornecimento do serviço de saúde, que estava previsto no acordo assinado entre Vale e instituições de justiça, o TAP-E.

E aí eu te falo mais das espertezas da Vale. A gente tem a saúde complementar, e é que a Vale destruiu todo mundo. Por quê? No TAP estava dizendo que a Vale tinha que contratar a saúde complementar. A gente tem a saúde primária, que é garantida pelo Estado, e a saúde complementar, que são os planos de saúde, etc. O que a Vale fez? Ela garantiu a saúde primária. Por quê? Saúde da família. É onde você tem contato com a pessoa. A pessoa fala que apanhou do marido, que o irmão “não sei o quê”, chegou em casa bêbado. E essa profissional, a Bruna, ela montou uma rede. Ela é psicóloga. [Psicóloga que chega logo no começo, como sinalizado no capítulo 3]. Ela montou uma rede articulada com o município, o governo do estado, FUNAI, DSEI, que é o Distrito Sanitário Especial Indígena, e a SESAI, que é a Secretaria Especial de Saúde Indígena. Ela criou, “velho”, eu não vou dizer uma máfia, porque as pessoas entraram por “N razões”, mas um grupo de trabalho que cuidava da saúde dos indígenas sem os indígenas saberem, o que já é um puta crime, né? [...]. E aí a gente descobriu isso pela assessoria técnica, que estava tendo, chamava-se CIADS, Comitê Interinstitucional de Acompanhamento da Saúde Indígena. Acho que era isso. Ela era a gestora disso. A pessoa da Vale era a gestora do processo da saúde das comunidades indígenas.

[...] E a Vale tinha colocado alguns instrumentos de saúde lá. Você lembra que eu te falei de saúde complementar? A Vale colocou equipamentos de saúde dentro da aldeia para atender lá. Por quê? Porque a equipe entrava dentro da aldeia, tinha condição de receber as informações da comunidade (Carlos, INSEA, setembro de 2023).

Essa estrutura de acompanhamento da saúde, que era coordenada pela Vale¹⁷³, funcionou, segundo Carlos, como um instrumento de mapeamento e gerenciamento constante da comunidade indígena, servindo, inclusive, para a identificação das vozes mais dissonantes ou mais convergentes aos interesses da empresa. Identificação que, posteriormente, buscou orientar formas de produção de conflitos internas entre os grupos da aldeia Naô Xohã e entre os povos indígenas e a Assessoria Técnica.

Ainda que aqui esteja centrada a análise no uso dessas formas de mapeamento, é interessante destacar que a Vale buscou associar a assistência à saúde à produção de um diagnóstico da saúde indígena para fins de reparação. Segundo um relatório elaborado pelos povos Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe da aldeia

¹⁷³ Segundo relatório elaborado pelo aldeia Naô Xohã, o Comitê Interinstitucional de Acompanhamento ao Diagnóstico em Saúde (CIADS), “foi um comitê criado e coordenado pela Vale S.A., composto pelas Secretarias Municipais de Saúde de Belo Horizonte e São Joaquim de Bicas, pela Secretaria Estadual de Saúde de MG, pelo DSEI-MG/ES e FUNAI, sem a participação das nossas lideranças indígenas e/ou nossos parceiros das Instituições de Justiça, que acompanham o processo desde o início, em suas reuniões ordinárias” (Naô Xohã, 2022, p. 7).

Naô Xohã, a empresa que prestava o serviço de assistência à saúde fornecia para a Vale todos os dados de saúde antes mesmo de a comunidade ter acesso. O mesmo relatório indica

[que a] “Vale S.A. tem se apropriado dos relatórios da empresa subcontratada para tentar produzir provas contra a nossa comunidade”, destacando a partir da análise dos documentos dessa empresa, que “[...] fica evidente o quanto a assistência em saúde tem produzido documentos que são usados contra a nossa comunidade no processo de reparação integral” (Naô Xohã, 2022, p.18-19).

Segundo o relatório, o objetivo da Vale com a prestação desse serviço de assistência à saúde – além do mapeamento indicado – era de demonstrar que não havia danos à saúde das populações indígenas em razão do desastre¹⁷⁴. Elemento que se relaciona às formas de gestão da crítica a partir do uso da ciência, debatido no capítulo anterior.

Outro relato que auxilia na identificação das formas de mapeamento dos atingidos pela Vale foi indicada por Tadeu, morador da comunidade do Aranha em Brumadinho. A seguir é apresentado um relato que sinaliza como a Vale possuía um mapeamento das lideranças do território e como ele era utilizado para orientar com quais pessoas, por exemplo, o Grupo EPA, que tinha o papel de realizar o Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE), poderia dialogar no processo de realização do estudo.

Enfim, eles vão mapeando, né? Então, por exemplo, o Eduardo, né? Eles devem mapear quem que é o Eduardo [cita nome de outros atingidos]. Eles vão vendo com qual, o que que precisa pra cada um ali. [...]. Por exemplo, os

¹⁷⁴ No relatório, a comunidade inclusive demonstra ações de chantagem feitas pelos funcionários da Vale, que buscavam atrelar o serviço de saúde à presença da Vale, utilizando de elementos emocionais, inclusive, como nota-se da transcrição do áudio a seguir, da psicóloga que atuava na aldeia: **“Até porque nosso pulinho aí nunca é só de Vale, né? Nosso pulinho é uma visita também afetiva porque a gente tem uma relação junto com vocês aí de mais de três anos. Sempre uma relação de muito carinho, muita admiração e tudo mais.** (...) eu transmiti minha preocupação ao (...) ontem também ficou bem surpreso com isso porque ele tem um relacionamento com vocês mais longo e mais próximo que o meu” (Naô Xohã, 2022, p. 21, grifos nossos). Em outro trecho do relatório também é destacado esse condicionamento do atendimento à saúde à obrigatoriedade de recepção da Vale pela comunidade. “Eu sei que a gente tem que em alguns momentos separar Vale de pessoa, tudo isso é muito importante, mas a gente foi surpreendido pela mensagem (...) que dizia que vocês foram orientados a não nos receber. **E ficamos realmente preocupados com isso, até que ponto vocês estão orientados a não receber a Vale, por que vocês tão orientados a não receber. Porque se assim o for, a equipe de saúde também tá dentro desse pacote, né. Porque a equipe de saúde é subcontratada pela Vale** e eu tenho feito um esforço sobrenatural para garantir [nomes de doutores] vão até vocês, né” (Naô Xohã, 2022, p. 20, grifos nossos).

caras do estudo EPA, a gente perguntava de onde que vocês tiraram essas pessoas. **Ah, a Vale que passou as lideranças pra nós.** [...]

Não, é porque eles vinham numa estratégia assim. A Jurema que era a pessoa representando a comunidade, da associação, para lidar com isso aí. Aí era eu e ela que a gente lidava com os caras do Grupo EPA.

Então eles vinham e falavam assim – só que a gente combinava antes, não, não vamos dar mole para eles, vamos, ah, queremos fazer uma reunião, não, a gente só faz reunião se for presencial, com toda a comunidade. Eles queriam reunir só com a gente. Não, não vamos reunir com vocês não, nós vamos reunir com todo mundo, lá na associação, se vocês quiserem, vamos chamar a ATI, vamos chamar a MP, “não sei o quê”. Aí, o que eles fizeram? Eles marcaram uma reunião com outro grupo dentro do Aranha.

Na hora que a gente foi pra reunião presencial, ficamos sabendo que eles tinham marcado uma outra reunião e já tinham feito. [...] Com outras pessoas. Tanto que a gente “desceu o porrete” nisso. Falei, mas que palhaçada é essa? Vocês vêm e falam uma coisa, faz outra. Porque eles vinham e falam, não, porque é participativo e a gente vinha fazendo a crítica, né? Mas aí... [...] Era uma reunião tipo uma oficina pra gente levantar os problemas.

Só que aí eles por trás articularam com outras pessoas da comunidade. [...] Enfim, em algum momento a gente descobriu que a Vale passava uma lista das pessoas, né?

[...] Mas no próprio material do grupo EPA, em algum momento eles dizem, **nós entramos em contato com as pessoas que a Vale indicou** e que a AEDAS indicou, “não sei o quê”. Então, fechando assim a ideia, é isso, **eles vão mapeando para controlar o território** (Tadeu, morador do Aranha, maio de 2023).

Essa citação permite observar a relação entre o mapeamento dos atingidos e as práticas empresariais mais voltadas à gestão do desastre, isto é, as práticas que buscam guiar como a implementação dos processos de reparação em consonância com os interesses empresariais. No próximo subcapítulo, a análise será concentrada nessas práticas que envolvem não apenas os procedimentos de mapeamento, mas também as formas de gestão das comunidades, especialmente a partir das ações desenvolvidas pelos funcionários responsáveis pelo relacionamento comunitário.

Nesse tópico, busca-se abordar, principalmente, algumas formas de identificação, classificação e mapeamento dos sujeitos críticos nos dois casos de desastres de mineração analisados nesta tese. Serão apresentados diversos aspectos relacionados às práticas de mapeamento e gestão de *stakeholders* desenvolvidas pela Fundação Renova, com apenas referências às práticas da Vale. Essa diferença decorre, em parte, das dificuldades impostas à pesquisa no que diz respeito ao acesso a documentos e procedimentos relacionados às práticas e estratégias internas de grandes empresas. No caso da Fundação Renova – uma estrutura privada que compõe esse “cinturão corporativo” do caso do desastre da Samarco/Vale/BHP – sua natureza especificamente voltada ao processo de

reparação, relacionada a uma estrutura de validação vinculada ao poder público (o CIF), possibilitou o acesso a documentos que revelam algumas práticas e procedimentos internos, contribuindo, assim, para deslindar formas como as empresas atuam no mapeamento de seus críticos. Aspecto importante de se destacar, pois, ainda que a Fundação Renova não seja em si uma “empresa” operando na lógica de geração de lucro, suas ações – como demonstrado no capítulo dois – estão relacionadas aos interesses das empresas Samarco, Vale e BHP.

4.2. A GESTÃO DOS CRÍTICOS: ENTRE INVESTIMENTOS SOCIAIS PRIVADOS E PRÁTICAS VOLTADAS AO CONTROLE DE COMUNIDADES E TERRITÓRIOS

Eu costumo dizer que hoje **eu sou prisioneiro da Vale duas vezes**. Eu sou prisioneiro do dano que ela me causou psicologicamente, com tudo o que aconteceu e agora eu sou prisioneiro para ela, eu não posso dizer assim, tem que tomar muito cuidado com a palavra porque eu não sou muito especialista nisso, uma espécie de liberdade.

Eu sou o tipo de pessoa que se você me convidar para ir no teatro, eu não vou no teatro, não é na minha praia. Você já foi no teatro? Já. No cinema? Já. Na praia? Já. Em Capitólio? Já fui. Eu tenho foto disso, mas não é a minha praia. A minha praia é isso aqui: eu vou pra cachoeira, não gosto de nadar. Então “bicho” o que acontece.

Esse território aqui todo que a Vale comprou aqui para baixo [aponta em direção à área rural de Brumadinho] **tem lagoas, tem rio, tem “não sei o quê”**.

Para ser mais sincero com vocês, eu sou o caipira que gosta de sentar com a vara de bambu e vou pescar, se eu vou pegar o peixe ou não, não me interessa.

O prazer meu é aquilo. Eu tenho um fogão de lenha. [...] Eu tenho foice, tenho machado. O prazer meu é trazer um feixe de lenha nas costas, amarrado de cipó, da tradição antiga, chegar ali acender o meu fogo, de lenha. **Hoje eu não posso mais fazer isso aqui, pois se eu virar para cá é da Vale, se eu virar pra lá é da Vale, se eu vier para cá é da Vale. Então eu tô encurralado. Eu tô preso. Eu me sinto preso.** Eu tô livre, não tem algema, mas eu tô preso. Eu não posso simplesmente sair daqui e pegar a minha varinha de bambu e ir lá embaixo pescar. Eu posso ir, mas é o risco que eu tô correndo, que se algum segurança me pegar ele vai chamar a polícia para mim [...] ele vai me pedir para sair.

[...] Não, você não pode ir, é território da Vale. Eu não posso entrar.

Então eu carrego a prisão de ter perdido a minha irmã. Eu sou prisioneiro na saudade, na tristeza, na injustiça que ela me causou e agora eu tenho mais essa prisão, porque os quatro cantos que você olhar do Córrego do Feijão, é Vale. [...] Tomaram a minha vida.

Eles não amputaram a minha perna, mas amputaram meus passos.

Eu não posso simplesmente passar a mão numa foice que eu tenho ali. Para mim, eu vim de criança fazendo isso.

Eu quero tirar a lenha e acender o fogo eu mesmo. Eu não posso tirar a lenha que eu tirei a vida inteira, os 30 anos que eu morei aqui.

Hoje eu não posso pegar a Antônia, que eu já fiz, pôr ela na cadeira dela e levar ela lá no ribeirão, a gente chama de ribeirão, é um rio que passa lá embaixo e sai lá em Alberto Flores. Por várias vezes eu levei ela lá, porque tem estrada. Era fazenda, então o fazendeiro cuidava da estrada, apesar de ser estrada de “coisa” [...] eu punha ela na cadeira e descia eu, a esposa e ela. [...] Cansei de pescar com a Antônia, que é minha filha, lá ensinando a menina, hoje eu não posso fazer isso lá.
[...]

A questão não é difícil de resolver, eu já deixei claro que nem eu nem minha família tem mais interesse pelo Córrego do Feijão e eles não tem interesse em comprar minha casa e alega não me dever nada. Você vai ficar aí, ou você morre aí, ou você vai passar raiva até o dia que chegar alguém da justiça e falar: não, o cara tem direito aos danos morais dele, aos danos psicológicos, vocês compraram a casa, compra a do cara pelo amor de Deus.

Se eu entrar nessa de bater de frente a frente, eu vou perder (André, morador do Córrego do Feijão, junho de 2022).

Ainda em 2009 (*sic*)¹⁷⁵ nós iniciamos uma jornada, que ainda existe junto a uma das comunidades, que é a do Córrego do Feijão. **E eu tenho muita alegria em dizer, que essa comunidade hoje está caminhando para ser sustentável, está caminhando para a perenidade, para o empoderamento.** [...] essa construção está nos inspirando em outros territórios que nos inserimos (Gleuza Jesué, diretora de reparação da Vale, maio de 2025)¹⁷⁶.

A escolha pela apresentação dessas duas falas não é fortuita. A primeira foi dita por um morador do Córrego do Feijão na varanda dos fundos de sua casa, em junho de 2022. A segunda é um trecho de uma fala da então responsável pela Diretoria de Reparação da Vale, em um evento organizado e voltado ao setor de mineração, tendo como foco o debate sobre “Mineração &/X Comunidades”. Além das duas falas, o próprio uso de & (e) e X (*versus*) no nome desse evento, leva a refletir sobre como se estabelecem as práticas empresariais de relacionamento com as comunidades afetadas pela mineração.

Essas duas falas enunciam elementos distintos e que se contradizem. Por um lado, tem-se uma narrativa que demonstra uma sequência de práticas empresariais presentes na vida de um território atingido, que perpassam a aquisição de terras, o controle territorial, o cercamento de comunidades e a produção de um “sentimento generalizado de impotência”, sentimento que Benson e Kirsch (2010) atribuem a uma política de resignação, produzida corporativamente. Por outro lado, tem-se um

¹⁷⁵ Na fala é dito 2009, mas buscava referenciar 2019, ano de rompimento das barragens em Brumadinho (MG).

¹⁷⁶ Essa fala foi realizada durante uma mesa de debate “Comunidades Sustentáveis: Debates sobre o empoderamento, a perenização e o futuro das comunidades ligadas à mineração”, no 10º Seminário Mineração &/X comunidades. A fala pode ser consultada em: <https://www.youtube.com/watch?v=wumVzFZmHN0&t=10967s>. Acesso em: 10 jun. 2025.

discurso que busca apresentar a mesma comunidade, como um *case* de sucesso da reparação, que hoje caminha para a “sustentabilidade, o empoderamento e a perenidade”.

Mais que contraditórias, essas duas falas se inserem em um referencial distinto e estão totalmente imbricadas ao que é denominado aqui de “política da lama”. A primeira revela as estratégias e práticas diretamente presentes nos territórios, vinculadas aos mecanismos de coerção e controle (Hönke, 2018; Godfrid, 2018; Barros, 2024). A segunda apresenta os enunciados que buscam legitimar e contornar as críticas, por meio da apresentação de estratégias de legitimação no campo discursivo (Kirsch, 2014; Godfrid 2018; 2020), diretamente relacionadas às tradicionais políticas de investimento social privado, como as da chamada responsabilidade social corporativa (Hönke, 2018; Giffoni Pinto, 2020; Acseirad, 2022).

É a esse conjunto de estratégias – entre mecanismos de legitimação, coerção e controle – que conforma um “regime híbrido” de gestão da crítica nos territórios atingidos pelos desastres de mineração, que será tema dessa segunda parte deste capítulo. A apresentação dessas estratégias está dividida em três tópicos: um primeiro voltado às estratégias de legitimação, relacionadas também ao uso de dispositivos discursivos e comunicacionais; o segundo centra-se nas práticas de controle das relações das comunidades e formas mais diretas de gestão dos críticos; o terceiro avança na identificação desses mecanismos mais diretos, observando as práticas situadas no campo do controle territorial e coercitivo.

4.2.1. Práticas de gestão da crítica por meio de legitimação

Como destacado no primeiro capítulo, a literatura tem sinalizado que nas últimas décadas as empresas ligadas ao setor extrativo têm feito uso de estratégias de legitimação de suas práticas operativas. Essas estratégias perpassam por instrumentos de investimento privado diretos em comunidades – em uma espécie de “filantropia estratégica” – e por formas de divulgação desses investimentos, no bojo da responsabilidade social empresarial, “com vistas a neutralizar os críticos ou melhorar a reputação das empresas” (Hönke, 2018, p. 120).

A Fundação Renova fez uso constante dessas estratégias durante os anos em que operava a gestão da reparação no Rio Doce, como já destacado no segundo capítulo. Esse processo levou, inclusive, ao ajuizamento de uma Ação Civil Pública em 2021 pelas instituições de justiça atuantes no caso (Autos n.º 1023835-46.2021.4.01.3800), em que demonstravam que a Fundação vinha veiculando material publicitário que intencionalmente apresentava “informações imprecisas, dúbias, incompletas ou equivocadas acerca do restabelecimento de uma normalidade inexistente” (Minas Gerais, 2021b, p. 99). Segundo as instituições de justiça, a Fundação, entre 2018 e 2021, gastou cerca de R\$ 28 milhões em propaganda, envolvendo produção e inserções de peças publicitárias em rádios e TVs, além de produção de materiais, como revistas e jornais. Esses materiais, reiteradamente, segundo as instituições de justiça, utilizavam informações e estudos produzidos por empresas contratadas pela Renova alinhados aos interesses das empresas responsáveis pelo desastre (Minas Gerais, 2021b, p.50). Essa ACP levou a uma decisão judicial em julho de 2024, que condenou a Renova e as empresas Samarco, Vale e BHP a pagarem aproximadamente R\$ 56 milhões por danos morais e materiais, ademais de determinar que as empresas deveriam veicular uma contrapropaganda que esclarecessem as informações imprecisas.

Este trabalho não se detém na análise da quantidade ou da materialidade dos diversos dispositivos comunicacionais empregados pela Fundação Renova ao longo de sua atuação. Contudo, é relevante destacar que a entidade lançou mão de múltiplas estratégias de comunicação direcionadas não aos atingidos, mas à sociedade em geral. Essas práticas reforçam as críticas de desvio de função apontadas pelas instituições de justiça, uma vez que buscavam, por meio de peças publicitárias, apresentar à população brasileira uma imagem de avanço na reparação. Além disso, a Fundação adotou estratégias voltadas às comunidades atingidas, como a produção de jornais específicos para cada território da bacia¹⁷⁷, os quais, segundo as instituições de justiça, continham informações que não correspondiam ao real estado dos danos e do processo de reparação nessas localidades (Minas Gerais, 2021b).

¹⁷⁷ Esses jornais voltados aos territórios podem ser consultados em: <https://cit.reparacaobaciariodoce.com/colecao/comunicacao-de-territorio-da-fundacao-renova/>. Acesso em: 14 out. 2025.

A Samarco e a Vale também fazem uso desses instrumentos de comunicação voltados aos territórios de atuação. O material realizado pela Samarco recebe o nome de Revista Lado a Lado e foi retomado no contexto do retorno das atividades da empresa em 2020, apresentando os diversos projetos de investimento social da empresa. Inclusive, algumas edições possuem um encarte infantil, no qual a empresa propõe jogos que se relacionam à temática da mineração para as crianças. Em um desses jogos, por exemplo, nomeado “Tem minério aqui?”, as crianças devem circular em uma imagem do cotidiano objetos que contenham minério em sua composição. Outro desses jogos é um tradicional labirinto, que representa o caminho da polpa de minério que sai do Complexo Germano e vai até o Porto de Ubu¹⁷⁸.

A Vale, por sua vez, possui uma diversidade de jornais voltados a todos os seus territórios de atuação. A empresa denomina esse jornal “Vale + comunidades” desde 2023 – anteriormente o jornal se chamava Vale Notícias. Especificamente para os territórios atingidos do Rio Paraopeba, a Vale tem uma versão do jornal para o município de Brumadinho¹⁷⁹ e para cada uma das regiões quatro regiões atingidas¹⁸⁰, apresentando os diferentes projetos que vêm realizando em cada uma delas, sempre trazendo relatos de alguns dos atingidos. Esses projetos envolvem iniciativas vinculadas ao investimento social privado, isto é, ações próprias da Vale, bem como ações vinculadas às obrigações de pagar da Vale definidas no Acordo de Brumadinho.

No entanto, pelo que foi possível verificar nesses jornais, nem sempre essa diferenciação fica clara na forma como são apresentados os projetos desenvolvidos – ainda que, em alguns casos, sejam sinalizados quando se trata de projetos relacionados ao Acordo. Dentre os temas desses diversos projetos, destaca-se

¹⁷⁸ As edições a partir de 2020 das revistas Lado a Lado da Samarco podem ser consultadas em: <https://www.samarco.com/revista-lado-a-lado/>. Acesso em: 14 out. 2025. O encarte infantil descrito como exemplo pode ser consultado em: https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2021/08/Encarte_Infantil_SAMARCO_2a-Edic%CC%A7a%CC%83o-web.pdf. Acesso em: 14 out. 2025.

¹⁷⁹ A tiragem desses jornais é de cerca de 10 mil exemplares, que são distribuídos nas diversas comunidades de Brumadinho.

¹⁸⁰ As edições do “Vale + comunidades” para o município de Brumadinho podem ser consultadas em: <https://vale.com/pt/biblioteca-de-documentos?customfilter=assetCategoryId%3A3167565&parentCategory=1971008>. Acesso em: 14 out. 2025. As edições para o restante da bacia do Rio Paraopeba podem ser verificadas em: <https://vale.com/pt/biblioteca-de-documentos?customfilter=assetCategoryId%3A3167570&parentCategory=1971008>. Acesso em: 14 out. 2025.

iniciativas vinculadas¹⁸¹ ao empoderamento das mulheres, ao público idoso, ao fortalecimento da juventude, além de investimentos em esporte e turismo, práticas agrícolas sustentáveis, programas de qualificação profissional, saúde e educação, entre outras temáticas tradicionalmente alvo das políticas sociais privadas de empresas extrativas.

Vários desses projetos foram citados por diversas pessoas durante a pesquisa, muitas vezes de forma crítica. Segundo as entrevistas, esses projetos produziram o afastamento de algumas pessoas dos processos organizativos, bem como o silenciamento de alguns sujeitos inicialmente críticos à Vale. Essas questões serão retomadas no próximo tópico ao tratar das estratégias empresariais de controle das relações das comunidades.

Ainda a respeito dessas estratégias comunicacionais, acredita-se ser interessante destacar um elemento que surgiu em algumas das entrevistas. Se trata de uma apropriação da imagem dos atingidos e das comunidades pelas empresas.

Eles fizeram uma propaganda divulgando uma horta, divulgando e era a horta do meu marido. E falando que era da Vale. Eu não lembro, acho que foi [em] 2023. E eu fui conversar com a mulher e falei assim, na época eu conversei com uma mulher que chamava Cláudia. Falei, olha só, deixa eu te falar, como é que vocês divulgam uma imagem falando que é “trem” de Vale, que não é de Vale? Porque vocês divulgaram uma horta lá que é do meu marido. Aí a matéria saiu do ar. [...] Eu vi até na Globo. [...] Fica querendo divulgar uma coisa que é mentira.

Aí eles ficam doido pra mim tirar foto daqui de casa. Minha, do Antônio [nome do esposo]. A gente não tira. Quando tem reunião quer tirar foto, se tem algum curso, se dá alguma coisa, se tem algum evento. Eu não tiro, eu não trabalho para a Vale.

[...] Minha menina, ela foi coagida, porque ela estava participando de um projeto que tinha a Avabrum¹⁸², e só por isso que eu deixei ela participar, e tinha a ver com a Vale também. E aí tem um termo de consentimento para divulgar a foto. E eu falei que não era para divulgar a foto dela. Aí teve um dia que eu estava trabalhando, a psicóloga lá do projeto ligou para mim. Por que eu não queria que tirasse foto da Carla, né? Aí eu falei com ela assim, porque a Vale não está fazendo nada para mim e eu não vou deixar minha filha Carla de propaganda para ela, não (Joana, moradora do Córrego do Feijão, agosto de 2025).

¹⁸¹ Dentre essas iniciativas há projetos financiados por meio da lei de incentivo à cultura e de incentivo ao esporte, bem como por meio de investimentos diretos da Vale e da Fundação Vale.

¹⁸² Associação dos familiares das vítimas e atingidos pelo rompimento da barragem em Brumadinho (AVABRUM).

Essa questão que vincula a participação nos projetos realizados pela Vale no caso do Rio Paraopeba ao uso da imagem ou de aspectos da vida dos atingidos foi destacada por outros sujeitos da pesquisa.

Aí a Vale investe livre, não precisa prestar conta pra ninguém. Ela já tá numa fase aí, pode dar microcrédito pra essas pessoas. Só que você tem que virar garoto propaganda na reparação pra ela, porque ela usa isso como reparação, né?

E ainda usa, o que eu acho muito, aí é maquiavélico por parte dela, ela pega essas peças [...] o programa se chama Céu de Montanhas, como uma liberação da minério-dependência. [...] [as pessoas] tem que fazer vídeo! Aí passa o Pastorinhas, passa as hortas. [...] O que a gente retomou, e a Vale está levando para ela [...] foi que antes do rompimento, a gente tinha o turismo pedagógico, que eu sempre falei com vocês, que a gente recebia escolas, e que com a pandemia tinha parado, e esse ano a gente retomou fortemente as visitas das escolas. [...] E a Vale tá levando como um ponto positivo dela, mas é a algo que a gente já fazia (Olga, moradora do assentamento Pastorinhas¹⁸³, setembro de 2023).

O relato anterior sinaliza a apropriação tanto da imagem dos atingidos para a divulgação de uma narrativa sobre o processo de reparação pela Vale quanto a apropriação de aspectos e elementos próprios da vida e da história das comunidades atingidas. O projeto citado, Céu de Montanhas, trata-se de uma iniciativa de investimento social da Vale sem vínculo com as obrigações assumidas no Acordo de Brumadinho. Dessa forma, como destacado por Olga, isso permite que a empresa realize o projeto sem prestar contas para ninguém, escolhendo quais comunidades e pessoas beneficiar, dando prioridade para grupos com discursos mais alinhados à empresa.

O uso de projetos realizados diretamente por investimentos sociais da Vale como forma de divulgar seu papel no desenvolvimento territorial e das comunidades foi destacado por diversos dos sujeitos da pesquisa. Esses projetos, segundo as entrevistas, priorizavam pessoas cujos discursos eram mais compatíveis com os interesses corporativos. Elemento que também pode ser identificado nas peças de comunicação da empresa, como nos jornais “Vale + comunidades”, que apresentam relatos predominantemente positivos sobre o processo de reparação e sobre as iniciativas da Vale. Essa prática dialoga com as formas de intervenção social que se adaptam ao grau de criticidade dos sujeitos alvo das políticas empresariais (Hönke,

¹⁸³ O assentamento Pastorinhas é um projeto de assentamento de reforma agrária localizado em Brumadinho. O assentamento foi criado em 2006 e é composto por 20 famílias.

2018; Acselrad; Assis, 2022). Para alguns sujeitos, as formas de engajamento – para usar o termo nativo das empresas – envolvem projetos e investimento sociais, além de ações de comunicação. Para outros grupos e comunidades, as estratégias exigem mecanismos distintos, envolvendo “tecnologias de coerção e sujeição tendencialmente mais sutis do que a violência direta” (Eusébio; Magalhães, 2022, p. 279).

Um relato, que também envolve essa iniciativa relacionada ao turismo, mas também tinha por objetivo mostrar para os atingidos o que vinha sendo feito pela Vale na Reparação, está presente na fala de um dos representantes do NACAB.

Outra iniciativa que eles fizeram, não deu muito êxito, é o turismo. O turismo nas áreas em Brumadinho, né? Eles entraram de cheio lá na nossa região [fala da região 3]. Primeiro levando as lideranças para conhecer as obras que vão ser feitas em Brumadinho. E termina o dia lá em Inhotim¹⁸⁴.

Eles levam. Pra ver aonde o que eles estão fazendo e tal. Contam mil histórias lá. Aí foi um primeiro grupo, mas aí a turma foi, vamos dizer, os líderes críticos. E aí eles fizeram a primeira visita, e aí depois que eles apresentaram tudo bacaninha, aí a turma: ó, tudo bem, acho que isso é, né? [reproduzindo a fala dos atingidos] Aí a gente quer discutir na nossa região, porque nós estamos vivendo, né? E é recorrente, porque é cada cheia, né? que a gente tem aí no Paraopeba impacta muito as comunidades. No ano passado foi terrível. As casas, a lama está ali. Tem lugar que nós temos um metro de rejeitos, onde eram áreas produtivas. Aí o povo começou a questionar essas coisas. E eles encerraram, não fizeram. Nem responderam. Aí foi um momento bem intenso da visita. Eles acharam que estava... Aí eu acho que revisaram a estratégia, sabe? E pararam de fazer. Pararam de oferecer esse pacote de festas. É uma festa, né? Passo o dia no Inhotim [...] ficam maravilhados. [...] Isso está dentro do pacote de ganhar mente e corações (Lucas, NACAB, maio de 2023).

Essa iniciativa que, segundo Lucas, envolveu os líderes críticos, não produziu o efeito desejado pela empresa, pois foi alvo de críticas por parte dos atingidos que queriam debater a realidade de seus territórios. Esse relato também permite observar o caráter adaptativo das práticas de responsabilidade social empresarial (Welker, 2009; Carneiro, Duarte, 2022), que indica que as empresas vão readequando suas estratégias ao identificarem que uma iniciativa não produziu o efeito desejado.

A visita aos projetos de reparação e de investimento social das empresas é uma das estratégias que elas empregam nos desastres de mineração em Minas Gerais, conjuntamente ao uso dos mecanismos comunicacionais. A Fundação

¹⁸⁴ O Instituto Inhotim é um museu de arte contemporânea a céu aberto, localizado no município de Brumadinho (MG). Desde 2008 o museu tem investimentos da Vale com apoio na programação artística e educativa. Em 2023 a empresa anunciou um aporte de R\$ 400 milhões para o Inhotim por dez anos (Vale, 2023a).

Renova, por exemplo, passou a realizar em 2017 um programa que definiu como “Vimver”, determinando um roteiro de vivências nas áreas atingidas que permitiria “aos participantes conhecerem diferentes locais da tragédia e da reparação” (Renova, 2019, p. 6). Esse programa, à guisa das denúncias das instituições de justiça, também buscou “construir um discurso de hegemonia sobre a queda da barragem de Fundão”, em um processo em que Fundação Renova se apropriava “indevidamente dos programas e projetos que deveriam ser voltados aos atingidos e que acabam servindo como trampolim publicitário para as empresas” (Saraiva; Pereira, 2022, p. 532). O projeto foi alvo de diversas críticas pelas comunidades, que o classificaram como um “turismo da desgraça”, termo que também foi utilizado por atingidos em referências às obras da Vale em Brumadinho, em diversas oportunidades nos espaços que participei ao longo da pesquisa.

“VimVer o quê?” O que a Renova ou a Samarco estão fazendo? Esse é um projeto muito audacioso por parte da fundação/empresa, de entrar em um território que, embora ela tenha todo um interesse, não lhe pertence, nem à Vale ou à BHP Billiton, e sim ao povo, no caso de Bento, um povo sofrido que, durante três séculos, lutou para ter o seu lugar. [...] E ainda é um projeto que visa criar uma cortina de fumaça sobre aquilo que foi feito até agora em se tratando da nossa reparação. A Renova/Samarco, ao invés de reparar os danos que sofremos, vem causando violações ainda maiores. Eu, então, pergunto, como tive a oportunidade de questionar o Roberto Waack (Presidente da Fundação Renova) durante reunião realizada no dia 4 de maio, em que ele nos disse que esse não é um projeto voltado inteiramente para o turismo, que é um programa que vai levar estudantes, pesquisadores e aquela conversa de sempre, mas que, na verdade, vemos como algo que estou batizando de “turismo da desgraça” (Silva, 2018, p.3, grifos nossos).

O próprio projeto Céu de Montanhas, realizado em Brumadinho pela Vale e executado pela Rede Terra, por meio do Programa de Turismo de Brumadinho, se insere nessa estratégia de utilizar o turismo como mecanismo de divulgação das práticas de reparação da empresa. O programa envolve uma série de iniciativas e ações voltadas ao turismo no município. Dentre elas pode-se destacar: a definição de um roteiro de “turismo de base comunitária” – o chamado Céu de Montanhas¹⁸⁵, que passa por vivências em várias das comunidades que foram atingidas pelo desastre; e uma iniciativa de mapeamento¹⁸⁶ dos equipamentos e das atividades turísticas, que

¹⁸⁵ O projeto Céu de Montanhas pode ser consultado em: <https://ceudemontanhas.com.br/>. O projeto busca demonstrar aspectos positivos das comunidades, sem dar nenhuma ênfase aos impactos da mineração no município, utilizando inclusive a justificativa de saída da minério-dependência, como já havia sido sinalizado por Olga.

¹⁸⁶ O mapeamento conduzido pela Vale das iniciativas voltadas ao turismo, em que é dada ênfase aos projetos por ela financiados, pode ser consultado em: <https://mapa.turismobrumadinho.com/>.

busca dar destaque a uma série de projetos e instalações que foram financiadas diretamente pela Vale, dando, inclusive, destaque até mesmo ao Córrego do Feijão – comunidade que foi diretamente atingida e tem passado por toda uma “ressignificação” – termo utilizado pela Vale (2023b) – promovida pela empresa, por meio do projeto intitulado “Território Parque”, como será abordado posteriormente. Outra iniciativa realizada pela Vale com vistas a mostrar para as comunidades atingidas como tem se reconfigurado após os desastres, é levar moradores de comunidades de Brumadinho para visitar uma fábrica de blocos da empresa que utiliza rejeitos de minério para a construção civil. A justificativa da iniciativa seria demonstrar como a Vale tem promovido uma economia circular e uma mineração mais sustentável, além de valorizar a diversidade¹⁸⁷ (Vale, 2025c).

As práticas de investimentos sociais privados realizadas pelas empresas e por seu “cinturão corporativo”, nos dois desastres aqui analisados, operam três estratégias de gestão da crítica social. A primeira está relacionada a todo o processo de mapeamento e identificação dos sujeitos críticos apresentados anteriormente neste capítulo. É por meio desses investimentos, ligados às ações emergenciais – ou de resposta rápida como define a Vale –, mas também aos projetos sociais e econômicos relacionados ou não ao Acordo de Brumadinho, e à implementação do plano de reparação socioambiental, que a empresa tem identificado, por meio de seus funcionários de relações com as comunidades, as percepções daquelas atingidas. A segunda envolve a busca de uma legitimação das empresas através desses projetos – e da comunicação sobre eles – de forma a tentar mostrar para a sociedade em geral, e para os territórios atingidos, como o processo de reparação tem sido bem-sucedido, utilizando como discurso uma suposta melhoria dos aspectos sociais, econômicos e ambientais ao longo das duas bacias atingidas pelos desastres. É a essa estratégia que este tópico está centrado. A terceira diz respeito ao uso desses projetos sociais como forma de produzir um efeito direto às próprias relações internas das

¹⁸⁷ A discussão de economia circular ou de mineração circular é um conceito que se insere nesse arcabouço discursivo da sustentabilidade operado pela Vale. Esse conceito envolve práticas de aproveitamento de rejeitos e estéreis para a construção civil. A empresa tem propagado como parte dessas iniciativas: a Fábrica de Blocos citada nesse trecho, localizada Mina do Pico em Itabirito (MG), e a produção de uma “areia sustentável” a partir de parte dos rejeitos de minério de Ferro. A produção dessa areia tem sido realizada em São Gonçalo do Rio Abaixo (MG), na Mina Brucutu, por meio de uma *start-up* da Vale, chamada Agera.

comunidades atingidas, no intuito de modificar e controlar os enunciados e sujeitos críticos. O próximo item dedica-se à análise dessa terceira estratégia.

4.2.2. Práticas de controle das relações comunitárias

A gente está em um campo minado aqui, né? Porque a gente acha que o seu vizinho é a favor e não é. A empresa manipula as pessoas. [Pergunto: tem pessoas que são a favor da Vale?] Ah, tem. Onde o dinheiro manda, né?

É muito estranho. Uma pessoa. Você conversa com a pessoa, a pessoa fala e questiona, e é isso e aquilo. De repente a pessoa muda totalmente a opinião, já não tem aquela opinião mais. Antes criticava, não concordava, de repente ela deixa de criticar, já concorda, já não fala mais nada. A gente fica pensando [...]. Tem gente que fala que o que a Vale está fazendo é bom (Joana, moradora do Córrego do Feijão, agosto de 2025).

O relato de Joana apresenta uma percepção, também compartilhada por outros sujeitos que participaram de diálogos durante a pesquisa, de que algumas pessoas, inicialmente críticas, apresentaram uma mudança do discurso, passando, em alguns casos, a defender a empresa e as ações voltadas à reparação. Essa mudança dos discursos, ou diminuição da enunciação crítica, é atribuída a esses investimentos sociais privados realizados pela Vale nas áreas atingidas pelo desastre. Paula, que no momento do desastre morava em Piedade do Paraopeba e faz parte do grupo Paraopeba Participa, ao tratar das ações da Vale logo após o rompimento, relata o seguinte:

O que ela [Vale] começou a fazer? Cooptar associações comunitárias. Então ela mapeou essas associações, criou por meio desse formulário. A partir desse formulário, criou um fomentar, acho que é isso o nome do projeto, Fomentar Brumadinho, um negócio assim¹⁸⁸. E começou a ofertar recursos como 80 mil, 20 mil, 30 mil para as associações [...] não para as pessoas, para as associações.

Com isso o que aconteceu? Geralmente quem toma a frente da comunidade é a associação comunitária. Então a associação comunitária pegava esse recurso e calava. Não ia mais pra luta. E geria como quisesse. [...].

Então essas associações foram todas cooptadas pela Vale a partir desses financiamentos. E a luta foi esvaziando.

Porque é assim: 'Não, porque a Vale vai reformar o meu galpão Depois se eu for pra reunião e brigar com ela, ela cancela a minha obra'. Então ela começou a manipular [...] porque eu ligava pra galera que tava na luta e

¹⁸⁸ Esse formulário foi utilizado no escopo das ações emergenciais realizadas pela Vale a que nos referimos anteriormente nesse capítulo como um dos instrumentos utilizados pela empresa no mapeamento e identificação dos atingidos. O Fomentar a que Paula se refere são as ações vinculadas ao Fomento ao Turismo Sustentável, que tratamos anteriormente, e Fomento Agro, que foi inicialmente uma ação emergencial da Vale – que pudemos participar de uma reunião ainda em fevereiro de 2019 – que posteriormente foi incorporada no Acordo de Brumadinho no anexo I.4.

falava: ‘velho, você tem que voltar à ativa’. ‘Não, mas é porque a Vale selecionou meu projeto’. Eu falei: ‘manda a Vale pra puta que pariu ela tem que pagar isso, mas ela tem que pagar mais’. As Comunidades só sumiram, sumiram. [...] Final de 2019. Aí a gente já foi perdendo força. Estavam recebendo o emergencial, então o povo acomodou [...] (Paula, Paraopeba Participa, agosto de 2022).

A temática da cooptação de associações comunitárias, ou de comissões de atingidos, foi um dos pontos de diversas das reuniões com movimentos sociais e Assessorias Técnicas, entre 2022 e 2023, no contexto do caso do desastre da Vale. Entende-se por cooptação o processo pelo qual as organizações ou lideranças comunitárias passam a estar mais alinhadas aos discursos e interesses da empresa, inclusive defendendo-os nos espaços coletivos de organização dos atingidos. Para Hönke (2018, p.123), essas práticas que identifica como um modelo clientelista de interação empresa-chefe (liderança) se dariam pela capacidade desses sujeitos em mobilizar as comunidades a favor ou contra as empresas.

Além dos investimentos sociais diretos trabalhados anteriormente, um dos instrumentos que recorrentemente era destacado nesses espaços e, foi apontado nas entrevistas como uma forma de cooptação pela empresa, eram os “cursos de liderança da Vale”. Eles eram oficialmente denominados de “Capacitação de Lideranças” e faziam parte do Programa de Fortalecimento de Participação Social da Vale. Os cursos eram executados pela empresa Arcadis – a mesma que era responsável pelo plano de reparação socioambiental – e foram realizados entre 2021 e 2022. Os participantes eram de diversos territórios com atuação da Vale, principalmente relacionados às questões envolvendo barragens de rejeitos, como os territórios atingidos no Rio Paraopeba e os territórios com populações afetadas pelos deslocamentos ou ameaça de rompimento. Segundo a Vale (2021), essa primeira rodada contou com mais de 90 lideranças comunitárias de dez municípios. Algumas entrevistas indicaram a continuidade desses cursos após 2022, entretanto, não foram encontradas referências mais recentes diretas a esse programa. No entanto, houve outros cursos na mesma perspectiva realizados em Brumadinho, como o “Hack Projetos – Ações de Impacto, Comunidades em Transformação”, executado pela Rede Terra.

Esses cursos de “capacitação de lideranças” – pelo que foi possível constatar a partir das entrevistas e na observação dos materiais a que obteve-se acesso – atendiam a três objetivos da empresa: i) possibilitar a identificação das lideranças que

pudessem ser pontos de contato e de reverberação dos interesses da empresa nas comunidades; ii) direcionar as formas de organização social nos territórios, privilegiando instrumentos de participação mais institucionais e menos alinhados à lógica dos movimentos sociais. Nessa perspectiva, os conteúdos enfatizavam principalmente mecanismos de cobrança e fiscalização da aplicação dos recursos pelo poder público, sem abordar, por exemplo, a fiscalização e acompanhamento das ações de reparação conduzidas pela própria Vale; iii) orientar a elaboração e o tipo de projetos propostos pelas comunidades, no escopo do Anexo I.1 do Acordo de Brumadinho, que trata especificamente da proposição de projetos pela população atingida. Esses objetivos estão articulados com essa dinâmica mais geral de cooptação e silenciamento das vozes críticas, ao estabelecer canais de diálogo com determinadas lideranças e buscar orientar formas de organização e participação social.

Dois entrevistados relataram outra forma mais direcionada de cooptação ao sinalizarem o pagamento direto de recursos da Vale para algumas lideranças, sem envolver, necessariamente, projetos ou iniciativas ligadas à reparação. Como exemplo, os entrevistados fizeram referência a uma mesma liderança comunitária, com uma influência significativa em outros membros da comunidade. Segundo os relatos, a empresa custeou coisas particulares para essa liderança – como uma festa de aniversário e itens pessoais. Ao mesmo tempo, essa liderança teve um papel e influência importantes para que os membros dessa comunidade realizassem acordos individuais e coletivos com a empresa, favorecendo, assim, a via extrajudicial que, como foi indicado, é algo que é de interesse da Vale – tendo em vista a não previsibilidade que a via judicial traz para o dimensionamento dos custos da reparação. “Porque essa também é a estratégia de divisão. E a empresa está ali tentando dividir eles, gerando conflitos. É isso, né? A estratégia é infiltrar e ver ali as vozes, né? Que são contrárias ou não e começa o processo de divisão” (entrevistado, 2023)¹⁸⁹.

Portanto, além de produzir um silenciamento, essas estratégias de cooptação da empresa têm por objetivo, em alguma medida, enfraquecer os processos sociais

¹⁸⁹ Optamos para esse relato não sinalizar nem a qual comunidade os entrevistados se referiam, nem trazer quais dos entrevistados apresentaram esse relato. Isso tem como intuito preservar a comunidade e, também, as organizações com quem dialogamos, uma vez que o objetivo com o relato é apresentar uma das estratégias que também foi mobilizada pela empresa.

organizativos e produzir alguns conflitos e divisões nas organizações e comunidades. Paula, por exemplo, aponta que a Vale buscou dividir as comunidades, na tentativa de deslegitimar os processos organizativos dos atingidos que vinham sendo constituídos logo após o rompimento, como o Comitê Popular da Zona Rural de Brumadinho (criado em fevereiro de, 2019) e o Fórum de atingidos de Brumadinho (criado em setembro de 2019), apontando que os funcionários da empresa começaram “a usar dessas comissões cooptadas para deslegitimar o Fórum, deslegitimar o comitê e deslegitimar quem fazia parte desses grupos” (Paula, Paraopeba Participa, agosto de 2022).

Em 2020 piorou. Porque aí a Vale teve o aval, meados de 2019, pelo juiz, dela apresentar o próprio plano de reparação¹⁹⁰. Então ela começou a colocar para a comunidade que ela faria a reparação, então precisa seguir o que ela tava propondo. Aí esvaziou mais a luta.

Aí os RCs passaram a tá mais próximo das comunidades. Aí esses RCs começavam a tecer o discurso de quem estava contra a Vale estava atrapalhado desenvolvimento da região. E aí a comunidade começou a se incomodar com quem tava a frente das mobilizações, tudo. Eles fazem isso no “boca à boca”; e leva cesta básica, e leva “mimos”, sabe? Para a pessoa receber. “Vim tomar um café, saber como é que você tá, como é que posso ajudar”. E nesse “tete a tete” eles vão manipulando essas pessoas, condicionando essas pessoas a não lutar. E favorecendo: “não, forma um grupo aqui a gente vai fazer um acordo”. Aí vai faz um acordo coletivo, todos dessa associação vai receber a indenização de 100 mil. **Aí (sic) pronto calou a comunidade daquela rua, daquele bairro, daquele povoado e assim eles vão fazendo, silenciando, sobre essa argumentação: são eles que não tão deixando a gente fazer a reparação, eles denunciam, eles questionam.** “Vocês têm que conversar com eles para eles pararem”. Aí as pessoas vêm atrás: “Dá um tempo, vai ver melhoria” [...] Aí isso foi acontecendo, as promessas junto a essas associações e as associações atuando junto à comunidade, para um silenciamento, para um esvaziamento das reuniões (Paula, Paraopeba Participa, agosto de 2022).

Os processos de fragmentação das relações sociais dos atingidos são produtos das ações desse setor empresarial de relacionamento comunitário, que busca atribuir aos sujeitos e às organizações críticas o atraso e o não-andamento do processo de reparação. A divisão e os conflitos internos das comunidades também estão relacionados à ação orientada das empresas na escolha dos sujeitos alvos de suas políticas de investimento social e, nos casos de desastre, a definição dos sujeitos que teriam direito à indenização por danos materiais e morais. A seguir, são apresentados

¹⁹⁰ Como demonstramos no capítulo três, em agosto de 2019 houve autorização, pelo juiz, para Vale a realizar o próprio plano de reparação socioambiental. Paula indica que a Vale se utilizou desse processo para buscar promover uma dissolução das ações críticas nas comunidades.

quatro relatos que tratam desse processo de fragmentação das comunidades a partir das ações da Vale.

Isso [o financiamento dos projetos de turismo no assentamento] traz um **enfrentamento interno**, porque a gente bate contra e eles a favor. E pra mim tudo isso é estratégia de dominação dos territórios.

[...] E ainda traz **tensionamento dentro da comunidade**. Hoje, vamos supor... eu tenho mais problemas com os meus companheiros de luta porque eles acham que a Vale está certa e eu que estou errada. Então isso também faz parte do processo de reparação (Olga, moradora do assentamento Pastorinhas, setembro de 2023).

A Vale, ela simplesmente pega um vizinho e joga contra o outro, ela pega uma comunidade e joga contra a outra. Eu não vou falar em valores, cara, porque é um negócio muito antiético. Totalmente, eu acho, desrespeitoso. Não sei se vocês conseguem ver, aqui do lado, aqui, “ó”. Está vendo que eles tiraram até as telhas, aqueles negócios aqui, “ó”? Aquilo ali era de um cara que, assim, igual um irmão meu. Isso ele me falou. O rio de dinheiro, a Vale pagou naquilo ali. Ela foi no outro da frente ali e pagou mais. Ela veio no outro daqui e pagou. Então, resumindo. **Ela comprou ali, ela comprou lá e comprou aqui. E comprou no fundo. E quem está encurralado?** Eu e meu colega aqui do lado. **Ela não tem interesse em comprar minha casa ela não me deve indenização nenhuma. Isso foi dito numa audiência.** O advogado falou: Minha empresa não te deve nada, você tem que provar que você é morador de Correio do Feijão, “ué”? O dia que você provar a gente vê o que acontece. Numa audiência *online*, graças a Deus que foi *online*. Porque se é “cara a cara”, você perde a cabeça com o cara. [...] Então, assim, eu entendo que tem um, sabe? Olha, quem tá me avacalhando, eu também vou avacalhar. A jogada dela é essa. Né? [...] Por exemplo, **se você tá jogando comigo, você tá do meu lado. Se você tá contra mim, você é meu inimigo** (André, morador do Córrego do Feijão, junho de 2022).

Poucos meses depois da tragédia já tinha casa sendo vendida. [...] **Quando eles interessam por aquele imóvel, eles fazem de tudo para a pessoa sair.** Então, eles compram uma casa, passam uma casa, compram uma casa de um familiar, deixam os outros sem comprar, compram uma casa num lugar que não tem nada a ver.[...] Na verdade eu acho que eles no fundo querem tirar todo mundo daqui. Que aí eles não têm que prestar conta de nada. Não tendo ninguém aqui pra reclamar. [...] Muitas casas aqui, muitas famílias eles não chegaram pra oferecer nada. [...] Nada mesmo. Tem família aqui que nunca foi nenhum representante da Vale. [...] Aqui em casa mesmo, se eu te falar, ninguém nunca veio aqui e perguntou pra mim o que que eu queria fazer, se eu queria sair, se eu queria vender. Nunca vieram aqui e perguntaram se a gente estava precisando de alguma coisa. Então assim, a minha casa é uma. Mas eles já compraram a casa da minha tia do lado da minha casa, é estranho, né? (Joana, moradora do Córrego do Feijão, agosto de 2025).

[Pergunto: Você falou que a empresa tenta dividir a comunidade?] Ela não tenta, ela divide, né? Porque ela comprou uma casa num valor bem grande de uma família. [...] É, um valor alto. Aí a do lado, ela fica sabendo que comprou. E por que não comprar a dela?

Igual te falei, 30 famílias, né? A gente era 157. É, tipo, um quinto do que já foi, né. [...] A gente teve uma reunião uma vez e a gente falou assim: quem quer sair, compra de quem quer sair, libera quem quer sair. E quem quer ficar, deixa quem quer ficar. Porque vocês ficam nesse “lenga-lenga”. Compra casa

de um, não compra de outro. Fica dando intriga um com o outro, um vizinho com o outro. Por que comprou o seu, por que não comprou o meu? Então, por que vocês não deixam assim? Compra de quem quer ir embora. E deixa quem quer ficar. **Mas eu acho que a empresa não quer fazer isso. Por quê? Porque se ela se esmacha, ela quer tirar uma pessoa daqui, ela tira. Ela arruma e tira. Então, se ela fizer o que a gente está falando, ela vai perder um pouco, né? Não vai conseguir mandar tanto? Acho que é por isso que ela faz isso.** [...] Quando eles querem tirar uma família, eles tiram muito rápido (Joana, moradora do Córrego do Feijão, agosto de 2025).

Eu não conheço uma reparação que a Vale tenha feito que voltou para a mesma. Ela construiu lá no Parque da Cachoeira uma creche e um centro de convivência maravilhoso. Hoje as crianças estão lá. Mas ela está comprando o Parque da Cachoeira inteiro. Quem vai usar isso? Eu faço essa pergunta. E ela compra uma casa aqui, salta três, faz os vizinhos brigarem. Ela compra uma, salta três, compra duas, aí paga mil numa, paga três mil na outra, os vizinhos, em vez de ir contra a Vale, vão um contra o outro. Porque essa é a metodologia da Vale, de implantar no território a desunião. Ela coopta pessoas, entendeu? Que dão benefício para essas pessoas, para essas pessoas desarticulem as comissões ou as pessoas que vão para o enfrentamento com a Vale. A realidade no território hoje é essa (Meire, moradora de Ponte das Almorreimas, maio de 2022).

Os relatos anteriores permitem observar a percepção de alguns atingidos da forma como a empresa tem realizado ações direcionadas no território, definindo quais sujeitos teriam ou não direito a um projeto vinculado à reparação ou, mais especificamente, às indenizações pelos danos causados. Isso tem relação com três processos centrais na compreensão da atuação das empresas e de seu “cinturão corporativo” na gestão do desastre: i) à ingerência das empresas na execução do processo de reparação, a partir de suas obrigações de fazer, que permitiria conduzir mais de perto algumas das ações de reparação, definindo os públicos-alvo, ou os sujeitos com quem dialoga; ii) a atuação das equipes de relações comunitárias que conduzem os diálogos e os projetos de investimento social direto, que por não estarem contemplados nos acordos, não passam por nenhuma fiscalização ou orientação do poder público; iii) a atuação das empresas nos acordos envolvendo as indenizações extrajudiciais, individuais ou por núcleo familiar, que permitem a empresa ir definindo os sujeitos com quem negocia, como apresentaram os relatos de André e Joana.

Um caso elucidativo envolvendo o processo de fragmentação das relações das comunidades pela empresa diz respeito aos povos indígenas Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe da aldeia Naô Xohã. Originalmente, cerca de 56 famílias estavam no território original da referida aldeia, localizada às margens do Rio Paraopeba. Como indicado anteriormente, desde os primeiros dias após o rompimento a Vale buscou estabelecer funcionários no acompanhamento direto dessas comunidades. A atuação deles e o

tratamento dado a essa comunidade pela empresa no processo de reparação foi produzindo uma série de conflitos e questões internas, relacionadas, por exemplo, à questão das indenizações individuais e coletivas, permeadas pela tentativa da empresa em resolver essas questões pela via extrajudicial.

E a gente descobriu que desde o início a Vale mostrou para algumas lideranças que o caminho judicial não era bom. Então por isso a comunidade tinha pavor da justiça. Nunca vai resolver e ao mesmo tempo, por conta dessa narrativa que a Vale imputou na cabeça deles, sabe? Demora, vocês vão perder. E ao mesmo tempo era latente o desejo da comunidade de uma caneta, de uma resolução (Carlos, INSEA, setembro de 2023).

A resolução por via extrajudicial foi apontada por Carlos como um dos mecanismos utilizados pela empresa para negociar de forma diferenciada com alguns grupos e sujeitos nas comunidades, o que produziu alguns conflitos internos. Além disso, a atuação direta dos funcionários da empresa, inclusive no controle do serviço de assistência a saúde, foi produzindo tensionamentos entre a população e da população com as assessorias técnica.

A Vale sempre atuou nas brechas [...], ela chegava em momentos de fragilidade das comunidades, vendia problema para apresentar solução, para ser comprada pela comunidade [...] A Vale criava os problemas, como se ela não tivesse criando os problemas, [...] ela falava parava você “ô ‘fulano’, seu irmão vai receber 50 mil da gente porque ele fechou ‘acordinho’ aqui com a gente” e não tinha isso, aí você virava e falava “ô você tá recebendo 50 mil nas minhas costas, porque você tá fazendo isso aqui comigo? Você tá me traindo”, a brigavam. Eram quatro irmãos na mesma aldeia, morando junto na Naô Xohã, no dia do rompimento, hoje os quatro estão em lugares diferentes (Carlos, INSEA, setembro de 2023).

Esse processo de divisão na comunidade tem um marco em junho de 2021, com a criação da aldeia Katuramã, que passa a se localizar em uma área conhecida como Mata do Japonês, também no município de São Joaquim de Bicas (MG). Após em 2022 ocorrem as inundações no Rio Paraopeba, que fizeram com que a lama de rejeitos entrasse no território da aldeia, inviabilizando a presença dos indígenas. A comunidade ingressou com uma ação em janeiro de 2022, com pedido de realocação, a qual culminou em decisão favorável que obrigou a Vale a realizar o reassentamento. A resposta da Vale a esse processo implicou em um segundo momento de divisão da comunidade.

A Vale demorou um ano para realocar a comunidade e era um pedido liminar. E aí é onde cria a cisão. Porque a Vale, a comunidade pediu, em suma, vou resumir aqui. A comunidade pediu 10 opções de território de 300 hectares, que era o tamanho da aldeia. A Vale apresentou um de 4 hectares para levar aquele tanto de gente. Aí [uma parte da comunidade] foi para esse novo território, que é lá em São Joaquim de Bicas também, chama-se Chácara São Dimas. Dá uns 5km da atual Naô Xohã, onde você conhece. E [uma parte da comunidade] ficou na Naô Xohã. E aí veio a cisão deles. Foi agora, “velho”. Final do trabalho da assessoria. A Vale seguiu a mudança até o final do trabalho da assessoria. Falaram: ah, vai mudar, não vai ter assessoria, a gente faz o que a gente quiser (Carlos, INSEA, setembro de 2023).

Dessa forma, tanto o desastre quanto os mecanismos utilizados pela empresa têm relação com o processo de fragmentação dessa comunidade em três territórios. Em 2025, segundo informações do Instituto Socioambiental (ISA), cerca de 13 famílias se mantinham no território original da aldeia Naô Xohã, sob liderança do Cacique Sucupira, às margens do Paraopeba; 38 famílias estavam em uma área nova em Brumadinho após realocação, na Aldeia Naô Xohã Arakuã; e 20 famílias se encontravam na Aldeia Katuramã (ISA, 2025).

A divisão de comunidades é uma prática que faz parte do repertório das estratégias de gestão da crítica (Kirsch, 2014) e é também identificada nas ações da Vale em outros territórios (Eusébio; Magalhães, 2022; Giffoni Pinto; Viégas, 2022; Barros, 2024) e nos territórios de atuação da Fundação Renova (Jorge et al., 2020). Essas práticas pretendem produzir um enfraquecimento dos processos organizativos e, conseqüentemente, uma maior dificuldade no enfrentamento às empresas. No contexto de desastres, esse enfraquecimento atenderia aos interesses das empresas ao produzir uma certa resignação entre os atingidos frente ao real estado do processo de reparação, além de dificultar formas de organização social que poderiam implicar na exigência de soluções coletivas para a reparação. No lugar, as práticas das empresas buscam dar ênfase a processos individualizados e extrajudiciais, nos quais teriam maior margem para assegurar seus interesses.

Como apresentado no início do capítulo, a partir de Acselrad e Assis (2022), as empresas ajustam suas práticas ao grau de interesse, poder e criticidade dos diferentes sujeitos. Dessa forma, operam práticas mais relacionadas ao campo da “filantropia”, dos projetos sociais para alguns grupos e para outras ações de gerenciamento, negociação e isolamento (Acselrad; Assis, 2022). Essas formas de isolamento, além daquelas que já foram demonstradas, se efetivam pelo afastamento dos sujeitos críticos. Em Brumadinho, esse aspecto foi sinalizado nas entrevistas por

meio das práticas de indenização e aquisição de propriedades pela Vale no Córrego do Feijão.

Ah não, no início foi assim, **tanto que o pessoal que brigou no início na época da tragédia de 2019 que eram os representantes da comunidade todos saíram daqui. À medida que eles vão participando das reuniões, que vão questionando alguma coisa, eles arrumam um jeito de tirar a pessoa.** Se a pessoa não estiver participando de nada, não estiver incomodando em nada, eles não fazem nada também. Não compra casa, não recebe indenização, não faz nada. **Mas se a pessoa começa a incomodar, eles arrumam um jeito da pessoa sair. E isso é fato. Todas as pessoas do início de 2019 que estava representando a comunidade, todos já estão fora.** Eles arrumam um jeito de comprar casa, mas a pessoa sai fora. E sai sem a gente ficar sabendo também. Quando a gente fica sabendo, a pessoa já até mudou. É muito estranho. [...] Compra casa com valor alto e a pessoa vai se sentir empolgada daquele valor. Zona rural, um lugar pequeno, tem um valor alto. Já é arte da empresa mesmo de dar um valor alto para a pessoa já não ter como não sair fora, né? [...] Um valor que você não ia ter antes da tragédia. A pessoa fica empolgada com esse valor e costuma sair, mas costuma ir por impulso e depois vê que não é aquilo (Joana, moradora do Córrego do Feijão, agosto de 2025).

E a gente estava falando do Marquinho. A gente estava falando do moço que morava aqui que chama Marcos. Ele era o filho único. O pai e mãe dele já era falecido e ele gostava muito daqui. **E ele brigou muito com a empresa no início para conseguir as coisas para nós, para a gente ter sossego, para a gente continuar aqui. E ele vendeu a casa dele. Ele foi convidado a vender a casa dele também,** [...] que ele começou a incomodar porque ele ficava indo nas reuniões e defendendo o Córrego. [...] Desde o dia que ele saiu daqui do Córrego do Feijão. Foi só hospital. Doente, doente, doente. E ele não chegou a entrar dentro da casa dele (Joana, moradora do Córrego do Feijão, agosto de 2025).

A empresa estabeleceu, assim, uma ação de esvaziamento dos sujeitos críticos da área mais próxima ao rompimento, o Córrego do Feijão, utilizando-se dos acordos extrajudiciais de indenização, que como indicado no capítulo dois, envolviam a transferência da propriedade para a Vale. Esse processo se insere nesses mecanismos mais diretos de ação das empresas na gestão da crítica. Essas práticas se relacionam às formas mais coercitivas e autoritárias de exercício do poder corporativo, que buscam restringir o campo de possibilidades do debate público e do enfrentamento crítico (Chamayou, 2020; Acselrad, 2022).

4.2.3. Práticas de coerção e controle territorial

A Vale já chegou restringindo tudo, ninguém podia entrar, ninguém podia passar, só gente autorizada, pra entrar pra lá qualquer área que era dela só autorizada. [Pergunto: Mas vocês usavam uma área que era da Ferteco?] Na verdade, tinha uma lagoa ali embaixo, próximo lá, que a gente pescava na época da Ferteco, não incomodava, pescava com vara.

Então a gente passava, pescava, tinha o campo de futebol lá dentro. A turma daqui jogava lá, a turma de lá jogava aqui. Depois que a Vale chegou, já não tinha acesso mais não. [...]

Qualquer pessoa que ia para a próxima área, que era da Vale, já vinha na segurança perguntando o que queria. Que era uma área restrita, que a gente não podia passar, que não podia pescar. Várias vezes teve pessoal daqui que estava pescando e que chegava segurança e tirava. Que não podia pescar. Então, foi bem diferente (Joana, moradora do Córrego do Feijão, agosto de 2025).

Nessa breve passagem, Joana relembra como foi a chegada da Vale no Córrego do Feijão em 2001, quando adquiriu a empresa Ferteco e passou a operar a mina. Tanto Joana quanto André destacaram que a empresa teve uma postura muito diferente em relação à comunidade. Ao ser perguntado se algo mudou, André responde: “o que acrescentou depois que a Ferteco vendeu para a Vale? Acrescentou a arrogância e a soberba”. André, inclusive, destaca que trabalhou 25 anos “nessa mesma mineração”, tendo sido funcionário das duas empresas.

O relato desses dois moradores do Córrego do Feijão sobre o momento de aquisição da Ferteco e chegada da Vale na comunidade tem ressonância com as práticas realizadas pela empresa em outros territórios em que atua, como em Carajás (Castriota, 2021; Barros, 2024). Essas práticas de vigilância, segurança e controle dos territórios pela empresa, nos casos dos desastres, possibilitam a visualização das reconfigurações das fronteiras entre empresa e sociedade, sinaliza Welker (2014). Assim como ocorre com o “espalhamento geográfico” dos *stakeholders* destacado pelos representantes da Vale e da Samarco, apresentados no início deste capítulo, há um espraiamento das práticas de gestão e controle interno das empresas para esse grande “entorno” que sevolvem os territórios atingidos nos desastres, “uma externalização do que é interno” (Welker, 2014, p. 58, tradução nossa). Nesse sentido, como elabora Acselrad (2018, p. 44), as estratégias empresariais voltadas ao “espaço social não diretamente produtivo tendem a adquirir forma semelhante à da busca de segurança e continuidade na operação dos equipamentos nas indústrias de processo contínuo”. Dentre essas práticas de controle nos contextos de desastre de mineração, é possível destacar, a partir da experiência da pesquisa: os mecanismos de vigilância e segurança, o uso de instrumentos judiciais e o próprio controle do território.

Alguns relatos observados nas entrevistas e também durante as atividades realizadas sinalizavam um certo ambiente de vigilância e controle constante das pessoas atingidas, sobretudo no município de Brumadinho. Nem todos os casos

envolvendo esses aspectos podem ser atribuídos às práticas da Vale ou de seu “cinturão corporativo”, uma vez que muitos dos relatos não conseguem sinalizar a origem ou os praticantes dessas ações. Paula, por exemplo, relata que logo no início do desastre começou a pleitear, tanto frente à empresa quanto ao poder público municipal, o reconhecimento dos agricultores que estavam na área a montante do rompimento enquanto atingidos. Segundo aponta, nesse momento a empresa reconhecia como atingidos apenas aqueles agricultores que estivessem localizados nas áreas nas quais a lama de rejeitos tivesse chegado¹⁹¹.

E aí o que aconteceu? Ela [a secretaria de agricultura de Brumadinho em 2019] parou, me olhou e eu falei assim: Vanessa, eu tô atrás de você há meses. Os agricultores estão abrindo galinheiro, a gente não consegue comercializar. Aí ela olhou pra minha cara e falou assim: A lama passou no seu quintal? “Velho”, foi um murro na minha cara. Eu olhei pra cara dela e disse assim de bate-pronto: Não Andressa, passou na minha alma, não passou no meu quintal, passou na minha alma. Aí ela me deu as costas, ela virou e foi embora (Paula, Paraopeba Participa, agosto de 2022).

Após essa tentativa, Paula relata que buscou mobilizar agricultores e divulgar as dificuldades que estes vinham passando por meio de uma reportagem, que ganhou repercussão. Segundo Paula, a partir desse momento começou a receber algumas ameaças.

Então começou aí. A partir da matéria, na verdade, da agricultura, eu comecei a tomar porrada, foi quando invadiram lá em casa. Levou tudo que eu tinha do projeto [projeto que envolvia o trabalho com diversos agricultores], meu *pendrive* e meu *tablet*. Retroprojeto, televisão, micro-ondas, tudo ficou, só saiu isso. *Tablet*, a pasta do projeto, que tinha todas as fichas dos agricultores e dos clientes, com CPF, com dados sensíveis, levaram a pasta, levaram o *tablet* que eu usava para as planilhas, para foto, registro. E o *pendrive* que era meu *backup*. Enfim, isso foi em 2019. [...]

Em 2020, eu tive que sair do território. Quando eles cortaram o conduíte do freio do meu fusca. E que eu descobri só na rua, na estrada, indo pra Casa Branca. Saindo de Piedade. Eu deixei meu filho na escola. Olha como que... onde que protege? Saí de casa com meu filho.

Parei o fusca na porta da escola, o Matheus de 9. Deixei ele e fui pra Casa Branca. Até a escola, eu tinha o freio da mangueira até as rodas. Porque eles cortaram a mangueira do freio embaixo do pedal. Quando esse fluido de freio saiu completo, nas rodas, vazou, eu fiquei totalmente sem freio.

E eu pisava, e falei: meu Deus. E eu não tinha freio de mão no carro. Falei, “fudeu”, onde que eu paro esse fusca? Engatei a primeira, aquele desespero, falei, eu preciso de uma estrada de terra. Eu tava na estrada pra Casa Branca. Falei, eu preciso entrar numa estrada de terra, porque vai ter menos

¹⁹¹ Essa narrativa, como demonstrado no capítulo anterior, tem relação direta com o objetivo da empresa de deslegitimar e não reconhecer algumas áreas como atingidas, que teria o intuito de “diminuir” o número de comunidades e pessoas a serem contempladas pelas ações de reparação.

movimento do que o asfalto, e eu “meto” o fusca num barranco. Eu paro ele. [...] [após esse incidente relata]

Não dá pra eu ficar aqui. Aí eu liguei pro programa de proteção. Falei, ó, estou como Chico Xavier. Eu tô com uma data limite agora. Não fico mais aqui (Paula, Paraopeba Participa, agosto de 2022).

Paula, depois desse fato, se mudou para Belo Horizonte (MG), para a casa da família, mas continuou participando dos processos organizativos envolvendo o desastre por meio do Paraopeba Participa. Outras situações de vigilância foram sinalizadas por diversas lideranças ao longo da pesquisa, algumas já tratadas anteriormente, dentre elas as ações dos funcionários de relacionamento com comunidades ou de acompanhamento mais sistemático de alguns grupos sociais, como no caso da aldeia Naô Xohã.

A seguir são apresentados outros relatos que permitem a observação de diferentes práticas de vigilância desenvolvidas pelas estruturas corporativas no caso do desastre da Vale.

E quando a gente entrava lá [na Ponte das Almorreiras], chamava a polícia, punha drone em cima da gente. Eu tenho filmagem aqui de **guarda me vigiando**, para a carro atrás da gente. E fica vigiando a gente dentro do que é da gente. Você entendeu? É um desdobramento que chega a ser covarde e vergonhoso de uma ação truculenta, **para te meter medo mesmo** (Meire, moradora de Ponte das Almorreiras, maio de 2022).

E para além disso, **a mineradora contrata outras pessoas que perseguem pessoas**. Eu tive na minha casa, e eu tenho isso registrado, a empresa Arcadis, a mesma que atua em todas as áreas de todas as mineradoras, é, me seguindo, fiscalizando minha casa, tirando foto, registrando. Eu tenho vídeos de gravação onde o carro, o carro da Arcadis, o carro, com emblema da Arcadis, estava parado próximo aos pontos estratégicos com câmeras gigantes, onde dá para ver que a pessoa está me fiscalizando. E aí, se sair na rua, hoje, quando eu vou à rua, que eu vou para um espaço que não tenho meus pais, eu entro em contato com alguém e eu só saio na rua com o telefone na mão. Ah, por exemplo, vou na mercearia que fica a cerca de 600, 800 metros, eu vou com o celular na mão. Porque se acontecer alguma coisa, eu falo: “ó”, fulano tal, carro tal, entendeu? Para ter um mínimo de segurança, para que não aconteça nada (Ricardo, morador de Piedade do Paraopeba, outubro de 2022).

É porque na época da tragédia, até hoje também, a gente passa muita coisa aqui, de ficar tolerando, igual te falei, **tirando foto na porta da minha casa**. Pra quê? Às vezes a gente fica parado próximo de algum imóvel da empresa, aí chega um segurança e pergunta o que a gente está fazendo lá. Você acredita? **Se você ficar muito perto de uma casa que foi comprada e ficar lá, dali a pouco aparece um segurança e pergunta o que você está fazendo lá**. Ficam rondando, não sei o que que é, ficam rondando ali (Joana, moradora do Córrego do Feijão, agosto de 2025).

Os relatos anteriores não são exceção e são reforçados por diversos outros encontrados durante o período da pesquisa. Cria-se, assim, nos territórios atingidos por desastres de mineração uma sensação de medo e insegurança frente à presença intensiva de funcionários das inúmeras empresas que compõem o “cinturão corporativo” da Vale e estão, de alguma forma, vinculadas ao processo de reparação. Práticas de vigilância que se inserem no conjunto de “táticas autoritárias do poder corporativo” ligadas às políticas de resignação (Benson; Kirsch, 2010), que pretendem, além de manter um acompanhamento sistemático dos críticos, produzir um quadro de desmobilização desses sujeitos.

Umas das práticas que também tem como intuito o controle, a desmobilização e a criminalização dos sujeitos atingidos envolve o uso de ações judiciais que buscam cercear o direito à manifestação e “enunciação crítica”. Segundo Giffoni Pinto e Viégas (2022, p. 224-225), tais práticas teriam uma função “pedagógico-repressora” de forma a operar “efeitos pedagógicos e repressivos sobre o acusado por meio de prejuízo moral, institucional ou financeiro”. Ações judiciais que buscaram impedir manifestações foram utilizadas pelas empresas tanto no desastre da Samarco/Vale/BHP quanto no desastre da Vale.

Em 2016, a Vale entrou com um pedido de reintegração de posse da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM) contra militantes do MAB, após manifestação realizada em 2016, na altura da Estação Ferroviária de Periquito (MG), próximo a Governador Valadares (MG), em denúncia a como vinha sendo o processo de reparação do desastre da Samarco/Vale/BHP (Autos n.º 5005338-13.2017.8.13.0105). Em decisão liminar, o judiciário expediu mandato de reintegração de posse da ferrovia e da área de domínio “na altura da estação ferroviária de Periquito, estendendo-se a medida para toda linha férrea que passa pelos Municípios de Governador Valadares e Periquito”. Segundo Maso (2024), essa decisão foi utilizada diversas outras vezes em outras regiões para buscar impedir manifestações na EFVM.

Em 2019, a empresa MRS – responsável pela ferrovia em Brumadinho – ajuizou uma ação cominatória de obrigação de não fazer cumulada com tutela de urgência antecipada¹⁹² (Autos n.º 5003332-10.2019.8.13.0090). Ela buscava que os réus da ação

¹⁹² Esse tipo de ação busca impedir que uma pessoa ou grupo organize uma ação específica.

[e] quaisquer movimentos, organizações de frente e/ou populares/terceiros manifestantes se abstenham de organizar manifestações ou aglomerações de qualquer espécie dentro da faixa de domínio ferroviária sob a concessão à MRS, sobretudo nas dependências da empresa autora, nos cruzamentos férreos e nas passagens do trecho ferroviário/passagem de nível, em toda a extensão do Município de Brumadinho (Autos n.º 5003332-10.2019.8.13.0090).

A ação foi ajuizada após protestos de atingidos contra a Vale realizados em dezembro de 2019. Em decisão de 17 de dezembro de 2019 foi concedida tutela inibitória indicando emprego de força policial e “pena de multa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por evento, no caso de ocupação coletiva da faixa de domínio ferroviária sob concessão à MRS Logística S/A ocorrida durante manifestações” (Autos n.º 5003332-10.2019.8.13.0090).

Em 2020, a Vale também ajuizou uma ação do mesmo tipo, buscando impedir a realização de manifestações por integrantes de qualquer movimento social ou organização no município de Brumadinho (Autos n.º 5001307-87.2020.8.13.0090). Em decisão liminar de 08 de junho de 2020 foi concedida a tutela de urgência que determinou a

todos os Réus, e DEMAIS E/OU QUAISQUER MOVIMENTOS, ORGANIZAÇÕES DE FRENTE E/OU POPULARES/TERCEIROS MANIFESTANTES, que se abstenham de organizar manifestações ou aglomerações de qualquer espécie, em toda a extensão das vias de acesso ao Município de Brumadinho/MG e região, que bloqueiem os acessos e vias, bem como se abstenham de obstaculizar as entradas e portarias de acesso às dependências administrativas da empresa autora e de suas Empresas Terceirizadas, preservando o pleno exercício do direito de ir e vir dos colaboradores da empresa e de terceiros que porventura não queiram participar das manifestações, sob pena de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por pessoa e por evento, no caso de novas manifestações¹⁹³ (Autos n.º 5001307-87.2020.8.13.0090).

O efeito “pedagógico-repressor”, apontado por Giffoni Pinto e Viégas (2022), provocado por essas ações judiciais, pode ser notado nos relatos das lideranças ouvidas ao longo da pesquisa. Alguns dos relatos buscavam destacar que, além de terem sido atingidos pelo desastre e não estarem sendo contemplados pela reparação, estavam sendo impedidos pela justiça de se manifestarem e criticarem a empresa.

¹⁹³ Posteriormente, em 28 de janeiro de 2021, essa decisão teve uma retratação e passou a circunscrever apenas às áreas que obstaculizassem áreas e propriedades da Vale e das empresas terceirizadas.

Quem fizer paralisação agora, você sabe disso melhor do que eu. Ele vai ser preso e vai ser multado 5 mil reais por mês ou por dia, não sei. E um processo nas costas. E um processo nas costas. Então, quer dizer, não incomode a Vale. Agora, por que a atitude é da Vale? Porque senão entraria a Prefeitura, entraria o Ministério Público, porque a via é pública, meu amigo. Quem entrou com essa ação foi a Vale. Quem processa é a Vale. Quem processa é a Vale. **Então, quer dizer, com a Vale você não pode mexer.** Se você mexer com a Vale você vai cair do cavalo. Você vai cair do cavalo. Quer dizer, eu mando e desmando. Aqui dentro de Córrego do Feijão, a Vale manda e desmanda. **A Vale manda aqui, a Vale manda no Parque da Cachoeira, a Vale manda nos Pires.** Eu não sei se você já esteve no Parque da Cachoeira. Você viu onde é que a Vale fechou? A Vale fechou a rua daqui pra cá, cara. Você não passa. “Bicho”, eu sou morador daqui parceiro. Eu não passo? (André, morador do córrego do Feijão, junho de 2022).

A fala de André permite a conexão de duas das práticas identificadas e operadas pelas empresas nos casos de desastre: o uso da repressão judicial e policial, além do controle territorial. Esse aspecto do controle territorial e comunitário é um elemento que foi demonstrado ao longo deste capítulo e do anterior. Esse controle se materializa, por exemplo, nas questões relacionadas ao acesso aos recursos hídricos, na definição dos limites das áreas que podem ser ou não consideradas atingidas e nas ações dos funcionários da empresa que atuam diretamente nos territórios, como os profissionais de relacionamento com comunidades e os seguranças. No entanto, uma prática que permite a visualização mais concreta desse processo de controle territorial por parte da empresa está relacionada ao processo de aquisição das propriedades pela empresa nos territórios atingidos.

Em Brumadinho, a aquisição das propriedades pela Vale perpassa tanto a compra de imóveis e terrenos relacionados ao processo de indenização, em que a propriedade é transferida para a empresa, como propriedades que têm sido adquiridas com a justificativa relacionada ao processo de reparação ou compensação ambiental¹⁹⁴. A aquisição das propriedades dos atingidos, via indenização, tem produzido um esvaziamento das comunidades, sobretudo no Córrego do Feijão e no Parque da Cachoeira. Como já destacado, essas duas comunidades foram as mais diretamente atingidas pela mancha da lama de rejeitos, o que provocou esse maior

¹⁹⁴ Diversos sujeitos da pesquisa apontaram que após o desastre a empresa começou a adquirir diversas propriedades rurais. Algumas lideranças indicaram que isso poderia estar relacionado aos interesses minerários da empresa na região, visto a Vale estar adquirindo terras em áreas situadas distantes ou a montante do rompimento. Esse processo se relaciona, em alguma medida, com uma expansão fundiária da empresa, que poderia garantir uma intervenção maior no território de Brumadinho. No entanto, a observação desse processo não foi mobilizada na tese e não parece fornecer elementos analíticos para observar as estratégias da empresa voltadas à gestão da crítica.

processo de aquisição de propriedades via indenização, por meio de acordos extrajudiciais.

No Córrego do Feijão, segundo as entrevistas, antes do rompimento habitavam 157 famílias. Atualmente, em 2025, moram cerca de 30, um quinto do total. Joana indica que esse número deve diminuir, uma vez que algumas famílias estão tentando negociar com a Vale a indenização e outras pessoas já não querem mais continuar no território. Quando perguntada se pensava em “vender” para a Vale, ela respondeu: “Antes não, hoje eu já penso. Porque não é o Córrego que eu nasci, que eu gostava de morar. Hoje já passa pela minha cabeça de vender, de ir para outro lugar, porque eles estão mudando tanto aqui que já não é o lugar que eu gostava de morar” (Joana, moradora do Córrego do Feijão, agosto de 2025).

Essa dimensão da mudança e transformação do Córrego do Feijão não está presente apenas nos relatos dos moradores que ainda continuam no território, é perceptível para qualquer pessoa que visite a comunidade. Ao longo da pesquisa, foi possível visitar o Córrego do Feijão diversas vezes, sendo a primeira ainda em fevereiro de 2019. A paisagem se transformou significativamente. Enquanto de um lado foram sendo construídas novas estruturas, com formas modernas que poderiam estampar qualquer livro de arquitetura, de outro a cada visita iam aumentando o número de casas muitas vezes sem telhas ou portas, com placas onde se lê “propriedade particular”. As placas no Córrego do Feijão e no Parque da Cachoeira reproduzem a mesma fonte e padrão estético utilizado pelas tradicionais placas de propriedade da Vale, sem, no entanto, utilizar a cor verde associada à empresa, utilizando, por sua vez, uma cor cinza. Segundo Joana, isso deveu-se a uma demanda dos atingidos:

No início ninguém queria ver aquele verde da Vale, mais não. Acho que deixava o pessoal triste, o pessoal chorava. Aí a gente queria mudar aquele uniforme. A gente não queria saber nada de verde. Aí eles mudaram pra cinza, né? Mas nós já estamos tomando antipatia do cinza também. Daqui a pouco eles vão mudar pra cor de rosa” (Joana, moradora do Córrego do Feijão, agosto de 2025).

Fotografia 6 - Propriedade da Vale no Córrego do Feijão – Brumadinho (MG).



Fonte: acervo pessoal do autor, agosto de 2025.

Fotografia 7 - Propriedade da Vale no Córrego do Feijão – Brumadinho (MG).

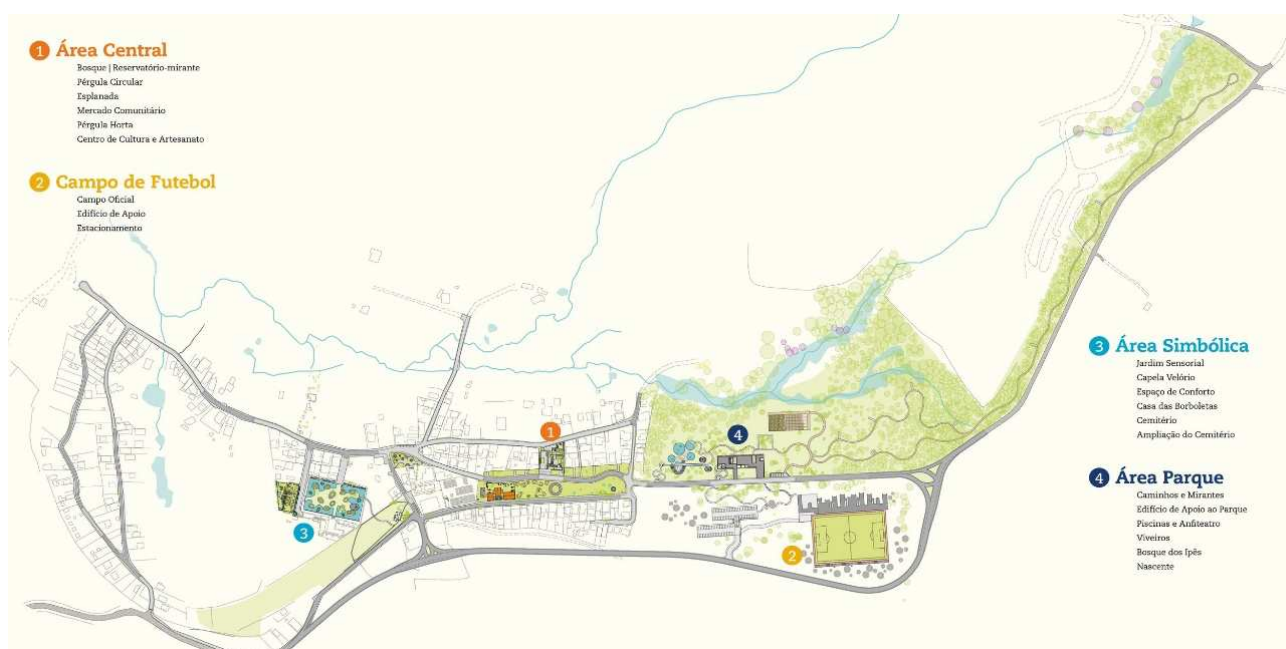


Fonte: acervo pessoal do autor, agosto de 2025.

Nas imagens anteriores é possível visualizar algumas das dezenas de casas que foram adquiridas pela Vale por meio dos acordos de indenização entre 2019 e 2025. Na Fotografia 6, ao fundo, é possível visualizar uma das obras que compõe o Memorial Brumadinho, realizado pela Vale como uma demanda dos familiares de vidas fatais e inaugurado em 2025.

Já na Fotografia 7, é possível visualizar atrás das casas uma das obras da praça central da comunidade. Essa obra, que contrasta com as casas que circundam a praça, faz parte do que a Vale tem denominado de “ressignificação do Córrego do Feijão” (Vale, 2023), por meio do projeto que a empresa tem chamado de Território-Parque. Ele está incluído no escopo do Acordo de Brumadinho (no Anexo I.4) e é uma das obrigações de fazer da Vale. Na Figura 15, a seguir, é possível visualizar um croqui do projeto que se pretende realizar no Córrego do Feijão, que contempla quatro grandes áreas: a área central, que aparece ao fundo da Fotografia 7; um campo de futebol; um Parque Ecológico; e uma área definida como “simbólica”.

Figura 15 - Projeto do Território-Parque no Córrego do Feijão – Brumadinho (MG).



Fonte: Fernando Maculan Arquitetura (2022)¹⁹⁵.

Esses diversos projetos que envolvem as obras de reparação definidas no acordo têm sido concretizados ao longo dos anos de forma concomitante com a

¹⁹⁵ O projeto do Território-Parque pode ser consultado em: <https://www.fernandomaculan.com/arquitetura/2022/9/9/2022crrgo-do-feijo-projeto-territrio-parque>. Acesso em: 28 out. 2025.

aquisição das casas das pessoas atingidas. Inclusive, muitas das pessoas tiveram que “vender” suas casas devido aos danos que surgiram em decorrência das obras de reparação, dentre elas o próprio André, entrevistado em 2022.

E eles ficam chegando devagarzinho, querendo fazer as coisas na comunidade. Fala que tá (sic) fazendo reparação, mas pra mim, moradora, não tem reparação, tem transformação. Porque eles estão, aos poucos, mudando a nossa casa. O Córrego não é uma pracinha. Então, eles estão transformando o Córrego em algo que eles querem.

O nosso córrego era um lugar tranquilo, que as pessoas gostavam de ficar. Hoje o que a gente está vendo aqui é obra para quem? Se a comunidade aos poucos está desfazendo.

Hoje tem mais gente que chegou depois do rompimento do que as pessoas que moravam aqui. Que quem morava aqui mesmo, alguns foram convidados a se retirar porque estava próximo lá de onde era a área da barragem. Então foram convidados a se retirar e os outros com medo também querem ir embora, não querem ficar mais, porque ficam com medo do que isso aqui vai virar.

E pra gente que tá ficando aqui agora, a gente vê que tá virando o que eles querem. Não é o que a comunidade quer. Tem obras, mas não é obras de reparação. Tá transformando (Joana, moradora do Córrego do Feijão, agosto de 2025).

A fala de Joana demonstra que essa ressignificação promovida pela Vale no Córrego do Feijão não tem sido compreendida pela população que ainda mora na comunidade como uma reparação, mas como uma transformação, uma apropriação do Córrego do Feijão para algo que atenda aos interesses da empresa com o processo de reparação.

Eu não considero aqui mais como Córrego do Feijão, eu considero como Córrego da Vale. Porque nos quatro cantos de Córrego do Feijão não tem outra coisa que não ser obra da Vale, é só obra. É obra de memorial, é obra de não sei o que, cada obra tem um nome e ainda tem mais pra fazer. [...] Cês observaram a praça que a Vale tá fazendo? Qual a justificativa de uma praça daquele tamanho, com toda parafernália, se não mora praticamente ninguém aqui.

A Vale, a Vale é isso. Um memorial enorme. [...]

O turista vai visitar o memorial, de lá o turista vai passar na praça e tirar foto. O turista vai divulgar: olha o que a Vale fez na comunidade de Córrego do Feijão. Os investidores vai vir e olhar aconteceu isso desse tamaninho e a Vale fez isso desse tamaninho. E só não enxerga quem não quer (André, morador do Córrego do Feijão, junho de 2022).

André demonstra um entendimento próximo ao de Joana. Além disso, traz um elemento que apareceu em diversas outras entrevistas: para quem serviria todas essas obras no Córrego do Feijão, como mercado, centro de cultura, parque

ecológico, se a comunidade foi reduzida – até 2025 – a um quinto do que era antes do rompimento?

O processo de apropriação e controle territorial no Córrego do Feijão, no entender desta tese, correlaciona as diferentes formas de gestão da crítica e é elucidativa dos mecanismos como as empresas têm buscado produzir uma forma de gestão dos desastres. Por um lado, a empresa mobiliza todo um aparato de legitimação que perpassa pelos mecanismos de investimento social direto, como os projetos voltados ao turismo na comunidade, e pelas obras de reparação, que também buscam demonstrar como ela tem realizado investimentos voltados ao desenvolvimento territorial do Córrego. Paralelamente, retira do próprio espaço físico da comunidade os sujeitos críticos e as vozes dissonantes, esvaziando a crítica, e produzindo um silenciamento, por meio de uma espécie de deslocamento “compulsório” centrado na lógica das indenizações por danos morais e materiais.

O esvaziamento dos sujeitos críticos, aliado a essa estrutura de legitimação do seu processo de reparação que é o Território-Parque, parece tentar, por meio da política da lama, definir um modo de narrar a história e a memória do desastre, que pretende apagar os rastros deixados pela lama e inviabilizar qualquer perspectiva de enunciação crítica. Aqui será retomada a fala da então Diretora de Reparação da Vale, feita em 2025, sobre o Córrego do Feijão: “E eu tenho muita alegria em dizer, que essa comunidade hoje está caminhando para ser sustentável, está caminhando para a perenidade, para o empoderamento”. Essa frase, ou ainda mais, a realidade que ela busca esconder, parece estar circunscrita ao que Alain Deneault (2018, p. 14) indica como um novo tipo de poder “com o qual nos defrontamos hoje, que é um poder de natureza perversa”. Essa nova forma de poder seria, para Deneault, o próprio poder conformado pelas empresas multinacionais. Por perverso, o autor define “aquele que deixa as pessoas enlouquecidas e as domina criando uma ordem objetiva completamente desestabilizada que gira a seu favor”, esse poder consistiria “em levar vantagem em tudo o que se passa; fazer com que, de fato, tudo gire a seu favor” (Deneault, 2018, p. 24-25).

Então, pra mim aquela área do campo deveria ser um local restrito, de respeito, seria um local de lembrança, de memória¹⁹⁶. Poderia mexer no

¹⁹⁶ O campo a que Joana se refere é o campo representado na Fotografia 8. Foi nesse campo em que foi montada a base de operações para resgate das pessoas e dos corpos quando ocorreu o rompimento em 2019.

campo? Poderia. Mas pra mim o campo tinha que continuar lá, o campo, cuidar do campo. Que ficasse um campo preparado para uma partida, porque aquele campo trouxe muita alegria pra comunidade, era onde o pessoal divertia.

Então, pra mim, aquele campo tinha que continuar. **Aquele campo é memória da tragédia, é memória do Córrego do Feijão.** E eles estão com a ideia de fazer uma pracinha e tipo assim, o campo não vai existir mais. Eu não gosto disso, eu não quero que isso aconteça. **Mas pra eles é bom, porque vai tirando as memórias da tragédia, como corre com ela.** E tem pessoas da comunidade que concordam com eles, que tem mesmo que fazer isso.

Mas tem mesmo que fazer isso, tirar tudo que a gente viveu, a nossa história, que fundamento que tem isso? Tirar a nossa história de lá. **É porque a empresa quer apagar tudo que ela fez. As pessoas que chegarem no Córrego daqui a alguns anos, elas não vão ver o Córrego mais, elas vão ver a área da Vale.**

Porque a pracinha é depois da tragédia, isso é depois da tragédia. O campo, pelo jeito que eles estão querendo, não vai existir. A escola não vai existir, o nosso poço não vai existir. **O que vai existir a partir de então vai ser as obras que ela está fazendo, que ela quer fazer.** E isso é reparação? Isso é transformação. Reparar é deixar no lugar aquilo que estava, melhorar às vezes, mas deixar no lugar. **Como que você faz memória uma coisa que você tira de lá e deixa de existir?** (Joana, moradora do Córrego do Feijão, agosto de 2025).

Fotografia 8 - Campo e Igreja de Nossa Senhora das Dores no Córrego do Feijão – Brumadinho (MG).



Fonte: acervo pessoal do autor, agosto de 2025.

4.3. ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS: A DIMENSÃO DOS “PONTOS”

Neste capítulo, analisou-se as estratégias de gestão da crítica voltadas mais diretamente às comunidades e organizações presentes nos territórios atingidos. Como primeira dessas estratégias, são situados os mecanismos utilizados pelas empresas e seu “cinturão corporativo” para mapeamento e identificação dos sujeitos críticos presentes nesses territórios. Demonstrou-se, também alguns dos instrumentos e dispositivos encontrados ao longo da pesquisa vinculados a essa ação, central no campo da gestão da crítica, como discutido no primeiro capítulo desta tese. Foi evidenciado, ainda, como essas ações operadas nos dois desastres tem relação direta com essas formas gerais de incorporação da crítica e dos sujeitos atingidos, transformados em partes interessadas, dentro das estruturas empresariais e das operações realizadas pelas empresas.

Na segunda parte do capítulo, foram analisadas as estratégias de gestão da crítica a partir de três práticas inseridas no que foi identificado como um regime híbrido (Hönke, 2013; Barros, 2024), que se estabelece no uso de ações e mecanismos de legitimação e coerção.

A primeira dessas práticas faz uso de instrumentos de legitimação da ação empresarial. No escopo dessa prática se encontram os investimentos privados diretos operados pelas empresas, ou “filantropia estratégica” como denomina Hönke (2018), e o uso de instrumentos discursivos e comunicacionais (Godfrid, 2020) como forma de divulgar uma visão, atrelada aos interesses corporativos, do processo de reparação. Buscou-se demonstrar, por exemplo, como esses instrumentos foram operados pela Fundação Renova no caso do Rio Doce e pela Vale no Rio Paraopeba, por meio de diferentes projetos e ações.

A segunda prática analisada no capítulo envolve o que é chamado de controle das relações comunitárias. Uma das formas de ação da empresa nesse escopo diz respeito à cooptação de sujeitos e organizações, por meio de projetos de investimento social ou mesmo vinculados às ações de reparação, como os cursos de capacitação de lideranças e de financiamento direto a algumas pessoas e organizações. Os projetos sociais, realizados diretamente pelas empresas – no caso da Vale –, ou a implementação dos projetos de reparação sob responsabilidade da empresa, são também instrumentalizados como forma de dividir e fragmentar as comunidades e

organizações sociais. A partir das entrevistas, a empresa é apresentada por meio dos seus funcionários de relacionamento com comunidades, e que operam essas práticas de cooptação e fragmentação das comunidades. Também abordou-se como esse processo se materializa no uso do dispositivo de indenização individual como forma de gerar esses conflitos internos dentro dos grupos sociais. Ainda a respeito das indenizações, discutiu-se como em Brumadinho a empresa fez uso das formas extrajudiciais e individuais como mecanismos para ir esvaziando às comunidades dos sujeitos mais críticos às suas ações, o que pode indicar uma intenção de fragilização do processo organizativos.

Por fim, na última prática, são analisadas as ações da empresa que se vinculam ao campo mais coercitivo do exercício do poder corporativo. São demonstrados, por exemplo, os usos de um aparato de vigilância e controle sobre as comunidades, articulados a um aparato judicial que instrumentaliza formas de ação, que Giffoni Pinto e Viégas (2022) nomearam como “pedagógico-repressora”. Nesse escopo, se inserem também ações ainda mais diretas de controle territorial, que vinculam projetos de ressignificação urbana, por meio de obras de reparação, com o esvaziamento de comunidades, através de acordos de indenização. Esse processo, que se estabelece na comunidade do Córrego do Feijão, é uma representação material desse regime híbrido de gestão da crítica, operando mecanismos de legitimação e coerção territorial.

É esse conjunto de diferentes práticas que foi definido como estratégias de gestão da crítica na dimensão dos “pontos”. As estratégias voltadas à dimensão do “plano” estariam circunscritas por práticas mais voltadas ao quadro geral. As questões mais estruturais vinculadas aos desastres e aquelas situadas na dimensão das “linhas” buscariam intervir em elementos mais processuais da crítica, aquilo que escapa da dimensão do “plano”. Por sua vez, as estratégias na dimensão dos “pontos” acionariam práticas voltadas à intervenção mais direta, adaptada e direcionada aos sujeitos críticos nos territórios atingidos. Essas estratégias buscariam observar, nesse grande quadro dos desastres, as diferentes vozes, identificando os sujeitos e enunciados críticos e promovendo formas de capturá-los, por meio das práticas de legitimação e cooptação, isolá-los e fragmentá-los por meio das práticas de controle das relações comunitárias e silenciá-los, por meio das formas mais coercitivas de controle territorial.

5. À GUISA DE UMA CONCLUSÃO

A conclusão de uma de tese deve considerar pelo menos dois caminhos. O primeiro envolve uma retomada reflexiva de alguns dos pontos que foram tratados ao longo do texto. O segundo envolve sinalizar as limitações e lacunas e o que, intencionalmente, não foi abarcado. Esses caminhos ajudam a demonstrar até onde foi possível chegar na pesquisa.

Este trabalho se guiou por uma preocupação central mais geral: como a crítica é incorporada e envolvida pelo capitalismo. Como tratado no primeiro capítulo, a relação entre crítica e capitalismo foi trabalhada por diversos autores e se estabelece por meio de uma diversidade de formas de apropriação e incorporação. A crítica, por exemplo, pode produzir transformações no capitalismo que impliquem na introjeção de seus enunciados críticos neste, possibilitando, por exemplo, a garantia de direitos que até então não faziam parte do arcabouço normativo de uma determinada formação social. Por outro lado, o capitalismo – e seus agentes – podem desdobrar ações de apropriação da crítica ou operacionalizar transformações internas ao próprio capitalismo e às práticas desses agentes, que tenham por objetivo desmobilizar a crítica, transformá-la e torná-la outra coisa.

A pergunta que mobilizou a tese “Quais são as diferentes estratégias empresariais voltadas à gestão da crítica em contextos de desastres de mineração no Brasil¹⁹⁷?” está relacionada, especificamente, à segunda dimensão da incorporação da crítica pelo capitalismo. Ao buscar responder essa pergunta, foram identificadas e analisadas ao longo do texto da tese um conjunto de estratégias. Para dar conta da dimensão variada pelas quais as empresas, nos desastres analisados, utilizam de diferentes mecanismos voltadas à gestão dos seus críticos, foi utilizada uma espécie de alegoria geométrica, sinalizando que essas estratégias se desdobram em três dimensões: uma mais estrutural, que denominada de dimensão do “plano”, uma mais processual, que identificada como dimensão das “linhas” e uma mais relacional e seria possível adicionar territorial, que se estabeleceria na dimensão dos “pontos”.

A escolha por essa forma de representar as estratégias empresariais não foi fortuita. Ela permitiu organizar as diferentes práticas pelas quais as empresas e seu

¹⁹⁷ Apesar da pergunta mobilizar o Brasil como recorte, como demonstrado nesta tese, focou nos dois desastres que ocorreram em Minas Gerais, não abarcando outros casos, como o de Barcarena (PA) e de Maceió (AL).

“cinturão corporativo” buscaram operar nos dois desastres analisados. Desastres esses entendidos como inseridos e vinculados a uma mesma dinâmica processual: uma história que não necessariamente começa, mas tem seu marco no dia 05 de novembro de 2015. Essa opção em classificar as estratégias empresariais por meio dessas dimensões de plano, linhas e pontos também se justifica pelo fato de que, ao propor essa “metáfora”, inspira-se na própria imagética espacial do capitalismo extrativo, que configura, em seus diagramas, as formas e as forças capazes de influenciar suas operações. Sob essa ótica, os próprios desastres configurariam – na perspectiva corporativa – um plano, um diagrama, no qual as empresas atuariam para dar forma às forças, identificar e orientar as linhas e os fluxos (enunciados) e localizar, apreender e capturar os pontos (posições).

No sentido de identificar e analisar essas práticas, o segundo capítulo foi dedicado à observação dos dois desastres, não enquanto rupturas de uma ordem ou eventos singulares, mas como produtos dessa mesma ordem social, resultados de um conjunto de aspectos econômicos, sociais e políticos. Desastres são, portanto, uma expressão reveladora dos processos históricos e espaciais do modo de produção capitalista, conformados pelos elementos anteriores que o antecedem e pelos processos desdobrados após o seu fator catalisador.

É essa compreensão do que seria um desastre que foi atribuído o uso de “contexto de desastres” no título da tese, e não da expressão “pós-desastre” que foi utilizada inicialmente a respeito da pesquisa. Esse é um elemento importante de ser trazido para esse texto que se pretende conclusivo. Uma das questões colocadas no início da pesquisa de tese envolvia a indagação de quais seriam as especificidades, ou diferenças, das formas de gestão da crítica em um quadro de desastres de mineração em relação a um cenário de “normalidade” do processo extrativo. Essa pergunta inicial foi sendo desconstituída no decorrer da pesquisa, a partir de dois fatores: um primeiro se deve à compreensão do conceito de desastre que foi apresentada no segundo capítulo, reforçado por todos os aspectos regulatórios e econômicos que estiveram na origem dos dois rompimentos de barragem, como demonstrado; o segundo fator relaciona-se diretamente ao processo de investigação das estratégias de gestão da crítica adotadas pelas empresas nos desastres.

Como evidenciado ao longo dos três capítulos dedicados às três dimensões das estratégias empresariais, as práticas engendradas ao longo dos dez anos desses

desastres em curso envolveram mecanismos e formas de operar historicamente e tradicionalmente utilizadas pelo setor extrativo. Tais práticas perpassam diferentes mecanismos de resposta, incorporação e enfrentamento à crítica, revelando uma continuidade entre os procedimentos operados pelas empresas mineradoras em seus territórios de atuação e aqueles empregados na gestão dos desastres.

Estabeleceu-se que os elementos que fundamentam as estratégias de gestão da crítica são pautados pela lógica da garantia da segurança jurídica, da remuneração aos acionistas, da redução dos custos operacionais e da manutenção dos ativos das empresas. No entanto, há alguma especificidade no caso dos desastres, que inclusive reforça a orientação das empresas em buscar gerir a crítica. Como sinalizado, no contexto de desastres, as empresas têm, *a priori*, uma menor capacidade decisória e gerencial do que possuem nos seus processos operacionais correntes. Isso se deve, primeiramente, à própria situação de responsabilização dessas empresas frente ao dano provocado. Mas também tem relação com a expansão do número de sujeitos críticos e com a capacidade desses em influenciar o processo dos desastres, como ocorre, por exemplo, por meio da atuação dos movimentos sociais organizados e das instituições de justiça.

Nesse contexto, na especificidade dos desastres analisados, é importante destacar que há um reforço da crítica e de sua capacidade, quando comparados o cenário de 05 de novembro de 2015 e o de 25 de janeiro de 2019. É nesse quadro que é possível situar as mudanças observadas nas formas de gestão dos desastres entre o advento do desastre da Samarco/Vale/BHP e o desastre da Vale. Tanto as formas de produção dos acordos quanto as estratégias empresariais voltadas à gestão da crítica resultaram, em alguma medida, do modo como a crítica ao comportamento das corporações foi exercida no segundo desastre. A recorrência de impactos ambientais e de efeitos sociais disruptivos reiterou o grau de descompromisso demonstrado em relação às escolhas de operação e manutenção das barragens, bem como ao manejo dos níveis de produção mineral, fatores que se mostraram determinantes para a eclosão dos danos observados.

A diferença entre o primeiro Acordo no caso do Rio Doce e o Acordo de Brumadinho tem relação direta com o processo de reconfiguração da crítica. Esse processo ocorreu, por um lado, devido à recorrência dos desastres e seus desdobramentos; e, por outro, pelo próprio movimento de “aprendizagem” da crítica

diante dos problemas associados ao processo de reparação e gestão do desastre conduzido pela Fundação Renova. No entanto, essa é apenas uma das dimensões que podem explicar essa diferenciação entre os desastres. Como apresentado no capítulo dois, a própria Vale, frente a esse quadro de reconfiguração da crítica, também reposicionou sua estratégia como um meio de administrar a dinâmica crítica que se dirigia às suas práticas. Esse elemento pode ser explicado, por exemplo, pelo fato de os acordos no caso do Rio Paraopeba terem garantido à Vale a condução e o protagonismo de processos centrais no que concerne à imprevisibilidade dos desastres: a questão dos danos socioambientais e as indenizações individuais. A empresa, como demonstrado, ficou responsável, desde 2019, pela realização dos estudos voltados à mensuração dos danos socioambientais, bem como pela definição do plano de reparação. Além disso, foi garantido à empresa, por meio de um termo de compromisso, a possibilidade de realizar negociações extrajudiciais com os sujeitos atingidos.

Esse processo tem relação direta com a hipótese levantada na introdução desta tese, que compreende que as estratégias de gestão da crítica no escopo dos dois desastres se dão por meio de práticas adaptativas e situadas, direcionadas aos diferentes campos de atuação e sujeitos críticos. O caráter adaptativo pôde ser observado no segundo capítulo por meio da análise dessas reconfigurações na prática das empresas na definição dos acordos voltados aos desastres, através da relação com o Estado.

No capítulo três, avançou-se na análise das estratégias de gestão da crítica, que também permitiram observar esse caráter adaptativo, sobretudo a partir das ações da empresa frente às assessorias técnicas. Em um primeiro momento, a resposta empresarial às assessorias foi de buscar negar ou cercear esse direito. Após o avanço na garantia desse instrumento, por meio do processo de mobilização social e posterior institucionalização dessas entidades no caso de barragens em dois instrumentos normativos – a política estadual e nacional de atingidos por barragens, a Vale passou a operar outras formas de gestão desse “risco social”, buscando desmontar a capacidade crítica das assessorias por meio de diferentes argumentos e estratégias.

Foi demonstrado também como as empresas mobilizam diferentes argumentos científicos e jurídicos como forma de buscar classificar e dimensionar o nível de dano

e impactos provocados, bem como as áreas e territórios que podem ser ou não considerados como atingidos. Essa classificação, também espacial, operada pelas empresas, conforma práticas variáveis de tratamento dos sujeitos atingidos nos diferentes territórios, definindo a quais políticas ou instrumentos de reparação uma comunidade ou pessoa teria direito e de que forma essas políticas seriam implementadas.

A classificação dos sujeitos é operada também no que diz respeito ao grau de criticidade desses frente às práticas empresariais. Como analisado no capítulo quatro, as empresas mobilizam diferentes mecanismos de mapeamento e identificação dos atingidos, perscrutando quais seriam os níveis de criticidade ou aderência de determinado sujeito ou comunidade. Esse mapeamento visa orientar as práticas da empresa e as formas como ela gerenciaria esses sujeitos e comunidades críticas.

É a partir desses mapeamentos que as empresas operam o que se denomina, a partir da literatura, de regime híbrido das estratégias de gestão da crítica. A depender da classificação associada, tanto à localização espacial de dada comunidade quanto ao nível de organização social e ao grau de criticidade, as empresas mobilizam estratégias distintas, adaptadas e situadas de gestão da crítica. Tais estratégias perfazem um conjunto de práticas, dentre as quais é possível destacar: sigilo e modificação de informações, legitimação, cooptação, fragmentação de relações comunitárias, expulsão e silenciamento dos críticos, vigilância, repressão por meio de judicialização e controle territorial.

Até aqui, buscou-se desenvolver o primeiro dos percursos indicados como necessários para a construção de um texto de conclusão. O segundo caminho diz respeito às lacunas, limitações ou desafios que perfizeram o caminhar da pesquisa e não estão contemplados no texto da tese. Um deles está associado a uma comparação mais sistemática desses dois casos de desastres de mineração com outras experiências. Apesar da realização de um conjunto de leituras a esse respeito, foi mobilizada apenas tangencialmente e de forma localizada esse aspecto na tese. Isso deveu-se a uma dificuldade em realizar uma comparação entre essas experiências e os dois desastres analisados que contribuísse para a resposta à pergunta central desta pesquisa. Compreende-se que um esforço futuro de comparação entre esses diferentes desastres a nível internacional pode contribuir no

avanço da análise das formas de gestão da crítica em contexto de desastres de mineração.

Outra limitação da pesquisa se situa na própria abordagem desses dos dois desastres como um processo contínuo. Apesar dessa escolha ter possibilitado a identificação dos elementos analisados ao longo da tese, essa abordagem não permitiu o aprofundamento e desdobramento de elementos específicos de cada caso, que poderiam contribuir, inclusive, para a compreensão de algumas das formas adaptadas e situadas como se concretizam as estratégias de gestão da crítica.

Por fim, um elemento que não foi trabalhado propriamente pela pesquisa diz respeito à primeira relação entre crítica e capitalismo, apresentada no início deste texto de conclusão, que trata da capacidade da crítica em produzir transformações que possam vir a garantir a ampliação de direitos. Sabe-se que uma impressão possível que a tese pode transmitir ao leitor é a de um cenário desalentador, em que a crítica pareceria ter sido capturada, silenciada e apropriada pelas empresas aqui analisadas. Esse aspecto está longe de ser uma realidade. As estratégias empresariais aqui analisadas, como buscamos enfatizar nesta conclusão, apenas se estabelecem como tal devido ao fortalecimento da crítica ao longo dos anos, sobretudo no que diz respeito ao enfrentamento a esse modelo de mineração.

Desde 2015, não só os territórios atingidos pelos desastres, mas também aqueles ameaçados por projetos de extração mineral, têm passado por uma ampliação dos processos sociais organizativos e por um aprofundamento na compreensão dos danos e impactos produzidos por tais empreendimentos. Esses processos organizativos têm possibilitado a conquista de direitos e sinalizações positivas às demandas das pessoas afetadas pela mineração. Elemento que implica, como demonstrado, maior risco às empresas, que passam a tentar responder a essa ampliação da crítica por meio do aprofundamento das estratégias analisadas ao longo da tese. É justamente nessa compreensão que este trabalho está situado. Pretende-se que, por meio da demonstração analítica das estratégias empresariais de gestão da crítica, seja possível contribuir, ainda que modestamente, para a formulação e fundamentação dessa percepção crítica, de forma a possibilitar um entendimento mais completo do campo de forças do que está em jogo nos contextos de desastres de mineração.

REFERÊNCIAS

- ACQUIER, A.; AGGERI, F. Une généalogie de la pensée managériale sur la RSE, **Revue française de gestion**, 2007/11 (n° 180), p. 131-157. DOI: 10.3166/rfg.180.131-157. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-francaise-de-gestion-2007-11-page-131.html>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- ACOSTA, A. **Extractivismo y neoextractivismo**: dos caras de la misma maldición. Ecoportal, 2012. Disponível em: https://www.ecoportal.net/temas-especiales/contaminacion/extractivismo_y_neoextractivismo_dos_caras_de_la_misma_maldicion. Acesso em: 13 jun. 2025.
- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ACSELRAD, H. A crítica do “ambiente” e o ambiente da crítica. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, v. -, p. 27-47, 2014a.
- ACSELRAD, H. Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. **Sociologias**, v. 15, n. 35, p. 84-104, 2014b.
- ACSELRAD, H. **Neoextrativismo** – tripla dependência?. Rio de Janeiro, 2022, mimeo.
- ACSELRAD, H. Os desastres e a ambientabilidade crítica do capitalismo. **Ciência & Trópico**, [S. l.], v. 45, n. 2, 2021.
- ACSELRAD, H. Os desastres e a ambientabilidade crítica do capitalismo neoextrativo. In: ACSELRAD, H. **Neoextrativismo e autoritarismo**: afinidades e convergências. Garamond, Rio de Janeiro, p.311-327, 2022b
- ACSELRAD, H. Territórios do capitalismo extrativista: a gestão empresarial de comunidades. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades** - o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”. 1ed. Rio de Janeiro: Garamond, p. 33-60, 2018.
- ACSELRAD, H.; BEZERRA, G.; GAVIRIA, E. Inserción económica internacional y “resolución negociada” de conflictos ambientales en América Latina. **EURE**, v. 36, n. 107, p. 27-47, 2010.
- ACSELRAD, H.; VIÉGAS, R. N. Cartografias sociais e território – um diálogo latino-americano. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Planejamento Urbano e Regional, p.15-40, 2013.
- ACSELRAD, H.; ASSIS, W. F. T. Imagética espacial no capitalismo extrativo: forma e força nos diagramas de responsabilidade social empresarial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, p. 1-22, 2022.

ACSELRAD, H.; GIFFONI PINTO, R.; BARROS, J. N. Estratégias de controle territorial: confluências autoritárias entre práticas militares e empresariais. In: GEDIEL, J.A. et al. (Org.). **Direitos em conflito: movimentos sociais resistência e casos judicializados**. 1ed, Curitiba: Programa de Pós Graduação em Direito UFPR, 2015, v. 1, p. 103-118.

AGÊNCIA Minas. **Governo de Minas participa da reabertura do processo de repactuação do acordo de Mariana**. 15 maio 2023. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/governo-de-minas-participa-da-reabertura-do-processo-de-repactuacao-do-acordo-de-mariana>. Acesso em: 25 set. 2023.

AGU, Advocacia Geral da União. **Ação Civil Pública nº. 0069758 61.2015.4.01.3400**. Brasília: AGU, 2015.

ALPASLAN, C. M.; GREEN, S. E.; MITROFF, I. I. Corporate governance in the context of crises: towards a stakeholder theory of crisis management. **Journal of Contingencies and Crisis Management**, v. 17, n. 1, p. 38–49, mar. 2009.

ARAOZ, H. M. **Mineração, genealogia do desastre** – o extrativismo na América como origem da modernidade. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

ARRIGHI, G.; ZHANG, L. **Beyond the Washington consensus: a new Bandung?**. Globalization and beyond: New examinations of global power and its alternatives, p. 25-57, 2011.

ASPERTI, M. C.; ZUFELATO, C.; TREVILINI GARCIA, C. Acesso à Justiça e Desastres: As assessorias técnicas independentes e a participação direta das pessoas atingidas em conflitos coletivos complexos. *Direito Público*, [S. l.], v. 19, n. 102, 2022. DOI: 10.11117/rdp.v19i102.6330. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/6330>. Acesso em: 23 ago. 2023.

ASSIS, W. F. Capitalismo sem democracia: Neoliberalismo autoritário e colonização da política. In: ACSELRAD, H. **Neoeextrativismo e autoritarismo: afinidades e convergências**. Garamond, Rio de Janeiro, p.11-30, 2022.

ATIS. **Produto K** – Qual Plano de Reparação Socioambiental queremos? Belo Horizonte, 22 dez. 2022, 2022.

BALLARD, C.; BANKS, G. Resource wars: the anthropology of mining. **Annual Review of Anthropology**, v. 32, p. 287-313, 2003.

BARRIOS, R. E. What Does Catastrophe Reveal for Whom? The Anthropology of Crises and Disasters at the Onset of the Anthropocene. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 46, p. 151–166, 2017. DOI: 10.1146/annurev-anthro-102116-041635. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev-anthro-102116-041635>. Acesso em: 19 mai. 2020.

BARROS, J. **A mão de ferro da mineração nas terras de Carajás**. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2024.

BARROS, J. N. **A mirada invertida de Carajás: a Vale e a mão-de-ferro na política de terras**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2018.

BARTHE, Y. et al. Sociologia pragmática: guia do usuário. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, nº 41, jan./abr., p. 84-129, 2016.

BENSON, P.; KIRSCH, S. Capitalism and the Politics of Resignation. **Current Anthropology**, v. 51, n. 4, p. 459-486, 2010.

BENTLEY, A. The Process of Government, a Study of Social Pressures. **The University Press**, 1908.

BOLTANSKI, L. Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária. *Sociol. Antropol.*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 441-463, 2013.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **De la justification**. Les économies de la grandeur. Paris: Gallimard, 1991.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. The sociology of critical capacity. **European Journal of Social Theory**, v. 2, n. 3, august 1999, pp. 359-378.

BOWKER, L. N. World mine tailings failures, current as of march 1 2019. World Mine Tailings Failures, 2019. Disponível em: <https://www.resolutionmineeis.us/sites/default/files/references/bowker-2019.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BOWKER, L. N.; CHAMBERS, D. In the dark shadow of the supercycle tailings failure risk & public liability reach all time highs. **Environments** 4 (4), 75, 2017.

BOWKER, L. N.; CHAMBERS, D. **Root Causes of Tailings Dam Overtopping: The Economics of Risk & Consequence**. 2nd International Seminar on Dam Protection Against Overtopping. Ft. Collins, Colorado, USA, 7-9 September, 2016.

BRANDÃO, C. A. Anotações para uma geoeconomia política transescalar do subdesenvolvimento histórico-geográfico desigual na periferia do capitalismo: lições para América Latina?. In: BRANDÃO, C. A. et al. (Orgs.). **Escalas Espaciais, reescalamentos e estatalidades: lições e desafios para América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, A. W. B. de et al. (Orgs.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Instrução Normativa nº 01, de 24 de agosto de 2012**. Disponível em: https://www.defesacivil.se.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/instrução_normativa_nº_01_de_24_de_agosto_de_2012-2.pdf. Acesso em: 2 jul. 2025.

BRASIL. **Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC)**. Firmado entre a União, os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e as empresas Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda., Brasília, 2 mar. 2016.

BRASIL. Justiça Federal. Seção Judiciária de Minas Gerais. 12ª Vara Federal. **Sentença conjunta de homologação do Termo Aditivo ao TAP e do TAC-Governança**. Belo Horizonte, 8 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 14.755, de 15 de dezembro de 2023**. Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB) e estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 18 dez. 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14755.htm. Acesso em: 10 set. 2025.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 6ª Região. 12ª Vara Federal Cível da Subseção Judiciária de Belo Horizonte. **Decisão no processo nº 1063985-69.2021.4.01.3800**. Belo Horizonte, 20 mar. 2023.

BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. Após a neoliberalização? **Cadernos Metrópole**, v. 14, n. 27, p. 15-39, 2012.

BRONZ, D. **Nos bastidores do licenciamento ambiental**: uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos. Contra Capa, Rio de Janeiro, 2016.

BUDDS, J.; HINOJOSA, L. Restructuring and rescaling water governance in mining contexts: The co-production of waterscapes in Peru. **Water alternatives**, v. 5, n. 1, p. 119, 2012.

BUSSULAR, C. Z. **A amargura do rio que era doce**: às margens da lama e dos processos de aprender a organizar. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

CALAZANS, M. **Ciência Semicolonial**: uma análise da cientificidade do conflito gerado pelo crime semicolonial Samarco/Vale/BHP. Alicante, 2019.

CARNEIRO, A.; DUARTE, A. As grandes corporações frente às comunidades locais: uma leitura do debate internacional. In: ACSELRAD, H. **Neoextrativismo e autoritarismo**: afinidades e convergências. Garamond, Rio de Janeiro, p. 113-138, 2022.

CARNEIRO, K. G.; SOUZA, T. R. Desastralização – a proposta de uma ferramenta-conceito para analisar casos de desastres criados. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, v. 9, n. 1, jan./jun. 2023, Brasília, p. 505-524, 2023.

CARVALHO, B. R. C.; JÁCOME, M. P. **Cidades mineradas e patrimônio industrial-extrativo no Quadrilátero Ferrífero mineiro**. Amerika, 30, 2025. Disponível em: <http://journals.openedition.org/amerika/21572>. Acesso em: 10 set. 2025.

CARVALHO, L. **Solução de conflitos em ambientes dominados por litigantes habituais e os acordos individuais via defensoria pública em Brumadinho**. Dissertação para o Programa de Pós-graduação em Direito, UFMG. Belo Horizonte, 2021.

CARVALHO, N. F. **A mediação na reparação de danos provocados pelo rompimento da barragem de Fundão aos faiscadores e pescadores artesanais da região do Rio Doce/MG**. Tese apresentado ao Doutorado em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

CASTRIOTA, R. **Urbanização extensiva na Amazônia Oriental**: escavando a não-cidade em Carajás. 2021. (Tese) Doutorado em Economia - Universidade Federal de Minas Gerais, Cedeplar, 2021.

CENTEMERI, L.; TOPÇU, S.; BURGESS, J. P. Introduction: Recovery, resilience and repairing: for a non-reductionist approach to the complexity of post-disaster situations. In: **Rethinking Post-Disaster Recovery**. Routledge, p. 1-21, 2021.

COELHO T. P. **Noventa por cento de ferro nas calçadas**: mineração e (sub)desenvolvimentos em municípios minerados pela Vale S.A. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

COELHO, T. P. **Mineração e Dependência no Quadrilátero Ferrífero-Aquífero**: o Discurso do Desenvolvimento Minerador e o Projeto Apolo. Dissertação apresentado ao Mestrado em Ciências Sociais, 2012.

COELHO, T. P. Minério-Dependência em Brumadinho e Mariana. **LUTAS SOCIAIS** (PUCSP), v. 22, p. 252-267, 2018.

COELHO, T. P. **Projeto Grande Carajás**: trinta anos de desenvolvimento frustrado. 1. ed. Marabá: Editorial Iguana, 159p., 2015.

CONCEIÇÃO, T. S. **Mapeamento das alterações da paisagem nos imóveis rurais após o rompimento da barragem de Fundão em Mariana- MG**. Dissertação apresentada Mestrado em Engenharia Agrícola e Ambiental Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

COOMBS, W. T. "The Protective Powers of Crisis Response Strategies: Managing Reputational Assets During a Crisis.". **Journal of Promotion Management**, 12 (3–4): 241–60. 2006.

COTA, G. E. M.; MAGALHÃES JÚNIOR, A. P. As recentes falhas no gerenciamento de barragens de rejeito em Minas Gerais. **Confins** [online], n. 62, 2024.

CT-OS. **Nota técnica nº 43**. CIF, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/cif/arquivos/notas-tecnicas/CT-OS/2020/cif-ct-os-nt-2020-43.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

CT-PDCS. **Nota técnica nº 25**. CIF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/cif/arquivos/notas-tecnicas/CT-CPDCS/2021/cif-ct-cpdcs-nt-2021-25.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

CHAMAYOU, G. **A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário**. Ubu Editora, 2020.

CHASKIEL, P.; SURAUD, M. G. La responsabilité sociale environnementale des entreprises: une réponse économique à la politisation de la production. **Revue française de socio-économie**, (2), 99-116, 2009.

CHATEAURAYNAUD, F ; DEBAZ, J. Plurality of Temporalities, Complexity and Contingency in Repairing after Dam Failures in Minas Gerais. In: CENTEMERI, L.; TOPÇU, S.; PETER BURGESS, J. **Repairing Environments in Post-Disaster**. Situations. Experiences, Mobilizations, Frictions. Routledge, 2021.

CHESNAIS, F. A Globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. Revista Economia e Sociedade, n. 5, p. 1-30, 1995.

DAS, V. Critical events: an anthropological perspective on contemporary India. New Delhi: **Oxford University Press**, 1995.

DAVIES, M.; MARTIN, T. **Mining market cycles and tailings dam incidents**. Proceedings of the 13th International Conference on Tailings and Mine Waste. Banff, AB, Canada: T&MW, 2009.

DE SOUSA, F. F.; DA SILVA, D. M. Entre margens, águas e rejeitos. **O Social em Questão**, v. 2, n. 56, 2023.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs 5**. São Paulo, Ed. 34, 1997.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **O anti-édipo**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DENEALT, A. As empresas multinacionais: um novo poder soberano escrito na ordem das coisas. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades** - o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”. 1ed. Rio de Janeiro: Garamond, 13-32, 2018.

DENEALT, A. Corporations as private sovereign powers: the case of Total. In: **STATE OF POWER 2020**, 7 fev. 2020. Disponível em: <https://www.cadtm.org/Corporations-as-private-sovereign-powers-the-case-of-Total>. Acesso em: 28 out. 2025.

DIAS NETTO JUNIOR, E. A. Opinião: por que a Fundação Renova não funciona? **Jornal a sirene**. Edição 41, 18 set. 2019. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/setembro_2019_issuu. Acesso em: 28 fev. 2020.

DOLAN, C.; RAJAK, D. Introduction: Towards an Anthropology of Corporate Social Responsibility. In: DOLAN, C.; RAJAK, D (Eds.). **The Anthropology of Corporate Social Responsibility**, 2016.

DUARTE, S. F. et al. Impacto do rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro da Mina do Feijão, em Brumadinho, quanto ao uso e à cobertura do solo e à qualidade das águas superficiais do Rio Paraopeba. **Rev. UFMG**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 356-381, mai./ago. 2020.

EDELMAN, L.; STRYKER, R. A sociological approach to law and the economy. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (Orgs.). *The Handbook of Economic Sociology*. **Princeton: Princeton University Press**, 2005.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO para seleção de entidades de assessoria técnica independente. **Processo nº 5010709-36.2019.8.13.0024**. Belo Horizonte: Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, 2019.

EM-DAT. **Glossary – Data Structure and Content**. Centre for Research on the Epidemiology of Disasters – CRED, 2025. Disponível em: <https://doc.emdat.be/docs/data-structure-and-content/glossary/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

EUCLYDES, F. M.; PEREIRA, J. J.; DA FONSECA, F. C. P. O rompimento da barragem de Fundão: análise da marginalização dos atingidos na governança pós-desastre. **Revista de Contabilidade e Organizações**, 16, e186049-e186049, 2022.

EUSEBIO, A. J.; MAGALHÃES, S. B. Neoextrativismo, violências e conflitos ambientais: o projeto Onça Puma e as estratégias empresariais de ocupação e controle do território. In: ACSELRAD, H. **Neoextrativismo e autoritarismo: afinidades e convergências**. Garamond, Rio de Janeiro, p.267 – 310, 2022.

EY. Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social (PG006) – Pilar Participação e Diálogo Social. **Relatório de Acompanhamento do Programa**, nov. 2020. Disponível em: https://sei.ibama.gov.br/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=9046&id_documento=9899247&infra_hash=8cdcdb3f65555e37a9cf0af61ca9969b. Acesso em: 20 out. 2025.

FELIPPE, M. F.; COSTA, A.; KNOP, R. G.; MILANEZ, B. O desastre ambiental da Vale S.A. na bacia do rio Paraopeba e o fazer acadêmico: estamos no caminho certo? In: MILANEZ, B.; FELIPPE, M. F. (orgs). **Minas esgotada: antecedentes e impactos do desastre da Vale na Bacia do Paraopeba**. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2021.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial**. Pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo, Ubu Editora, 2022.

FERRARI, J.; COELHO, G R.; SEGUNDO, G. S. S.; GRECO, L. L. As coalizões de poder em torno do grande projeto minerário do vetor sul da RMBH. **Indisciplinar**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 72–95, 2020. DOI: 10.35699/2525-3263.2020.26245. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/26245>. Acesso em: 5 jun. 2025.

FERREIRA, L. T. “Gato e sapato”: a solução negociada e a pilhagem da bacia do rio Doce. **Redes - Revista Eletrônica Direito e Sociedade**, v. 8, p. 1, 2020.

FERREIRA, L. T. **“Você fica sem saber que justiça é essa, a lei é para todos ou pras grandes empresas não tem lei?”**: as narrativas ribeirinhas sobre a administração do "Caso Samarco" e a gestão do desastre em Tumiritinga - MG e em Galileia – MG. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito). Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2022.

FIGUEIREDO, M. A. Mineração e Crise Hídrica em Minas Gerais: Quadrilátero Ferrífero/Quadrilátero Aquífero. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 31, n. 1, p. 116, 2021. DOI: 10.5752/P.2318-2962.2021v31n1p116. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/geografia/article/view/25533>. Acesso em: 10 set. 2023.

FIOROTT, T. H; ZANETI, I. C. B. B. Tragédia do Povo Krenak pela Morte do Rio Doce / Uatu, no Desastre da Samarco / Vale/ BHP, Brasil. Fronteiras: **Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 6, p. 127, 2017.

FONTES, R. N. **Crime, desastre ou acidente?** Disputas narrativas sobre o rompimento da barragem da Samarco. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Viçosa, 2018.

FORTUN, K. Advocacy after Bhopal: Environmentalism, Disaster, New Global Orders. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

FOUCAULT, M. Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung. **Bulletin de la Société française de philosophie**, V. 82, nº 2, pp. 35 - 63, avr./juin 1990.

FOURCADE-GOURINCHAS, M. The rebirth of the liberal creed: paths to Neoliberalism in Four Countries. **American Journal of Sociology**, v. 108, n. 3, p. 533-579, 2002.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Subsídios para o Aprimoramento da Governança da Reparação do Desastre do Rio Doce**. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV, 2022.

GAVIRIA, E. A. M. A “licença social para operar” na indústria da mineração: uma aproximação a suas apropriações e sentidos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 17, n. 2, p. 138-154, 2015.

GIFFONI PINTO, R. **Conflitos ambientais, corporações e as políticas do risco**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

GIFFONI PINTO, R.; VIÉGAS, R. N. Ameaças à liberdade acadêmica: estratégias empresariais no neoextrativismo liberal-autoritário. In: ACSELRAD, H. Neoextrativismo e autoritarismo: afinidades e convergências. Garamond, Rio de Janeiro, 2022, p.203-248.

GILL, D. A. ; RITCHIE, L. Contributions of Technological and Natech Disaster Research to the Social Science Disaster Paradigm. In : RODRÍGUEZ, H. et al. (eds.). **Handbook of Disaster Research, Handbooks of Sociology and Social Research**, Springer. 2018. Disponível em : <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-319-63254-4>. Acesso em: 10 ago. 2024.

GIRY, B. **Sociologie des catastrophes**. La découverte, 2023.

GODFRID, J. A Responsabilidade Social Empresarial no setor da mineração em grande escala na Argentina. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades** - o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”. 1ed.Rio de Janeiro: Garamond, p. 159-176, 2018.

GODFRID, J. La estrategia comunicacional de responsabilidad social empresaria en el sector minero: los casos La Alumbrera y Veladero; **Ciccus**; III; p. 279-306, 2020.

GOLUB, A. Leviathans at the Gold Mine: Creating Indigenous and Corporate Actors in Papua New Guinea. **Durham: Duke University Press**, 2014.

GONÇALVES, R. J. J. A. F. A Geografia e a pesquisa crítica do modelo de mineração no Brasil. **Revista Mutirão**. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 66–86, 2021. DOI: 10.51359/2675-3472.2021.252021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/mutiro/article/view/252021>. Acesso em: 7 jul. 2023.

GUAICUY. **Fazendinhas Baú** - Comunidade atingida pela Vale luta pelo direito à água. Documentário, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qv25tz1oqnE>. Acesso em: 11 jul. 2025.

GUAICUY. Nova empresa é contratada para prosseguir os Estudos de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico. **Guaicuy — Notícias, Belo Horizonte**, 4 set. 2025. Disponível em: <https://guaicuy.org.br/nova-empresa-estudos-de-risco/>. Acesso em: 10 out. 2025.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: CAAP; CLAES. **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009.

GUNERWARDENA, N.; SCHULLER. M. Capitalizing on Catastrophe – Neoliberal Strategies in Disaster Reconstruction. **AltaMira Press**, 2008.

H&P. **Promoção do diálogo socioinstitucional com comunidades impactadas por emergências envolvendo barragens de rejeitos de mineração**. Cliente Samarco Mineração. 2025b. Disponível em: <https://hep.solutions/cases/promocao-do-dialogo-socioinstitucional-com-comunidades-impactadas-por-emergencias-envolvendo-barragens-de-rejeitos-de-mineracao/>. Acesso em: 20 out. 2025.

H&P. **Relacionamento e diálogo social nos municípios impactados pelo rompimento da Barragem de Fundão**. Cliente Fundação Renova. 2025a. Disponível em: <https://hep.solutions/cases/relacionamento-e-dialogo-social-nos-municipios-impactados-pelo-rompimento-da-barragem-de-fundao/>.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HÖNKE, J. **Transnational Companies and Security Governance**: Hybrid practices in a postcolonial world. Abingdon: Routledge, 2013.

HÖNKE, J. As multinacionais e a Governança da Segurança nas Comunidades: participação, disciplina e governo indireto. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades** - o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”. 1ed. Rio de Janeiro: Garamond, p. 107-130, 2018.

IBRAHIM, F. R. C. A. **A morte do Rio Doce**: um estudo sobre os impactos do “desastre da Samarco” na vida dos pescadores e moradores do município de Tumiritinga/MG. Tese apresentado ao Doutorado em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2021.

IBRAM; EY. Riscos e oportunidades de negócios em mineração e metais no Brasil. Junho 2023. Disponível em: <https://ibram.org.br/wp-content/uploads/2023/06/ey-ibram-riscos-e-oportunidades-de-negocios-em-mineracao-e-metais-no-brasil-2023-vf.pdf>. Acesso em 25 de out. de 2025.

IGAM. **Boletim informativo do cidadão** – Qualidade de água do rio Paraopeba. Belo Horizonte, agosto de 2025. Disponível em: <https://semad.mg.gov.br/documents/d/semad/boletim-do-cidadao-n-75?download=true>. Acesso em: 1 nov. 2025.

ISA. **Dia dos Povos Indígenas**: conheça quais são os povos indígenas da Região Metropolitana de BH. 19 abr. 2025. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/en/Not%C3%ADcias?id=230514>. Acesso em: 27 out. 2025.

JULIÃO, J. A. **O direito à assessoria técnica independente em Minas Gerais (2016 – 2023)**: entre consensos e dissenso. 2023. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2023.

KIRSCH, S. Between the devil and the deep blue sea: Objectivity and political responsibility in the litigation of the Exxon Valdez oil spill. **Critique of Anthropology**, v. 40, n. 4, p. 403-419, 2020.

KIRSCH, S. Mining Capitalism - The relationship between Corporations and their critics. California: **University of California Press**, 2014.

KIRSCH, S. MOORE, J. **Mining, Corporate Social Responsibility, and Conflict**: OceanaGold and the El Dorado Foundation in El Salvador, fev. 2016. Disponível em: <https://sites.lsa.umich.edu/stuartkirsch/wp-content/uploads/sites/996/2022/04/el-dorado-report-english-low-res-2016.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2022.

KLEIN, N. **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

LAKOFF, A. Disaster and the Politics of intervention. **Columbia University Press**, 2010.

LAMOSO, L. P. **A exploração de minério de ferro no Brasil e no Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 23 maio 2001.

LASCHEFSKI, K. A. Rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho (MG): Desastres como meio de acumulação por despossessão. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 98, 2020. DOI: 10.48075/amb.v2i1.23299. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/23299>. Acesso em: 25 out. 2025.

LAVAL, C.; DARDOT, P. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

LAVELL, A. “Ciencias Sociales y Desastres Naturales en America Latina: um encuentro inconcluso”. In: MASKREY, A. **Los Desastres No Son Naurales**. La Reditg, Colombia: Tecer Mundo Editores, 1993.

LAWRENCE, J; WIEBE, S. **Bipolitical Disaster**. Routledge, 2018.

LEBEAUPIN-SALAMON, L. Résistances et soutiens à l'industrie extractive dans le Minas Gerais (Brésil). Entre sentiments d'appartenance au secteur minier et construction de l'acceptabilité sociale. **Les Cahiers d'Outre-Mer**, 285, 205-241, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/com.13829>. Acesso em: 16 ago. 2023.

LOPES, J. A. **Matrizes explicativas sobre as causas do rompimento da barragem da Samarco em Mariana, 2015**: uma análise crítica dos discursos. Dissertação para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto René Rachou. Belo Horizonte, 2018.

LOSEKANN, C. “It was no accident!” The place of emotions in the mobilization of people affected by the collapse of Samarco's tailings dam in Brazil. **Vibrant - Virtual Brazilian Anthropology**, v. 14, n. 2, 2017.

LOSEKANN, C.; MILANEZ, B. **A emenda e o soneto**: notas sobre os sentidos da participação no TAC Governança. Versos - Textos para Discussão: Rompimento da Barragem de Fundão – Dossiê TAC Governança. PoEMAs, v. 2, n. 1, p. 26-45, 2018.

MACIEL, A. “**Raposa no galinheiro**”. 05 set. 2018. Disponível em: <https://apublica.org/2018/09/raposa-no-galinheiro/> Acesso em: 13 out. 2025.

MACHADO, M. M. M. **Construindo a imagem geológica do quadrilátero ferrífero**: conceitos e representações. Tese apresenta para o programa de pós-graduação em Geologia - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MAHER, R. Deliberando ou protelando por justiça? Dinâmicas de remediação corporativa e resistência às vítimas pelas lentes do parentalismo: o caso da Fundação Renova no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, RJ, v. 19, n. 3, p. 607–622, 2021. DOI: 10.1590/1679-395120210110. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/83842>. Acesso em: 20 set. 2022.

MANUELZÃO. **Crítério questionável da Vale deixa sem água famílias atingidas pelo rompimento**. UFMG. 29 set. 2022. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://manuelzao.ufmg.br/criterio-questionavel-da-vale-deixa-sem-agua-familias-atingidas-pelo-rompimento/>. Acesso em: 6 jul. 2023.

MARCELINO, E. V. **Desastres Naturais e Geotecnologias**: Conceitos Básicos. Santa Maria: INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2008. Caderno Didático nº 1. Disponível em: <http://mtc-m16c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m18@80/2008/07.02.16.22/doc/publicacao.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2025.

MARCHEZINI, V. As ciências sociais nos desastres: um campo de pesquisa em construção. BIB - **Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais**, (83), 43–72, 2017.

MARTINS, A. **Histórias Vividas, Histórias Contadas**: Refazendo o Território após o Crime Ambiental da Samarco no Rio Doce. Dissertação de Mestrado em Política Social -Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2018.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política, livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política, livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASO, T. F. **A arquitetura da impunidade das empresas transnacionais de mineração no Brasil**: expropriação, dependência e violação dos direitos humanos. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito, UFPR, 2024.

MELENDI, L. **“Um museu de grandes novidades”**: Tecnologías sociales corporativas de gestión de la crisis y la crítica en el sector minero. Un análisis a partir del desastre de Samarco, Vale y BHP Billiton en Mariana (MG, Brasil, 2015-2022). Tesis para optar al título de Doctora en Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2023.

MELENDI, L. P; LOPO, R. M. A Fundação Renova como forma corporativa: estratégias empresariais e arranjos institucionais no desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton no Rio Doce, Mariana (MG). **Ambientes: revista de geografia e ecologia política**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 206-250, 2021.

MELO, T. L. MEDEIROS, R. P.; TEIXEIRA, R. C. Quando o rio não VALE mais: o dilema de comunidades às margens do rio Paraopeba após o desastre em Brumadinho. **Novos cadernos NAEA**, v. 25, n. 1, p. 37-58, jan-abr 2022.

MILANEZ, B. Desastres, ruínas e desafios do extrativismo mineral brasileiro: a regulação das barragens de rejeito de mineração. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v.15, n.45, p. 28-49, set./dez., 2022.

MILANEZ, B.; ALI, S. H.; OLIVEIRA, J. A. Mapping industrial disaster recovery: Lessons from mining dam failures. In: BRAZIL. **The Extractive Industries and Society**, v. 8, p. 100900, 2021.

MILANEZ, B.; DOS SANTOS, R.; MANSUR, M.; COELHO, T. Buscando conexões para o desastre: poder e estratégia na rede global de produção da Vale. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**. SP, vol. 4, n. 3, pp. 265-285, 2019.

MILANEZ, B.; FELIPPE, M. F. Quando soa o rio: água, recursos hídricos e extrativismo mineral no contexto brasileiro. In: ANTUNES, H.; RIGOTTO, R. (org.). **Ninguém bebe minério: águas e povos versus mineração**. Rio de Janeiro: 7 letras. p. 47-104, 2020.

MILANEZ, B.; MAGNO, L.; GIFFONI PINTO, R. Da política fraca à política privada: o papel do setor mineral nas mudanças da política ambiental em Minas Gerais, Brasil. *Cad. Saúde Pública* 2019; 35(5), 2019. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/7139/15601>. Acesso em: 15 mar. 202

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. The construction of the disaster and the "privatization" of mining regulation: reflections on the tragedy of the Rio Doce Basin, Brazil. **Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology**, v. 14, n. 2, p. 127-149, 2017.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P.; MANSUR, M. S. A Firma e suas Estratégias Corporativas no Pós Boom das Commodities. In: ZONTA, M.; TROCATE, C. (Orgs.). **Antes Fosse Mais Leve a Carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton**. Marabá: Editorial iGuana, p. 51-86, 2016.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. **Agravo de instrumento nº 1.0000.19.111183-0/003. Acórdão**. Relator: Des. Leite Praça. Belo Horizonte, 22 out. 2020.

MINAS GERAIS. **Lei nº 23.795, de 15 de janeiro de 2021**. Institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens (PEAB) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 15 jan. 2021a. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/23795/2021/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

MINAS GERAIS. **Ação Civil Pública nº 1023835-46.2021.4.01.3800**. 11 mai. 2021b. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/wp-content/uploads/2023/09/mps-dpu-processam-fundacao-renova.pdf> Acesso em: 13 mar. 2023.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. **Acordo Judicial de Reparação Integral relativo ao rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão (Brumadinho/MG)**. Belo Horizonte, 4 fev. 2021c.

MOREIRA, R.; MOMM, E.; LEITÃO, K. O. **O papel e limite das assessorias técnicas independentes no desastre-crime da Samarco (Vale/Bhp Billiton)**. Enanparq, Brasília, 2020.

MUKHERJEE, S. **Surviving Bhopal: dancing bodies, written texts, and oral testimonials of women in the wake of an industrial disaster**. Palgrave, 2010.

NACE, T. **Gangsters of capitalism and trade**. New York: Berrett-Koehler, 2003.

NADER, L. Harmonia coerciva: a economia política dos modelos jurídicos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 9, n. 26, p. 18-29, 1994.

NAÔ XOHÃ. **Relatório sobre o Povo Pataxó Hã-Hã-Hãe e Pataxó da Aldeia Naô Xohã no âmbito da saúde**. RELATÓRIO Nº013_NX. Ago, 2022.

NERI, D. M. **Terrorismo de barragens**: estratégias de despossessão produzidas pela mineração de ferro em Minas Gerais. Tese apresentada ao Instituto de Geociências da Unicamp, 2023.

NEVES-SILVA, P.; HELLER, L. Rompimento da barragem em Brumadinho e o acesso à água das comunidades atingidas: um caso de direitos humanos. **Cienc. Cult**, 72(2): 47-50, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602020000200013>. Acesso em: 10 mar. 2023.

O'KEEFE, P.; WESTGATE, K.; WISNER, B. **Taking the naturalness out of natural disasters**. *Nature* 260, p. 566–567, 1976. <https://doi.org/10.1038/260566a0>.

OLIVEIRA, C. R. **Quem é quem nas discussões do Novo Código da Mineração**. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração. Brasília, 2014.

OLIVEIRA, F. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: BASUALDO, E.; ARCEI, E. (orgs.) **Neoliberalismo y sectores dominantes** – tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101101031724/10DeOliveira.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

OLIVEIRA, M. **O preço de um crime socioambiental** – os bastidores do processo de reparação do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, o maior desastre humanitário do Brasil. Editora Dialética, São Paulo, 2023.

OLIVEIRA, R. Devir do desastre no Rio Doce: tempografia da violência no laboratório político da reparação. In: ZUCARELLI, M. C.; OLIVEIRA, R.; ZHOURI, A. **O desastre no Rio Doce e a política das afetações**. Editora Unimontes, Montes Claros, 2024.

OLIVEIRA, R. et al. Normas técnicas, cálculos (in)críveis e a incerteza irredutível: equivalências e suficiências contestadas na reparação de um desastre. In: ANTUNES, H.; RIGOTTO, R. (org.). **Ninguém bebe minério**: águas e povos versus mineração. Rio de Janeiro: 7 letras, p. 74-104, 2020.

OLIVEIRA, W. A. de. **Política de Zema é de morte, diz presidente do Sindicato dos Servidores do Meio Ambiente de MG**. Brasil de Fato, Visões Populares, 11 set. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/podcast/visoespopulares/2025/09/11/politica-de-zema-e-de-morte-diz-presidente-do-sindicato-dos-servidores-do-meio-ambiente-de-mg/>. Acesso em: 9 nov. 2025.

OLIVER-SMITH, A. What is a disaster? Anthropological perspectives on a persistente question. In: OLIVER-SMITH, A.; HOFFMAN, S. (ed.). **The angry Earth**: disaster in anthropological perspective. London: Routledge, p. 18-34, 1999.

OROZCO, C. G. A organização do Cluster Minerador Global para a instauração de horizontes de coerção sobre sociedades locais à luz do caso mexicano. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Políticas territoriais, empresas e comunidades - o neoextrativismo e a gestão empresarial do "social"**. 1ed. Rio de Janeiro: Garamond, p. 61-106, 2018.

OWEN, J.; KEMP, D. Community relations and mining: Core to business but not "core business". **Resources Policy**, v. 38, p. 523-531, 2013.

PANTOJA, I. **Planejamento Privado Social: práticas da CVRD (Vale S.A.) em municípios do Maranhão**. Dissertação de mestrado (Planejamento Urbano e Regional), UFRJ, 2012.

PASTOR, M. Contrário me dê licença pra contar essa história. In: FÓRUM CARAJÁS. **Mineração na Amazônia: Estado, Empresa e Movimentos Sociais**. São Luis, 2010.

PASTRAN, S.H.; MALLETT, A. Unearthing power: A decolonial analysis of the Samarco mine disaster and the Brazilian mining industry. **The Extractive Industries and Society**, v. 7, n. 2, p. 704-715, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.exis.2020.03.007>. Acesso em: 4 set. 2025.

PAUDEL, D.; RANKIN, K.; LE BILLON, P. **Lucrative Disaster: Financialization, Accumulation and Postearthquake Reconstruction in Nepal**, *Economic Geography*, 2020. DOI: 10.1080/00130095.2020.1722635. Acesso em: 24 ago. 2023.

PAULA, J. A., A mineração de ouro em Minas Gerais no século XVIII. In: RESENDE, M. E. F.; VILLALTA, L. C. (Org.). **As Minas Setecetistas**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007.

PAULANI, L. M. **A dependência redobrada**. *Le Monde Diplomatique*. Edição 61, 3 ago. 2012. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-dependencia-redobrada/>. Acesso em: 5 jun. 2025.

PECK, J. Neoliberalism. In: RICHARDSON, D. et al. **The Wiley-AAG international encyclopedia of geography**. Oxford: Wiley- Blackwell, p. 1-12, 2016.

PECK, J.; THEODORE, N.; BRENNER, N. Mal-estar no pós-neoliberalismo. *Novos estudos CEBRAP*, n. 92, p. 59-78, 2012.

POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

POLIGNANO, M. V.; LEMOS, R. S. Rompimento da barragem da Vale em Brumadinho: impactos socioambientais na Bacia do Rio Paraopeba. **Ciência & Cultura**, São Paulo, v. 72, n. 2, abr./jun. 2020. DOI: 10.21800/2317-66602020000200011.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A desordem do progresso**. Prefácio a edição brasileira de Mineração, genealogia do desastre, de Horácio Aráoz. São Paulo: Editora Elefante, p. 7-13, 2020a.

PORTO-GONÇALVES, C. W. “Ninguém bebe minério”: águas e povos versus mineração. In: ANTUNES, H.; RIGOTTO, R. (org.). **Ninguém bebe minério**: águas e povos versus mineração. Rio de Janeiro: 7 letras, p. 9-14, 2020b.

POSSAS, M. **Dinâmica e concorrência**. Hucitec: São Paulo, 1989.

PRIZIBISCZKI, C. Falta de transparência da Vale coloca em risco recuperação do rio Paraopeba. **O eco**, 8 fev. 2024. Disponível em: https://oeco.org.br/reportagens/falta-de-transparencia-da-vale-coloca-em-risco-recuperacao-do-rio-paraopeba/#_Acesso em: 10 out. 2025.

PRNO, J.; SLOCOMBE, D. S. Exploring the origins of ‘social license to operate’ in the mining sector: perspectives from governance and sustainability theories. **Resources Policy**, v. 37, n. 3, p. 346-357, 2012.

QUINTÃO, A. (Org). **Opção pelo risco**: causas e consequências da tragédia de Brumadinho: a CPI da ALMG. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 307 p., 2021.

RAJAK, D. In Good Company: An Anatomy of Corporate Social Responsibility by Dinah Rajak, **Stanford University Press**, Stanford, CA: 2011.

RAMBOLL. **Parecer técnico sobre o programa diálogo, comunicação e participação social (PG 06) executado pela Fundação Renova**. Destinado ao MPF e ao MPE/MG, março 2018.

RAMBOLL. **Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social – Monitoramento do Programa**. 06. Set 2020. Disponível em https://uploads-ssl.webflow.com/5f729684dc78e883b1b0a1cb/5f982b56c9902323b2528628_2020_Folder_PG06_A4-bifold.pdf.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

REGINATO, A. C. **A ditadura empresarial-militar e as mineradoras (1964- 1988)**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2019.

RENOVA. **Manual de Gestão de Programas**. Belo Horizonte: RENOVA, 2016.

RENOVA. **PG-001**-Programa de Levantamento e de Cadastro dos Impactados. Definição do programa, outubro 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/cif/arquivos/notas-tecnicas/CT-OS/2018/cif-ct-os-nt-2018-29.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

RENOVA. **Voz da comunidade**. Informativo da Fundação Renova com as comunidades atingidas de Mariana. Jan. 2019.

RENOVA. **Plano de ação territorial microterritório 01**. Mariana. Gerência de Diálogo e Canais de Relacionamento (GDCCR). Ago. 2023.

RENOVA. **A Fundação**. Site institucional, 2024a. Disponível em: <https://transparencia.fundacaorenova.org/institucional/a-fundacao/>. Acesso em: 15 set. 2025.

RENOVA. **Plano de ação territorial microterritório 14**. Aracruz. Gerência Corporativa de Diálogo e Canais de Relacionamento (GDCCR). Fev. 2024b.

RENET, S. Penser et affronter les désastres : un panorama des recherches en sciences sociales et des politiques internationales. **Critique internationale**, 2011/3 n° 52, p. 157-173, 2011.

RENET, S.; LANGUMIER, J. (Ed.). **Governing disasters**: beyond risk culture. Springer, 2015.

RENET. S. Antropologie d'une catastrophe – Les Coulées de boue de 1999 au Venezuela. **Presses Sorbonne nouvelle**, 2007.

REZENDE, L. P.; FONTES, L.E.F.; Avanços necessários em projetos de assessorias técnicas independentes (ATI'S) a pessoas atingidas por desastres ou projetos de impactos significativos. **Ecodebate**, 01 jul. 2022. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/wp-content/uploads/2022/07/20220701-220701-avancos-necessarios-em-projetos-de-assessorias-tecnicas-independentes-atis.pdf>. Acesso em: 2 set. 2023.

ROCHA, M. C.; BALTAZAR, A. P. “A gente está no centro deles”: mineração e produção de desastres. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 26, n. 1, 2024. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202410pt. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7426>. Acesso em: 10 out. 2025.

RODRIGUES, L. Assessorias a vítimas da lama de Samarco e Vale não saem do papel. 08 fev. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-02/assessorias-vitimas-da-lama-de-samarco-e-vale-nao-saem-do-papel>. Acesso em: 2 set. 2023.

RODRIGUES, L. Estudo revela poeira com metais em áreas afetadas por lama da Samarco. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 17 dez. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-12/estudo-revela-poeira-com-metais-em-areas-afetadas-por-lama-da-samarco>. Acesso em: 7 set. 2023.

ROGERS, D. The Materiality of the Corporation: Oil, Gas, and Corporate Social Technologies in the Remaking of a Russian Region. **American Ethnologist** 39, 2: 284–96, 2012.

ROMERO, G.; MASKREY, A. Como entender los desastres naturales. MASKREY, A. (org.). **Los desastres no son naturales**. Bogotá: La Red, Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina, 1993.

ROSA, D. D. **Violências e resistências** - Impactos do Rompimento da Barragem da Samarco/Vale e Bhp Billiton sobre a vida das mulheres atingidas em Mariana/MG. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019.

SAMARCO. **Relatório anual de sustentabilidade 2023**. Maio 2024. Disponível em: https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2024/06/Samarco_Relatorio-de-Sustentabilidade-2023.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

SAMARCO. **Relatório anual de sustentabilidade 2024**. Abr. 2025. Disponível em: https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2025/04/Samarco_RS2024_Portugues.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

SAMARCO. **Relatório da administração, relatório dos auditores independentes e demonstrações financeiras**. Samarco mineração S.A. em recuperação judicial. 31 dez. 2022. Disponível em: https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2023/04/Samarco_Relatorio-da-Administracao-2022.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

SANTOS, J. L. R. **Território em transe**: a Floresta Nacional de Carajás. Anais do V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), Florianópolis, Brasil. 2018.

SANTOS, M. A. L. **Eu quero minha liberdade de volta!** Saúde Mental e Atenção Psicossocial junto aos Adolescentes Atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão. Dissertação para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto René Rachou. Belo Horizonte, 2018.

SANTOS, R. S. P.; WANDERLEY, L. J. Dependência de barragem, alternativas tecnológicas e a inação do Estado: repercussões sobre o monitoramento de barragens e o licenciamento do Fundão. In: ZONTA, M.; TROCATE, C. (Orgs.). **Antes fosse mais leve a carga**: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. Marabá: Editorial Iguana, p. 87-137, 2016.

SANTOS, R. S. P.; MILANEZ, B.; GONÇALVES, R. J. Complexo Paraopeba II: estrutura e condições de operação. In: MILANEZ, B.; FELIPPE, M. F. (orgs). **Minas esgotada**: antecedentes e impactos do desastre da Vale na Bacia do Paraopeba. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2021.

SARAIVA, C. M. ; PEREIRA, M. R. . O PROTAGONISMO NARRATIVO DA FUNDAÇÃO RENOVA: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA VIMVER EM MATERIAL DE DIVULGAÇÃO. Revista Brasileira de Estudos Organizacionais, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 503–537, 2022. DOI: 10.21583/2447-4851.rbeo.2021.v8n3.440. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/440>. Acesso em: 22 out. 2025.

SEDRU. **Relatório**: Avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG. Belo Horizonte: SEDRU, 2016.

SERRA, C. **Tragédia em Mariana**: a história do maior desastre ambiental do Brasil. Editora Record, 2018.

SEVÁ FILHO, A. O. Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera e hidrelétrica nas Amazônias. In: ZHOURI, A.; LASCHESFSKI, K. (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. pp. 114-147.

SILVA, M. O que eles querem ver? **Jornal A Sirene**. Edição 27, jun. 2018.

SMITH, N. There's no such thing as a natural disaster. Items: Insights from the Social Sciences, **Social Science Research Council**, 11 jun. 2006. Disponível em: <https://items.ssrc.org/understanding-katrina/theres-no-such-thing-as-a-natural-disaster/>. Acesso em: 25 set. 2024.

SOUZA, M. L. de. A era dos desastres ambientais. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2024. DOI: 10.48075/amb.v6i1.33617. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/33617>

SOUZA, T. R.; CARNEIRO, K. G. Direito das “pessoas atingidas” à assessoria técnica independente: o caso de Barra Longa (MG). **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais** V.8, N.2, p.187-209, 2019.

SOUZA, T. R.; CARNEIRO, K. G. O papel das Assessorias Técnicas no TAC Governança. **Versos**, v.2, n. 1, p. 46-63, 2018.

SPTIZECK, H. H. **Como convencer o Conselho de Administração a gerir riscos socioambientais antes que se materializem?** Nova Lima: Fundação Dom Cabral, 2017. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/governanca-e-sustentabilidade/77887789#2> Acesso em: 26 out. 2020.

STENGERS, I. **No tempo das catástrofes** – resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

ST-LAURENT, G. P.; LE BILLON, P. Staking claims and shaking hands: Impact and benefit agreements as a technology of government in the mining sector. **The Extractive Industries and Society**, v. 2, p. 3, p. 590-602, 2015.

SVAMPA, M. **Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina**. Buenos Aires: OSAL XIII, 2012.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina** – conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

TERMO DE AUDIÊNCIA realizada em 20 fev. 2019. **Processo nº 5010709-36.2019.8.13.0024**. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2019.

TERMO DE AUDIÊNCIA realizada em 20 ago. 2019. **Processo nº 5010709-36.2019.8.13.0024**. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2019.

TERMO DE AUDIÊNCIA realizada em 5 mar. 2020. **Processo nº 5010709-36.2019.8.13.0024**. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2020.

TERMO DE AUDIÊNCIA realizada em 23 mar. 2020. **Processo nº 5010709-36.2019.8.13.0024**. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2020.

TERMO DE COMPROMISSO das assessorias técnicas independentes (ATIs). **Processo nº 5010709-36.2019.8.13.0024**. Belo Horizonte, 2020.

TERMO DE COMPROMISSO das assessorias técnicas independentes (ATIs). **Processo nº 5010709-36.2019.8.13.0024**. Belo Horizonte, 2023.

TERMO DE REFERÊNCIA para seleção de entidades de assessoria técnica independente. **Processo nº 5010709-36.2019.8.13.0024**. Belo Horizonte, 2019.

TOPÇU, S. Le nucléaire à l'épreuve de l'expertise citoyenne Quels savoirs? Quels enjeux? In: TOPÇU, S.; CUNY, C.; SERRANO-VELARDE, K. (dir.). **Savoir en débat**. Perspectives francoallemandes, Paris, L'Harmattan, p. 146-169, 2008.

TOPÇU. **La France nucléaire**. L'art de gouverner une technologie contestée, Paris, Seuil, 2013.

TROCATE, C.; ANDRADE, M. J.; VIEIRA, J. **Elementos constitutivos do MAM** - Movimento pela Soberania Popular na Mineração. Editora Iguana. Marabá, 2015.

TROVÃO, N. et al. Alterações no acesso à água e na incidência de doenças de veiculação hídrica após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG). **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 26, 2023.

TURCOTTE, M.; LACHANCE, A. Towards a repertoire of Corporate Social Responsibility (CSR) practices in the extractive industries. **The Extractive Industries and Society**, v. 15, p. 101-316, 2023.

UNITED STATES. **Centers for Disease Control and Prevention**. Disaster types. Atlanta: CDC, [s.d.]. Disponível em: <https://www.cdc.gov/nceh/hsb/disaster/eLearning-courses/Death%20Certification/DisasterTypes.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2025.

URQUIZA, A. H.; ROCHA, A. O. O desastre ambiental de Mariana e os Krenak do Rio Doce. **Revista Veredas do Direito**, v. 16, p. 191-218, 2019.

VALE S.A. **Vale cria diretoria para acelerar reparação aos atingidos**. 30 abr. 2019a. Disponível em: <https://vale.com/pt/w/vale-cria-diretoria-para-acelerar-repara%C3%A7%C3%A3o-aos-atingidos>. Acesso em: 17 mar. 2025.

VALE. **Manifestação nos autos do requerimento de tutela antecipada em caráter antecedente no Processo nº 5010709-36.2019.8.13.0024**. Belo Horizonte, 28 mar. 2019b.

VALE. **Agravo de instrumento interposto no Processo nº 5010709-36.2019.8.13.0024.** Belo Horizonte, 22 maio 2020.

VALE. **Embargos de declaração no processo nº 5010709-36.2019.8.13.0024.** Belo Horizonte, 16 de agosto de 2022.

VALE. **Relato Integrado 2022.** Vice-presidência Executiva de Sustentabilidade. Abr., 2023a. Disponível em:
https://vale.com/documents/44618/429697/VALE_RelatoIntegrado2022-BR-final1.pdf/34101961-a68e-8259-f169-d465e182074d?version=4.5&t=1755714980867&download=false Acesso em: 10 out. 2025.

VALE. **Vale + comunidade.** Brumadinho. Ano V, set. 2023b. Disponível em:
https://vale.com/documents/44618/400330/Brumadinho_web_set_23+1.pdf/b9e9bdb4-4f58-66e2-7beb-4002e8d2c5db?version=1.2&t=1704892598284&download=false. Acesso em: 25 out. 2025.

VALE. **Comunidades locais.** ESG – Social, 2025a. Disponível em:
<https://vale.com/pt/esg/comunidades-locais#planos> Acesso em: 10 out. 2025.

VALE. **Relatório Anual Formulário 20- F.** 28 mar. 2025b. Disponível em:
<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/53207d1c-63b4-48f1-96b7-19869fae19fe/df3a358f-454f-7ee4-a25d-e35a61922347?origin=1> Acesso em: 10 out. 2025.

VALE. **Vale + comunidade.** Brumadinho. Ano VI, set. e out. 2025c. Disponível em:
https://vale.com/documents/44618/400330/Vale%2BComunidade+-+Brumadinho_set.out2025.pdf/9d8aaaf5-849d-1d78-a042-25c25798eee9?version=1.2&t=1761766709753&download=false. Acesso em: 25 out. 2025.

VALE. **Reparação** – Brumadinho. ESG. 2025d. Disponível em:
<https://vale.com/pt/esg/brumadinho>. Acesso em: 10 out. 2025

VALE. **Reparação** – Meio ambiente. ESG. 2025e. Disponível em:
<https://vale.com/pt/meio-ambiente-reparacao#monitoramento>. Acesso em: 10 out 2025.

VALE; ARCADIS. **Programa de Comunicação Social e Relacionamento com a Comunidade.** Plano de reparação socioambiental da Bacia do Rio Paraopeba. Brumadinho, maio de 2024.

VALE; BHP. **Comunicado Conjunto da Vale e da BHP Billiton.** 11 nov. 2015. Disponível em: <https://www.bhp.com/es/news/media-centre/releases/2015/11/comunicado-conjunto-de-vale-e-bhp-billiton> Acesso em: 26 set. 2025.

VALENCIO, N. Desastre: tecnicismo e sofrimento social. **Ciência e Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 19, n. 9, p. 3631-3644, 2014.

VALENCIO, N. Elementos constitutivos de um desastre catastrófico: os problemas científicos por detrás dos contextos críticos. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 68, n. 3, p. 41-45, set., 2016.

VALENCIO, N. A ordem invisível por detrás do caos aparente: arquitetura do poder e desfiliação social no contexto de desastre. In: **Anais...** 41º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2017.

VIANA, J. O. Os pescadores da bacia do rio doce: subsídios para a mitigação dos impactos socioambientais do desastre da Samarco em Mariana, Minas Gerais. **Nota técnica 11 IPEA**. Brasília, 2016.

VIÉGAS, R. N. **O campo da resolução negociada de conflito**: o apelo ao consenso e o risco do esvaziamento do debate político. Revista Brasileira de Ciência Política, [S. l.], n. 21, p. 7–44, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2400>. Acesso em: 2 nov. 2025.

VIÉGAS, R. N.; GIFFONI PINTO, R.; GARZON, L. F. N. **Negociação e acordo ambiental**: o termo de ajustamento de conduta (TAC) como forma de tratamento de conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

VILLANUEVA, J.; COBIÁN, M.. Beyond disaster capitalism: dismantling the infrastructure of extraction. In: Puerto Rico's neo-plantation economy. **Antipode Online**, 25 jun. 2019. Disponível em: <https://antipodeonline.org/2019/06/25/beyond-disaster-capitalism/>. Acesso em: 5 ago. 2025.

VITTI, G. S. **Territorialização da empresa Vale S.A.**: populações atingidas e conflitos sócio-espaciais. Monografia (Graduação). Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro: Unesp, 2014.

VITTI, G. S. Do Estranhamento entre Projetos Distintos: os sujeitos em conflito com a Vale S.A. na região do Projeto Ferro Carajás. In: MICHELOTTI, F.; JUNIOR, A. L. S.; FERREIRA, A. D; RIBEIRO, B.; MALHEIRO, B. (Org.). **Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária**: a experiência do curso Residência Agrária na construção do IALA Amazônico. 1ed.Marabá - PA: Iguana, 2017.

VITTI, G. S. **“Um dano que se Renova”**: Estado e F(f)undação de processos de neoliberalização na Bacia do Rio Doce. 2019. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019a.

VITTI, G. S. La construcción del Movimiento por la Soberanía Popular en la Minería en Brasil: extractivismo y resistencia social. **Ecología Política**, v. 58, p. 84-88, 2019b.

VITTI, G. S. Práticas empresariais e políticas de resignação: considerações sobre o pós-desastre causado pela Samarco na Bacia do Rio Doce. **REV. UFMG, Belo Horizonte**, v. 27, n. 2, p. 720-753, mai./ago. 2020.

VITTI, G. S. Extrativismo mineral e neoliberalização no Brasil: notas de uma relação. In: Nogueira, R. L.; Melo, J.A. (Org.). Dimensões da Neoliberalização à Brasileira. 1ed.Rio de Janeiro: e-Publicar, p. 121-145, 2021.

WACQUANT, L. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. **Caderno CRH**, v. 25, n. 66, p. 505-518, 2012.

WANDERLEY, L. J. Indícios de Racismo Ambiental na Tragédia de Mariana: resultados preliminares e nota técnica. **Relatório preliminar**, 20 nov. 2015. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Wanderley-2015-Ind%C3%ADcios-de-Racismo-Ambiental-na-Trag%C3%A9dia-de-Mariana.pdf>. Acesso em: 4 set. 2023.

WANDERLEY, L. J.; MANSUR, M. S.; MILANEZ, B.; PINTO, R. G. Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos, políticos e socioambientais. **Ciência & Cultura**, v. 68, n. 3, p. 30-35, 2016.

WANDERLEY, L. J.; MANSUR, M.; GIFFONI PINTO, R. G. Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/ Vale/BHP em Mariana (MG). In: MILANEZ, B.; LOSEKANN, C (Orgs.). **Desastre no Vale do Rio Doce**: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016.

WANDERLEY, L. J.; MILANEZ, B. Notícias de uma tragédia anunciada: antecedentes e o contexto do rompimento da Barragem I da Vale S.A. In: MILANEZ, B.; FELIPPE, M. **Minas esgotada**: antecedentes e impactos do desastre da Vale na bacia do Paraopeba. UFRJ, Juiz de Fora, 2021.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular, e índice remissivo: Antônio Pierucci. tradução José Marcos de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

WELKER, M. Corporate security begins in the community: Mining, the corporate social industry and environmental advocacy in Indonesia. **Cultural Anthropology**, 24(1), p. 142-179. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1548-1360.2009.00029.x>. 2009.

WELKER, M. Enacting the Corporation: An American Mining Firm in Post-Authoritarian Indonesia. Berkeley: **University of California Press**, 2014.

WELKER, M. Notes on the Difficulty of Studying the Corporation. Seattle University Law Review 39: 397-422, 2016. Disponível em: <http://digitalcommons.law.seattleu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2310&context=sulr>. Acesso em: 10 jul. 2022.

WERNECK, A.; LORETTI, P. Forma-crítica, formas da crítica: As diferentes dimensões do discurso de descontentamento. In: CANTU, R.; LEAL, S.; CORRÊA, D. S.; CHARTAIN, L. (Org.). **Sociologia, crítica e pragmatismo**: Diálogos entre França e Brasil. 1ed.Campinas: Pontes, p. 349-386, 2019.

WISNER, B. The Grocer's Daughter and the Men in Suits: Who Exactly Capitalizes on Catastrophe? And Why the Question Matters. *Capitalism Nature Socialism*, 20(3), p. 104–112, 2009.

WSTANE, C.; BRASIL, P. A geografia política do rompimento. In: WSTANE, C.; CAMPO, M. C. S.; CONSTANTE, P. S. **Após a lama, o rio**. Diagnóstico socioambiental do baixo Paraopeba, reservatório de Três Marias e comunidades atingidas do Rio São Francisco. Guaicuy, 2024.

XAVIER, J. B.; VIEIRA, L. P. O trabalho e seus sentidos: a destruição da força humana que trabalha. In: MILANEZ, B.; LOSEKANN, C (Orgs.). **Desastre no Vale do Rio Doce**: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016.

ZHOURI, A. Produção de conhecimento num 'campo minado'. In: ZHOURI, A. et al. **Mineração: violências e resistências** [livro eletrônico]: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. 1.ed.— Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA, 2018.

ZHOURI, A. Crise como criticidade e cronicidade: a recorrência dos desastres da mineração em Minas Gerais. Espaço Aberto, **Horiz. antropol.** 29 (66), mai-ago, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9983e660601>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/vbTZ7tBRGJBwCPYxfpJkw9d/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M. C.; MAGALHAES, M. V. The Rio Doce Mining Disaster in Brazil: between policies of reparation and the politics of affectations. **Vibrant (Florianópolis)**, v. 14, p. 81-101, 2017.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M.; VASCONCELOS, M. O desastre no Rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In: ZHOURI, A. (org.). **Mineração, violências e resistências**: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá: Editorial iGuana; ABA, p. 28-64, 2018.

ZONTA, M. **A luta dos atingidos por mineração**. Brasil de Fato, 05 de novembro de 2013, Marabá, 2013.

ZUCARELLI, M. C. **A matemática da gestão e a alma lameada**: crítica à mediação em licenciamentos e desastres na mineração. UFMG, 2018.

ZUCARELLI, M. C. "Sete anos de atraso na vida!": sobre as tecnologias sociais de gestão da crise e da crítica no desastre da Samarco. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 26, n. 1, 2024. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202423. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7417>. Acesso em: 9 ago. 2025.

ZUCARELLI, M.C.; LEONARDO, F. A. Acordos coercivos e a dissolução do direito à água na governança do desastre. In: ANTUNES, H.; RIGOTTO, R. (org.). **Ninguém bebe minério**: águas e povos versus mineração. Rio de Janeiro: 7 letras, p. 105-137, 2020.

RÉSUMÉ

INTRODUCTION

Au cours de la deuxième décennie du XXI^e siècle, le Brésil a été le théâtre de deux catastrophes majeures causées par des entreprises minières au Minas Gerais : la rupture du barrage de résidus miniers de Fundão, du complexe de Germano, qui a touché le bassin du fleuve Doce, et la rupture du barrage de résidus miniers I de la mine de Córrego do Feijão, du complexe de Paraopeba, qui a touché le bassin de la rivière Paraopeba. Ces deux catastrophes ont eu des dimensions et des impacts différents et se sont produites à des moments politiques distincts dans le contexte national et régional, ce qui a également entraîné des dynamiques de mobilisation des acteurs sociaux différentes dans les processus post-ruptures.

La première rupture s'est produite le 5 novembre 2015 dans la municipalité de Mariana (MG) au sein d'une installation appartenant à la société Samarco S.A., une *joint venture* entre la société brésilienne Vale S.A. et la société anglo-australienne BHP Billiton. La catastrophe a touché un ensemble de communautés dans au moins 45 municipalités de Minas Gerais et d'Espírito Santo et a causé la mort directe de 19 personnes.

La rupture du barrage a déversé environ 34 millions de mètres cubes de résidus de minerai de fer qui ont parcouru 663 km à travers les cours d'eau Gualaxo do Norte, Carmo et Doce, jusqu'à atteindre la mer dans le district de Regência, dans la municipalité de Linhares (ES). Les résidus se sont répandus sur le littoral de l'État d'Espírito Santo et ont avancé dans la mer au large de la côte sud de l'État de Bahia.

La deuxième catastrophe s'est produite le 25 janvier 2019, trois ans après la première, lors de la rupture du barrage I (B1) de la mine Córrego do Feijão, du complexe Paraopeba, appartenant à Vale S.A, située dans la municipalité de Brumadinho (MG). Environ 12 millions de mètres cubes de résidus ont été déversés dans le ruisseau Ferro-Carvão et sur la structure de travail du complexe (bureaux et cantine), atteignant deux barrages de retenue des sédiments B 4 et B 4-A, qui se sont également rompus. Le barrage B1 était classé comme présentant un faible risque ; cependant, il présentait un potentiel de dommages élevé et ne disposait pas d'un plan

d'urgence qui aurait pu contribuer à réduire ces dommages et à prendre des mesures après la rupture.

La boue de résidus s'est écoulée dans la rivière Paraopeba, traversant 18 municipalités et atteignant la centrale hydroélectrique de Retiro Baixo, sur le barrage de Três Marias, toujours dans l'État de Minas Gerais, où la rivière Paraopeba rejoint le fleuve São Francisco, le plus important fleuve de la région nord-est du Brésil. Cette rupture est considérée comme l'un des accidents du travail ayant causé le plus grand nombre de décès dans le pays, car la plupart des 272 victimes étaient des travailleurs sous-traitants et des employés de la société Vale, qui se trouvaient dans la région juste en dessous du barrage au moment de la rupture. Outre les municipalités affectées le long du cours de la rivière Paraopeba, la boue provenant des résidus miniers a affecté les municipalités situées autour du lac du barrage de Três Marias, soit un total de 26 municipalités.

Les deux catastrophes ont entraîné une série de transformations environnementales, économiques et sociales dans les territoires affectés qui, dix ans après la première rupture, ne sont toujours pas complètement connues ni mesurées. En réponse à ces deux ruptures, un ensemble de processus et d'arrangements politiques et institutionnels ont été mis en place, impliquant différentes instances gouvernementales, des institutions de la société civile, des structures entrepreneuriales, des mouvements sociaux et des communautés.

C'est sur ces catastrophes, en observant les différents processus mis en place après les deux ruptures, que se concentre cette recherche. Parmi les nombreuses organisations et institutions impliquées, nous nous intéressons particulièrement aux entreprises, dans le but d'analyser les stratégies entrepreneuriales mises en place dans ce « contexte de catastrophe », afin de comprendre les mesures et les réponses adoptées dans la gestion des catastrophes.

Plus précisément, nous cherchons à observer comment les entreprises ont agi pour influencer et orienter le débat public sur les catastrophes et leurs conséquences. Quels mécanismes ont été utilisés pour tenter de faire taire les voix discordantes et réduire la capacité d'agir des sujets critiques impliqués dans ces contextes ? Quels arguments et stratégies ont-ils utilisés concernant les dommages causés par les catastrophes ? Quels instruments et pratiques ont été utilisés pour gérer les conflits

générés dans les territoires affectés ? C'est dans le but d'analyser et de débattre de ces questions que cette recherche de thèse se développe.

Les processus déclenchés après les deux ruptures (Mariana et Brumadinho), liés à la réparation, sont très complexes, car ils impliquent de nombreux accords, négociations, décisions judiciaires et prises de position de différents acteurs publics et privés. Il serait difficile de réaliser un travail qui rendrait compte des innombrables dimensions liées à ce processus. Même l'objet ou le champ que nous avons indiqué au début de cette introduction – observer les stratégies entrepreneuriales de gestion de la critique – comporte ses défis, car les entreprises ont mobilisé diverses pratiques au cours de ces dix années. Notre objectif est de contribuer à démêler certaines de ces stratégies, à partir de la démonstration des pratiques que nous avons pu identifier au cours de la recherche, sans prétendre démontrer l'ensemble des formes de gestion de la critique que les entreprises ont mises en place depuis 2015.

Il est important de souligner que, comme période de référence, nous indiquons que les questions analysées dans cette thèse portent sur la période comprise entre 2015 – date de la première rupture – et 2023. Le choix de l'année 2023 se justifie pour trois raisons : i) la première concerne le processus de réparation du fleuve Doce lui-même, qui a débuté en 2015 et a subi des transformations croissantes au fil des ans. En 2024, une nouvelle étape dans l'affaire, appelée « renégociation », a été consolidée, modifiant plusieurs accords et redessinant la structure et le processus de réparation, que nous aborderons très brièvement au chapitre 2, à des fins de contextualisation. Cependant, ce processus lié à la renégociation n'a pas fait l'objet d'une analyse visant à identifier les pratiques entrepreneuriales, celle-ci s'étant concentrée sur le processus précédent ; ii) la deuxième raison concerne la faisabilité même de la recherche, étant donné que les processus de gestion des catastrophes analysés ici sont en cours, avec des modifications et des restructurations constantes. Ainsi, divers aspects identifiés ou soulignés ici, notamment en ce qui concerne les procédures judiciaires, peuvent avoir connu des avancées ou des modifications qui ne sont pas indiquées ou prises en compte dans la thèse, car elles sont intervenues après ou pendant sa rédaction. Cependant, nous pensons que cela ne nuit pas à la thèse, car notre objectif est centré sur l'observation des stratégies mises en œuvre par les entreprises ; iii) les entretiens et la participation à des activités liées aux deux

catastrophes ont été réalisés principalement entre 2022 et 2023, et reflètent donc largement les pratiques des entreprises jusqu'à cette période.

Après cette délimitation temporelle, il est important de présenter certaines prémisses qui ont guidé cette recherche. La première est que nous comprenons que les catastrophes minières ne constituent pas des moments isolés, des événements situés dans le temps, mais présentent un caractère structurel et systémique, résultant de choix technologiques et managériaux de la part des structures entrepreneuriales qui cherchent à garantir le maintien des profits et la rémunération des actionnaires.

Une autre hypothèse adoptée ici est que, bien que les deux cas de catastrophe évoqués présentent des différences et des similitudes, nous ne cherchons pas à réaliser dans cette thèse une analyse de deux cas distincts, c'est-à-dire à effectuer une étude comparative des deux catastrophes. Nous avons choisi dans cette thèse de comprendre les deux catastrophes et leurs processus de réparation respectifs comme un *continuum*, en cherchant à les observer dans le cadre d'une même dynamique procédurale. Ainsi, la thèse vise également à observer comment les deux processus de réparation (structure de gouvernance, actions et pratiques des agents) s'influencent mutuellement, ce qui a entraîné des modifications et des transformations dans la manière dont chaque processus de gestion de la catastrophe a été mis en œuvre. Nous pensons que cette approche permet de comprendre de manière plus approfondie la question des stratégies d'entreprise dans le contexte des catastrophes minières dans l'État de Minas Gerais. C'est dans le but de comprendre ce processus et les pratiques situées dans le temps, dans cette succession de deux catastrophes, que nous mobilisons la notion d'apprentissage. Cela signifie prendre en compte la manière dont les différents acteurs impliqués dans les deux processus de réparation mobilisent différentes pratiques, au fil du temps, dans les deux cas, afin d'établir un modèle de réparation en rapport avec leurs objectifs.

Nous comprenons que les décisions et les choix qui guident les pratiques des entreprises après une rupture de barrage, que ce soit dans la conclusion d'accords, la réalisation d'études, les processus d'indemnisation, les actions en justice ou l'action territoriale, sont guidés par la logique de maintien des actifs, de garantie de la sécurité juridique et de rémunération des actionnaires, ainsi que par la réduction des coûts opérationnels. En cas de catastrophe, le tableau est quelque peu différent des

stratégies liées au processus opérationnel de l'extraction elle-même. L'entreprise ne dispose pas, a priori, de la même capacité décisionnelle et managériale sur les coûts liés aux processus de réparation que celle dont elle dispose dans ses décisions relatives à ses processus opérationnels courants. Cela est dû à l'ensemble de la structure étatique de surveillance et de contrôle, à l'appareil juridique et légal qui détermine la responsabilité en cas de dommages environnementaux, ainsi qu'à l'action des institutions judiciaires et aux décisions judiciaires qui cherchent à définir les voies à suivre en matière de responsabilité des entreprises à l'origine des catastrophes face aux dommages.

Cependant, comme nous l'avons déjà indiqué, les entreprises minières ont toujours agi face à l'État et aux communautés en cherchant à garantir, dès le processus d'octroi des licences, la réalisation de leurs projets, de manière rapide et à moindre coût. Ces stratégies se concrétisent à la fois dans des procédures officielles, par le biais de mécanismes de capture réglementaire, et dans des actions ciblées sur les communautés, visant à garantir ce que la littérature entrepreneuriale appelle la « licence sociale d'exploitation », c'est-à-dire le consentement des communautés potentiellement affectées à l'installation ou à l'expansion d'un projet. Ce processus vise également à réduire les coûts potentiels liés aux conflits avec une collectivité ou une communauté, tels que la perte de productivité, l'arrêt des activités ou l'empêchement de la mise en œuvre ou de la réalisation d'un projet.

Nous partons donc du principe que les entreprises minières, en cas de catastrophe – où elles sont tenues responsables des dommages et des processus après les ruptures – cherchent à mettre en place des stratégies et des pratiques de gestion qui garantissent la prévisibilité et la réduction des coûts des processus de compensation, de réparation, d'atténuation et d'indemnisation de l'ensemble des dommages.

En ce sens, la principale question et l'objectif qui ont motivé cette recherche sont les suivants : quelles sont les différentes stratégies entrepreneuriales de gestion de la critique dans des contextes de catastrophes minières au Brésil, compte tenu des deux catastrophes analysées ?

Afin de clarifier l'objectif principal de la recherche et de tenter de répondre à la problématique de la thèse, nous avons établi certains objectifs spécifiques qui ont guidé l'analyse des deux cas en question : i) comprendre le processus historique et

conceptuel d'appropriation de la critique par le capitalisme et la création de formes entrepreneuriales de gestion de la critique et des sujets porteurs de critique; ii) identifier les relations entre les catastrophes minières au Brésil – comprises comme des produits d'un ordre social et économique – et leurs formes de gestion ; iii) examiner quels ont été les accords et les arrangements de gouvernance établis dans les deux catastrophes analysées et quelles sont les stratégies et les arguments utilisés par les entreprises dans le processus d'élaboration de ces accords ; iv) comprendre les formes et les techniques utilisées par les entreprises pour gérer les sujets critiques et les communautés dans les territoires affectés par les deux catastrophes.

Avant de présenter l'hypothèse qui guide cette recherche, nous considérons qu'il est important de souligner ce que nous entendons par « stratégie d'entreprise ». Comme le soulignent Milanez et al. (2019, p. 267, trad. de l'auteur), nous comprenons la stratégie comme un

répertoire d'actions coordonnées menées par un ou plusieurs agents – en grande partie collectifs – qui impliquent l'exercice du pouvoir dans le but : (1) d'augmenter leur capacité à accroître ou à capturer de la valeur ; (2) d'accroître leur pouvoir ou de réduire celui d'autres agents ; ou (3) de modifier leurs propres conditions d'enracinement et celles d'autres agents.

C'est en ce sens que nous émettons l'hypothèse que les entreprises liées aux deux catastrophes – à partir d'un cadre technico-social construit historiquement par le secteur extractif – mobilisent, à travers des stratégies de gestion de la critique, des pratiques adaptatives et situées, orientées vers les différents domaines d'activité et les sujets porteurs de critique avec lesquels elles établissent des relations.

Nous pouvons situer ces stratégies dans trois dimensions. La première est principalement liée à la mise en place plus structurelle du processus de gestion des catastrophes, qui se traduit par la conclusion d'accords guidant la réparation, en relation directe avec l'État. La deuxième définit un champ d'action plus « institutionnel » qui, à travers des arguments juridiques et scientifiques, cherche à gérer la critique et les énoncés critiques qui ne sont pas complètement couverts par les accords. Enfin, la troisième dimension concerne les stratégies sociales et les pratiques territoriales des entreprises, dans la gestion directe des communautés affectées et des organisations sociales actives dans les territoires affectés.

En ce sens, nous chercherons à démontrer tout au long de la thèse que les stratégies de gestion de la critique sont liées aux trois dimensions que nous avons

signalées ci-dessus. À partir d'une allusion géométrique et imagée, nous pourrions indiquer que ces dimensions sont organisées en plan, lignes et points.

La perspective du « plan » implique des actions et des stratégies visant à consolider une structure, un champ. Pensons ici à un jeu : les pratiques entrepreneuriales de gestion dans la dimension du « plan » seraient centrées sur la construction du plateau de ce jeu, ses limites, ses champs, ses pièces, ses formes et ses volumes. Dans les deux cas étudiés ici, nous comprenons que les actions des entreprises reflètent ce que Zucarelli (2024) appelle une « concertation entre entreprises et gouvernements », et se concentrent sur les négociations et les accords qui définissent la structure, la gouvernance et le cœur du processus de réparation. Ces actions sont également alignées sur la structure organisationnelle même des entreprises, car celles-ci ne seraient pas seulement un acteur sur cet échiquier, mais aussi une partie constitutive de celui-ci.

Les stratégies d'entreprise qui se concentrent sur la dimension des « lignes », quant à elles, cherchent à définir les règles de ce jeu : comment y jouer, ce qui pourrait être fait et de quelle manière. Ces pratiques visent à définir les actions qui peuvent ou ne peuvent pas être réalisées, ainsi qu'à structurer la dynamique et les mécanismes permettant de naviguer dans ce plan, sur cet échiquier. En d'autres termes, elles visent à délimiter, selon leurs propres termes, les contours de l'action qui ne sont pas prévus dans le « plan », en établissant même des formes qui tangent les structures du « plan ». Ce serait une manière de configurer le champ et les possibilités d'énonciation critique. Dans les catastrophes analysées, ces pratiques se concentrent sur les questions non définies ou non pleinement couvertes par les accords et les structures de gouvernance créées. Elles s'efforcent, comme nous l'avons indiqué au chapitre 3, de contourner et de confronter ce qui leur échappe.

Si le plan définit les règles du jeu et les lignes, les formes et les règles de ce jeu, les stratégies au niveau des « points » cherchent à déterminer qui peut jouer et dans quelles conditions. Dans le cadre de cette recherche, ces pratiques impliquent la gestion des parties prenantes, le contrôle territorial, les actions de responsabilité sociale des entreprises et d'autres mécanismes visant à définir qui peut s'exprimer et influencer ce qui sera dit.

Cette subdivision en plans, lignes et points, loin de chercher à créer une typologie des stratégies minières des entreprises dans un contexte de catastrophe,

visé à contribuer à l'identification des dimensions et des sphères dans lesquelles les différentes pratiques s'articulent pour influencer le cours des catastrophes.

Après avoir identifié la problématique et les questions centrales de la thèse, nous pensons qu'il est important de situer le lieu à partir duquel nous nous exprimons en tant que chercheur.

J'avais déjà eu quelques contacts avec des groupes et des organisations sociales liés à la question de l'exploitation minière, notamment le Mouvement pour la souveraineté populaire dans l'exploitation minière (MAM), que j'ai découvert en 2013 dans l'État du Pará. Ce rapprochement s'est également fait à partir de ma participation à la brigade à Brumadinho en février 2019 – lorsque je suis arrivé dans la municipalité pour la première fois – et à d'autres espaces et débats organisés par le MAM au fil des ans.

En janvier 2022, après la période la plus intense de la pandémie, je me rends à Brumadinho pour la deuxième fois, cette fois pour une période plus longue d'activité sur le terrain dans l'État de Minas Gerais. L'arrivée à Brumadinho a été assez mouvementée, car en janvier 2022, de fortes pluies ont frappé la région, provoquant plusieurs glissements de terrain dans la municipalité et ses environs, ce qui a rendu les déplacements difficiles. De plus, les pluies ont provoqué des crues sur la rivière Paraopeba, ce qui a fait que les déchets déposés dans la rivière ont atteint de nouvelles zones tout au long du bassin.

Une fois de plus, mon arrivée à Brumadinho s'est faite à la suite d'un dialogue avec le MAM, où j'ai été accueilli par deux personnes qui militaient dans le mouvement et vivaient à côté d'un espace de l'église catholique où étaient hébergées les personnes qui avaient dû quitter leur maison en raison de la crue de la rivière Paraopeba. Mon arrivée dans cet espace et à ce moment-là m'a permis d'observer des questions et de dialoguer avec des personnes qui, d'une manière ou d'une autre, apparaissent dans le texte de la thèse.

Après cette période d'environ un mois à Brumadinho, je déménage à Belo Horizonte, toujours dans le cadre de la réalisation de ma thèse. Au cours de cette période, surtout en 2022 et 2023, je commence à suivre de plus près diverses activités liées aux catastrophes minières, mais surtout liées au cas de la catastrophe de Vale dans le bassin de la rivière Paraopeba. Ce suivi m'a permis de me rapprocher encore davantage du MAM, où j'ai commencé à contribuer à d'autres activités et programmes

liés à l'exploitation minière dans l'État de Minas Gerais. En 2023, grâce à ce rapprochement, j'ai rejoint la coordination régionale du MAM dans l'État de Minas Gerais, ce qui a contribué d'une certaine manière à approfondir mes recherches et mes préoccupations théoriques et pratiques concernant le secteur extractif et les pratiques des entreprises minières.

Le suivi plus approfondi du cas de la catastrophe de Vale sur la Paraopeba pendant la recherche se reflète également dans les questions et les stratégies entrepreneuriales présentées dans les chapitres de cette thèse. Bien que nous cherchions, tout au long du texte, à mobiliser les processus et les pratiques liés aux deux catastrophes – comprises comme un continuum –, nous approfondissons davantage les aspects liés au cas du Paraopeba, en raison de notre plus grande proximité avec les personnes affectées et les organisations actives dans cette affaire. Cela est lié à mon implication plus étroite dans cette affaire en 2022 et 2023, à travers le travail réalisé avec le MAM.

Cela étant dit, je présente ci-dessous une synthèse des procédures méthodologiques et des activités réalisées dans le cadre de la recherche :

a) Recueil, organisation et analyse principalement de thèses, mémoires et publications traitant des deux ruptures et des processus de réparation, afin d'identifier les différentes approches du débat dans le milieu universitaire ;

b) Collecte et analyse de documents et de matériel élaborés par les organisations intervenant dans les deux catastrophes, tels que : études, vidéos, podcasts, actualités et articles produits par les services d'assistance technique (ATI) ; documents officiels mis à disposition par les institutions judiciaires sur leurs sites web et documents juridiques liés au processus ; études et actualités réalisées et mises à disposition par Vale et les cabinets de conseil engagés par Vale ; études, rapports et actualités produits par la Fundação Renova ; études et notes techniques produites par les chambres techniques et les délibérations du Comité interfédératif ; actualités et documents produits par les mouvements sociaux et les organisations dans les deux bassins ;

c) Suivi de diverses activités virtuelles, notamment pendant la période de pandémie, entre 2020 et 2021, telles que des audiences publiques, des séminaires et des réunions ouvertes, en tenant compte des deux cas ;

d) Observation participante et dialogues avec différents acteurs lors de diverses activités présentiellles liées aux deux cas, dont certaines sont mentionnées ci-dessous : Séminaire bilan des deux ans de la rupture du barrage de Fundão, organisé à l'UFES, à Vitória (ES), en 2017 ; suivi pendant trois semaines des activités du MAM dans la municipalité de Brumadinho au cours du premier mois suivant la rupture, avec arrivée le 12/02/2019, participation à diverses réunions, à la préparation et à la commémoration d'un mois après la catastrophe, le 25/02/2019 ; le séminaire « À contre-courant du discours idéologique de l'exploitation minière : tragédies et non-durabilité », organisé par l'UFMG, qui a réuni les personnes affectées et les mouvements sociaux des deux catastrophes en 2019 ; le séminaire bilan des 4 ans de la rupture du barrage de Fundão, organisé à Governador Valadares (MG), en 2019 ; les IIIe et IVe Pèlerinages pour l'écologie intégrale (2022 et 2023), qui réunissent diverses personnes affectées de tout le bassin, ainsi que d'autres acteurs impliqués dans l'affaire ; table ronde entre des conseillers techniques indépendants, organisée en mai 2022, dans le but d'approfondir la situation de l'exploitation minière dans l'État de Minas Gerais, d'évaluer le rôle et la portée des ATI, ainsi que de débattre de leur sécurité juridique et de la réglementation de la Politique étatique pour les personnes affectées par les barrages (PEAB) ; Ile Rencontre des personnes affectées du bassin de la rivière Paraopeba, organisée et mobilisée par les ATI en juin 2022, qui avait pour objectif de discuter de la gouvernance populaire et du système de participation des personnes affectées ; bilan des 7 ans de la rupture du barrage de Fundão, réalisé à l'Université fédérale d'Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto (MG), en 2022 ; lancement d'un livre sur l'accord relatif à la catastrophe dans le bassin de la rivière Paraopeba, avec la participation d'environ 400 personnes affectées et d'entités liées à l'affaire en 2023 ; et participation à des activités plus ponctuelles organisées à Belo Horizonte et à Brumadinho, telles que des audiences publiques tenues à l'Assemblée législative de MG, sur les deux affaires ; manifestations et rassemblements à Belo Horizonte et Brumadinho, liés aux deux affaires ; activités et réunions organisées par des organisations à Brumadinho ; tables rondes et débats à l'UFMG ; suivi des réunions des conseillers techniques et des mouvements avec les institutions judiciaires et juridiques ; participation à la défense de thèses et de mémoires sur les deux affaires.

e) Réalisation de 14 entretiens à l'aide d'un guide d'entretien semi-structuré avec des personnes affectées de la municipalité de Brumadinho et des dirigeants des mouvements sociaux et des organisations. Outre ces entretiens, des discussions

ponctuelles et informelles ont été menées avec différents sujets sur les éléments liés aux deux catastrophes dans les différents espaces de discussion auxquels j'ai participé tout au long de la recherche, notamment en 2022 et 2023.

Afin de répondre aux problématiques et aux objectifs spécifiques de la recherche, outre cette introduction, nous avons organisé le texte de la thèse en quatre chapitres : 1) Quand l'entreprise rencontre la société, ou quand il n'est plus possible de l'ignorer ; 2) De la boue des résidus miniers à la « boue institutionnelle » : les catastrophes minières dans l'État de Minas Gerais ; 3) Stratégies entrepreneuriales visant à contourner la critique qui échappe ; 4) Quand « l'environnement » descend le cours d'eau : régime hybride de gestion de la critique dans les catastrophes minières.

CHAPITRE 1 - QUAND L'ENTREPRISE RENCONTRE LA SOCIÉTÉ, OU QUAND IL N'EST PLUS POSSIBLE DE L'IGNORER

Le premier chapitre présente ce que nous avons défini comme la critique, à partir d'un dialogue avec la littérature, en abordant la manière dont, dans le capitalisme, se sont mises en place des formes de réponse et d'appropriation de cette critique.

Nous approfondissons notamment la façon dont ces formes d'appropriation ont pénétré le domaine des entreprises à partir des années 1960, en situant plus particulièrement la question des pratiques de gestion sociale mises en œuvre par les entreprises.

Enfin, nous proposons une approche historique des manières par lesquelles le débat sur la critique et les actions des entreprises ont cherché à créer des stratégies et des dispositifs pour s'approprier, neutraliser et incorporer les critiques dans leurs pratiques, en mettant l'accent sur l'industrie extractive.

CHAPITRE 2 - DE LA BOUE DES RESIDUS MINIERES A LA « BOUE INSTITUTIONNELLE » : LES CATASTROPHES MINIERES DANS L'ÉTAT DU MINAS GERAIS

Dans ce chapitre, nous cherchons à démontrer comment les deux catastrophes analysées sont le résultat d'un ensemble de choix techniques guidés par les stratégies économiques des entreprises minières et d'un processus d'affaiblissement des structures de l'État en matière de réglementation des activités économiques. Ce processus n'est pas seulement conjoncturel, mais reflète également le mode de production capitaliste lui-même, qui corréle l'expansion de la production à la destruction d'aspects de la vie quotidienne des populations les plus vulnérables. La trajectoire discriminatoire (FERDINAND, 2022) de la boue semble indiquer une tendance à la superposition des zones couvertes par des structures de stockage des résidus miniers et des territoires occupés par des groupes non blancs et à faibles revenus.

Les processus de gestion engendrés par un capitalisme de catastrophe ne sont pas dissociés de ce caractère structurel, mais établissent eux-mêmes des mécanismes de redistribution discriminatoire (FERDINAND, 2022). Comme nous avons cherché à le signaler, dans les cas de catastrophes minières, la configuration et la conclusion mêmes des accords peuvent être comprises comme une stratégie entrepreneuriale visant à désamorcer la critique.

Les entreprises, dans le processus de négociation des accords, cherchent, par le biais de stratégies institutionnelles et juridiques conformes, à protéger leur capital réputationnel et économique en visant à garantir la prévisibilité des coûts des processus de réparation dont elles doivent être responsables.

C'est cet ensemble de stratégies – qui passe par des accords de « résolution négociée » (VIÉGAS, 2017), la création d'entités privées, la formation d'une « ceinture corporative », la concertation entre entreprises et gouvernement (ZUCARELLI, 2024), et des stratégies de communication (GODFRID, 2020) – orientées vers la construction de la base de la gestion du désastre, que nous avons appelées stratégies dans la dimension du « plan ».

Cependant, les accords ne couvrent pas tous les aspects liés aux catastrophes – tels que les dommages socio-environnementaux et les dommages individuels – et ne parviennent pas non plus à désamorcer toutes les critiques, donnant même lieu à la formulation de critiques à l'égard de ces accords eux-mêmes. C'est en ce sens que les entreprises mettent également en œuvre des stratégies et des pratiques dans ce

que nous appelons la dimension des « lignes » et des « points ». C'est ce que nous allons observer dans les deux prochains chapitres de la thèse.

CHAPITRE 3 - STRATEGIES ENTREPRENEURIALES VISANT A CONTOURNER LA CRITIQUE QUI ECHAPPE

Dans ce chapitre, nous cherchons à analyser les stratégies d'entreprise dans les cas de catastrophes minières analysés ici, qui se penchent sur les aspects qui ont échappé, qui n'étaient pas pleinement pris en compte dans les accords, ou plus encore, dans les stratégies d'entreprise axées sur la dimension du « plan ». Nous avons centré notre analyse sur deux aspects : l'action des services d'assistance technique (ATIs) auprès des personnes affectées et la problématique socio-environnementale à partir de la question du contrôle et de l'accès à l'eau par la population touchée par les catastrophes.

Nous avons cherché à démontrer comment les services d'assistance technique sont une conquête des organisations sociales et des communautés – une conquête, donc, de la critique – qui permet de consolider un certain mécanisme de contrepoids, de réponse à l'action des entreprises. Les ATIs auraient pour principe de garantir une participation éclairée des personnes affectées au processus de gestion des catastrophes, qui passerait par la connaissance de leurs droits, la compréhension des dommages et de l'ampleur des dégâts causés par les catastrophes et par la connaissance des possibilités garanties par le cadre juridique et le processus de réparation lui-même. Les ATIs pourraient même permettre la création d'espaces de dialogue au sein des communautés et entre les communautés – comme, par exemple, les réunions de bassin organisées en 2021 et 2022 dans le cas de Paraopeba – ce qui pourrait renforcer les processus organisés, tels que ceux mis en place par les mouvements sociaux. Le droit à cet instrument a d'abord été garanti par des accords, fruit de l'action des mouvements sociaux et des institutions judiciaires, malgré une série de tentatives des entreprises pour rendre ce processus impossible. Par la suite, les services d'assistance technique ont été institutionnalisés en tant que droit, dans l'État de Minas Gerais et dans l'ensemble du Brésil.

Dans ce chapitre, nous abordons la manière dont, à partir de ce cadre général, les services d'assistance technique ont été identifiés par les entreprises comme une

sorte de « risque social » à gérer. Nous cherchons à démontrer les différentes façons dont les entreprises ont cherché à agir pour limiter la portée des ATIs à un simple instrument de communication du processus de réparation aux populations affectées. Cette action de la part des entreprises a impliqué la tentative d'utiliser des arguments juridiques et techniques, qui visaient également à réduire les ressources financières de ces organisations, ainsi qu'une série d'actions plus directes dans les communautés, dans le but de discréditer et de susciter la méfiance des communautés à l'égard du travail et des intérêts des ATIs.

Une autre forme de restriction et de démantèlement du potentiel critique de ces organisations a consisté, comme nous l'avons démontré, à empêcher les ATIs de réaliser des diagnostics, des études et une matrice qui orienteraient la discussion sur les dommages socio-économiques et socio-environnementaux, individuels et collectifs.

Cette dimension de l'action des entreprises a fait l'objet du deuxième point de ce chapitre. Nous avons cherché à démontrer comment les entreprises et leur « ceinture corporative » ont cherché à utiliser des études et des rapports qui affirment que les deux cours d'eau étaient déjà contaminés avant même les ruptures, que les résidus ne sont pas toxiques, que la qualité de l'eau s'est améliorée pour atteindre des niveaux supérieurs ou égaux à ceux d'avant les ruptures, ou que certains territoires et communautés ne sont pas inclus dans les zones affectées par les catastrophes. Ces pratiques sont liées aux stratégies de gestion de la critique, dans la mesure où elles cherchent à démanteler la critique en soulignant qu'il n'y a pas de dommages ni de contamination, ou à exclure certaines communautés de la possibilité de produire des énoncés critiques, en identifiant et en ne reconnaissant pas ces communautés, délégitimant ainsi leurs demandes et leurs revendications.

Un autre aspect que nous abordons dans ce chapitre concerne l'utilisation d'une « insécurité gérée » (ZUCARELLI, LEONARDO, 2020) des communautés, produisant un champ d'incertitudes et de doutes qui vise également à les démanteler en cherchant à créer un cadre dans lequel elles ne peuvent pas disposer d'outils et d'informations sur la réalité et la matérialité des dommages afin de se positionner et de « prendre la parole ». Dans le même but, nous traitons de l'utilisation d'une production d'équivalences (OLIVEIRA et al., 2020), qui mobilise des mécanismes utilisant des éléments de l'ordre du naturel et du calculable pour démontrer que les actions de

réparation sont menées et atteignent leurs objectifs, en cherchant à délégitimer, par le biais d'arguments scientifiques et techniques, les critiques formulées par les communautés, en négligeant les aspects, les pratiques et les perceptions propres à la réalité sociale de ces sujets.

C'est à cet ensemble d'actions et de pratiques des entreprises que nous appelons stratégies entrepreneuriales de gestion de la critique dans la dimension des « lignes ». Ces stratégies se concentrent sur les formes d'énonciation critique et les mouvements possibles de la critique qui échappent à la structure plus large des accords (dimension du « plan »), liés à un aspect plus procédural des catastrophes analysées ici. Dans la dimension des « lignes », les stratégies entrepreneuriales cherchent à capturer le mouvement des énoncés critiques, en réduisant leurs possibilités et leur capacité d'action, comme c'est le cas dans l'action face aux ATIs. En outre, les entreprises cherchent à démanteler la critique en produisant une incertitude sur la réalité concrète, par le biais de cette « insécurité administrée ». Un autre mécanisme consiste à délégitimer la critique en utilisant des études qui invalident la perception des dommages par les communautés, comme dans les cas où l'on cherche à démontrer qu'il n'y a pas de contamination ou qu'une communauté n'est pas touchée. Cette délégitimation se produit également dans la promotion de solutions « techniques » qui ignorent et ne reconnaissent pas les spécificités et les réalités des personnes affectées par les catastrophes.

CHAPITRE 4 - QUAND « L'ENVIRONNEMENT » DESCEND LE COURS D'EAU : RÉGIME HYBRIDE DE GESTION DE LA CRITIQUE DANS LES CATASTROPHES MINIÈRES

Dans ce chapitre, nous cherchons à analyser les stratégies de gestion de la critique qui s'adressent plus directement aux communautés et aux organisations présentes dans les territoires affectés.

La première de ces stratégies concerne les mécanismes utilisés par les entreprises et leur « ceinture corporative » pour cartographier et identifier les sujets critiques présents dans ces territoires. Nous cherchons à démontrer certains des instruments et dispositifs que nous avons pu trouver au cours de notre recherche liés à cette action centrale dans le domaine de la gestion de la critique, comme nous

l'avons démontré dans le premier chapitre de la thèse. Nous démontrons également comment ces actions menées lors des deux catastrophes sont directement liées à ces formes générales d'intégration de la critique et des sujets affectés, transformés en parties prenantes, au sein des structures entrepreneuriales et des opérations menées par les entreprises.

Dans la deuxième partie du chapitre, nous analysons les stratégies de gestion de la critique à partir de trois pratiques insérées dans ce que nous avons identifié comme un régime hybride (HÖNKE, 2013 ; BARROS, 2024), qui repose sur l'utilisation d'actions et de mécanismes de légitimation et de coercition.

La première de ces pratiques utilise des instruments de légitimation de l'action entrepreneuriale. Dans le cadre de cette pratique, on trouve les investissements privés directs réalisés par les entreprises, ou « philanthropie stratégique » comme l'appelle Hönke (2018), et l'utilisation d'instruments discursifs et communicationnels (GODFRID, 2020) comme moyen de diffuser une vision, liée aux intérêts des entreprises, du processus de réparation. Nous cherchons à démontrer, par exemple, comment ces instruments ont été utilisés par la Fundação Renova dans le cas du fleuve Doce et par Vale dans la rivière Paraopeba, à travers différents projets et actions.

La deuxième pratique analysée dans ce chapitre concerne ce que nous appelons le contrôle des relations communautaires. L'une des formes d'action de l'entreprise dans ce domaine concerne la cooptation de personnes et d'organisations, par le biais de projets d'investissement social ou même liés à des actions de réparation, tels que des cours de formation au leadership et le financement direct de certaines personnes et organisations. Les projets sociaux, réalisés directement par les entreprises – dans le cas de Vale – ou la mise en œuvre de projets de réparation sous la responsabilité de l'entreprise sont également utilisés comme un moyen de diviser et de fragmenter les communautés et les organisations sociales. À partir des entretiens, nous présentons l'entreprise à travers ses employés chargés des relations avec les communautés, qui mettent en œuvre ces pratiques de cooptation et de fragmentation des communautés. Nous démontrons également comment ce processus se matérialise dans l'utilisation du dispositif d'indemnisation individuelle comme moyen de générer ces conflits internes au sein des groupes sociaux. Toujours en ce qui concerne les indemnisations, nous discutons de la manière dont, à Brumadinho,

l'entreprise a utilisé des moyens extrajudiciaires et individuels comme mécanismes pour vider les communautés des personnes les plus critiques à l'égard de ses actions, ce qui peut indiquer une intention d'affaiblir le processus organisationnel.

Enfin, dans la dernière pratique, nous analysons les actions de l'entreprise liées au domaine plus coercitif de l'exercice du pouvoir corporatif. Nous démontrons, par exemple, l'utilisation d'un appareil de surveillance et de contrôle des communautés, articulé à un appareil judiciaire qui instrumentalise des formes d'action que Giffoni Pinto et Viégas (2022) ont qualifiées de « pédagogiques-répressives ». Dans ce cadre, s'inscrivent également des actions encore plus directes de contrôle territorial, qui associent des projets de redéfinition urbaine, par le biais de travaux de réparation, à la dépopulation des communautés, par le biais d'accords d'indemnisation. Ce processus, qui s'établit dans la communauté de Córrego do Feijão, est une représentation matérielle de ce régime hybride de gestion de la critique, qui met en œuvre des mécanismes de légitimation et de coercition territoriale.

C'est cet ensemble de pratiques différentes que nous avons défini comme des stratégies de gestion de la critique dans la dimension des « points ». Les stratégies axées sur la dimension du plan seraient circonscrites par des pratiques davantage orientées vers le cadre général, vers des questions plus structurelles liées aux catastrophes, tandis que celles situées dans la dimension des lignes chercheraient à intervenir sur des éléments plus procéduraux de la critique, ce qui échappe à la dimension du plan. À leur tour, les stratégies dans la dimension des points mettraient en œuvre des pratiques axées sur une intervention plus directe, adaptée et ciblée sur les sujets critiques dans les territoires affectés. Ces stratégies chercheraient à observer, dans ce grand cadre des catastrophes, les différentes voix, en identifiant les sujets et les énoncés critiques et en promouvant des moyens de les capturer, par le biais de pratiques de légitimation et de cooptation, de les isoler et de les fragmenter par le biais de pratiques de contrôle des relations communautaires et de les réduire au silence, par le biais de formes plus coercitives de contrôle territorial.

CONCLUSION

La conclusion d'une thèse doit envisager au moins deux voies. La première consiste à reprendre de manière réfléchie certains des points qui ont été abordés tout

au long du texte. La seconde consiste à signaler les limites et les lacunes et ce qui n'a pas été intentionnellement abordé dans le texte. Ces voies aident à démontrer jusqu'où il a été possible d'aller dans la recherche.

Ce travail a été guidé par une préoccupation centrale plus générale : comment la critique est-elle incorporée et impliquée par le capitalisme ? Comme nous l'avons vu dans le premier chapitre, la relation entre la critique et le capitalisme a été étudiée par divers auteurs et s'établit à travers une diversité de formes d'appropriation et d'incorporation. La critique, par exemple, peut produire des transformations dans le capitalisme qui impliquent l'introjection de ses énoncés critiques, permettant, par exemple, de garantir des droits qui ne faisaient jusqu'alors pas partie du cadre normatif d'une formation sociale donnée. D'autre part, le capitalisme – et ses agents – peuvent déployer des actions d'appropriation de la critique ou mettre en œuvre des transformations internes au capitalisme lui-même et aux pratiques de ces agents, qui ont pour objectif de la démobiliser, de la transformer et de la rendre autre chose.

La question qui a motivé la thèse « Quelles sont les différentes stratégies entrepreneuriales visant à gérer la critique dans le contexte des catastrophes minières au Brésil ? » est spécifiquement liée à la deuxième dimension de l'incorporation de la critique par le capitalisme. En cherchant à répondre à cette question, nous avons identifié et analysé tout au long du texte de la thèse un ensemble de stratégies. Afin de rendre compte de la diversité des mécanismes utilisés par les entreprises, dans les catastrophes analysées, pour gérer leurs détracteurs, nous avons utilisé une sorte d'allégorie géométrique, indiquant que ces stratégies se déploient dans trois dimensions : une dimension plus structurelle, que nous appelons la dimension du « plan », une autre plus « procédurale », que nous avons identifiée comme la dimension des « lignes », et une autre plus « relationnelle » et que nous pourrions également qualifier de « territoriale », qui s'établirait dans la dimension des « points ».

Le choix de cette forme de représentation des stratégies d'entreprise n'est pas fortuit. Il nous a permis d'organiser les différentes pratiques par lesquelles les entreprises et leur « ceinture corporative » ont cherché à opérer dans les deux catastrophes que nous avons analysées. Ces catastrophes sont comprises comme s'inscrivant dans une même dynamique procédurale : une histoire qui ne commence pas nécessairement, mais qui a pour point de départ le 5 novembre 2015.

Ce choix de classer les stratégies entrepreneuriales à travers ces dimensions de plans, lignes et points se justifie également par le fait que, en proposant cette « métaphore », nous nous sommes inspirés de l'imagerie spatiale même du capitalisme extractif, qui configure, dans ses diagrammes, les formes et les forces capables d'influencer ses opérations. Dans cette optique, les catastrophes elles-mêmes constitueraient – du point de vue des entreprises – un plan, un diagramme, dans lequel les entreprises agiraient pour donner forme aux forces, identifier et orienter les flux (énoncés) et localiser, appréhender et capturer les points (positions).

Afin d'identifier et d'analyser ces pratiques, nous consacrons le deuxième chapitre à l'observation des deux catastrophes, non pas comme des ruptures d'un ordre ou des événements singuliers, mais comme des produits de cet ordre social lui-même, résultats d'un ensemble d'aspects économiques, sociaux et politiques. Les catastrophes sont donc une expression révélatrice des processus historiques et spatiaux du mode de production capitaliste, façonnés par les éléments qui les précèdent et par les processus qui se déroulent après leur catalyseur.

C'est cette compréhension de ce qu'est une catastrophe qui nous a amenés à utiliser l'expression « contexte des catastrophes » dans le titre de la thèse, plutôt que l'expression « post-catastrophe » que nous utilisions initialement dans le cadre de la recherche. Il s'agit là d'un élément important à mentionner dans ce texte conclusif. L'une des questions que nous nous posions au début de la recherche de thèse concernait les spécificités ou les différences entre les formes de gestion de la critique dans un contexte de catastrophes minières et dans un scénario de « normalité » du processus d'extraction. Cette question initiale a été déconstruite au cours de la recherche, à partir de deux facteurs : le premier est dû à la compréhension du concept de catastrophe que nous avons présenté dans le deuxième chapitre, renforcée par tous les aspects réglementaires et économiques qui ont été à l'origine des deux ruptures de barrage, comme nous l'avons démontré ; le second facteur est directement lié à l'étude que nous avons menée sur les stratégies de gestion de la critique mises en œuvre par les entreprises lors des catastrophes.

Comme nous l'avons montré tout au long des trois chapitres consacrés aux trois dimensions des stratégies d'entreprise, les pratiques mises en place au cours des dix années de ces catastrophes en cours ont impliqué des mécanismes et des modes de fonctionnement historiquement et traditionnellement utilisés par le secteur extractif.

Ces pratiques englobent différents mécanismes de réponse, d'intégration et de gestion de la critique, révélant une continuité entre les procédures mises en œuvre par les entreprises minières sur leurs territoires d'activité et celles utilisées dans la gestion des catastrophes.

Nous avons établi que les éléments qui sous-tendent les stratégies de gestion de la critique sont guidés par la logique de la garantie de la sécurité juridique, de la rémunération des actionnaires, de la réduction des coûts opérationnels et du maintien des actifs des entreprises. Cependant, il existe une certaine spécificité dans le cas des catastrophes, qui renforce même la tendance des entreprises à chercher à gérer la critique. Comme nous l'avons signalé, dans le contexte des catastrophes, les entreprises ont, a priori, une capacité décisionnelle et managériale moindre que celle dont elles disposent dans leurs processus opérationnels courants. Cela s'explique tout d'abord par la situation même de responsabilité de ces entreprises face aux dommages causés. Mais cela est également lié à l'augmentation du nombre d'acteurs critiques et à leur capacité à influencer le processus des catastrophes, comme c'est le cas, par exemple, à travers l'action des mouvements sociaux organisés et des institutions judiciaires.

Dans ce contexte, dans le cas spécifique des catastrophes analysées, il est important de souligner que la critique et sa capacité se sont renforcées si l'on compare le scénario du 5 novembre 2015 à celui du 25 janvier 2019. C'est dans ce cadre que nous pouvons situer les changements observés dans les modes de gestion des catastrophes entre l'avènement de la catastrophe de Samarco/Vale/BHP et celle de Vale. Tant la manière dont les accords ont été conclus que les stratégies entrepreneuriales axées sur la gestion de la critique ont résulté, dans une certaine mesure, de la manière dont la critique du comportement des entreprises a été exercée lors de la deuxième catastrophe. Compte tenu de la récurrence des impacts environnementaux et des effets sociaux perturbateurs, qui ont réitéré le degré de désengagement démontré en matière de choix d'exploitation et d'entretien des barrages, ainsi que de gestion des niveaux de production minière, qui, selon des preuves irréfutables, ont été déterminants dans l'apparition des dommages inestimables causés par ces comportements.

La différence entre le premier accord dans le cas du Rio Doce et l'accord de Brumadinho est directement liée au processus de reconfiguration de la critique. Ce

processus s'est produit, d'une part, en raison de la récurrence des catastrophes et de leurs conséquences et, d'autre part, en raison du mouvement d'« apprentissage » de la critique face aux problèmes liés au processus de réparation et de gestion de la catastrophe mené par la Fundação Renova. Cependant, ce n'est là qu'une des dimensions qui peuvent expliquer cette différence entre les catastrophes. Comme nous l'avons présenté dans le chapitre deux, Vale elle-même, face à ce contexte de reconfiguration de la critique, a également repositionné sa stratégie afin de gérer la dynamique critique qui visait ses pratiques. Cet élément peut s'expliquer, par exemple, par le fait que les accords conclus dans le cas de la rivière Paraopeba ont garanti à Vale la conduite et le rôle principal dans les processus centraux liés à l'imprévisibilité des catastrophes : la question des dommages socio-environnementaux et des indemnisations individuelles. Comme nous l'avons démontré, l'entreprise est responsable, depuis 2019, de la réalisation d'études visant à mesurer les dommages socio-environnementaux, ainsi que de la définition du plan de réparation. En outre, un accord a garanti à l'entreprise la possibilité de mener des négociations extrajudiciaires avec les personnes affectées.

Ce processus est directement lié à l'hypothèse soulevée par la thèse dans l'introduction, qui comprend que les stratégies de gestion de la critique dans le cadre des deux catastrophes se font par le biais de pratiques adaptatives et situées, orientées vers les différents domaines d'activité et les sujets critiques. Le caractère adaptatif a pu être observé dans le deuxième chapitre à travers l'analyse de ces reconfigurations dans la pratique des entreprises dans la définition des accords liés aux catastrophes, à travers leur relation avec l'État.

Dans le chapitre trois, nous avons approfondi l'analyse des stratégies de gestion de la critique, qui ont également permis d'observer ce caractère adaptatif, notamment à partir des actions de l'entreprise face aux services d'assistance technique. Dans un premier temps, la réponse de l'entreprise aux services d'assistance technique a été de chercher à nier ou à restreindre ce droit. Après les progrès réalisés dans la garantie de cet instrument, grâce au processus de mobilisation sociale et à l'institutionnalisation ultérieure des services d'assistance technique dans le cas des barrages dans deux instruments normatifs – la politique régionale et nationale des personnes affectées par les barrages –, Vale a commencé à mettre en œuvre d'autres formes de gestion de ce

« risque social », en cherchant à démanteler la capacité critique des services d'assistance technique à travers différents arguments et stratégies.

Nous avons également démontré comment les entreprises mobilisent différents arguments scientifiques et juridiques afin de classer et d'évaluer le niveau des dommages et des impacts causés, ainsi que les zones et les territoires qui peuvent être considérés ou non comme affectés. Cette classification, également spatiale, opérée par les entreprises, détermine des pratiques variables de traitement des personnes affectées dans les différents territoires, en définissant les politiques ou les instruments de réparation auxquels une communauté ou une personne aurait droit et la manière dont ces politiques seraient mises en œuvre.

La classification des personnes est également effectuée en fonction de leur degré de criticité par rapport aux pratiques des entreprises. Comme nous l'avons analysé au chapitre quatre, les entreprises mobilisent différents mécanismes de cartographie et d'identification des personnes affectées, en examinant les niveaux de criticité ou d'adhésion d'une personne ou d'une communauté donnée. Cette cartographie vise à orienter les pratiques de l'entreprise et la manière dont elle gérerait ces sujets et communautés critiques.

C'est à partir de ces cartographies que les entreprises mettent en œuvre ce que nous appelons, d'après la littérature, un régime hybride de stratégies de gestion de la critique. En fonction de la classification associée à la localisation spatiale d'une communauté donnée, au niveau d'organisation sociale et au degré de criticité, les entreprises mobilisent des stratégies distinctes, adaptées et situées de gestion de la critique. Ces stratégies constituent un ensemble de pratiques, parmi lesquelles nous pouvons souligner, comme nous l'avons indiqué au chapitre quatre : la légitimation, la cooptation, la fragmentation des relations communautaires, l'expulsion et le silence des critiques, la surveillance, la répression par la judiciarisation et le contrôle territorial.

Jusqu'ici, nous avons cherché à suivre la première des voies que nous avons signalées comme nécessaires pour un texte de conclusion. La deuxième voie concerne les lacunes, les limites ou les défis qui ont marqué le déroulement de la recherche et qui ne sont pas pris en compte dans le texte de la thèse. L'un d'eux est lié à une comparaison plus systématique de ces deux cas de catastrophes minières avec d'autres expériences. Malgré la réalisation d'une série de lectures à ce sujet, nous n'avons abordé cet aspect que de manière tangentielle et localisée dans la thèse.

Cela s'explique par la difficulté à réaliser une comparaison entre ces expériences et les deux catastrophes analysées qui contribue à répondre à la question centrale de la thèse. Nous comprenons qu'un effort futur de comparaison entre ces différentes catastrophes au niveau international pourrait contribuer à faire progresser l'analyse des formes de gestion de la critique dans le contexte des catastrophes minières.

Une autre limite de la recherche réside dans la manière même dont nous avons abordé les deux catastrophes comme un processus continu. Bien qu'elle ait permis d'identifier les éléments que nous avons analysés tout au long de la thèse, cette approche empêche d'approfondir et de développer des éléments spécifiques à chaque cas, qui pourraient contribuer à comprendre les formes adaptées et situées sous lesquelles se concrétisent les stratégies de gestion de la critique.

Enfin, un élément qui n'a pas été abordé dans le cadre de la recherche concerne précisément la première relation entre la critique et le capitalisme que nous avons présentée au début de cette conclusion, à savoir la capacité de la critique à produire des transformations susceptibles de garantir l'élargissement des droits. Nous savons qu'une impression possible que la thèse peut donner est celle d'un scénario décourageant, dans lequel la critique semblerait avoir été capturée, neutralisée et appropriée par les entreprises analysées ici. Cet aspect est loin d'être une réalité. Les stratégies entrepreneuriales analysées ici, comme nous avons cherché à le souligner dans cette conclusion, ne s'établissent comme telles qu'en raison du renforcement de la critique au fil des ans, notamment en ce qui concerne la lutte contre ce modèle d'exploitation minière.

Depuis 2015, les territoires affectés par les catastrophes, mais aussi ceux menacés par des projets d'extraction minière, ont connu une expansion des processus sociaux organisationnels et une meilleure compréhension des dommages et des impacts causés par ces projets. Ces processus organisationnels ont permis la conquête de droits et l'envoi de signaux positifs aux personnes affectées par l'exploitation minière. Cet élément implique un risque accru pour les entreprises, qui cherchent désormais à répondre à cette amplification des critiques en approfondissant les stratégies que nous avons analysées tout au long de cette thèse. C'est précisément dans cette optique que nous situons ce travail. Nous souhaitons, à travers la démonstration analytique des stratégies entrepreneuriales de gestion de la critique, contribuer, même modestement, à la formulation de cette perception critique, afin de

permettre une compréhension plus complète du champ de forces en jeu dans les contextes des catastrophes minières.